



**Anuário Brasileiro
da Educação Básica**
▶ **2019**



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO



MODERNA



Anuário Brasileiro da Educação Básica ▶ 2019



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO



MODERNA

SUMÁRIO

Apresentação	4
Bem-vindo!	5



A Educação Brasileira em 2018

7

SAIBA MAIS! A importância do NSE e como é calculado 11

SAIBA MAIS! Sobre a transição para a Pnad Contínua..... 13

INFOGRÁFICO Brasil: principais dados e indicadores de desigualdade 14

ARTIGO Luciano Monteiro e Priscila Cruz – Educação: é preciso conhecer para mudar 18

EDUCAÇÃO JÁ! Olavo Nogueira Filho e João Marcelo Borges – Educação já, pois não há tempo a perder 19



Os Números da Educação Brasileira

21

▶ **Educação Infantil** 22
Taxa de atendimento em creches e pré-escolas, estabelecimentos, matrículas e infraestrutura.

EDUCAÇÃO JÁ! Thaiane Pereira – Primeira Infância: por um atendimento integral para as crianças brasileiras..... 29

▶ **Ensino Fundamental** 30
Taxa líquida de matrículas, atendimento, conclusão, estabelecimentos e infraestrutura

EDUCAÇÃO JÁ! Ivan Gontijo Akerman – Os desafios para a implementação da Base Nacional Comum Curricular 35

▶ **Ensino Médio** 36
Taxa de atendimento, taxa líquida de matrículas, conclusão, estabelecimentos, matrículas e infraestrutura.

EDUCAÇÃO JÁ! Caio Sato – Já é hora de um Ensino Médio mais atrativo 43

INFOGRÁFICO População do campo, indígenas e quilombolas..... 44

▶ **Educação Especial/Inclusiva** 46
Taxa de atendimento e matrículas em classes comuns e especiais.

▶ **Alfabetização até 8 anos** 52
Resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

EDUCAÇÃO JÁ! Gabriel Corrêa – Alfabetização: o primeiro passo é se inspirar no que já dá certo..... 57

▶ **Educação Integral** 58
Estabelecimentos e matrículas, por etapa de ensino.

▶ **Fluxo e Qualidade**..... 63
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), taxas de aprovação, reprovação e abandono e taxa de distorção idade-série.

INFOGRÁFICO De olho na qualidade – Meta 3 do Todos Pela Educação 70

INFOGRÁFICO PISA..... 74

▶ Escolaridade	76	▶ Gestão Democrática	114
Taxa média da população de 18 a 29 anos, por localidade, renda e raça/cor.		Municípios com Conselho Municipal de Educação, composição do Conselho e forma de nomeação e eleição dos diretores de escola.	
▶ Alfabetização – 15 anos ou mais ...	81	EDUCAÇÃO JÁ! Guilherme Lacerda e Fernanda Castro – Organizando a Educação: por que criar um Sistema Nacional de Educação?	117
Taxa nacional e regional, por localidade, renda e raça/cor.		▶ Financiamento	118
INFOGRÁFICO Inaf - Indicador de Alfabetismo Funcional	85	Investimento público em relação ao PIB, por estudante e por etapa de ensino.	
▶ EJA – Educação de Jovens e Adultos	86	EDUCAÇÃO JÁ! Caio Callegari – Hora de recalibrar a balança do Fundeb para uma maior justiça educacional.....	125
Matrículas integradas à Educação Profissional, matrículas por etapa de ensino.		Glossário	126
▶ Educação Profissional	90	Metodologia	138
Matrículas e estabelecimentos.		Notas Técnicas	139
▶ Educação Superior	96	Estados	145
Taxa líquida de matrículas, por localidade e raça/cor, por dependência administrativa e por faixa etária.		Índice Remissivo	173
▶ Professores – Formação	102		
Perfil dos professores da Educação Básica e nível de escolaridade.			
EDUCAÇÃO JÁ! Caroline Tavares – Profissão Professor: profissionalização e valorização da carreira	110		
▶ Professores – Remuneração e Carreira	111		
Rendimento dos professores da Educação Básica e ações de valorização da carreira.			

APRESENTAÇÃO

Desde que foi lançado, em 2012, o Anuário Brasileiro da Educação Básica sempre buscou oferecer os dados e as informações mais recentes disponíveis.

Nesta oitava edição, estamos felizes de continuar mantendo esse compromisso e disponibilizar, na maior parte de nossos gráficos e tabelas, números de 2018, muitos deles divulgados nos primeiros meses deste ano.

Dessa forma, fortalecemos a proposta do Anuário como instrumento de consulta e de acompanhamento da evolução da qualidade da Educação no País, contribuindo para qualificar o debate e enriquecer a compreensão sobre as conquistas das décadas recentes, o quadro atual e as perspectivas futuras no ensino que é oferecido às crianças e aos jovens de todo o País.

Ao mesmo tempo, é fundamental ressaltar que a proposta do Anuário vai muito além da compilação de dados estatísticos sobre a Educação brasileira. Por meio de indicadores e análises, bem como de cruzamentos a partir da base de microdados, buscamos apresentar um painel abrangente do cenário educacional. Nesse retrato, destaca-se um dos principais focos desta produção, que é jogar luzes sobre a grande desigualdade de oportunidades no acesso à educação de qualidade.

O Anuário adota como eixo estrutural o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, com suas 20 metas, que abrangem as várias etapas e modalidades de ensino, assim como a valorização dos professores, a gestão democrática e o financiamento do ensino público.

Acima de tudo, queremos que o Anuário seja entendido como um serviço para a sociedade brasileira. Uma obra de referência que possa ser utilizada por seus diferentes públicos de interesse – jornalistas, pesquisadores e gestores, entre outros – no esforço coletivo de construção da Educação que almejamos para o Brasil, acima de qualquer contexto social, político e econômico.

Boa leitura!

EXPEDIENTE

Organização

Priscila Cruz (Todos Pela Educação)
Luciano Monteiro (Editora Moderna)

Pesquisa e edição de texto

Fernando Leal, Paulo de Camargo,
Bruna Rodrigues, Maria Laura Gomes Lopes
e Paula Bosi

TODOS PELA EDUCAÇÃO

Diretor de Políticas Educacionais
Olavo Nogueira Filho

Gerente de Políticas Educacionais
Gabriel Corrêa

Gerente de Comunicação
Bárbara Benatti

Coordenador do Núcleo de Inteligência
Caio Sato

Produção técnica
Caio Sato
Elder Sant'Anna
Maria Laura Gomes Lopes

Educação Já

Iniciativa do Todos Pela Educação

EDITORA MODERNA

Karyne Arruda de Alencar Castro

Gerência de Design e Produção Gráfica

Everson Laurindo de Paula

Projeto gráfico e Capa

APIS design, Marta Cerqueira Leite

Edição de arte e editoração eletrônica

APIS design

Infografia

APIS design, William H. Taciro

Ilustrações

Mario Kanno, APIS design

Revisão

Paula Bosi, Beatriz Maia e Todos Pela Educação

Coordenação de pesquisa iconográfica

Luciano Baneza Gabarron

Coordenação de bureau

Rubens M. Rodrigues

Tratamento de imagens

APIS design

Pré-impressão

Alexandre Petreca, Everton L. de
Oliveira Silva, Denize Feitoza Maciel,
Marcio H. Kamoto, Vitória Sousa

Coordenação de produção industrial

Wendell Jim C. Monteiro

Impressão e acabamento

TODOS PELA EDUCAÇÃO

www.todospelaeducacao.org.br

EDITORA MODERNA LTDA.

Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904

Vendas e Atendimento:

Tel. (0__11) 2602-5510

www.moderna.com.br

2019 · Impresso no Brasil

Bem-vindo!

O Anuário Brasileiro da Educação Básica foi idealizado para ser uma ferramenta de consulta para jornalistas, pesquisadores, gestores de políticas públicas e todos os que desejam compreender melhor o cenário do ensino no Brasil. Sua organização, com base nas 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE) tem esse mesmo objetivo, facilitando a consulta e a compreensão das informações aqui reunidas. Para cada uma das metas foi reservado um conjunto de páginas, que trazem os principais dados do tema abordado. Além disso, o texto de abertura, artigos de especialistas, infográficos especialmente elaborados para esta edição e o glossário ajudam a dar uma visão geral do quadro educacional brasileiro. Na parte final, o leitor tem um painel dos desafios do ensino por unidade da federação.

Os textos dos artigos se basearam no documento **Educação Já**, disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/iniciativa-educacao-ja>

O texto de abertura dá um panorama do tema e do esforço para alcançar a meta do PNE.



O Anuário coloca em relevo as estatísticas que mostram a desigualdade de oportunidades educacionais, no quadro "De Olho na Equidade" e em todos os gráficos e tabelas que trazem o selo identificador dessa abordagem.

Gráficos e tabelas trazem dados do Brasil, das regiões e das unidades da federação.



A publicação adotou um parâmetro ligado ao contexto socioeconômico dos alunos para permitir um olhar mais profundo sobre a questão da equidade. Trata-se do Nível Socioeconômico (NSE), cuja metodologia está detalhada na página 11.



Consulte as notas técnicas dos gráficos e tabelas nas pgs. 139 a 143.

Acesse o Observatório do PNE (www.observatoriodopne.org.br) e acompanhe notícias, análises e o monitoramento dos indicadores referentes às 20 metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

*“Educar é crescer. E crescer é viver.
Educação é, assim, vida no sentido
mais autêntico da palavra.”*

Anísio Teixeira





A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM 2018

Diante de um cenário desafiador, que se manteve em 2018, uma das principais tarefas no horizonte educacional brasileiro é o resgate e o fortalecimento do Plano Nacional de Educação (PNE), que completa cinco anos em 2019.

A Educação Brasileira em 2018

No dia 25 de junho de 2019, o Plano Nacional de Educação (PNE) completa cinco anos, chegando à metade de seu tempo de vigência. Era esperado que, neste momento, já houvesse um avanço significativo no alcance das metas mais estratégicas para promover avanços na Educação brasileira. O ritmo da trajetória de avanço, porém, está aquém do desejado, como mostra o monitoramento contínuo feito ao longo do período por meio deste Anuário e de sua plataforma irmã, o Observatório do PNE (www.opne.org.br).

Apesar de uma forte mobilização da sociedade civil, a Educação brasileira teve pouco espaço entre as prioridades nacionais desde a aprovação do PNE, que entre outras conquistas, reconheceu e deu contornos legais à enorme urgência dos desafios brasileiros em suas 20 metas, da Primeira Infância à universidade, da gestão ao financiamento.

Um dos grandes entraves ao seu cumprimento foi a falta de um projeto estratégico para que ele se concretizasse. Embora seja uma das políticas que mais possa contribuir para um desenvolvimento sustentável do País, a Educação como um todo (e ainda menos o PNE, em particular) não teve o protagonismo esperado nos debates que marcaram a corrida presidencial e de governos estaduais em 2018. Os candidatos, com raras exceções, não apresentaram propostas

O maior desafio que se configura, no momento, é o de restabelecer a importância do PNE como a agenda prioritária.

8

DADOS GERAIS

Os números da Educação Básica expressam a dimensão dos ensinos público e privado no Brasil e, assim, também ajudam a avaliar o tamanho do desafio no horizonte dos gestores e educadores

Educação Básica Matrículas – 2018

	Todas as redes	Rede Pública	Rede Privada
Educação Básica	48.455.867	39.460.618	8.995.249
Educação Infantil	8.745.184	6.321.951	2.423.233
Ensino Fundamental	27.183.970	22.511.839	4.672.131
Ensino Médio	7.709.929	6.777.892	932.037
Educação Profissional	1.903.230	1.132.533	770.697
Educação de Jovens e Adultos	3.545.988	3.324.356	221.632
Classes especiais e Escolas especializadas	166.615	41.858	124.757

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar.

Notas: (3), (4) e (5).

concretas e evitaram afirmar seu compromisso com um plano cuja maior virtude é – justamente – ter se construído como uma agenda de Estado, acima de uma única bandeira partidária.

Passada já a metade do tempo de vigência da lei que cria o PNE, para além de se restabelecer a sua importância como referência para as políticas públicas educacionais, é fundamental implementar uma agenda técnica de medidas informadas por evidências e experiências de sucesso no Brasil e no mundo que possam fazer o país avançar na melhoria da Educação Pública. A boa notícia é que, ao menos para a Educação Básica, já há uma agenda construída pela sociedade civil, com um grupo amplo e plural de especialistas: o Educação Já!, que será abordado mais de uma vez nos artigos temáticos que compõem este Anuário.

O centro dos debates sobre o desenvolvimento do país deve estar, então, na elaboração e na implementação de políticas públicas que possam promover um salto na qualidade educacional. É preciso que as novas gestões do poder executivo e as lideranças políticas no legislativo compreendam que ignorar os desafios reais da Educação Básica é também fechar os olhos à grave realidade socioeconômica, de falta de competitividade tecnológica, científica e produtiva que vivenciamos e da qual não há escapatória sem que antes alcancemos a Educação de qualidade para todos. Essa urgência precisa ser assumida pelos três âmbitos de governo

A presente edição do Anuário Brasileiro da Educação Básica traduz os desafios do ensino, a partir de números e evidências estatísticas.

Educação Básica Estabelecimentos – 2018

	Todas as redes	Rede Pública	Rede Privada
Educação Básica	181.939	141.298	40.641
Educação Infantil	115.195	82.385	32.810
Ensino Fundamental	128.371	103.893	24.478
Ensino Médio	28.673	20.379	8.294
Educação Profissional	6.769	3.816	2.953
Educação de Jovens e Adultos	31.184	29.360	1.824
Classes especiais e Escolas especializadas	3.401	1.738	1.663

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar.

Notas: (1) e (2).

Educação Básica Docentes – 2018

	Todas as redes
Educação Básica	2.226.423
Educação Infantil	589.893
Ensino Fundamental	1.400.716
Ensino Médio	513.403
Educação Profissional	129.396
Educação de Jovens e Adultos	244.799
Classes especiais e Escolas especializadas	26.263

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar.

Nota: (6).

(federal, estadual e municipal), com a priorização de políticas públicas focadas em acabarmos com a crise de aprendizagem que atinge nossos alunos.

Não há o que esperar. A presente edição do Anuário Brasileiro da Educação Básica traduz em números e evidências estatísticas os desafios do ensino. Trata-se, principalmente, de reconhecer a urgência dos problemas, buscar aprender com as iniciativas de sucesso, entender os grandes números e contextualizá-los na realidade de cada localidade. Por fim, há que se valorizar também os avanços, pois sempre há o risco do retrocesso na descontinuidade de políticas públicas. Dentre os destaques do Anuário 2019, podemos ver que:

Estabelecimentos da Educação Básica por Grupo de Nível Socioeconômico (NSE) – 2018

	Todas as redes		Rede pública		Rede privada	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Todos os NSEs	181.939	100,0	141.298	100,0	40.641	100,0
NSE baixo	3.358	1,9	3.333	2,4	25	0,1
NSE médio-baixo	9.613	5,3	9.537	6,8	76	0,2
NSE médio	25.242	13,9	24.461	17,3	781	1,9
NSE médio-alto	16.946	9,3	15.728	11,1	1.218	3,0
NSE alto	5.833	3,2	3.216	2,3	2.617	6,4
NSE muito alto	1.350	0,7	25	0	1.325	3,3
Sem informação de NSE	119.597	65,7	84.998	60,2	34.599	85,1

Fonte: MEC/Inep/Censo Escolar e MEC/Inep/INSE – Elaboração: Todos Pela Educação.

Matrículas na Educação Básica por Grupo de Nível Socioeconômico (NSE) – 2018

	Todas as redes		Rede pública		Rede privada	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Todos os NSEs	48.455.867	100,0	39.460.618	100,0	8.995.249	100,0
NSE baixo	1.086.812	2,2	1.078.669	2,7	8.143	0,1
NSE médio-baixo	3.824.766	7,9	3.792.619	9,6	32.147	0,4
NSE médio	12.945.354	26,7	12.562.442	31,8	382.912	4,3
NSE médio-alto	9.695.665	20,0	9.097.091	23,1	598.574	6,7
NSE alto	3.285.895	6,8	1.883.439	4,8	1.402.456	15,6
NSE muito alto	994.996	2,1	21.390	0,1	973.606	10,8
Sem informação de NSE	16.622.379	34,3	11.024.968	27,9	5.597.411	62,2

Fonte: MEC/Inep/Censo Escolar e MEC/Inep/INSE – Elaboração: Todos Pela Educação.

- O atingimento da meta de atendimento da Pré-Escola tornou-se mais próximo, e os maiores desafios concentram-se na oferta de creches;
- No Ensino Fundamental, a quase alcançada universalização do atendimento é uma conquista importante, mas a conclusão na idade esperada está distante da ideal. Quase um quarto dos alunos termina a etapa com mais de 16 anos;

SAIBA MAIS | A IMPORTÂNCIA DO NSE E COMO É CALCULADO

Em 2014, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) criou o indicador de Nível Socioeconômico (NSE), o qual tem apresentado um papel cada vez mais relevante na análise das desigualdades relacionadas à Educação.

Os dados são obtidos a partir da resposta dos alunos a questionários específicos elaborados pelo Inep. As perguntas se referem a: posse de bens no domicílio; contratação de serviços como mensalista ou diarista; renda familiar mensal; e escolaridade do pai e da mãe.

Os alunos são divididos em oito níveis socioeconômicos. O Nível 1 é o menor da escala e agrupa os alunos que possuem em sua casa somente bens elementares; cujos pais ou responsáveis não sabem ler e escrever, nunca estudaram ou não completaram o 5º ano do Ensino Fundamental e não há renda familiar mensal.

O maior nível da escala é o Nível 8, concentrando alunos que indicam que há em sua casa um alto número de bens elementares e complementares; contratam empregada mensalista; cujos pais ou responsáveis completaram a faculdade e a renda familiar mensal está acima de 20 salários mínimos.

As escolas brasileiras são - então - categorizadas em grupos de acordo com os níveis socioeconômicos dos seus alunos. Sete grupos existiam até a edição 2015 do Saeb e edição 2016 da ANA. A partir da edição 2017 do Saeb, seis grupos passaram a existir. De modo geral, as escolas que estão no Grupo 1 possuem maior concentração de alunos situados no nível mais baixo da escala de NSE, ao passo que as que estão no grupo mais alto possuem maior concentração de alunos no nível mais alto da escala de NSE.

Nas tabelas e gráficos do Anuário Brasileiro da Educação Básica, utilizamos as divisões por grupos para realizar as desagregações das análises de equidade efetuadas.

Quase um quarto dos alunos termina o Ensino Fundamental com mais de 16 anos.

O direito à Educação de qualidade ainda está longe de ser assegurado e se configura como o desafio mais urgente.

- No Ensino Médio, o sistema educacional brasileiro segue incluindo mais jovens, mas ainda está longe da meta. Apesar de 91,5% dos jovens de 15 a 17 anos de idade estarem na escola, apenas 68,7% estão no Ensino Médio. A desigualdade social é marcante. A diferença na taxa líquida de matrículas entre brancos e pretos chega a 12 pontos percentuais;
- Embora seja um dos pontos principais das mudanças na legislação, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio patina. Quase metade das matrículas acontece de forma subsequente ao Ensino Médio, revelando as dificuldades de se impulsionar a integração curricular entre o ensino propedêutico e o profissionalizante;
- O Ensino Integral distancia-se do cumprimento da meta, invertendo as tendências verificadas em anos anteriores. Os dados de 2018 mostram queda de 35,4% das matrículas nos Anos Iniciais e de 30,8% nos Anos Finais do Ensino Fundamental, em relação a 2017;
- A inserção na Educação Superior continua em elevação. Em 2018, a proporção de matrículas na etapa era de 44,2%, acréscimo de 3,9 pontos percentuais sobre 2017. No que se refere à taxa líquida de matrículas, houve crescimento de 1,9 ponto percentual: 19,9%, em 2017, para 21,8%, em 2018;
- O direito à Educação de qualidade ainda está longe de ser assegurado e se configura no desafio mais urgente. Menos da metade dos alunos atingiram níveis de proficiência considerados adequados ao fim do 3º ano do Ensino Fundamental em Leitura e Matemática. Na Escrita, os níveis de proficiência também estão distantes do razoável: 33,8% dos alunos encontram-se em níveis insuficientes;
- Quando os dados são discriminados por renda, o tamanho do desafio aumenta. Apenas 14,1% das crianças do grupo de Nível Socioeconômico (NSE) muito baixo possuem nível suficiente de alfabetização em Leitura. Esse patamar é alcançado por 83,5% das crianças do grupo de NSE muito alto. Assim, também, 29,8% das crianças da zona rural possuem nível suficiente de alfabetização em Leitura, enquanto isso ocorre com 47,7% das crianças que estudam na zona urbana;
- O Anuário também mostra que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) segue avançando nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com ritmo mais lento nos Anos Finais. No Ensino Médio, o cenário é de estagnação.

SAIBA MAIS **SOBRE A TRANSIÇÃO PARA A PNAD CONTÍNUA**

O presente Anuário é marcado pela consolidação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC ou Pnad Contínua) como fonte principal de acompanhamento dos indicadores populacionais da Educação para os anos de 2012 até 2018.

No âmbito de uma reformulação visando maior eficiência, coerência e comparabilidade entre suas pesquisas domiciliares, além da produção mais frequente de indicadores, o IBGE iniciou a implementação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares. Isso se deu com a aplicação da Pnad Contínua, em 2012 – de forma que, entre esse ano e 2015, tanto a Pnad como a Pnad Contínua foram realizadas. Além da Pnad Contínua, o sistema integrado compreende outras pesquisas de abrangência nacional, como a Pesquisa Nacional de Saúde e a Pesquisa de Orçamentos Familiares.

A diferença mais clara entre a Pnad Contínua e a Pnad está na periodicidade: enquanto a pesquisa antiga (Pnad) era feita uma vez ao ano, a sua sucessora (PnadC) organiza-se em ciclos trimestrais. A partir desses ciclos, é produzido um conjunto de indicadores mensais, trimestrais e anual.

Se as entrevistas da Pnad eram todas feitas na última semana completa de setembro, a PnadC mantém um ritmo uniforme de aplicação em todos os meses. Essa diferença – por si só – gera uma disparidade fundamental nas medidas produzidas por esses levantamentos. Como exemplo, podemos citar o caso do indicador de Atendimento Escolar: devido ao abandono escolar, a taxa de indivíduos frequentando a escola tende a cair ao longo do ano. Por isso, quando uma Pnad Contínua do 3º trimestre é comparada com a Pnad daquele mesmo ano, há uma diferença nos resultados obtidos por esse indicador pelo fato de a pesquisa antiga (Pnad) se basear na última semana de setembro, ao passo que a nova (Pnad) se baseia em entrevistas feitas em todas as semanas de julho a setembro. Assim, a PnadC produz indicadores diferentes dos da Pnad.

Por essa e por outras divergências, como a existente no processo de amostragem, os resultados da Pnad e da Pnad Contínua não são comparáveis entre si e – a partir desta edição 2019 do Anuário Brasileiro da Educação Básica – não mais publicamos indicadores elaborados com base na Pnad. Assim, estabelecemos a PnadC como fonte principal de acompanhamento dos indicadores populacionais da Educação.



VEJA MAIS EM:

Notas Técnicas PnadC – v1.5:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101561>

Diferenças entre Pnad e PnadC:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Diferencas_Metodologicas_das_pesquisas_PNAD_PME_e_PNAD_Continua.pdf

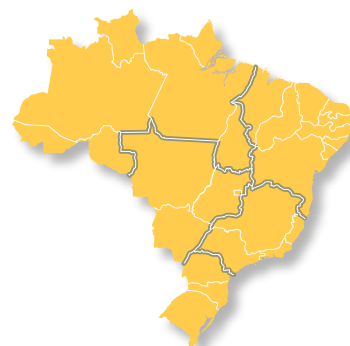
Estes são apenas alguns destaques entre um amplo painel da Educação brasileira que se expressa em mais de 200 gráficos e tabelas organizados conforme as metas do PNE, bem como nos textos de suporte.

O tempo urge. O marco da metade do tempo previsto para o PNE só faz tornar ainda mais premente o senso de urgência e de prioridade dos governos, acima de todas as divergências políticas e por meio da construção de um pacto nacional. Só assim será possível assegurar a condição necessária para a conquista de todos os demais direitos humanos: o direito à Educação.



BRASIL

Este infográfico busca oferecer um panorama sobre a Educação brasileira, desde o número de matrículas, com destaque para a população rural, indígenas e quilombolas, aos resultados das avaliações de aprendizagem, passando pela formação dos professores e pela infraestrutura das escolas. A partir da pág. 145, você encontra um retrato semelhante para cada um dos 26 estados e para o Distrito Federal.



Com uma área total de 8,5 milhões de km², o Brasil conta com 5.570 municípios com cerca de 182 mil estabelecimentos de ensino.

14

POPULAÇÃO:

205,2 milhões
de pessoas

RENDA MÉDIA:

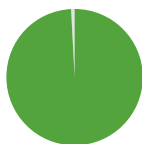
R\$ 2.545,70

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA (EM 2018)

48,5 milhões

NO CAMPO:

5,5 milhões



99,3%

das crianças e dos jovens de 6 a 14 anos estavam na escola, em 2018, na zona rural

NA EDUCAÇÃO INDÍGENA:

256,9 mil



72,1%

A maioria das escolas indígenas têm aulas utilizando a língua indígena

EM ESCOLAS DE ÁREAS QUILOMBOLAS:

258,6 mil



30,3%

Menos de um terço das escolas quilombolas conta com material específico para este grupo étnico

ESCOLARIDADE MÉDIA (EM 2017)

DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS:

11,3 anos
de estudo

DA POPULAÇÃO URBANA DE 18 A 29 ANOS:

11,6 anos
de estudo

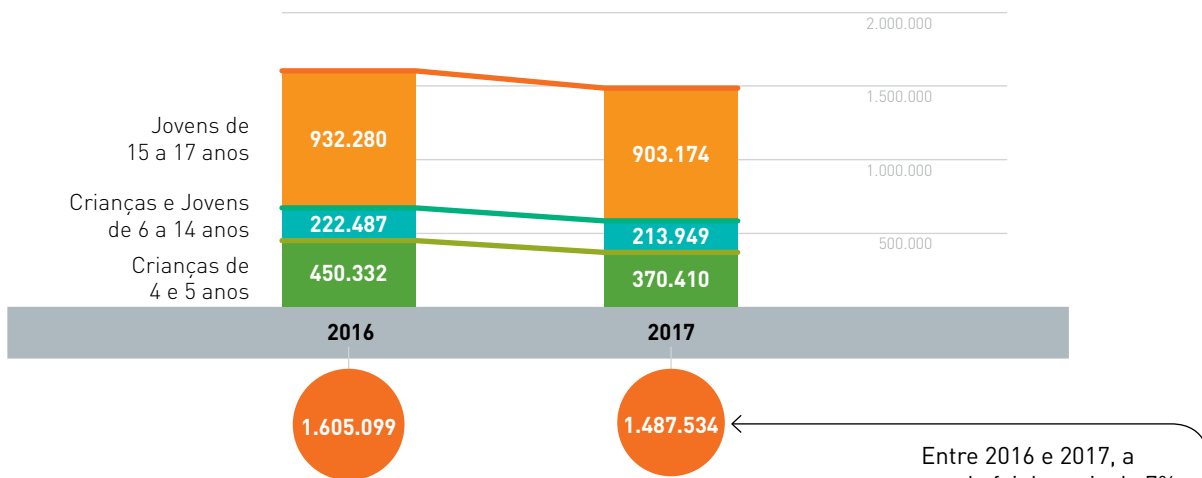
DA POPULAÇÃO RURAL DE 18 A 29 ANOS:

9,6 anos
de estudo



CRIANÇAS E JOVENS FORA DA ESCOLA

1,5 milhão

NÚMERO DE CRIANÇAS E JOVENS FORA DA ESCOLA
Por faixa etária - Brasil - 2016 e 2017

Fonte: Pnad Contínua.

PROFESSORES (EM 2018)

2,2 milhões

É O TOTAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

79,9% têm Ensino Superior completo

36,9% têm pós-graduação



A melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar é uma das condições para elevar a qualidade do ensino.

INFRAESTRUTURA

45,7%

CONTAM COM BIBLIOTECA OU SALA DE LEITURA



BRASIL



NO BRASIL, DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola



90

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

AO FINAL DESTA ETAPA DE ENSINO:



60,7% têm aprendizagem adequada em português



48,9% têm aprendizagem adequada em matemática



76

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

AO FINAL DESTA ETAPA DE ENSINO:



39,5% têm aprendizagem adequada em português



21,5% têm aprendizagem adequada em matemática



64

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

AO FINAL DESTA ETAPA DE ENSINO:



29,1% têm aprendizagem adequada em português



9,1% têm aprendizagem adequada em matemática

A Meta 3 do Todos Pela Educação prevê que, até 2022, pelo menos 70% dos estudantes estejam aprendendo o que é adequado para o seu ano.

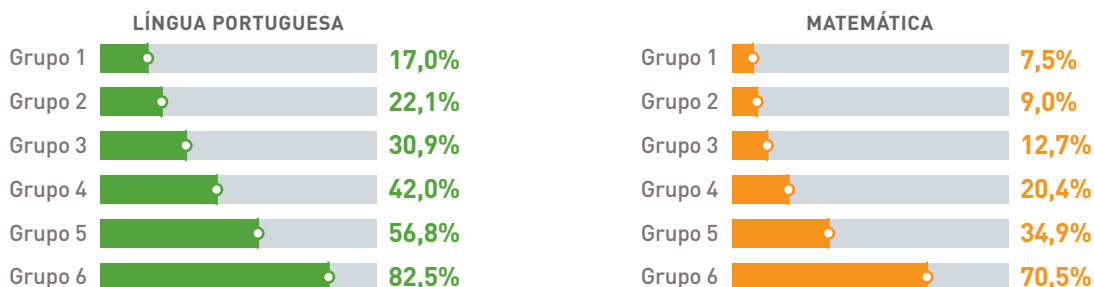
APRENDIZAGEM

PERCENTUAL DE ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS COM APRENDIZAGEM ADEQUADA Por Grupo de Nível Socioeconômico (NSE) da escola - 2017

5º ano do Ensino Fundamental



9º ano do Ensino Fundamental



3ª série do Ensino Médio



Fonte: Saeb/Inep/MEC e INSE/Inep/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) - 2017

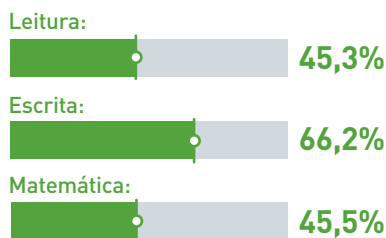
EF Anos Iniciais: **5,8**

EF Anos Finais: **4,7**

Ensino Médio: **3,8**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA) - 2016

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



Educação: é preciso conhecer para mudar

O Brasil tem travado algumas batalhas em sua agenda pública ao longo da história. O combate à fome, por exemplo, dominou os debates entre os anos 1980 e 1990, ilustrados por figuras como o admirável sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. À época, era impossível pensar em qualquer outro desafio sem antes garantir que os brasileiros tivessem o que comer. Sabemos que essa reivindicação não foi plenamente resolvida, mas sua demanda foi posta de maneira irreversível.

Na Educação, temos assistido amadurecimento semelhante. Há um consenso mínimo entre a sociedade de que muito tempo já foi perdido. É inaceitável que nossos índices de aprendizagem permaneçam tão baixos e a desigualdade de oportunidades tão grande, como os dados desta publicação mostram. Tal manifestação está consolidada entre a população e especialistas; falta, porém, que o poder público tenha maior envolvimento e compromisso com essa causa. É imprescindível eleger as batalhas certas para fazer do Brasil um País melhor, e a do momento é que se garanta a aprendizagem de nossas crianças e jovens.

Nós já temos uma agenda mínima para fazer isso acontecer: o Educação Já!, iniciativa coordenada pelo Todos Pela Educação, em 2018. Ainda que não abarque tudo aquilo que precisamos construir na Educação brasileira, ela indica os primeiros passos a serem dados – trata-se daquilo que devemos garantir em termos de Educação, antes de pensar em qualquer outro desafio.

Para avançar na agenda da Educação, é preciso que os gestores conheçam profundamente os indicadores nacionais e de suas regiões e, mais do que isso, que acompanhem as estratégias eficientes para garantirmos uma Educação de qualidade e com equidade. Fazer as escolhas erradas é permitir que 7 em cada 10 jovens que concluem o Ensino Médio continuem saindo da escola sem saber ler adequadamente, condenando-os à expatriação de uma cidadania autônoma.

Aprender o caminho das boas políticas públicas é imperativo ético, do contrário, corre-se o risco de a agenda educacional construída pela sociedade nos últimos anos ficar na gaveta e o desenvolvimento do País, na retórica. É hora de nos debruçarmos sobre o conhecimento que acumulamos em décadas de debates e sobre os avanços que conquistamos até aqui. Munidos de um minucioso diagnóstico, podemos, juntos, fomentar e fiscalizar os caminhos da Educação Pública de qualidade para todos.

Luciano Monteiro

Diretor de Relações Institucionais da Santillana no Brasil.

Priscila Cruz

Presidente-executiva do Todos Pela Educação.



EDUCAÇÃO JÁ!

Educação Já, pois não há tempo a perder

Diante de um cenário de múltiplas crises, a urgência de mudanças estruturais tem ganhado destaque no debate público brasileiro. Entre elas, a necessidade de avanços substanciais na qualidade do Ensino Básico de nosso País. Afinal, ainda que a Educação não seja solução única para todos os desafios, sem ela não haverá desenvolvimento econômico e social duradouro.

O cenário atual, no entanto, apresenta-se extremamente desafiador. Este Anuário traz um amplo panorama de dados educacionais, e nos ajuda a ver a gravidade do problema que temos. Apenas como exemplo, metade das crianças brasileiras de 8 e 9 anos ainda não está plenamente alfabetizada. E para cada 100 jovens que concluem o Ensino Médio, apenas 10 têm o conhecimento esperado em Matemática para o fim da etapa. Isso sem contar os que ficam pelo caminho: para se ter ideia, 36% dos brasileiros de 19 anos não concluíram os estudos!

As perspectivas futuras parecem desanimadoras. Há, porém, uma janela de oportunidade que se abre com a transição de governos - e visando aproveitar esse momento, o Todos Pela Educação lançou, em 2018, o Educação Já!, iniciativa com o objetivo de contribuir para que seja adotado no País um conjunto de medidas educacionais capazes de promover um salto de qualidade na Educação Básica.

Como primeiro passo, construiu-se, com o apoio de dezenas de especialistas e organizações, um documento técnico com propostas informadas pelas evidências, pelos conhecimentos consolidados pela literatura científica e por experiências de êxito no Brasil e no mundo¹. À luz de um diagnóstico detalhado, o documento propõe um conjunto de diretrizes para nortear a política educacional em todos os níveis de governo a médio e longo prazo e sugere, especificamente ao governo federal, sete políticas a serem priorizadas durante o período 2019-2022.

Essas prioridades são resumidas nos demais artigos deste Anuário. De maneira breve, dizem respeito a: Governança e gestão das redes de ensino, Financiamento da Educação Básica, Efetivação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Valorização e profissionalização docente, Primeira Infância, Alfabetização e Ensino Médio.

São propostas factíveis e essenciais para a reversão do cenário educacional em que o Brasil se encontra. Será preciso muito esforço e comprometimento político, sem espaços para distrações.

Olavo Nogueira Filho e João Marcelo Borges

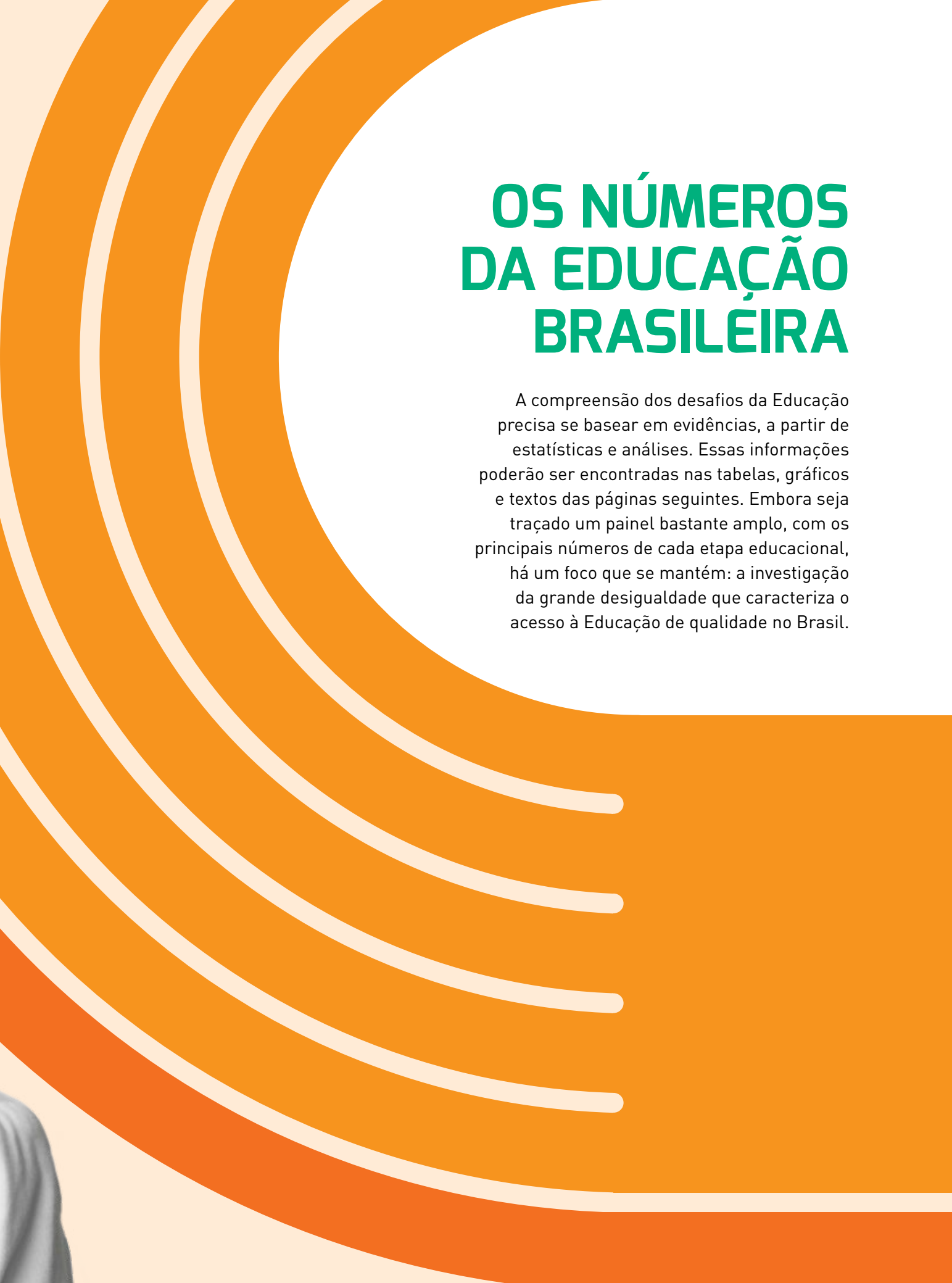
Diretores do Todos Pela Educação.

¹ O documento, assim como todas as demais produções técnicas do Educação Já, pode ser acessado em <https://www.todospelaeducacao.org.br>

*“Um professor ensina a ler, escrever,
calcular e assim por diante.
Um educador adiciona a essas matérias
algo mais importante: o espírito.”*

Golda Meir





OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A compreensão dos desafios da Educação precisa se basear em evidências, a partir de estatísticas e análises. Essas informações poderão ser encontradas nas tabelas, gráficos e textos das páginas seguintes. Embora seja traçado um painel bastante amplo, com os principais números de cada etapa educacional, há um foco que se mantém: a investigação da grande desigualdade que caracteriza o acesso à Educação de qualidade no Brasil.



EDUCAÇÃO INFANTIL

META DO PNE

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-Escola para as crianças de 4 e 5 anos e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE.

O atendimento escolar às crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos é, fundamentalmente, um desafio dos municípios. As redes municipais respondem por 71,6% das matrículas de Educação Infantil e, junto com as escolas privadas, receberam um total de 8,7 milhões de crianças em todo o País, em 2018.

Portanto, cabe especialmente às prefeituras, com o apoio dos governos estaduais e federal, a tarefa de ampliar o atendimento e cumprir a meta do PNE. Os números mostram que o caminho é mais longo nas creches, pois, geralmente, envolve investimentos em estrutura física, contratação e formação continuada de profissionais.

Além da oferta de vagas, outros aspectos são igualmente relevantes nesta primeira etapa da trajetória escolar. É importante, por exemplo, trabalhar para que a escola não reproduza as desigualdades sociais. Nesse sentido, é uma boa notícia observar que a desigualdade entre ricos e pobres no acesso à Pré-Escola vem caindo a cada ano.

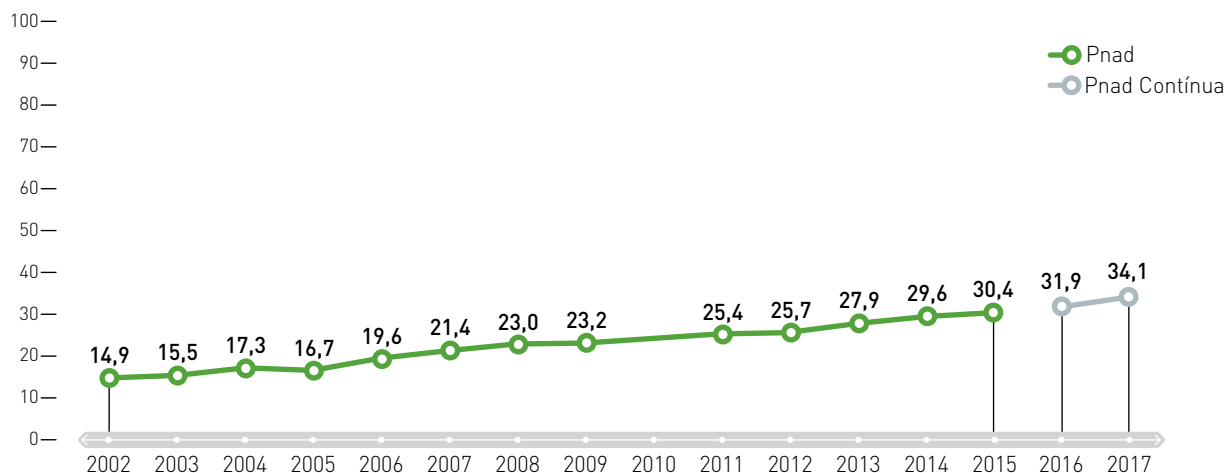


DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: região, localidade, renda e raça/cor.

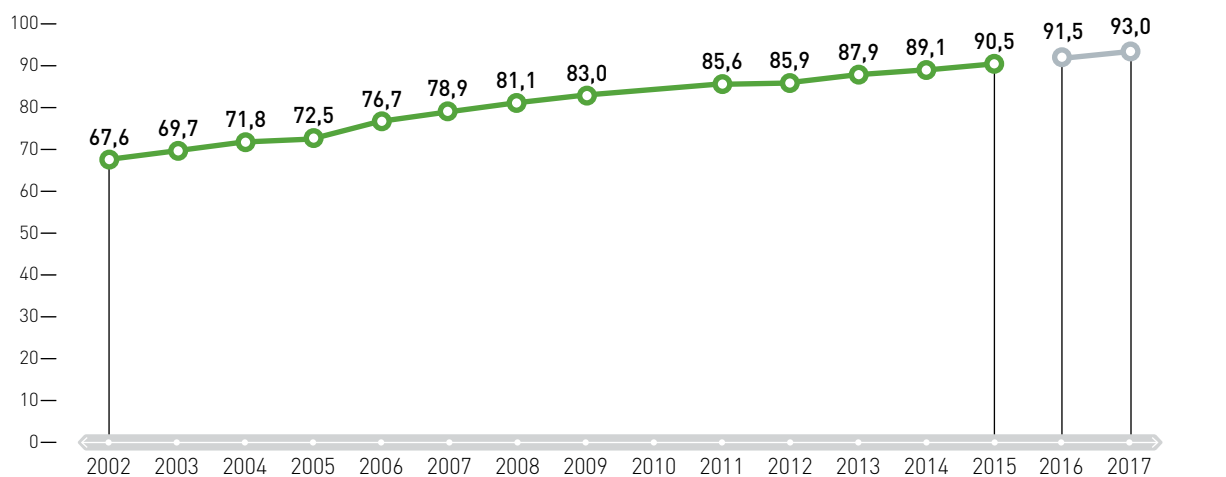
26% das crianças pertencentes aos domicílios que estão no quartil mais baixo de renda estão nas creches, enquanto 55% das que estão nos domicílios mais ricos frequentam a etapa.

81,5% das crianças de 4 e 5 anos da região metropolitana de Porto Alegre estão na Pré-Escola. Essa proporção é de 96% em Belo Horizonte.

Creche**Taxa de atendimento de crianças de 0 a 3 anos – Brasil – 2002-2017 (Em %)**

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ⑦.

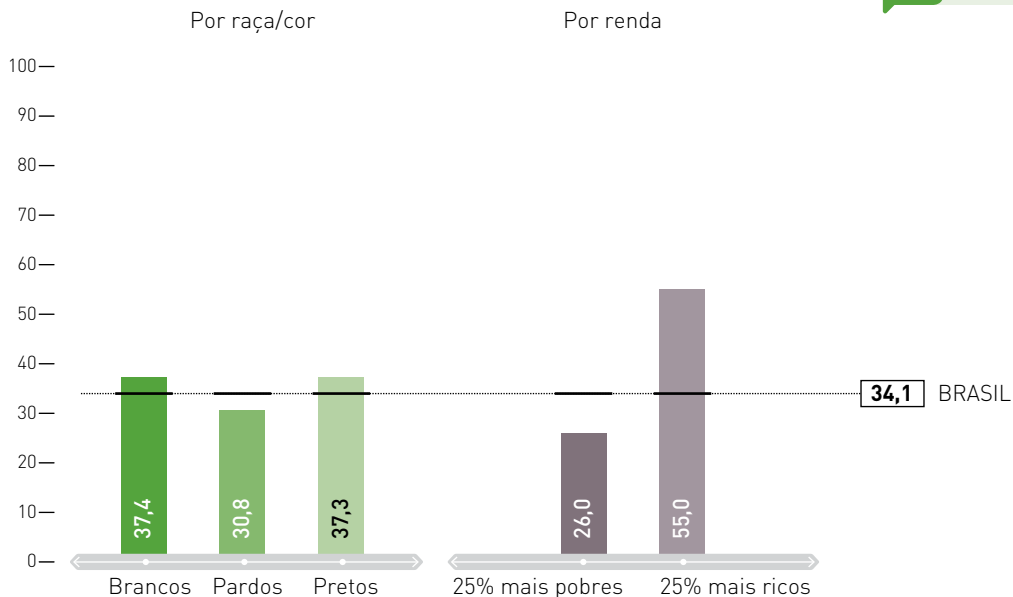
Pré-Escola**Taxa de atendimento de crianças de 4 a 5 anos – Brasil – 2002-2017 (Em %)**

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ⑦.

O atendimento das crianças de 0 a 5 anos desafia os municípios brasileiros, que precisam atuar em colaboração com o governo federal e com os estados.

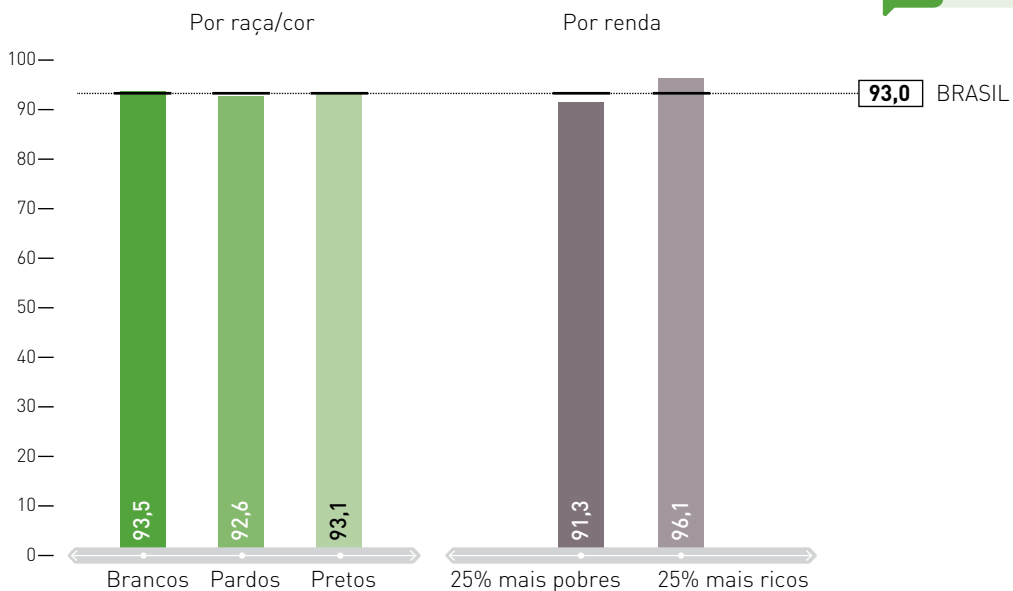
Creche
Crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 2017 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (7), (8) e (9).

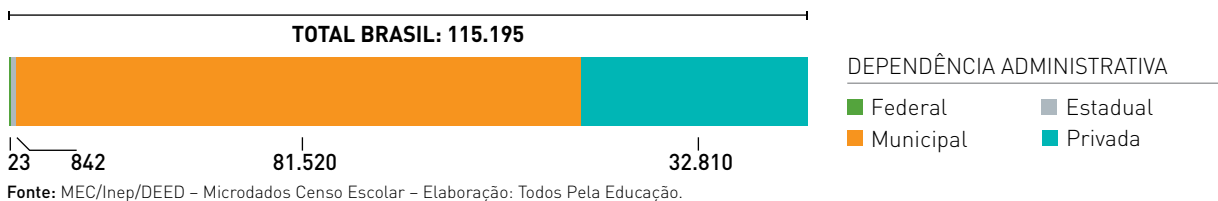
Pré-Escola
Crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 2017 (Em %)



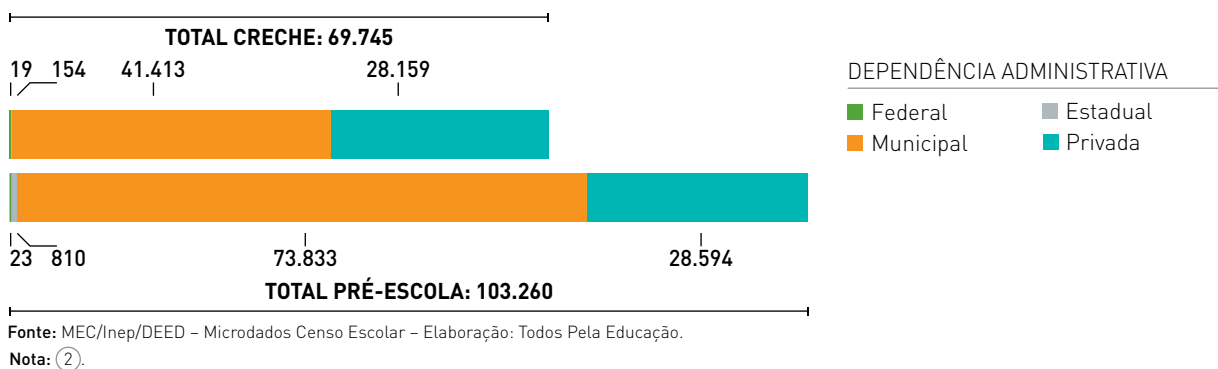
Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (7), (8) e (9).

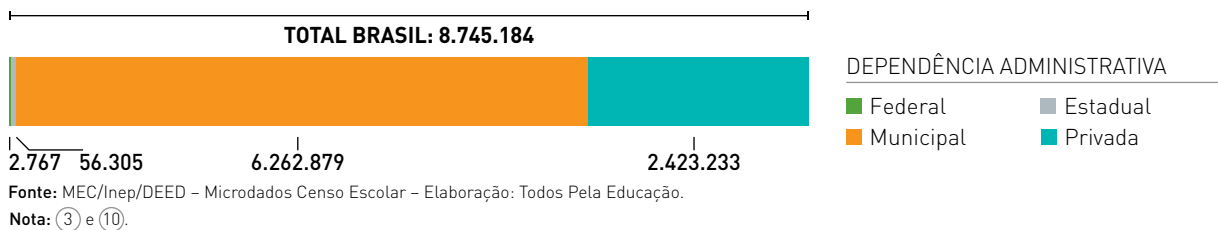
Educação Infantil Estabelecimentos por dependência administrativa – 2018



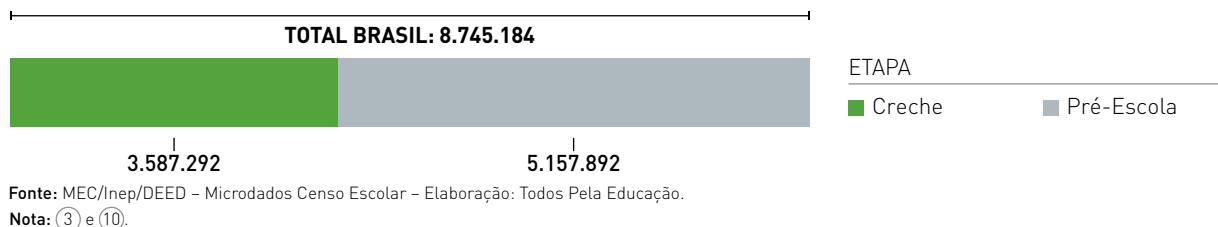
Creche e Pré-Escola Estabelecimentos por dependência administrativa – 2018

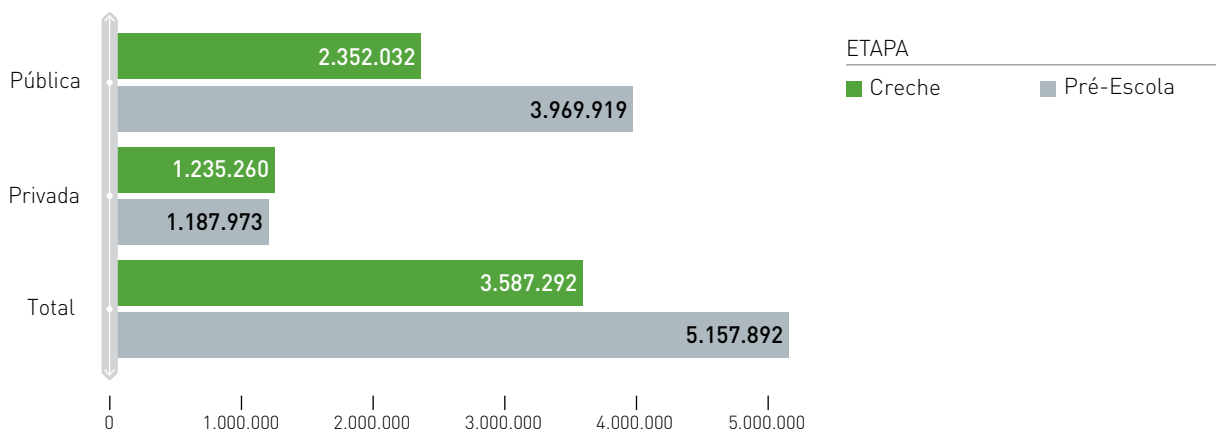


Educação Infantil Matrículas por dependência administrativa – 2018



Educação Infantil Matrículas por etapa de ensino – 2018



Educação Infantil**Matrículas por etapa de ensino e área administrativa – 2018**

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Infantil**Matrículas por etapa de ensino e região – 2018**

Região	Educação Infantil	Creche	Pré-Escola
Brasil	8.745.184	3.587.292	5.157.892
Norte	674.137	165.918	508.219
Nordeste	2.295.994	836.031	1.459.963
Sudeste	3.836.183	1.754.970	2.081.213
Sul	1.299.869	585.687	714.182
Centro-Oeste	639.001	244.686	394.315

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Infantil**Estabelecimentos da rede pública, por etapa de ensino, segundo recursos disponíveis na escola – Brasil – 2018 (Em %)**

Recursos	Creche	Pré-Escola
Parque Infantil	40,0	28,6
Sala de leitura	15,4	15,7
Banheiro dentro do prédio	89,6	85,0
Banheiro adequado à Educação Infantil	51,4	34,3
Água filtrada	87,7	82,6
Abastecimento de água		
Rede pública	70,4	57,7
Poço artesiano	14,8	19,8
Cacimba/Cisterna/Poço	11,9	15,2
Outros	3,2	7,1
Inexistente	4,1	4,9
Esgoto sanitário		
Rede pública	40,9	31,1
Fossa	56,7	63,5
Inexistente	4,0	6,8
Acesso à energia elétrica	98,7	96,6

A infraestrutura das creches e pré-escolas públicas

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (11).

Creche**Crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 2005-2017 (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	16,7	19,6	21,4	23,0	23,2	25,4	25,7	27,9	29,6	30,4	31,9	34,1
Região Norte	8,5	11,3	10,9	13,0	12,4	12,1	11,3	12,7	13,3	13,8	15,8	18,3
Rondônia	6,9	10,2	8,3	9,2	10,6	9,2	11,0	11,6	19,9	20,4	19,4	21,5
Acre	5,3	7,0	8,0	10,9	8,6	11,6	8,9	10,4	8,2	13,9	16,0	19,1
Amazonas	7,0	9,4	9,1	10,4	10,9	8,2	8,1	8,3	9,1	9,7	12,8	11,5
Roraima	13,7	14,5	15,1	15,7	17,6	12,6	14,6	13,3	17,7	17,6	17,5	20,6
Pará	9,5	12,8	11,6	14,8	12,8	14,2	12,5	15,4	14,6	13,7	15,3	20,7
Amapá	7,2	10,7	12,5	12,1	7,1	9,7	6,9	11,1	9,8	8,7	12,8	7,6
Tocantins	8,6	10,5	14,3	14,4	18,9	16,1	17,6	14,8	15,8	21,7	25,1	29,6
Região Nordeste	16,6	18,6	19,6	20,7	21,5	22,9	23,7	25,0	26,3	25,4	28,8	30,6
Maranhão	12,6	15,1	19,0	17,0	18,3	22,3	23,1	21,4	26,0	23,2	28,9	29,6
Piauí	15,7	13,6	19,2	20,5	24,9	24,4	23,9	23,3	27,3	21,4	24,5	28,4
Ceará	22,4	24,5	23,0	27,9	26,5	29,4	30,1	29,1	33,5	33,4	36,0	35,6
Rio Grande do Norte	22,0	24,4	25,5	25,9	28,8	26,6	30,6	33,1	27,7	32,6	33,4	37,0
Paraíba	18,3	20,0	19,7	21,4	18,6	25,6	26,2	23,1	27,4	28,5	29,0	32,3
Pernambuco	17,5	19,9	20,8	21,2	21,4	20,4	21,7	25,8	25,2	24,1	26,9	27,7
Alagoas	11,3	14,5	14,4	14,8	18,0	17,3	18,3	24,1	23,2	21,7	25,4	25,0
Sergipe	18,4	21,7	19,5	20,7	20,4	22,7	19,0	27,9	23,7	25,9	24,3	26,9
Bahia	14,7	16,5	17,0	18,6	19,9	20,5	21,2	23,2	23,3	21,8	27,1	30,4
Região Sudeste	19,5	23,6	26,7	27,5	27,7	30,8	29,8	33,1	35,8	37,9	37,6	40,4
Minas Gerais	14,7	17,4	19,8	21,2	21,1	23,3	22,8	26,3	30,8	31,3	30,6	33,9
Espírito Santo	23,2	20,2	28,3	31,8	26,5	31,0	36,6	30,4	34,5	31,0	33,3	33,1
Rio de Janeiro	20,6	26,0	27,4	26,5	26,8	30,9	29,2	33,0	30,4	33,2	29,7	32,0
São Paulo	21,2	26,3	29,8	30,6	31,3	34,5	32,7	36,6	40,2	43,5	44,1	47,1
Região Sul	18,2	20,6	24,1	27,2	27,2	30,6	33,0	35,2	36,4	37,0	39,2	40,9
Paraná	19,2	20,8	23,7	27,0	24,8	28,2	29,7	33,8	35,2	36,3	36,8	37,3
Santa Catarina	23,4	25,4	31,2	34,7	38,3	37,3	38,1	41,8	44,6	41,5	46,4	47,1
Rio Grande do Sul	13,9	17,5	20,4	22,6	23,2	29,0	33,4	32,7	32,8	35,2	37,5	40,6
Região Centro-Oeste	12,4	14,5	15,9	18,8	18,2	18,8	22,6	21,6	22,7	23,5	26,1	26,9
Mato Grosso do Sul	16,7	20,0	22,5	23,4	25,3	24,3	29,5	25,4	31,2	31,1	34,1	32,8
Mato Grosso	12,1	12,8	14,0	17,7	19,8	20,2	21,0	20,0	21,2	22,2	28,7	29,1
Goiás	8,3	10,2	11,8	16,7	12,6	13,9	19,2	17,3	17,6	19,7	21,9	25,2
Distrito Federal	17,8	21,1	22,0	20,1	21,8	22,7	25,5	29,8	28,7	26,5	25,0	22,7
Regiões Metropolitanas												
Belém	18,0	17,9	20,9	21,7	18,3	23,4	19,4	20,9	19,0	19,6	20,4	26,7
Fortaleza	24,7	25,5	25,6	28,4	27,7	26,4	27,8	27,2	33,6	33,1	35,9	32,5
Recife	26,9	30,2	29,5	29,0	29,2	30,9	30,0	30,8	32,2	30,7	32,0	33,4
Salvador	27,7	25,9	27,0	29,2	30,1	30,0	32,1	33,3	34,3	32,1	36,3	37,3
Belo Horizonte	19,4	26,1	26,6	29,3	28,0	26,9	27,8	32,5	33,9	32,5	36,4	37,4
Rio de Janeiro	21,6	24,1	28,5	26,6	26,1	30,8	28,2	33,1	30,0	32,2	27,9	30,1
São Paulo	22,3	27,2	29,8	30,3	33,1	34,7	30,4	36,8	42,4	43,6	43,7	50,0
Curitiba	25,5	24,5	28,8	30,4	27,9	31,6	33,3	36,1	36,5	36,7	36,5	37,7
Porto Alegre	17,1	20,7	23,6	24,9	25,2	27,2	30,2	34,2	35,6	37,3	39,3	43,0

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ⑦.

Pré-Escola**Crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 2005-2017 (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	72,5	76,7	78,9	81,1	83,0	85,6	85,9	87,9	89,1	90,5	91,5	93,0
Região Norte	60,2	64,4	69,4	72,7	75,3	75,9	75,0	78,8	80,3	80,6	86,7	86,9
Rondônia	47,2	51,3	53,0	54,7	63,6	59,3	67,9	69,7	83,8	81,8	85,0	87,8
Acre	50,3	53,3	60,8	62,0	64,6	79,1	64,4	69,6	73,4	74,2	77,7	81,7
Amazonas	57,6	63,8	72,9	74,6	69,7	70,0	71,7	75,9	74,4	75,8	83,0	81,6
Roraima	73,1	81,4	81,4	85,9	84,1	80,9	77,3	82,1	89,9	91,3	93,5	93,2
Pará	63,8	66,2	71,9	75,2	81,3	81,6	78,4	82,3	83,7	82,2	89,7	90,7
Amapá	61,9	66,5	57,3	70,9	62,7	73,6	63,7	77,1	70,0	70,2	76,3	72,7
Tocantins	62,7	68,8	71,9	73,1	75,5	75,2	83,3	81,3	80,6	91,3	92,7	92,8
Região Nordeste	79,2	82,0	84,5	86,8	88,2	90,5	90,7	92,6	92,4	94,1	94,9	95,6
Maranhão	77,1	79,2	85,3	90,4	90,9	93,5	91,7	92,7	93,8	94,6	97,0	97,2
Piauí	78,5	80,0	79,1	89,8	92,7	95,5	92,7	96,8	96,6	97,1	99,2	97,7
Ceará	88,4	89,3	91,1	91,5	94,8	92,6	95,0	96,8	97,3	95,7	97,0	98,0
Rio Grande do Norte	83,0	90,0	90,5	89,8	86,1	89,6	93,9	92,5	89,2	96,1	96,6	96,9
Paraíba	83,8	84,9	86,6	87,4	88,8	88,9	89,1	95,1	93,4	91,6	92,1	97,0
Pernambuco	75,5	80,9	81,5	85,6	83,1	87,2	90,5	88,0	90,2	94,6	94,6	91,4
Alagoas	68,2	71,4	79,1	71,9	79,7	85,6	84,6	83,7	87,5	83,3	88,7	90,2
Sergipe	78,7	83,6	84,2	85,1	89,1	92,5	95,3	96,2	91,8	93,3	92,2	94,2
Bahia	78,1	80,3	82,6	85,7	87,6	89,6	87,5	92,7	90,7	94,5	93,7	95,9
Região Sudeste	76,4	82,0	83,3	84,5	87,0	89,6	88,4	90,5	91,8	93,0	91,7	94,5
Minas Gerais	70,3	74,3	77,5	81,2	82,5	85,8	88,1	88,7	90,1	91,7	94,0	95,1
Espírito Santo	71,5	83,6	79,4	82,7	83,2	90,3	93,3	91,2	92,4	91,1	95,5	93,8
Rio de Janeiro	80,6	85,7	83,5	86,7	86,2	88,6	88,1	89,8	90,4	93,2	87,1	91,3
São Paulo	78,4	84,6	86,7	85,6	89,8	91,8	88,2	91,4	93,1	93,8	92,0	95,2
Região Sul	60,3	65,0	66,6	70,1	70,4	75,6	80,2	80,4	85,4	86,8	90,0	90,4
Paraná	64,4	65,5	73,6	74,6	74,1	77,7	82,3	85,1	87,5	89,3	92,5	91,4
Santa Catarina	77,7	85,8	78,0	82,5	79,4	82,5	89,2	87,8	89,9	94,2	92,8	93,3
Rio Grande do Sul	46,7	54,2	52,6	58,1	61,1	69,5	72,3	70,6	80,1	79,6	85,5	87,5
Região Centro-Oeste	63,2	66,4	67,2	71,6	75,3	76,9	79,7	82,5	83,0	85,0	86,9	88,6
Mato Grosso do Sul	64,1	63,6	68,8	76,3	79,4	79,6	78,7	84,9	88,8	86,4	89,0	91,4
Mato Grosso	59,0	68,2	60,0	61,7	75,7	83,3	79,5	80,3	84,1	83,7	85,4	89,1
Goiás	59,1	62,1	65,4	69,1	69,3	71,5	78,0	81,0	80,0	84,0	89,2	88,1
Distrito Federal	76,2	76,5	77,5	85,6	86,1	79,1	84,5	86,6	82,7	87,3	81,7	85,8
Regiões Metropolitanas												
Belém	78,7	76,5	83,2	82,0	84,0	88,1	84,0	85,4	84,9	91,9	95,4	95,1
Fortaleza	88,8	91,3	91,4	91,9	94,1	88,9	92,3	93,9	96,9	94,4	97,3	95,9
Recife	88,6	90,0	89,1	91,4	89,9	88,9	91,3	89,5	92,7	94,3	93,4	88,7
Salvador	88,4	89,8	89,2	94,3	88,0	89,9	91,4	92,7	94,3	93,3	95,1	97,5
Belo Horizonte	72,9	76,5	81,0	85,6	84,4	84,3	89,7	91,2	89,1	91,1	96,1	96,0
Rio de Janeiro	79,7	83,0	82,2	85,6	83,9	88,5	86,3	89,2	89,3	93,1	84,4	90,0
São Paulo	77,5	83,2	87,2	82,1	86,1	90,9	85,4	91,1	91,3	93,3	89,5	93,8
Curitiba	67,0	73,1	76,2	73,7	76,9	73,2	83,9	81,9	88,7	87,6	91,3	88,1
Porto Alegre	42,5	48,2	47,2	53,2	51,7	58,6	62,2	65,2	67,9	69,6	77,9	81,5

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ⑦.



EDUCAÇÃO JÁ!

Primeira Infância: por um atendimento integral para as crianças brasileiras

Já existe um consenso internacional de que o investimento na Primeira Infância não é apenas um direito assegurado às crianças, mas é também uma política pública extremamente efetiva para garantir mudanças no quadro social e econômico dos países. Pesquisas e evidências já mostraram a importância de se prover um contexto adequado para que se dê o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e emocionais no início da vida, quando a capacidade cerebral é enorme e o aprendizado é acelerado. No Brasil, no entanto, apesar de termos um marco legal avançado, ainda não conseguimos implementar políticas focadas nas crianças de zero a seis anos, que garantam seu pleno desenvolvimento.

Para mudar esse cenário e proporcionar a todos os pequenos um atendimento integral e integrado de qualidade, é preciso que o País lance mão de uma política nacional intersetorial, que envolva diversas áreas, entre elas Educação, Saúde e Assistência Social. E para que esta política funcione, o primeiro passo é elencar quais são os direitos que toda a criança deve ter assegurados, os serviços básicos pelos quais devem ser atendidas, atualizando e fortalecendo parâmetros nacionais de atendimento dessas áreas.

Além disso, outras ações diretas do governo federal podem ser desencadeadas, como a ampliação do foco à Primeira Infância no Programa Bolsa Família e a instituição de programas para expansão do acesso a creches de qualidade para as crianças em condições de vulnerabilidade. Ainda a nível federal, seria importante adotar medidas com o objetivo de criar uma visão nacional de priorização do tema, a partir da criação de uma comissão nacional intersetorial e da integração de bancos de dados que contenham informações agrupadas sobre as crianças brasileiras.

Por outro lado, somente ações diretas da União não são suficientes para garantir o atendimento integral e integrado às crianças. É preciso que haja um programa federal de apoio e indução para que os estados estabeleçam políticas intersetoriais em colaboração com seus municípios. O programa poderia se constituir a partir da oferta de instrumentos que permitam o diagnóstico de cada localidade e, dessa forma, auxiliar na elaboração de um plano estadual para a Primeira Infância. O apoio técnico e financeiro do governo federal e o monitoramento e a avaliação frequentes das ações intersetoriais também são medidas importantíssimas.

Assim, como a experiência de diversos países já mostrou, investir na Primeira Infância é um ótimo ponto de partida para sonharmos com um País melhor para todos.

Thaiane Pereira

Coordenadora de Projetos do Todos Pela Educação.



ENSINO FUNDAMENTAL

META DO PNE

Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

Entre os avanços que o Brasil pode celebrar na democratização do acesso, está a trajetória crescente em relação à universalização do Ensino Fundamental. Em 2018, a taxa líquida de matrícula chegou a 98%, acima dos 96,7% registrados em 2012.

Hoje, 128,4 mil escolas brasileiras recebem 15,2 milhões de alunos no Ensino Fundamental - Anos Iniciais e 12 milhões no Ensino Fundamental - Anos Finais, um grande contingente populacional que dá a dimensão dos desafios a serem enfrentados.

A rede pública é a responsável por atender a grande maioria dos 27,2 milhões de alunos dessa etapa. A cada cinco alunos, um está na rede privada e quatro estão na rede pública.

30



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso é essencial a análise de recortes por região, localidade, renda e raça/cor.

68,1%

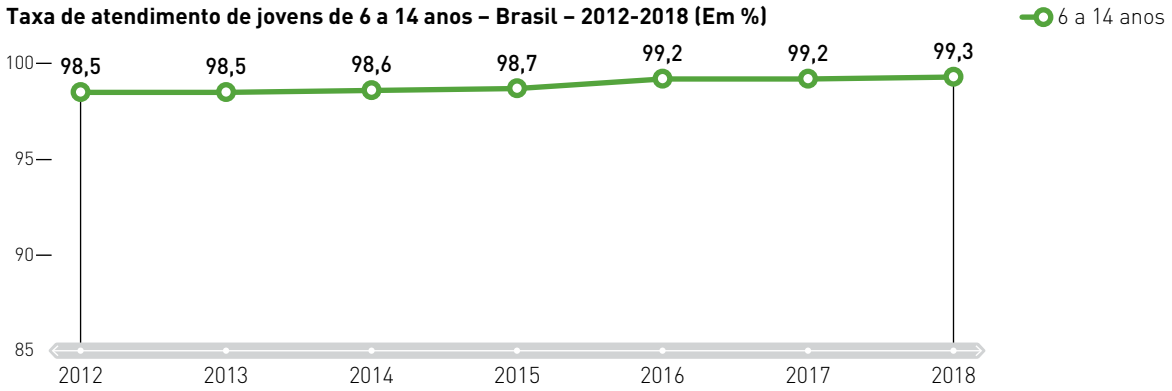
dos adolescentes da região Norte concluem o Ensino Fundamental com 16 anos, contra 81,9% no Sudeste.

97,7%

dos pretos de 6 a 14 anos estão matriculados no Ensino Fundamental. Essa proporção é de 98,3% entre os brancos.

Ensino Fundamental

Taxa de atendimento de jovens de 6 a 14 anos – Brasil – 2012-2018 (Em %)



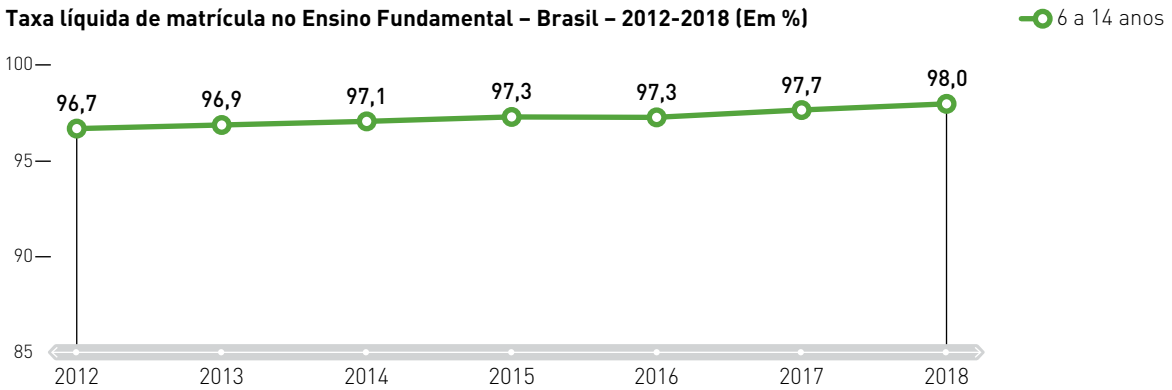
Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ⑦.

Porcentagem de crianças de 6 a 14 anos matriculadas na escola, no ano/série adequado à idade

Ensino Fundamental

Taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental – Brasil – 2012-2018 (Em %)



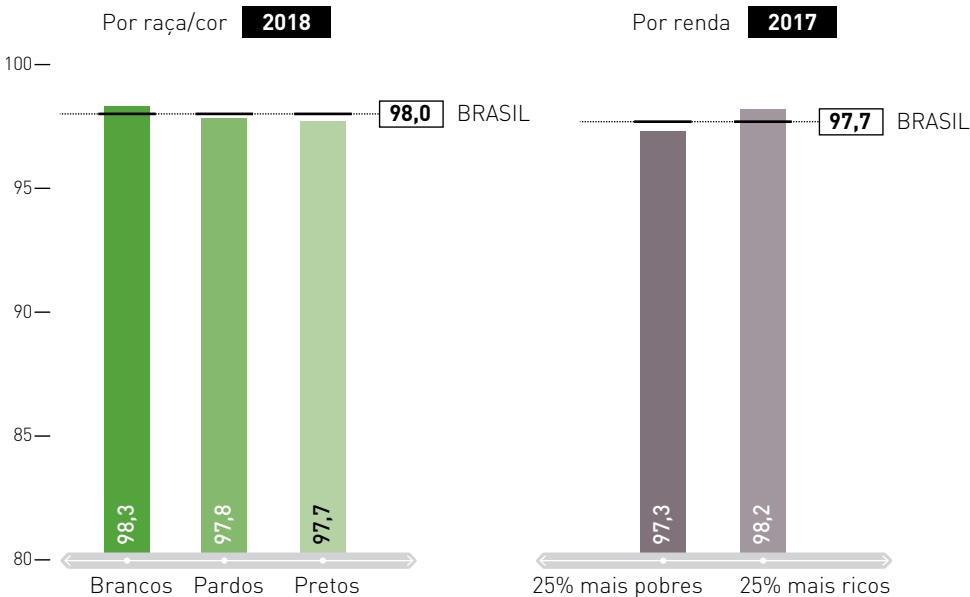
Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: ⑦ e ⑫.



Ensino Fundamental

Taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental – Brasil – 2017/2018 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

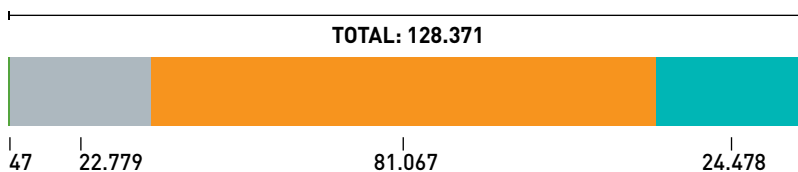
Notas: ⑦, ⑧ e ⑨.

Ensino Fundamental**Jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental – Brasil e Regiões – 2012-2018 (Em %)**

Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	68,6	71,4	73,4	74,9	74,9	75,9	75,8
Norte	54,0	59,4	62,0	66,8	64,9	68,4	68,1
Nordeste	56,1	60,5	62,7	63,9	65,2	66,2	68,5
Sudeste	79,1	80,0	81,6	83,6	83,1	85,1	81,9
Sul	74,4	79,6	79,8	80,4	79,2	77,2	79,1
Centro-Oeste	75,4	76,4	77,4	76,2	78,2	77,1	80,7

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ⑦.

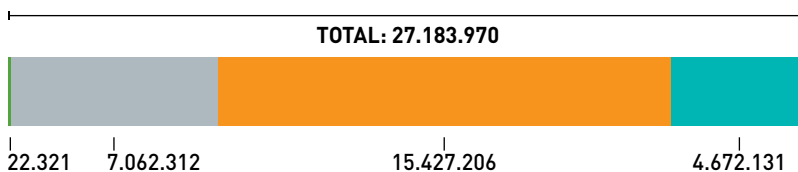
Ensino Fundamental**Estabelecimentos por dependência administrativa – Brasil – 2018**

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Distribuição das escolas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

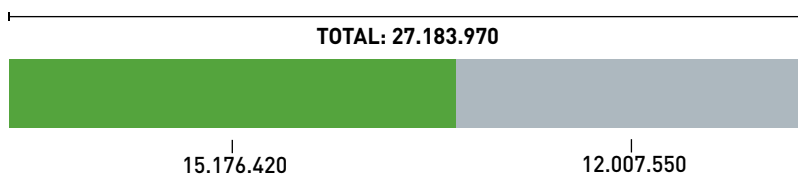
Ensino Fundamental**Matrículas por dependência administrativa – Brasil – 2018**

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Distribuição das matrículas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

Ensino Fundamental**Matrículas por etapa de ensino – Brasil – 2018**

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

ETAPA

- Anos Iniciais
- Anos Finais

Ensino Fundamental**Matrículas por etapa de ensino e área administrativa – Brasil – 2018**

	Anos Iniciais	Anos Finais
Total	15.176.420	12.007.550
Pública	12.322.182	10.189.657
Privada	2.854.238	1.817.893

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Ensino Fundamental**Matrículas por etapa de ensino e região – 2018**

Região	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	Anos Finais
Brasil	27.183.970	15.176.420	12.007.550
Norte	3.051.017	1.756.349	1.294.668
Nordeste	8.039.593	4.477.690	3.561.903
Sudeste	10.384.471	5.814.430	4.570.041
Sul	3.577.947	1.947.115	1.630.832
Centro-Oeste	2.130.942	1.180.836	950.106

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Ensino Fundamental**Estabelecimentos da rede pública segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2018 (Em %)**

Recurso disponível	
Biblioteca e/ou sala de leitura	48,0
Só biblioteca	27,3
Só sala de leitura	14,5
Sala de leitura e biblioteca	6,3
Acesso à internet	60,2
Laboratório de informática	46,5
Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	26,8
Quadra de esportes	37,2
Laboratório de ciências	8,1
Banheiro dentro do prédio	80,8
Água filtrada	81,7
Abastecimento de água	
Rede pública	59,6
Poço artesiano	18,8
Cacimba/cisterna/poço	14,0
Outros	7,6
Inexistente	5,1
Esgoto sanitário	
Rede pública	32,9
Fossa	61,0
Inexistente	7,5
Acesso à energia elétrica	95,4

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ①.

A infraestrutura das escolas públicas de Ensino Fundamental



DE OLHO NA EQUIDADE

Ensino Fundamental**Taxa líquida de matrícula – 2012-2018 – 6 a 14 anos (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	96,7	96,9	97,1	97,3	97,3	97,7	98,0
Região Norte	95,8	95,8	96,4	96,6	96,7	97,3	97,3
Rondônia	96,3	96,8	97,5	97,8	97,9	98,8	98,5
Acre	95,8	95,6	96,8	97,2	97,0	96,2	97,6
Amazonas	96,2	96,0	96,1	96,0	95,4	96,7	97,1
Roraima	96,5	97,6	96,9	97,3	96,3	96,5	95,9
Pará	95,6	95,7	96,1	96,6	97,3	97,4	97,1
Amapá	96,1	92,3	95,2	96,1	95,7	95,5	97,1
Tocantins	94,3	96,6	97,5	96,7	96,6	98,4	98,7
Região Nordeste	96,0	96,1	96,7	97,0	97,3	97,4	97,7
Maranhão	94,8	96,0	96,5	96,6	97,0	97,1	97,0
Piauí	96,9	96,5	98,0	98,7	97,9	98,8	98,7
Ceará	96,9	97,2	97,1	97,2	97,2	97,7	98,7
Rio Grande do Norte	97,0	97,5	98,0	98,7	97,5	98,3	98,4
Paraíba	96,1	96,7	97,2	96,4	98,1	97,6	97,7
Pernambuco	95,6	95,4	95,9	96,5	97,5	97,1	97,8
Alagoas	96,0	95,4	97,1	96,7	96,5	96,9	97,6
Sergipe	95,9	96,2	97,3	96,7	97,8	98,4	97,5
Bahia	96,1	95,7	96,1	97,1	97,2	97,1	97,0
Região Sudeste	97,2	97,5	97,5	97,6	97,4	97,8	98,4
Minas Gerais	96,9	98,1	98,5	98,4	97,9	98,1	98,4
Espírito Santo	97,1	97,4	97,5	97,8	97,2	98,5	98,2
Rio de Janeiro	96,1	95,8	95,8	95,9	96,6	97,2	97,3
São Paulo	97,7	97,9	97,6	97,7	97,6	97,9	98,7
Região Sul	97,6	97,9	97,9	97,9	97,7	98,1	98,3
Paraná	97,3	97,8	97,6	97,6	97,2	97,4	98,2
Santa Catarina	98,2	98,0	97,9	98,4	98,1	98,6	98,5
Rio Grande do Sul	97,6	97,8	98,2	98,1	98,0	98,6	98,3
Região Centro-Oeste	96,6	96,9	97,2	97,6	96,9	97,7	97,7
Mato Grosso do Sul	97,7	97,6	97,0	97,8	97,9	98,9	98,3
Mato Grosso	95,7	95,7	96,4	96,8	97,4	98,0	97,7
Goiás	96,8	97,1	97,9	98,1	96,4	97,3	97,7
Distrito Federal	96,1	97,1	96,4	97,3	96,5	97,2	97,4
Regiões Metropolitanas							
Belém	96,0	96,8	95,8	96,0	97,5	97,4	98,2
Fortaleza	96,2	96,3	96,4	96,4	97,3	96,8	98,5
Recife	96,4	95,5	96,4	96,4	97,3	97,0	97,4
Salvador	95,5	96,5	97,0	98,0	97,6	98,2	98,3
Belo Horizonte	97,2	97,9	99,1	98,9	98,4	98,5	98,4
Rio de Janeiro	96,4	95,9	96,1	95,7	96,6	97,2	97,3
São Paulo	97,5	97,5	98,0	97,9	97,1	97,5	98,8
Curitiba	96,3	97,9	96,9	97,4	97,0	97,0	97,9
Porto Alegre	96,7	97,1	97,1	97,0	97,5	98,8	98,3

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (7) e (12).



Os desafios para a implementação da Base Nacional Comum Curricular

A efetivação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa uma grande oportunidade para um salto de qualidade na Educação Básica brasileira. Não à toa, a discussão sobre a definição dos direitos de aprendizagem vem desde a inclusão desse tópico no artigo 210 da Constituição Federal, em 1988.

Definindo as competências e habilidades essenciais que todo aluno tem direito a aprender, tanto nas escolas públicas como nos estabelecimentos privados, a BNCC é o ponto de partida para a articulação de fatores essenciais para a concretização da aprendizagem. Os currículos e projetos pedagógicos das redes e das escolas, os recursos didáticos, as avaliações externas e, principalmente, as formações inicial e continuada de professores são elementos interligados que deverão ser reconstruídos de acordo com o documento.

Após um processo de construção conjunta com diversos atores da sociedade, a BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental foi homologada em 2017. Desde então, União, estados e municípios buscam trabalhar de forma colaborativa para sua implementação. O primeiro passo foi a reformulação dos currículos das redes de ensino.

Entretanto, para seguir no processo de efetivação dessa política, precisamos fortalecer a estrutura de governança já consolidada, cumprindo com as etapas definidas no Guia de Implementação da BNCC. Além disso, é imprescindível dar continuidade ao ProBNCC, programa de apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação aos demais entes federados para a implementação da Base.

O principal desafio, em 2019, é o apoio à formação continuada nas redes, uma vez que esse é o elemento central para o sucesso da implementação dessa política. Os professores deverão estar preparados para a condução dos novos currículos e recursos pedagógicos.

Além disso, estados e municípios necessitarão de suporte para a reconstrução ou escolha de novos materiais didáticos alinhados à base e, também, de apoio à revisão dos projetos pedagógicos das escolas, bem como na adaptação das avaliações das redes à BNCC. Paralelamente, a União deverá executar diretamente algumas ações para alinhar iniciativas federais, como a adaptação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a adequação das provas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb-Inep).

Portanto, ainda existe uma série de desafios a serem superados para que a BNCC, de fato, seja efetivada em todas as escolas do País e possa cumprir o seu papel de promover a aprendizagem e reduzir as desigualdades garantindo, principalmente, que as oportunidades educacionais das crianças e dos jovens mais vulneráveis não sejam determinadas por seu local de moradia ou situação socioeconômica.

Ivan Gontijo Akerman

Coordenador de Projetos do Todos Pela Educação.



ENSINO MÉDIO

META DO PNE

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

Em 2012, 61% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o Ensino Médio. De lá para cá, esse percentual aumentou significativamente e, em 2018, chegou a 68,7%. Porém, se mantido o ritmo médio de crescimento registrado no período entre 2012 a 2018, a meta do PNE para a taxa líquida de matrícula nesta etapa da trajetória escolar será alcançada apenas em 2030, ou seja, seis anos após o estabelecido.

Vale observar também a diferença entre o percentual de jovens de 15 a 17 anos que estão na escola (91,5%) e aqueles que estão efetivamente no Ensino Médio (68,7%), que pode ser explicada pela elevada taxa de distorção idade-série (veja na pág. 67). Isso também ajuda a entender o fato de que apenas 63,6% dos jovens de 19 anos concluíram esta etapa em 2018.

É essencial destacar como as desigualdades se acirram no Ensino Médio (veja abaixo) e não perder de vista que há um contingente expressivo de jovens que nem frequentam a escola nem concluíram os estudos.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: região, localidade, renda e raça/cor.

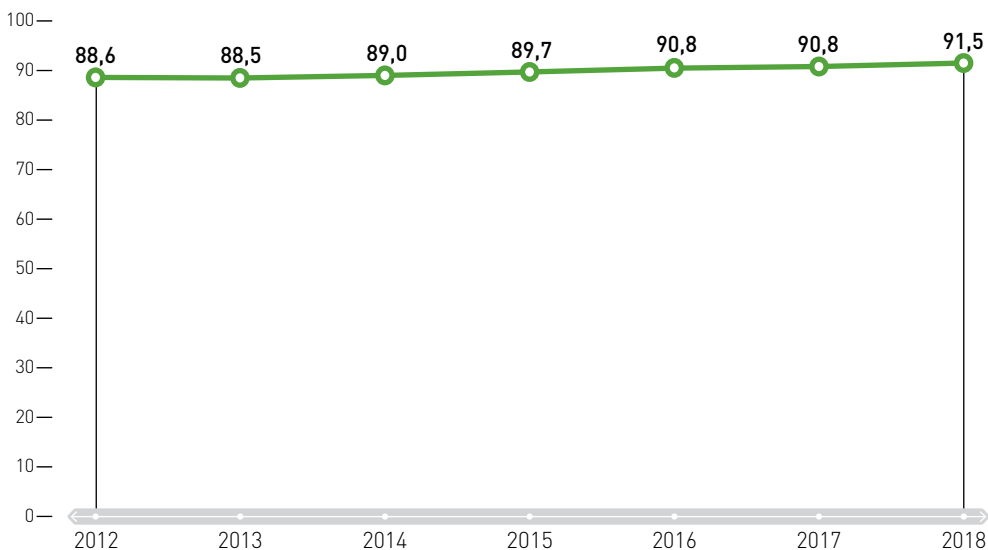
11,7 pontos percentuais é a diferença entre a taxa líquida de matrícula de jovens brancos e pretos no Ensino Médio.

43,3% dos jovens concluem o Ensino Médio aos 19 anos na Bahia. Essa proporção é de 78,3% em São Paulo.

Ensino Médio

Taxa de atendimento de jovens de 15 a 17 anos – Brasil – 2012-2018 (Em %)

Percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola, independentemente de ano/série



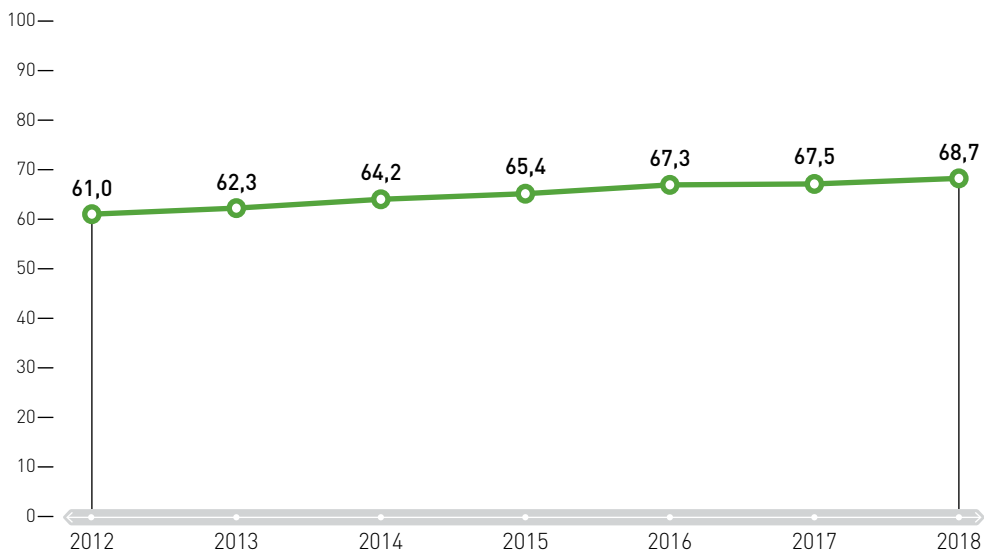
Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ⑦.

Ensino Médio

Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio – Brasil – 2012-2018 (Em %)

Percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola no ano/série correspondente à idade

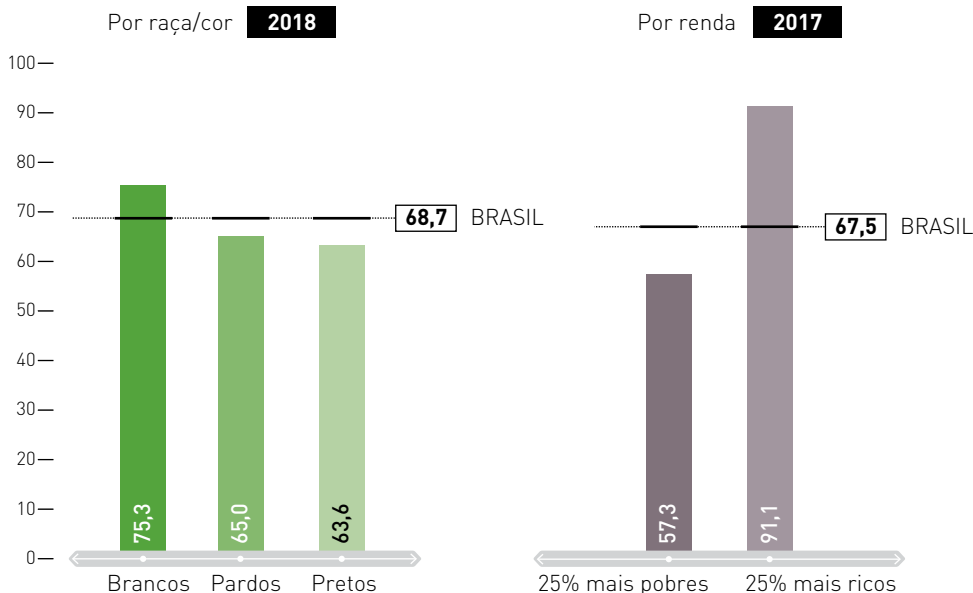


Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: ⑦ e ⑬.

Ensino Médio

Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio – Brasil – 2017/2018 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (7), (8) e (9).

Ensino Médio

Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – 2012-2018 (Em %)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	51,7	53,6	55,7	55,9	58,9	59,2	63,6

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (7).

Ensino Médio

Jovens de 15 a 17 anos por etapa de ensino em que estão matriculados ou que estão fora da escola – 2018

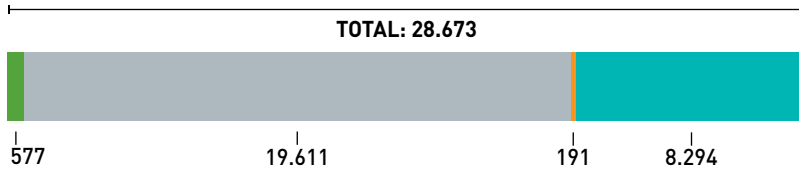
	População	%
Ensino Fundamental	1.826.920	18,7
Ensino Médio	6.173.340	63,1
Alfabetização de Jovens e Adultos	5.442	0,1
Educação de Jovens e Adultos - Fundamental	218.827	2,2
Educação de Jovens e Adultos - Médio	47.950	0,5
Ensino Superior	208.940	2,1
Não estudam e não concluíram o Ensino Médio	787.380	8,0
Não estudam, mas concluíram o Ensino Médio	515.760	5,3
Total	9.784.560	100,0

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (7).

Em 2012, 51,7% dos jovens de 19 anos haviam concluído o Ensino Médio. Hoje, eles representam 63,6%.

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2018



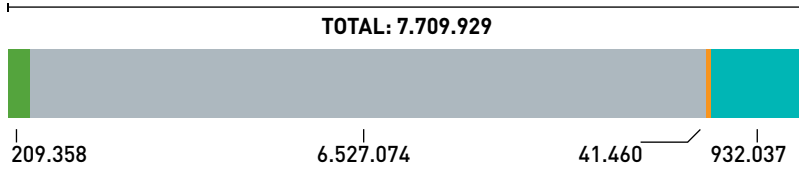
Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Distribuição das escolas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Matrículas por dependência administrativa – 2018



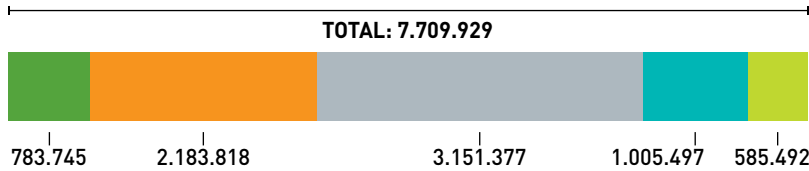
Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Distribuição das matrículas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Matrículas por região – 2018

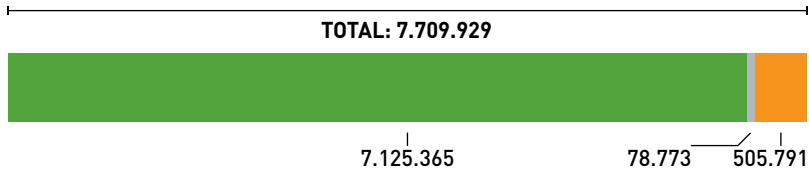


Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

REGIÕES

- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Matrículas por tipo de ensino – 2018



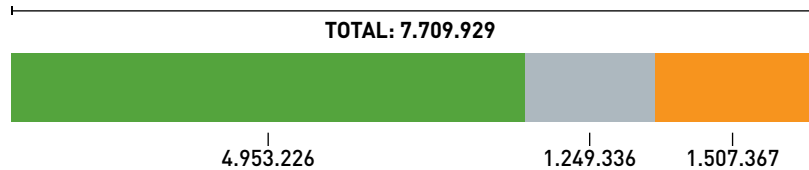
Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (3) e (4).

TIPO

- Ensino Médio
- Normal/Magistério
- Integrado à Educação Profissional

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Matrículas por turno – 2018



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (3), (4) e (14).

TURNO

- Matutino
- Vespertino
- Noturno



Laboratórios de ciências fazem parte da infraestrutura oferecida aos estudantes em apenas 38,8% das escolas públicas. ▲

Ensino Médio

Estabelecimentos da rede pública segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2018 (Em %)

Recurso disponível	
Biblioteca e/ou sala de leitura	85,7
Só biblioteca	53,8
Só sala de leitura	20,6
Sala de leitura e biblioteca	11,3
Acesso à internet	93,6
Laboratório de informática	82,1
Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	44,3
Quadra de esportes	72,8
Laboratório de ciências	38,8
Banheiro dentro do prédio	94,6
Água filtrada	85,5
Abastecimento de água	
Rede pública	87,1
Poço artesiano	13,7
Cacimba/cisterna/poço	6,0
Outros	1,6
Inexistente	0,5
Esgoto sanitário	
Rede pública	59,8
Fossa	42,3
Inexistente	1,3
Acesso à energia elétrica	99,7

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (11).

Ensino Médio**Taxa líquida de matrícula – 2012-2018 (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	61,0	62,3	64,2	65,4	67,3	67,5	68,7
Região Norte	49,7	52,7	55,3	56,5	58,1	59,0	62,4
Rondônia	50,2	53,5	55,9	59,9	62,0	56,5	65,8
Acre	62,1	67,2	62,1	67,1	65,9	65,8	63,3
Amazonas	49,3	52,7	56,3	55,9	60,4	64,7	65,8
Roraima	70,2	65,2	69,4	70,3	71,2	69,7	73,3
Pará	45,5	47,1	51,7	51,6	52,0	53,6	58,0
Amapá	58,4	59,5	57,7	62,6	68,1	59,9	62,0
Tocantins	57,8	65,4	62,8	67,2	64,9	70,0	70,7
Região Nordeste	50,6	51,7	53,9	56,1	58,1	59,6	60,4
Maranhão	53,0	55,4	59,1	59,4	63,2	60,8	63,5
Piauí	57,7	55,0	56,7	52,5	58,5	59,2	61,0
Ceará	58,7	61,6	60,1	61,9	66,7	68,5	73,0
Rio Grande do Norte	50,4	52,9	51,7	59,2	58,2	59,8	55,3
Paraíba	51,3	45,7	50,3	55,8	54,5	57,3	58,6
Pernambuco	52,2	54,4	57,5	58,4	60,4	60,5	61,8
Alagoas	43,0	42,8	47,0	49,7	53,5	56,6	57,3
Sergipe	40,0	45,9	46,3	50,3	49,6	51,0	48,6
Bahia	44,8	45,8	49,1	52,4	52,7	56,1	54,8
Região Sudeste	70,4	71,1	72,9	74,1	76,3	75,7	75,6
Minas Gerais	65,9	67,5	69,1	69,1	70,8	74,5	75,7
Espírito Santo	62,0	61,4	61,2	66,3	65,0	65,8	62,9
Rio de Janeiro	60,8	61,2	63,1	64,1	64,3	66,3	68,3
São Paulo	77,4	78,1	80,5	81,1	84,6	80,8	79,4
Região Sul	64,3	67,4	68,6	68,8	68,2	68,5	71,5
Paraná	65,4	64,8	69,5	70,2	69,8	72,7	72,2
Santa Catarina	68,2	74,1	76,3	72,9	72,7	73,1	77,8
Rio Grande do Sul	60,9	66,1	63,4	65,1	63,9	61,6	66,7
Região Centro-Oeste	64,8	66,5	66,6	65,8	69,8	69,6	71,7
Mato Grosso do Sul	51,1	56,7	54,7	52,8	54,9	59,6	66,8
Mato Grosso	71,5	70,4	74,7	75,1	80,0	77,7	77,4
Goiás	66,4	67,3	66,8	66,4	69,7	68,6	70,9
Distrito Federal	66,2	70,0	67,4	65,6	70,2	71,0	71,3
Regiões Metropolitanas							
Belém	57,3	50,5	56,4	55,8	56,2	63,1	70,7
Fortaleza	58,7	65,1	58,1	60,1	67,5	70,0	71,8
Recife	62,4	65,4	62,7	64,3	67,5	65,1	68,3
Salvador	48,7	51,7	50,7	56,2	55,6	61,1	63,3
Belo Horizonte	67,9	69,3	71,2	72,9	75,5	74,2	77,1
Rio de Janeiro	63,0	64,5	65,3	67,8	66,6	68,8	69,1
São Paulo	78,2	80,3	82,8	83,5	86,9	83,1	79,9
Curitiba	65,7	62,7	68,8	73,0	73,7	75,0	72,6
Porto Alegre	63,5	64,1	60,3	60,4	60,8	57,3	63,9

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (7) e (13).

Ensino Médio**Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – 2012-2018 (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	51,7	53,6	55,7	55,9	58,9	59,2	63,6
Região Norte	42,0	41,3	42,3	44,8	49,2	46,7	54,9
Rondônia	50,6	39,1	42,6	51,6	46,1	41,8	62,5
Acre	45,9	57,2	54,0	50,5	50,5	53,9	53,1
Amazonas	45,4	42,6	40,2	49,4	55,4	51,2	54,5
Roraima	62,6	50,7	64,5	60,8	65,4	63,3	67,8
Pará	35,2	36,5	37,9	36,2	43,6	41,5	50,6
Amapá	48,6	53,8	50,2	57,7	52,3	50,6	60,3
Tocantins	47,1	49,4	53,3	57,1	61,1	61,0	62,4
Região Nordeste	41,2	45,4	46,6	47,9	51,0	50,4	53,6
Maranhão	42,7	46,8	45,2	46,9	48,6	53,6	52,0
Piauí	40,5	44,5	44,7	53,1	42,0	45,0	54,7
Ceará	49,2	55,0	55,9	57,2	56,1	58,1	63,6
Rio Grande do Norte	44,1	44,7	56,3	44,9	58,5	46,8	50,1
Paraíba	48,8	46,8	46,1	50,4	50,5	53,1	52,8
Pernambuco	42,3	47,8	49,2	49,5	55,7	53,1	67,7
Alagoas	34,9	34,4	43,8	42,9	47,1	44,0	51,7
Sergipe	38,1	48,1	33,9	45,9	40,0	47,3	46,2
Bahia	34,4	39,6	40,6	41,5	49,3	46,1	43,3
Região Sudeste	59,8	61,1	64,9	63,6	65,5	67,4	70,8
Minas Gerais	50,3	59,2	59,4	55,6	62,3	65,7	62,4
Espírito Santo	57,9	59,4	57,6	50,2	59,8	61,7	59,9
Rio de Janeiro	56,8	52,5	56,1	58,7	56,5	56,4	62,7
São Paulo	66,5	65,5	71,3	70,9	70,8	73,5	78,3
Região Sul	55,9	57,1	57,7	58,8	60,4	62,1	66,2
Paraná	58,7	58,7	63,2	60,4	61,5	62,0	65,0
Santa Catarina	58,9	61,5	59,8	62,8	68,3	64,7	69,3
Rio Grande do Sul	51,1	52,7	50,9	54,7	54,3	60,3	65,6
Região Centro-Oeste	54,0	57,9	57,5	56,7	65,1	60,0	69,4
Mato Grosso do Sul	44,9	46,0	45,9	36,9	59,0	52,2	62,6
Mato Grosso	49,9	61,4	55,1	57,7	62,8	55,7	65,6
Goiás	54,9	57,9	58,9	59,9	64,2	60,6	70,2
Distrito Federal	64,6	64,7	66,2	65,7	73,8	68,7	76,5
Regiões Metropolitanas							
Belém	48,8	43,4	45,9	39,6	62,1	53,8	63,7
Fortaleza	53,8	56,5	61,1	58,1	60,4	56,8	63,5
Recife	56,7	52,1	59,0	59,2	67,8	59,9	77,6
Salvador	40,0	46,9	48,6	50,6	61,2	56,6	61,6
Belo Horizonte	57,2	62,3	56,9	53,4	67,0	71,1	70,9
Rio de Janeiro	54,8	51,6	57,0	62,6	57,7	56,3	65,9
São Paulo	68,1	69,2	68,1	71,1	73,5	74,7	81,5
Curitiba	65,6	63,6	65,1	67,4	65,8	64,8	67,2
Porto Alegre	54,4	57,6	56,2	56,9	51,8	56,9	77,3

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ⑦.



Já é hora de um Ensino Médio mais atrativo

Fazer do ambiente escolar um lugar interessante e conveniente às demandas dos estudantes é hoje um desafio global. Além das defasagens de aprendizagem herdadas das etapas anteriores, as adversidades do Ensino Médio brasileiro relacionam-se, principalmente, a um problema de arquitetura curricular, baixo incentivo ao protagonismo juvenil e pouca conexão com os interesses da juventude.

Nesse sentido, são desejáveis as recentes modificações na etapa lançadas pela Lei 13.145/2017, que apontam para a ampliação da oferta de diferentes trajetórias de formação, além da expansão da jornada escolar. Embora ainda não exista consenso sobre como serão operacionalizadas tais propostas nos entes federativos, é preciso avançar nas discussões e definições já em andamento sobre a reorganização do Ensino Médio, garantindo no governo federal estrutura de apoio aos estados para a implementação das mudanças.

À luz do documento Educação Já!, propomos a diretriz de repensar e implementar uma nova proposta pedagógica que configure uma escola de Ensino Médio que realmente faça sentido e diferença na vida dos adolescentes e jovens brasileiros. Como forma de viabilizá-la, propomos:

- Ampliar a comunicação e a orientação aos gestores educacionais e à sociedade sobre como será o novo modelo do ensino, reforçando os pontos-chave das mudanças definidas e buscando maior engajamento dos principais atores.
- Garantir apoio aos estados para a implementação do novo Ensino Médio nas redes, com destaque para:
 - Aprimorar os programas e ações existentes no Ministério da Educação (MEC), como o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e o ProBNCC, fazendo com que a União ofereça orientações técnicas e suporte financeiro para a implementação da nova proposta em todas as redes.
 - Aprimorar o apoio à implementação da formação técnica e profissional no Ensino Médio, apoiando o mapeamento e estruturação dessa oferta nos estados por meio de auxílio técnico e financeiro.
- Adaptar políticas nacionais de natureza pedagógica à nova proposta de Ensino Médio, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), as políticas de disponibilização de recursos digitais, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), bem como todo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).
- Expandir o programa já existente de fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral, priorizando as áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica, de forma que a ampliação da carga horária seja um elemento viabilizador de uma nova proposta capaz de tornar a experiência escolar mais atrativa aos jovens e melhorar os resultados de aprendizagem.

Essas medidas representam um esforço efetivo capaz de superar os desafios históricos da etapa e aumentam de relevância diante de um contexto de níveis baixíssimos de aprendizagem e altas taxas de evasão e reprovação. A janela de oportunidade é única. A hora é agora.

Caio Sato

Coordenador do Núcleo de Inteligência do Todos Pela Educação.



POPULAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

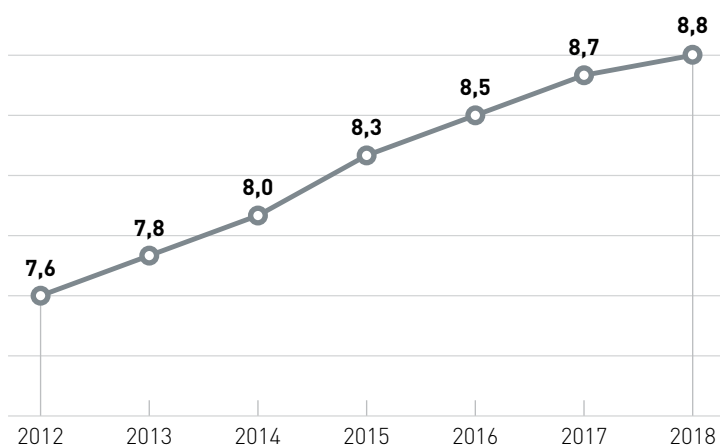
O PNE dedica especial atenção às populações do campo, àqueles que vivem em áreas indígenas e aos remanescentes de quilombos, como forma de superar os entraves que impedem a redução das desigualdades na Educação. O desafio, porém, não é apenas quantitativo. É necessário promover uma real inclusão desses grupos, por meio de instrumentos como a utilização da língua indígena e de material específico voltado aos quilombolas.

44

POPULAÇÃO DO CAMPO

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Campo

Em anos de estudo



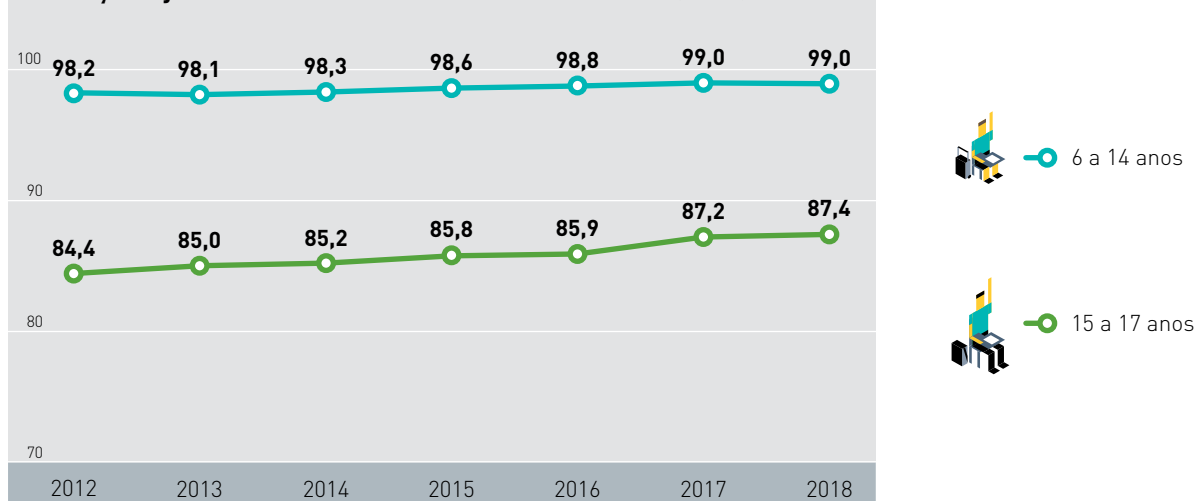
Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (26).

5,5 milhões
foi o total de matrículas
no campo em 2018

A escolaridade na área rural manteve, em 2018, o crescimento praticamente constante

Crianças e jovens na escola - Zona Rural - 2012-2018 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (7).

256,9 mil

matrículas foram registradas na Educação Indígena em 2018

POPULAÇÃO INDÍGENA

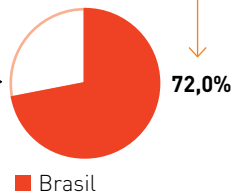
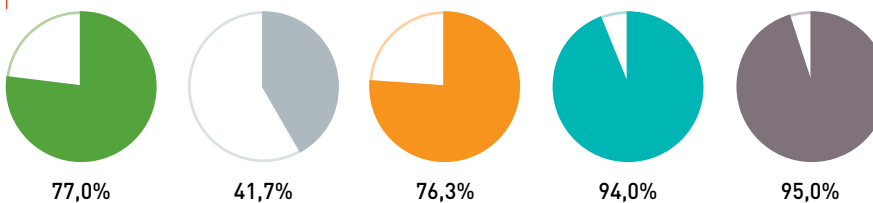
Escolas indígenas que ministram as aulas utilizando a língua indígena Brasil e Regiões - 2018 - Educação Básica - Todas as redes

Número de Estabelecimentos

TOTAL: 2.373



Em %



No Brasil, a maioria das escolas indígenas oferece aulas utilizando a língua indígena.

REGIÕES

- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste

POPULAÇÃO QUILOMBOLA

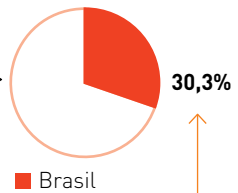
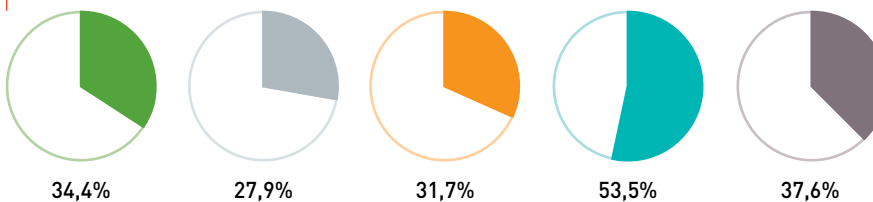
Escolas quilombolas com material específico para este grupo étnico Brasil e Regiões - 2018 - Educação Básica - Todas as redes

Número de Estabelecimentos

TOTAL: 749



Em %



Somente um terço das escolas quilombolas do Brasil contam com material específico para este grupo étnico.

258,6 mil

matrículas foram registradas em escolas de áreas quilombolas em 2018



EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

META DO PNE

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A inclusão de crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência na escola, prioritariamente em classes comuns, é um desafio global, definido em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Há evidências de que a inclusão vem sendo ampliada, como pode ser observado pela porcentagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns no Brasil. A taxa passou de 46,8%, em 2007, para 85,9%, em 2018. Entre 2017 e 2018, o crescimento foi de 17,4 pontos percentuais na Educação Infantil, 10,9 pontos percentuais no Ensino Fundamental e 23,4 pontos percentuais no Ensino Médio.

Contudo, faltam informações que permitam avançar na compreensão desse quadro. Os dados são relativos apenas a quem está na escola, via Censo Escolar. Não há estatísticas satisfatórias sobre as crianças e jovens pertencentes a esse grupo que não possuem acesso à Educação, pois o Censo Demográfico, além de ser decenal, ainda precisa aprimorar a forma de apuração e de coleta das informações sobre essa população.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso é essencial a análise de recortes por região, localidade, renda e raça/cor.

17,9% das escolas da zona rural possuem dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, enquanto o mesmo ocorre para 44,2% das instituições da zona urbana.

16,1% das escolas da zona rural possuem sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nas escolas localizadas na zona urbana, esses recursos estão disponíveis em 31,5% dos estabelecimentos.

Educação Especial/Inclusiva

Taxa de atendimento da população de 4 a 17 anos com dificuldade permanente de ouvir, que frequenta a escola
Brasil e regiões – 2010

Dificuldade permanente de ouvir								
Região	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	89	662.614	90	520.837	86	94.604	84	47.167
Norte	87	81.698	89	66.959	83	10.593	75	4.144
Nordeste	89	262.131	91	211.955	86	37.022	78	13.153
Sudeste	90	209.015	91	158.382	87	30.279	88	20.353
Sul	89	68.472	89	51.496	88	11.035	85	5.939
Centro-Oeste	89	41.298	89	32.045	86	5.675	89	3.578

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial/Inclusiva

Taxa de atendimento da população de 4 a 17 anos com dificuldade permanente de enxergar, que frequenta a escola
Brasil e regiões – 2010

Dificuldade permanente de enxergar								
Região	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	93	3.060.793	93	2.644.654	90	362.226	84	53.907
Norte	92	286.180	92	249.915	89	33.054	73	3.210
Nordeste	93	1.220.182	93	1.067.449	90	141.823	80	10.909
Sudeste	93	1.068.738	94	916.920	91	123.675	87	28.142
Sul	91	282.717	92	235.919	89	39.062	85	7.734
Centro-Oeste	92	202.976	92	174.451	91	24.612	83	3.912

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial/Inclusiva

Taxa de atendimento da população de 4 a 17 anos com dificuldade permanente de caminhar, que frequenta a escola
Brasil e regiões – 2010

Dificuldade permanente de caminhar								
Região	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	77	349.919	86	238.467	74	66.630	53	44.818
Norte	74	41.084	83	31.379	67	6.664	41	3.041
Nordeste	77	131.530	86	96.744	73	25.006	41	9.779
Sudeste	79	118.158	87	72.969	77	23.182	62	22.006
Sul	77	38.029	85	23.421	74	7.910	59	6.697
Centro-Oeste	78	21.118	86	13.954	75	3.868	59	3.295

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Elaboração: Todos Pela Educação.

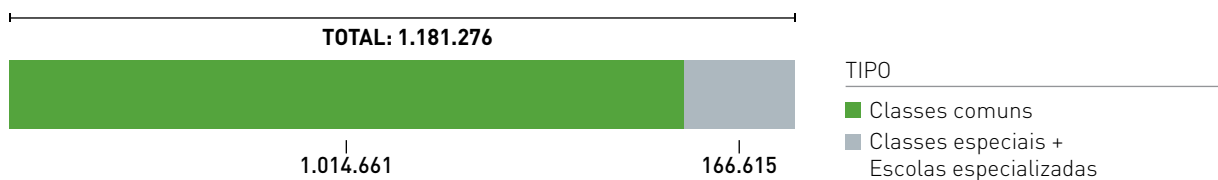
Educação Especial/Inclusiva

Taxa de atendimento da população de 4 a 17 anos com e sem deficiência mental/intelectual permanente, que frequenta a escola

Brasil e regiões – 2010

Região	Deficiência mental/intelectual permanente			
	Sem deficiência permanente		Com deficiência permanente	
	%	População	%	População
Brasil	91	41.182.993	70	324.979
Norte	88	4.127.553	65	30.767
Nordeste	92	12.718.914	66	105.089
Sudeste	92	15.938.393	74	120.920
Sul	90	5.377.840	74	45.867
Centro-Oeste	90	3.020.293	76	22.336

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial/Inclusiva
Matrículas – Brasil – 2018

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ③.

Educação Especial/Inclusiva

Condições de oferta em escolas da Educação Básica com estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (Em %)

Brasil – 2018

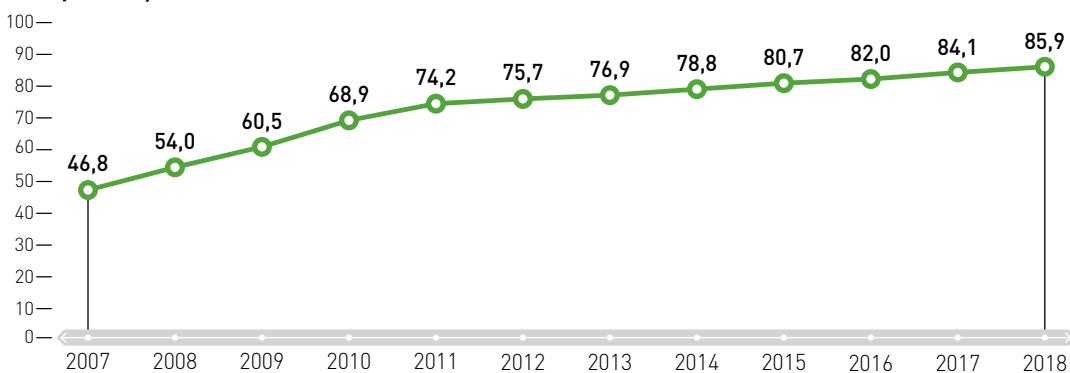
	Urbana	Rural
Escolas com sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)	31,5	16,1
Escolas com banheiro adequado ao uso dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	58,4	25,9
Escolas com dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	44,2	17,9

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ⑮.

**Educação Especial/Inclusiva**

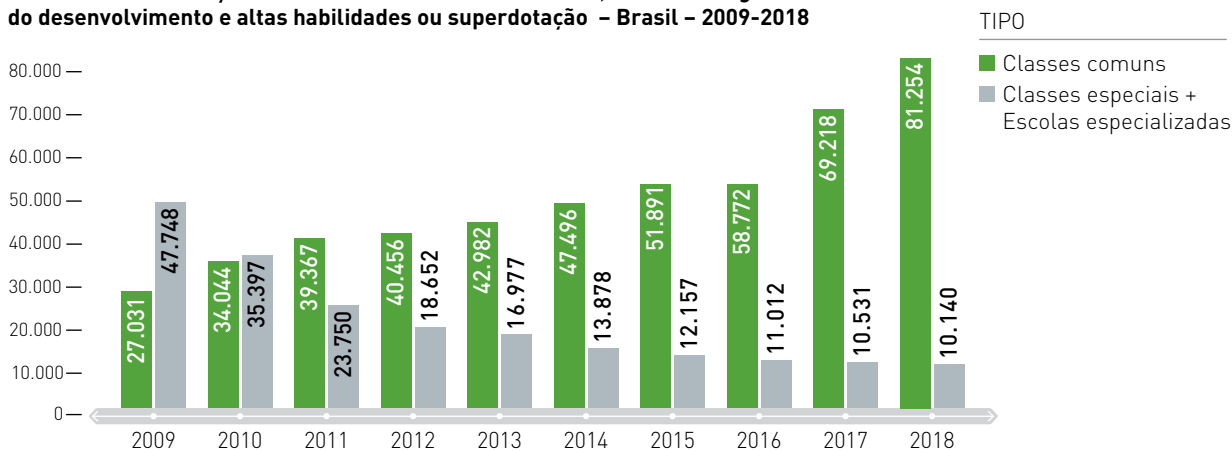
Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns – Brasil – 2007-2018 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial/Inclusiva

Matrículas na Educação Infantil de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação – Brasil – 2009-2018

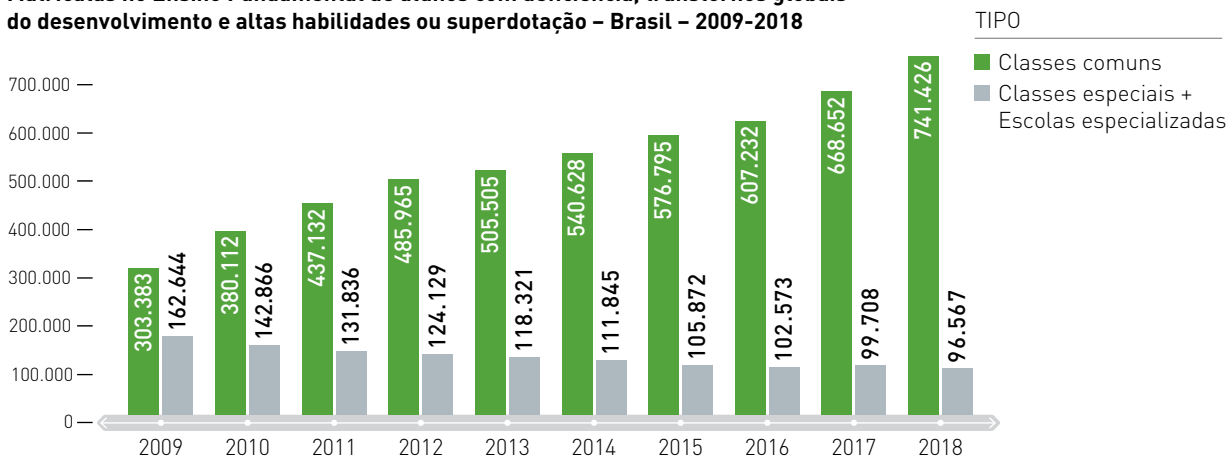


Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: ③ e ④.

Educação Especial/Inclusiva

Matrículas no Ensino Fundamental de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação – Brasil – 2009-2018

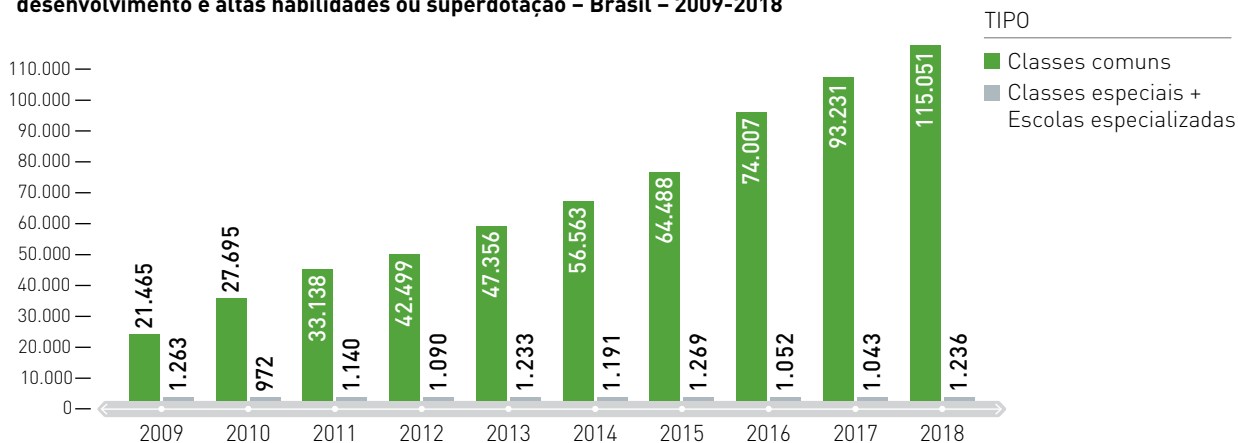


Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: ③ e ④.

Educação Especial/Inclusiva

Matrículas no Ensino Médio de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação – Brasil – 2009-2018



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: ③ e ④.

Educação Especial/Inclusiva**Matrículas em classes comuns, classes especiais e escolas especializadas – Brasil – 2018**

Por unidades da federação

Unidade da federação	Total	Classes comuns	Classes especiais + Escolas especializadas
Brasil	1.181.276	1.014.661	166.615
Região Norte	108.990	101.135	7.855
Rondônia	12.751	10.938	1.813
Acre	10.182	10.182	0
Amazonas	17.650	14.644	3.006
Roraima	2.814	2.814	0
Pará	45.567	45.212	355
Amapá	5.652	5.314	338
Tocantins	14.374	12.031	2.343
Região Nordeste	324.209	311.957	12.252
Maranhão	40.162	37.305	2.857
Piauí	21.432	21.171	261
Ceará	57.567	56.316	1.251
Rio Grande do Norte	19.035	19.034	1
Paraíba	22.747	21.979	768
Pernambuco	41.852	38.498	3.354
Alagoas	22.124	21.968	156
Sergipe	9.249	8.853	396
Bahia	90.041	86.833	3.208
Região Sudeste	421.417	346.699	74.718
Minas Gerais	136.026	107.474	28.552
Espírito Santo	25.909	25.909	0
Rio de Janeiro	67.681	56.798	10.883
São Paulo	191.801	156.518	35.283
Região Sul	226.583	169.695	56.888
Paraná	102.330	60.350	41.980
Santa Catarina	34.776	33.970	806
Rio Grande do Sul	89.477	75.375	14.102
Região Centro-Oeste	100.077	85.175	14.902
Mato Grosso do Sul	19.932	14.738	5.194
Mato Grosso	24.226	19.359	4.867
Goiás	38.922	36.741	2.181
Distrito Federal	16.997	14.337	2.660

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (3) e (4).

Educação Especial/Inclusiva**Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns – Brasil – 2007-2018 (Em %)**

Por unidades da federação

Unidade da federação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	46,8	54,0	60,5	68,9	74,2	75,7	76,9	78,8	80,7	82,0	84,1	85,9
Região Norte	47,7	56,5	64,0	75,6	83,5	85,6	87,8	88,9	90,2	90,7	91,6	92,8
Rondônia	42,1	52,5	54,2	65,1	73,6	75,1	78,7	79,8	83,0	84,3	84,3	85,8
Acre	55,1	69,7	78,1	85,4	92,5	100	100	100	100	100	100	100
Amazonas	29,2	44,3	47,2	56,8	66,1	71,1	74,3	76,1	78,7	79,5	81,5	83,0
Roraima	63,3	85,9	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Pará	53,1	57,5	70,7	84,4	92,8	94,7	95,6	97,7	97,8	98,3	98,9	99,2
Amapá	53,2	68,2	67,6	79,7	81,7	84,0	84,6	84,9	88,1	87,9	86,9	94,0
Tocantins	50,6	57,4	61,6	72,9	78,6	77,0	78,2	78,7	80,3	81,3	82,3	83,7
Região Nordeste	53,0	59,3	68,8	79,6	86,8	88,9	90,4	91,9	93,5	94,3	95,3	96,2
Maranhão	50,1	54,3	64,5	76,1	81,4	82,9	84,5	85,8	87,0	88,6	91,1	92,9
Piauí	42,8	45,9	64,8	81,1	96,3	96,4	97,1	98,0	98,2	97,0	98,6	98,8
Ceará	63,0	65,9	71,4	76,6	86,4	88,5	93,3	94,9	96,2	97,0	97,3	97,8
Rio Grande do Norte	59,3	83,0	94,7	97,0	98,9	99,8	99,8	99,9	100	100	100	100
Paraíba	58,1	70,9	73,4	86,5	92,3	94,3	94,9	95,3	95,5	96,4	97,0	96,6
Pernambuco	33,4	39,7	47,2	62,7	73,0	77,7	79,1	81,0	86,3	87,7	89,2	92,0
Alagoas	60,8	71,6	81,2	91,5	95,5	95,4	97,1	97,5	99,4	99,7	99,3	99,3
Sergipe	39,1	49,4	54,0	66,7	78,1	81,5	85,2	89,5	91,3	93,2	95,0	95,7
Bahia	57,6	62,4	75,3	85,6	90,0	91,4	91,8	93,5	94,3	94,7	95,7	96,4
Região Sudeste	48,5	55,6	59,1	64,5	67,2	70,4	71,8	73,5	75,2	77,4	80,0	82,3
Minas Gerais	35,8	44,6	42,2	50,2	55,9	61,7	63,8	66,4	69,5	72,0	75,7	79,0
Espírito Santo	43,2	54,4	46,0	100	99,7	100	100	100	99,9	99,8	100	100
Rio de Janeiro	35,6	44,8	48,0	59,8	68,6	71,8	73,0	75,2	77,0	79,2	81,4	83,9
São Paulo	58,7	63,7	68,9	69,8	70,1	72,1	73,3	74,7	75,6	77,8	80,0	81,6
Região Sul	38,2	43,0	51,4	62,2	69,0	65,8	66,1	68,5	70,7	71,2	73,3	74,9
Paraná	37,8	35,9	37,8	50,9	58,3	50,0	48,3	49,8	51,5	52,7	56,3	59,0
Santa Catarina	35,8	41,9	90,8	92,0	93,1	93,9	94,1	95,7	97,8	97,4	98,0	97,7
Rio Grande do Sul	40,4	51,3	53,9	64,3	71,6	75,9	77,8	79,9	81,3	82,0	83,1	84,2
Região Centro-Oeste	45,4	56,4	63,3	70,5	75,1	78,7	78,7	80,4	81,1	81,7	83,3	85,1
Mato Grosso do Sul	43,1	52,3	56,3	63,5	68,3	69,6	70,1	72,3	74,2	74,1	73,2	73,9
Mato Grosso	36,7	41,6	47,4	52,7	58,9	67,1	71,1	73,0	74,9	77,2	79,0	79,9
Goiás	53,0	67,2	81,4	89,3	91,4	94,0	92,2	96,1	95,4	92,3	93,3	94,4
Distrito Federal	44,9	55,0	57,1	65,3	71,1	72,7	74,3	71,7	72,2	76,7	80,4	84,4

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.



ALFABETIZAÇÃO ATÉ 8 ANOS

META DO PNE

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Se as desigualdades do sistema educacional brasileiro já ficam claras nos índices de acesso e permanência com trajetória adequada, tornam-se ainda mais agudas quando se analisam os indicadores de aprendizagem.

Ao longo das diversas etapas escolares, o primeiro momento de avaliação dos alunos é a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que mede o grau de domínio de conhecimentos específicos de Leitura, Escrita e Matemática ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Os resultados das últimas edições da prova (2014 e 2016) mostram que os problemas de aprendizagem começam cedo: o Brasil não consegue alfabetizar adequadamente a maioria das crianças. Em 2016, menos da metade dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental atingiram níveis de proficiência suficientes em Leitura e Matemática: 45,3% e 45,5%, respectivamente.

A aprendizagem adequada nesta etapa é importante para que se construa uma Educação de qualidade. É preciso, antes de tudo, garantir que todas as crianças saibam ler e escrever plenamente e tenham conhecimentos básicos de Matemática na idade certa, permitindo continuarem sua trajetória escolar, acessando e produzindo novos conhecimentos.

52



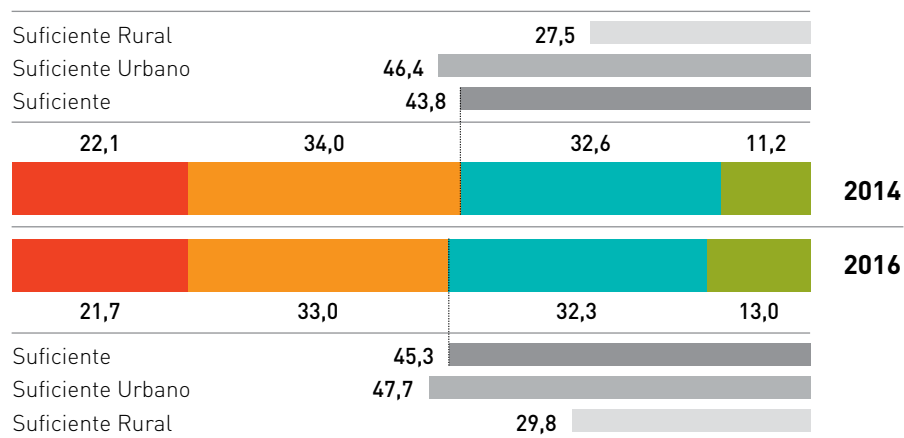
DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de recortes por região, localidade, renda e raça/cor.

14,1% das crianças do grupo de nível socioeconômico muito baixo possuem nível suficiente de alfabetização, no que se refere às habilidades de Leitura. Esse nível é alcançado por 83,5% das crianças com NSE muito alto.

29,8% das crianças da zona rural atingem nível suficiente na avaliação da Leitura, enquanto o mesmo ocorre com 47,7% das crianças que estudam na zona urbana.

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em Leitura – Brasil – 2014 e 2016



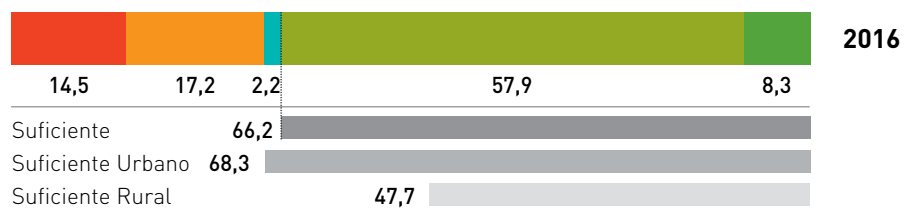
NÍVEIS

- Nível 1
- Nível 2
- Nível 3
- Nível 4

Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização.

Nota: (17).

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental por nível suficiente de proficiência em Escrita – Brasil – 2016



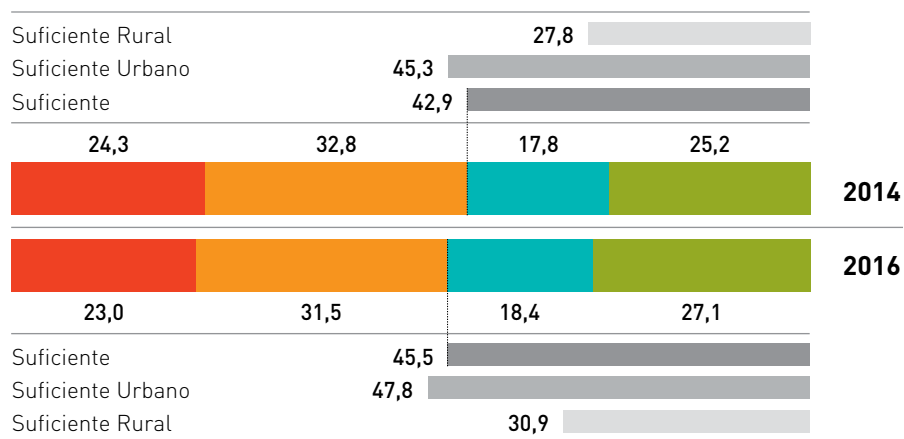
NÍVEIS

- Nível 1
- Nível 2
- Nível 3
- Nível 4
- Nível 5

Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização.

Notas: (16) e (18).

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em Matemática – Brasil – 2014 e 2016



NÍVEIS

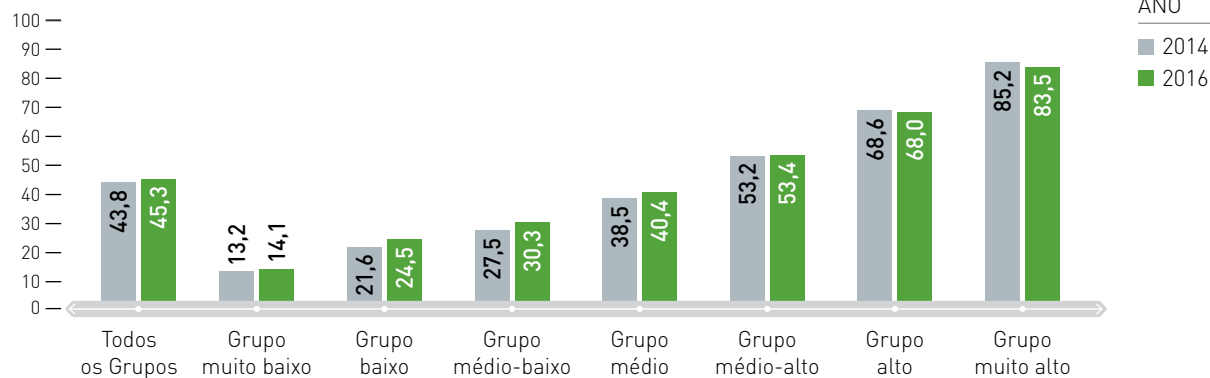
- Nível 1
- Nível 2
- Nível 3
- Nível 4

Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização.

Nota: (19).

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível suficiente de alfabetização em Leitura

Por Grupo de Nível Socioeconômico (NSE) da escola – Brasil – 2014 e 2016

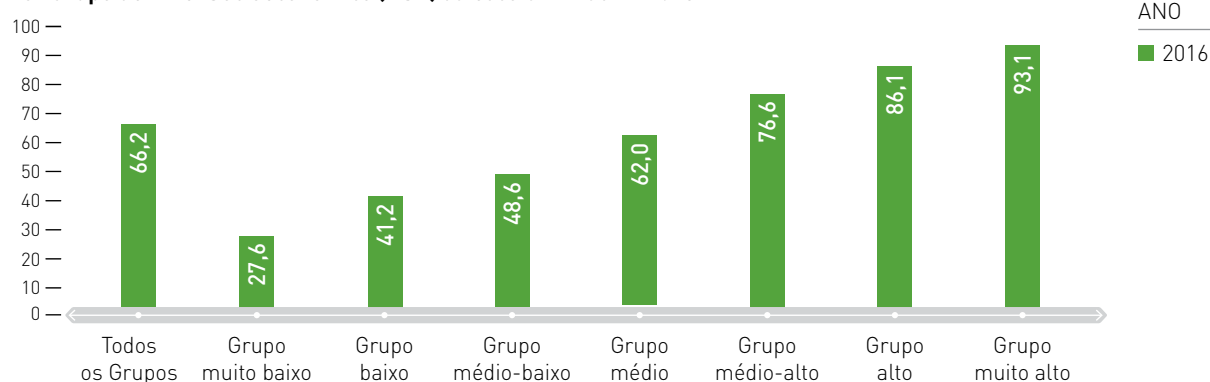


Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 17.

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível suficiente de alfabetização em Escrita

Por Grupo de Nível Socioeconômico (NSE) da escola – Brasil – 2016

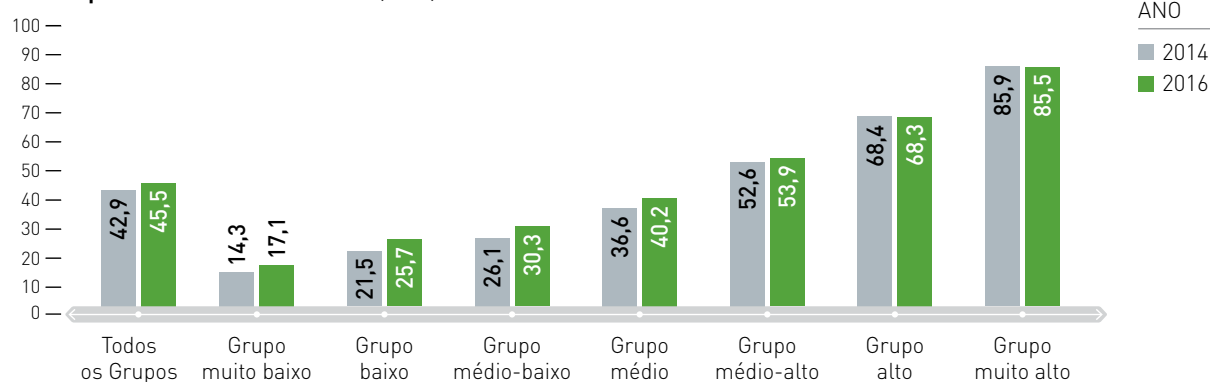


Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 16 e 18.

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível suficiente de alfabetização em Matemática

Por Grupo de Nível Socioeconômico (NSE) da escola – Brasil – 2014 e 2016



Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização – Elaboração: Todos Pela Educação.

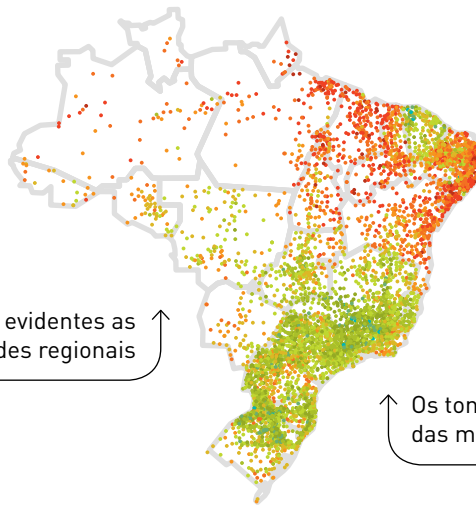
Nota: 19.

Porcentagem de alunos no nível suficiente de alfabetização na rede pública
Por município brasileiro – 2016

PORCENTAGEM

- De 0% a 10%
- De 10% a 20%
- De 20% a 30%
- De 30% a 40%
- De 40% a 50%
- De 50% a 60%
- De 60% a 70%
- De 70% a 80%
- De 80% a 90%
- De 90% a 100%

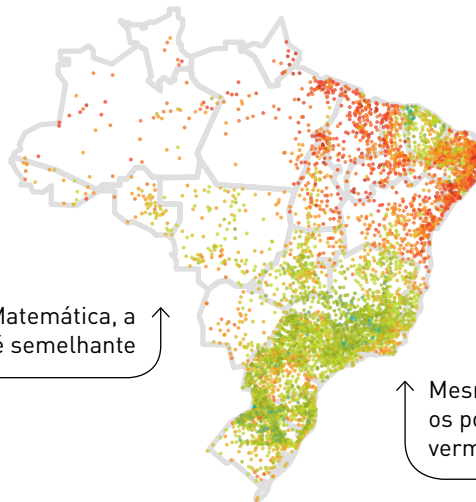
Leitura



No mapa, ficam evidentes as desigualdades regionais

Os tons esverdeados se aproximam das médias nacionais

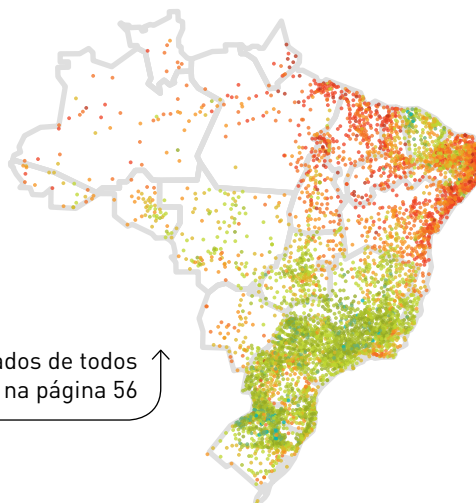
Escrita



Em Leitura, Escrita e Matemática, a distribuição no mapa é semelhante

Mesmo onde predominam os pontos verdes, há pontos vermelhos e laranjas

Matemática



A região Nordeste concentra os resultados mais baixos

Observe os resultados de todos os estados na página 56

Fonte: ANA/Inep/MEC 2016 e Estatísticas Municipais do IBGE 2015.

Alfabetização até 8 anos**Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível suficiente de alfabetização em Leitura, Escrita e Matemática – 2014 e 2016**

Por unidades da federação, na rede pública

	Leitura		Escrita	Matemática	
	2014	2016	2016	2014	2016
Brasil	43,8	45,3	66,2	42,9	45,5
Região Norte	27,5	29,8	47,0	25,1	29,3
Rondônia	39,1	40,0	61,5	38,7	40,7
Acre	44,7	45,5	62,7	40,6	46,7
Amazonas	29,9	33,7	47,5	28,1	32,6
Roraima	33,8	29,0	48,4	31,1	29,2
Pará	21,2	23,6	40,1	18,6	23,1
Amapá	20,6	20,6	40,9	17,1	19,5
Tocantins	35,6	35,4	57,6	32,2	34,5
Região Nordeste	27,6	30,9	49,2	25,9	30,6
Maranhão	18,6	22,7	40,1	16,3	22,7
Piauí	24,2	29,1	46,1	21,2	28,0
Ceará	52,2	54,8	70,7	48,7	51,7
Rio Grande do Norte	29,1	32,3	59,2	24,4	30,6
Paraíba	24,6	28,5	44,4	23,9	28,7
Pernambuco	27,7	29,4	48,2	29,0	31,0
Alagoas	21,1	23,8	43,6	20,1	24,1
Sergipe	19,4	19,8	44,1	18,9	20,5
Bahia	24,0	27,3	45,2	22,2	27,2
Região Sudeste	56,7	56,3	78,5	57,1	57,3
Minas Gerais	63,8	62,4	79,3	62,7	62,2
Espírito Santo	50,3	52,6	74,9	49,3	53,6
Rio de Janeiro	40,7	40,3	64,8	38,7	39,5
São Paulo	59,6	58,7	82,9	61,7	60,8
Região Sul	54,5	55,1	80,2	53,9	55,6
Paraná	55,5	55,3	85,6	55,0	55,6
Santa Catarina	60,8	60,8	84,8	60,7	62,2
Rio Grande do Sul	49,8	51,1	71,0	48,8	51,2
Região Centro-Oeste	47,7	48,8	70,5	45,1	48,1
Mato Grosso do Sul	45,0	43,9	66,7	42,3	42,3
Mato Grosso	45,3	46,7	72,0	43,3	46,3
Goiás	48,1	49,8	69,1	44,8	48,6
Distrito Federal	53,1	55,5	76,4	51,7	56,7

Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (16), (17), (18) e (19).



EDUCAÇÃO JÁ!

Alfabetização: o primeiro passo é se inspirar no que já dá certo

Metade dos alunos brasileiros chega ao final do 3º ano do Ensino Fundamental sem estar plenamente alfabetizada. Este dado mostra que não só estamos prejudicando o futuro de milhões de crianças, mas, também, inviabilizando o sonho de um País mais desenvolvido.

Diante de um cenário tão crítico, no entanto, há uma notícia positiva: temos experiências nacionais que mostram ser possível uma alfabetização na idade adequada (similar à praticada em países desenvolvidos), mesmo em contextos socioeconômicos desafiadores. Como exemplos positivos, destacam-se os casos de Minas Gerais (Programa de Intervenção Pedagógica), de São Paulo (Programa Ler e Escrever) e do Ceará (Programa de Alfabetização na Idade Certa). Este último tem ainda mais notoriedade por ter conseguido aliar bons resultados com forte melhora da equidade, mesmo sendo uma das economias mais pobres do País.

Entender os principais fatores que levaram iniciativas como estas ao êxito é fundamental para pensarmos nas políticas educacionais voltadas à alfabetização. São nelas, inclusive, que se inspiram as propostas do Educação Já!, construídas em conjunto com um grupo de especialistas no tema. Destacam-se a seguir três destes fatores.

Primeiramente, é essencial o reconhecimento de que os estados têm um papel relevante de apoio e indução aos municípios, mesmo não sendo os responsáveis únicos e diretos pela alfabetização. Nesse sentido, é fundamental o estabelecimento de uma governança de cooperação entre um governo estadual e os municípios no seu território, para que as ações de uma política de alfabetização não fiquem restritas a apenas algumas localidades.

Em segundo lugar, o foco absoluto da colaboração entre esses entes deve estar no apoio pedagógico ao trabalho docente, com a garantia de um conjunto de elementos fundamentais - currículo de qualidade, materiais didáticos para alunos e professores, formação continuada e avaliações processuais estruturadas - somados ao fortalecimento da gestão escolar.

Por fim, é primordial o comprometimento político com avanços nos resultados. Muito mais do que discursos, é importante evitar ingerências, formar equipes altamente qualificadas e acompanhar de perto as ações e os resultados, corrigindo a rota sempre que preciso. Mecanismos tributários de indução, em que municípios que obtêm avanços nos resultados recebem mais recursos do Estado, se mostram fundamentais para elevar este comprometimento.

Apesar do grave quadro que ainda temos na alfabetização das crianças brasileiras, é possível mudar o cenário, e rápido. Se inspirar no que já dá certo é o primeiro passo.

Gabriel Corrêa

Gerente de Políticas Educacionais do Todos Pela Educação.



EDUCAÇÃO INTEGRAL

META DO PNE

Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.

Os dados referentes às matrículas em tempo integral no Ensino Fundamental apresentaram significativas variações. Em 2018, a etapa foi a única que teve queda no número de matrículas nessa modalidade de ensino. Nos Anos Iniciais, a redução foi de 34,4% em relação a 2017, enquanto nos Anos Finais houve uma diminuição de 30,8% nesse mesmo período.

Vale destacar, por outro lado, que, no Ensino Médio, as matrículas em tempo integral vêm crescendo de modo progressivo, tanto em números absolutos como em relação ao total. Por exemplo, na comparação entre o número de matrículas de 2017 e 2018, registra-se um aumento de 19,2%.

Na Educação Infantil, a tendência nos últimos anos é o aumento do número de alunos matriculados nessa modalidade de ensino, embora possamos observar uma estabilidade na proporção em relação ao total, o que, por sua vez, é decorrente de um aumento nas matrículas na etapa.

58



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso é essencial a análise de recortes por região, localidade, renda e raça/cor.

3,5% das matrículas da Educação Básica no Amapá se enquadram nos critérios de tempo integral. No Ceará, a proporção sobe para 20,1%.

14,7% das escolas públicas do Norte possuem pelo menos uma matrícula em tempo integral, enquanto o mesmo ocorre em 42,8% na região Sudeste.

Educação integral**Escolas públicas da Educação Básica com pelo menos uma matrícula em tempo integral**

Brasil e regiões – 2016-2018

Região	2016		2017		2018	
	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral
Brasil	32,4	47.113	40,1	57.670	32,9	46.429
Norte	15,2	3.214	20,6	4.315	14,7	3.036
Nordeste	23,7	13.484	37,5	20.731	28,6	15.157
Sudeste	45,3	18.052	48,6	19.426	42,8	17.035
Sul	45,6	9.137	47,9	9.561	41,7	8.264
Centro-Oeste	41,6	3.226	46,7	3.637	37,7	2.937

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (20).

Educação integral**Matrículas em tempo integral em escolas públicas da Educação Básica**

Brasil e regiões – 2016-2018

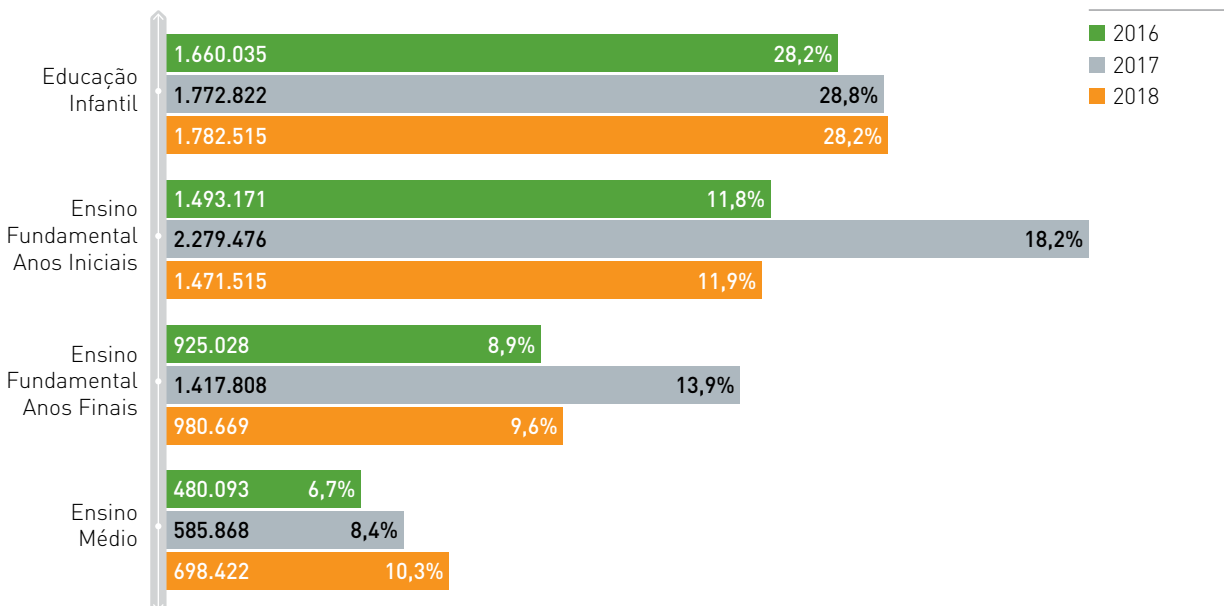
Região	2016		2017		2018	
	%	Matrículas	%	Matrículas	%	Matrículas
Brasil	11,6	4.578.349	15,5	6.077.357	12,7	4.955.365
Norte	7,2	327.697	10,7	484.055	7,7	348.206
Nordeste	11,7	1.367.654	19,8	2.330.534	15,3	1.777.631
Sudeste	12,5	1.851.632	14,2	2.078.362	12,6	1.834.142
Sul	13,9	739.781	15,4	820.286	13,1	697.553
Centro-Oeste	9,9	291.585	12,3	364.120	9,9	297.833

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (20).

Educação integral**Total e percentual de matrículas em tempo integral em escolas públicas por etapa de ensino**

Brasil – 2016-2018



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (20).

Educação integral

Escolas da rede pública que oferecem matrículas em tempo integral segundo os recursos disponíveis no estabelecimento – Brasil – 2018 (Em %)

Recursos	
Auditório	11,0
Biblioteca e/ou sala de leitura	53,1
Cozinha	98,0
Laboratório de ciências	9,8
Laboratório de informática	40,9
Quadra de esportes	36,8
Refeitório	60,2
Banheiro dentro do prédio	95,4

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (20).



As atividades musicais estão entre as que mais atraem os estudantes em tempo integral. ▲

O número de matrículas em tempo integral variou significativamente entre 2017 e 2018.

Educação integral**Escolas públicas da Educação Básica com pelo menos uma matrícula em tempo integral**

Por regiões e unidades da federação – 2017 e 2018

Unidade da federação	2017		2018	
	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral
Brasil	40,1	57.670	32,9	46.429
Região Norte	20,6	4.315	14,7	3.036
Rondônia	20,3	228	14,7	161
Acre	13,1	206	8,5	131
Amazonas	21,3	1.089	10,1	510
Roraima	8,3	65	8,1	64
Pará	19,0	1.915	16,6	1.639
Amapá	10,9	83	6,5	49
Tocantins	49,0	729	32,7	482
Região Nordeste	37,5	20.731	28,6	15.157
Maranhão	22,9	2.582	20,1	2.194
Piauí	34,8	1.549	33,5	1.410
Ceará	56,6	3.527	39,3	2.389
Rio Grande do Norte	33,3	980	23,5	672
Paraíba	42,4	1.785	31,7	1.286
Pernambuco	43,4	2.879	24,9	1.574
Alagoas	41,8	1.058	37,2	923
Sergipe	33,5	589	26,2	447
Bahia	38,1	5.782	29,5	4.262
Região Sudeste	48,6	19.426	42,8	17.035
Minas Gerais	48,8	5.999	42,0	5.094
Espírito Santo	25,3	712	20,9	575
Rio de Janeiro	49,2	3.203	41,6	2.708
São Paulo	51,9	9.512	47,1	8.658
Região Sul	47,9	9.561	41,7	8.264
Paraná	46,9	3.425	40,3	2.947
Santa Catarina	52,3	2.736	50,5	2.618
Rio Grande do Sul	45,9	3.400	36,9	2.699
Região Centro-Oeste	46,7	3.637	37,7	2.937
Mato Grosso do Sul	54,2	709	46,4	611
Mato Grosso	40,0	918	32,4	739
Goiás	47,7	1.680	36,2	1.277
Distrito Federal	50,4	330	47,1	310

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (20).

Educação integral**Matrículas em tempo integral em escolas públicas da Educação Básica e por etapa de ensino**

Por regiões e unidades da federação – 2018

Unidade da federação	Educação Básica		Educação Infantil		Ensino Fundamental / Anos Iniciais		Ensino Fundamental / Anos Finais		Ensino Médio	
	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total
Brasil	12,7	4.955.365	28,2	1.782.515	11,9	1.471.515	9,6	980.669	10,3	698.422
Região Norte	7,7	348.206	7,6	44.696	9,2	146.977	8,5	102.482	7,1	52.148
Rondônia	3,9	14.693	6,5	2.763	1,4	1.927	3,6	3.869	10,7	5.976
Acre	5,7	15.488	12,0	4.385	5,2	4.588	3,7	2.321	11,3	4.145
Amazonas	6,6	71.550	2,8	3.704	5,8	21.684	9,5	26.761	9,6	19.091
Roraima	4,7	6.632	8,8	2.005	0,2	82	1,1	432	19,5	4.086
Pará	8,0	166.764	7,3	19.969	11,6	87.608	9,0	49.681	2,6	8.615
Amapá	3,5	6.996	0,4	84	5,5	4.024	0,2	120	8,3	2.720
Tocantins	18,4	66.083	21,1	11.786	22,2	27.064	18,8	19.298	12,6	7.515
Região Nordeste	15,3	1.777.631	15,7	265.306	17,2	607.935	17,7	538.640	17,8	350.779
Maranhão	14,8	266.548	4,2	11.757	20,4	117.762	25,6	122.472	4,6	13.602
Piauí	17,4	148.367	4,7	5.644	24,5	56.518	28,1	50.757	24,1	29.082
Ceará	20,1	341.102	14,3	43.640	23,2	116.935	22,8	101.538	23,4	78.280
Rio Grande do Norte	9,4	61.113	2,6	2.822	14,5	28.795	11,2	18.990	9,3	10.137
Paraíba	17,6	139.051	32,8	35.007	16,0	37.380	17,2	35.589	24,8	30.103
Pernambuco	16,1	274.833	14,2	28.735	10,1	53.516	9,1	41.880	49,2	149.585
Alagoas	14,1	102.281	24,2	23.904	18,2	39.836	14,8	27.293	10,6	10.825
Sergipe	9,2	39.057	13,3	7.630	9,0	12.528	7,9	9.226	13,8	8.894
Bahia	13,5	405.279	26,2	106.167	16,1	144.665	16,5	130.895	3,9	20.271
Região Sudeste	12,6	1.834.142	33,5	868.639	10,8	493.274	6,9	256.358	8,0	213.804
Minas Gerais	11,3	424.001	29,3	171.107	12,8	152.270	7,0	70.511	4,0	29.481
Espírito Santo	6,0	45.907	11,9	18.887	2,7	6.529	4,8	9.354	10,6	10.946
Rio de Janeiro	16,4	392.557	36,0	135.168	17,3	129.905	11,4	72.497	12,0	54.401
São Paulo	12,8	971.677	37,0	543.477	8,6	204.570	5,5	103.996	8,6	118.976
Região Sul	13,1	697.553	47,7	468.451	9,2	151.555	2,5	36.329	4,5	39.482
Paraná	13,3	285.260	49,8	190.740	11,8	77.784	1,4	7.733	2,3	8.318
Santa Catarina	15,4	202.658	47,4	142.814	6,8	27.240	3,4	11.679	9,7	20.664
Rio Grande do Sul	11,2	209.635	45,4	134.897	7,8	46.531	3,2	16.917	3,4	10.500
Região Centro-Oeste	9,9	297.833	28,5	135.423	7,5	71.774	5,9	46.860	8,3	42.209
Mato Grosso do Sul	9,8	58.913	36,6	39.323	4,5	9.049	3,4	5.166	5,7	5.327
Mato Grosso	8,4	63.507	20,9	30.198	4,2	9.465	5,3	9.911	10,3	13.289
Goiás	12,8	150.072	36,4	64.839	10,4	39.828	7,5	24.658	9,9	19.909
Distrito Federal	5,5	25.341	2,4	1.063	9,0	13.432	5,6	7.125	4,4	3.684

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação,

Nota: (20).



FLUXO E QUALIDADE

META DO PNE

Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgado a cada dois anos, é o principal indicador de qualidade da Educação do Brasil. Ele propõe equilibrar duas dimensões: o índice de rendimento escolar (média das taxas de aprovação do ciclo avaliado) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep.

O Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental seguiu uma trajetória ascendente, tendo atingido 5,8 em 2017. Todos os estados apresentaram avanços entre 2015 e 2017. Nessa etapa, a meta nacional para 2017 (5,5) foi superada.

O Ideb dos Anos Finais do Ensino Fundamental também apresenta crescimento, mas em ritmo mais lento em comparação aos Anos Iniciais. De 2015 a 2017, o Ideb aumentou 0,2 ponto, alcançando o índice de 4,7, valor abaixo da meta para o ano (5,0).

Por fim, no Ensino Médio, há um quadro de quase estagnação e segue abaixo das metas definidas. O Ideb atual é de 3,8, quadro que se mantém praticamente inalterado desde 2011, quando foi de 3,7. Foram 19 as unidades da federação que apresentaram avanço do Ideb nessa etapa entre 2015 e 2017, e cinco tiveram redução.

63

FLUXO E QUALIDADE



DE OLHO NA EQUIDADE

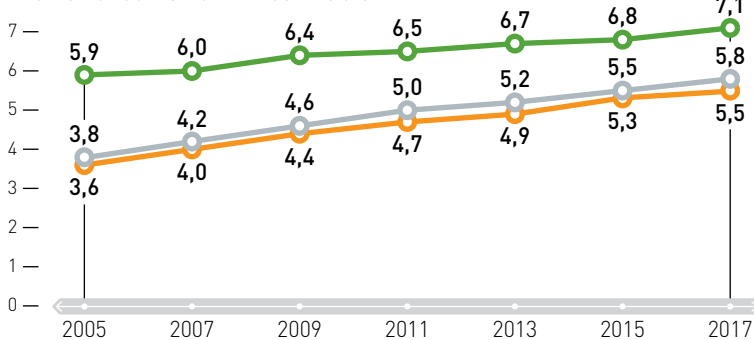
O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso é essencial a análise de recortes por região, localidade, renda e raça/cor.

69,6% dos municípios brasileiros atingiram suas metas no Ideb para os Anos Iniciais. No entanto, essa média oculta disparidades: apenas 12,5% dos municípios do Amapá e 24% de Sergipe alcançaram seus objetivos.

4.160 municípios (74,7% do total) não conseguiram chegar às metas definidas para o Ideb dos Anos Finais, em 2017. Em Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Sergipe e Rio de Janeiro, mais de 90% dos municípios ficaram abaixo de seus índices estipulados.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Brasil Por dependência administrativa – 2005-2017

Ensino Fundamental – Anos Iniciais

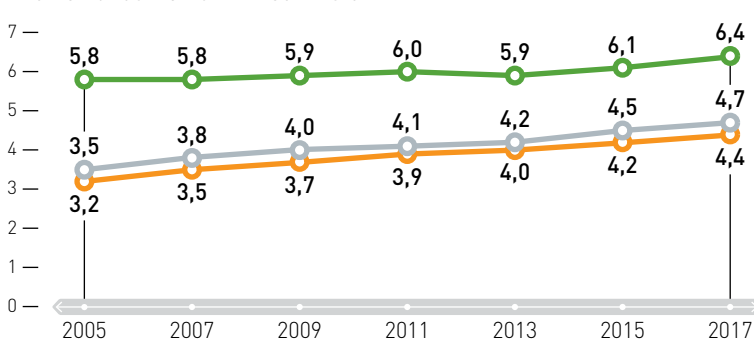


— Total
— Pública
— Privada

Meta para 2021 **6,0**

Meta parcial em 2017 **5,5**

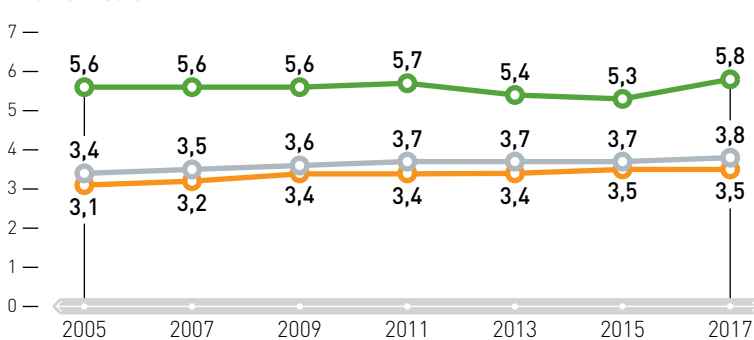
Ensino Fundamental – Anos Finais



Meta para 2021 **5,5**

Meta parcial em 2017 **5,0**

Ensino Médio



Meta para 2021 **5,2**

Meta parcial em 2017 **4,7**

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Notas: (21) e (22).

Calculado sempre nos anos ímpares, o Ideb possui metas a serem alcançadas até 2021. Porém, o cumprimento dos marcos parciais, ao longo do caminho, é importante para assegurar que o resultado final seja satisfatório.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 2005-2017**

Por região e dependência administrativa

Rede pública							
Região	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Brasil	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,3	5,5
Norte	2,9	3,3	3,8	4,2	4,3	4,7	4,9
Nordeste	2,7	3,3	3,7	4,0	4,1	4,6	4,9
Sudeste	4,4	4,6	5,1	5,4	5,6	6,0	6,2
Sul	4,3	4,6	5,0	5,4	5,6	5,8	6
Centro-Oeste	3,8	4,2	4,8	5,1	5,3	5,5	5,8

Rede privada							
Região	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Brasil	5,9	6,0	6,4	6,5	6,7	6,8	7,1
Norte	5,5	5,6	5,9	6,1	6,1	6,4	6,8
Nordeste	5,4	5,5	5,8	6,0	6,2	6,3	6,5
Sudeste	6,3	6,3	6,8	6,8	6,9	7,0	7,4
Sul	6,2	6,3	6,7	7,0	7,2	7,4	7,5
Centro-Oeste	5,9	5,9	6,4	6,7	6,8	7,0	7,2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Nota: (22).

Ensino Fundamental – Anos Finais – 2005-2017

Por região e dependência administrativa

Rede pública							
Região	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Brasil	3,2	3,5	3,7	3,9	4,0	4,2	4,4
Norte	3,0	3,3	3,5	3,6	3,6	3,9	4,1
Nordeste	2,6	2,9	3,1	3,2	3,4	3,7	3,9
Sudeste	3,6	3,9	4,1	4,2	4,3	4,5	4,6
Sul	3,6	3,9	4,1	4,1	4,1	4,4	4,6
Centro-Oeste	3,2	3,6	3,9	4,0	4,2	4,4	4,8

Rede privada							
Região	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Brasil	5,8	5,8	5,9	6,0	5,9	6,1	6,4
Norte	5,4	5,3	5,3	5,6	5,5	5,6	6
Nordeste	5,3	5,4	5,5	5,6	5,6	5,7	5,9
Sudeste	6,1	6,1	6,0	6,2	6,1	6,2	6,6
Sul	6,1	6,1	6,2	6,2	6,3	6,5	6,7
Centro-Oeste	5,5	5,7	5,8	5,9	5,9	6,2	6,4

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**Ensino Médio – 2005-2017**

Por região e dependência administrativa

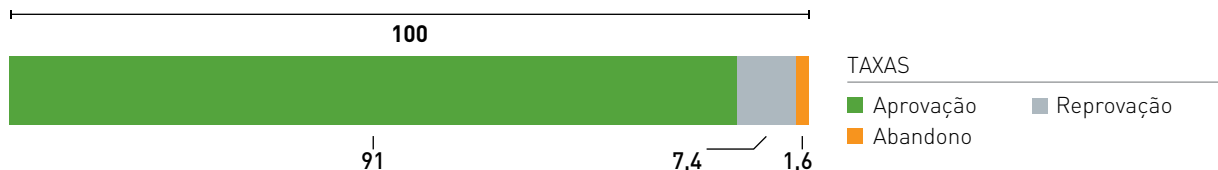
Rede pública							
Região	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Brasil	3,1	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5
Norte	2,7	2,7	3,1	3,1	2,9	3,2	3,2
Nordeste	2,7	2,8	3,1	3,0	3,0	3,2	3,2
Sudeste	3,2	3,4	3,5	3,6	3,6	3,7	3,6
Sul	3,4	3,6	3,8	3,7	3,6	3,5	3,6
Centro-Oeste	2,9	3,0	3,2	3,3	3,3	3,4	3,7

Rede privada							
Região	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Brasil	5,6	5,6	5,6	5,7	5,4	5,3	5,8
Norte	5,0	5,1	5,4	5,2	5,0	4,7	5,5
Nordeste	5,2	5,1	5,2	5,4	5,2	5,1	5,5
Sudeste	5,7	5,7	5,6	5,8	5,4	5,5	5,9
Sul	5,9	5,8	5,9	6,0	5,7	5,6	5,9
Centro-Oeste	5,7	5,5	5,8	5,6	5,6	5,4	5,7

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

A comparação entre os resultados das redes pública e privada, assim como entre as diversas regiões do País, é reveladora das desigualdades que ainda persistem na qualidade da Educação oferecida às crianças e aos jovens.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil
Ensino Fundamental – Total – 2017 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil
Ensino Fundamental – Por ano – 2017 (Em %)

EF	Aprovação	Reprovação	Abandono
1º ano	98,0	1,2	0,8
2º ano	97,2	2,2	0,6
3º ano	89,5	9,7	0,8
4º ano	92,8	6,3	0,9
5º ano	93,1	5,9	1,0
6º ano	84,5	12,7	2,8
7º ano	86,5	10,9	2,6
8º ano	88,7	8,8	2,5
9º ano	89,6	7,5	2,9

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil
Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Total – 2017 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil
Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Por ano – 2017 (Em %)

EM	Aprovação	Reprovação	Abandono
1ª série	76,4	15,8	7,8
2ª série	84,7	9,6	5,7
3ª série	90,5	5,5	4,0
4ª série	85,2	7,0	7,8

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

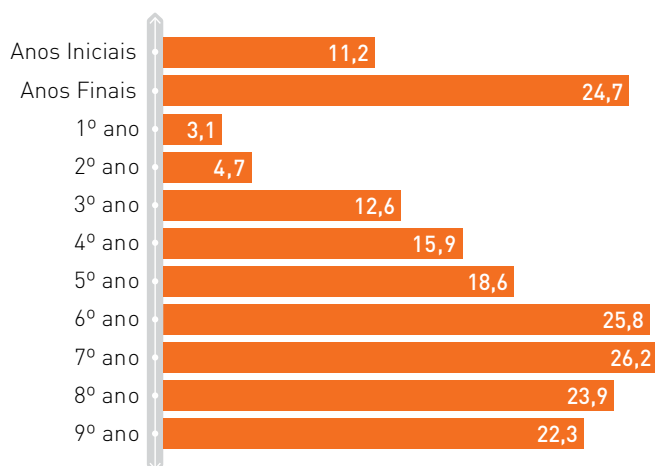
Defasagem de mais de 2 anos entre a idade adequada e o ano que o aluno está cursando

Fluxo – Taxa de distorção idade-série Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2007-2018 (Em %)

Região	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	27,7	22,1	23,3	23,6	22,9	22,0	21,0	20,0	19,2	18,6	18,1	17,2
Norte	40,9	29,2	33,2	34,8	34,2	32,9	31,3	29,8	28,3	27,3	26,4	25,2
Nordeste	40,1	28,3	31,6	32,7	31,6	30,3	28,9	27,5	26,3	25,2	24,5	23,1
Sudeste	17,4	16,4	15,9	15,5	15,0	14,6	14,0	13,2	12,7	12,5	12,2	11,7
Sul	18,1	17,7	17,9	17,8	17,4	16,6	16,2	16,1	15,9	15,5	15,4	14,9
Centro-Oeste	25,4	22,4	21,6	21,3	20,3	19,4	17,9	16,5	15,8	15,2	14,9	14,0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxa de distorção idade-série – Brasil Ensino Fundamental – Por ano – 2018 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Defasagem de mais de 2 anos entre a idade adequada e o ano que o aluno está cursando

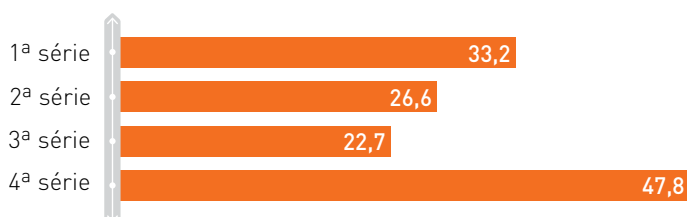
Fluxo – Taxa de distorção idade-série Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Brasil e regiões – 2007-2018 (Em %)

Região	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	42,5	33,7	34,4	34,5	32,8	31,1	29,5	28,2	27,4	28,0	28,2	28,2
Norte	60,5	44,4	48,5	50,0	48,3	47,0	45,2	44,1	42,8	41,9	41,4	41,6
Nordeste	59,5	40,5	45,1	46,6	44,0	41,8	39,4	38,0	36,5	36,1	36,2	35,2
Sudeste	31,1	28,4	26,4	26,2	24,9	23,0	21,6	20,5	19,4	20,7	20,8	21,2
Sul	28,4	27,4	25,9	24,6	23,6	23,3	22,6	21,7	22,4	24,3	26,3	26,3
Centro-Oeste	39,5	34,4	33,9	33,2	31,1	30,5	29,0	27,7	27,0	27,4	25,9	24,9

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Defasagem de mais de 2 anos entre a idade adequada e o ano que o aluno está cursando

Fluxo – Taxa de distorção idade-série – Brasil Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Por ano – 2018 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 2005 e 2017

Por unidades da federação

Unidade da federação	Ensino Fundamental Anos Iniciais		Ensino Fundamental Anos Finais		Ensino Médio	
	2005	2017	2005	2017	2005	2017
Brasil	3,8	5,8	3,5	4,7	3,4	3,8
Região Norte	3,0	4,9	3,2	4,2	2,9	3,3
Rondônia	3,6	5,8	3,4	4,9	3,2	4
Acre	3,4	5,8	3,5	4,7	3,2	3,8
Amazonas	3,1	5,4	2,7	4,5	2,4	3,5
Roraima	3,7	5,5	3,4	4,1	3,5	3,5
Pará	2,8	4,7	3,3	3,8	2,8	3,1
Amapá	3,2	4,6	3,5	3,8	2,9	3,2
Tocantins	3,5	5,6	3,4	4,6	3,1	3,8
Região Nordeste	2,9	5,1	2,9	4,2	3,0	3,5
Maranhão	2,9	4,8	3,0	3,9	2,7	3,5
Piauí	2,8	5,3	3,1	4,5	2,9	3,6
Ceará	3,2	6,2	3,1	5,1	3,3	4,1
Rio Grande do Norte	2,7	5,0	2,8	3,8	2,9	3,2
Paraíba	3,0	5,1	2,7	3,9	3,0	3,5
Pernambuco	3,2	5,2	2,7	4,4	3,0	4,1
Alagoas	2,5	5,2	2,4	4,2	3,0	3,5
Sergipe	3,0	4,9	3,0	3,9	3,3	3,7
Bahia	2,7	5,1	2,8	3,7	2,9	3,0
Região Sudeste	4,6	6,4	3,9	5,0	3,6	4,0
Minas Gerais	4,7	6,5	3,8	4,7	3,8	3,9
Espírito Santo	4,2	6,0	3,8	4,7	3,8	4,4
Rio de Janeiro	4,3	5,8	3,6	4,7	3,3	3,9
São Paulo	4,7	6,6	4,2	5,3	3,6	4,2
Região Sul	4,4	6,2	3,8	4,9	3,7	3,9
Paraná	4,6	6,5	3,6	4,9	3,6	4,0
Santa Catarina	4,4	6,5	4,3	5,2	3,8	4,1
Rio Grande do Sul	4,3	5,8	3,8	4,6	3,7	3,7
Região Centro-Oeste	4,0	6,0	3,4	5,0	3,3	4,0
Mato Grosso do Sul	3,6	5,7	3,4	4,8	3,3	3,8
Mato Grosso	3,6	5,9	3,1	4,9	3,1	3,5
Goiás	4,1	6,1	3,5	5,3	3,2	4,3
Distrito Federal	4,8	6,3	3,8	4,9	3,6	4,1

Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar.

Quantidade e porcentagem de municípios que atingiram a meta do Ideb – 2017

Por unidades da federação

Unidade da federação	Rede pública Ensino Fundamental - Anos Iniciais						Rede pública Ensino Fundamental - Anos Finais					
	Sim		Não		Não divulgado		Sim		Não		Não divulgado	
	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%
Brasil	3.874	69,6	1.602	28,8	88	1,6	1.302	23,4	4.160	74,7	105	1,9
Região Norte	233	51,8	215	47,8	2	0,4	69	15,3	378	84,0	3	0,7
Rondônia	46	88,5	5	9,6	1	1,9	30	57,7	22	42,3	0	0,0
Acre	20	90,9	2	9,1	0	0,0	3	13,6	19	86,4	0	0,0
Amazonas	41	66,1	21	33,9	0	0,0	19	30,6	42	67,7	1	1,6
Roraima	6	40,0	8	53,3	1	6,7	0	0,0	15	100,0	0	0,0
Pará	64	44,4	80	55,6	0	0,0	2	1,4	142	98,6	0	0,0
Amapá	2	12,5	14	87,5	0	0,0	0	0,0	15	93,8	1	6,3
Tocantins	54	38,8	85	61,2	0	0,0	15	10,8	123	88,5	1	0,7
Região Nordeste	1.111	61,9	667	37,2	16	0,9	461	25,7	1.296	72,2	37	2,1
Maranhão	84	38,7	131	60,4	2	0,9	10	4,6	204	94,0	3	1,4
Piauí	139	62,1	81	36,2	4	1,8	54	24,1	161	71,9	9	4,0
Ceará	183	99,5	1	0,5	0	0,0	157	85,3	27	14,7	0	0,0
Rio Grande do Norte	95	56,9	70	41,9	2	1,2	18	10,8	144	86,2	5	3,0
Paraíba	139	62,3	80	35,9	4	1,8	53	23,8	166	74,4	4	1,8
Pernambuco	124	67,0	60	32,4	1	0,5	87	47,0	97	52,4	1	0,5
Alagoas	88	86,3	14	13,7	0	0,0	41	40,2	60	58,8	1	1,0
Sergipe	18	24,0	57	76,0	0	0,0	3	4,0	71	94,7	1	1,3
Bahia	241	57,8	173	41,5	3	0,7	38	9,1	366	87,8	13	3,1
Região Sudeste	1.330	79,7	324	19,4	14	0,8	296	17,7	1.363	81,7	9	0,5
Minas Gerais	732	85,8	110	12,9	11	1,3	183	21,5	664	77,8	6	0,7
Espírito Santo	67	85,9	11	14,1	0	0,0	13	16,7	65	83,3	0	0,0
Rio de Janeiro	23	25,0	66	71,7	3	3,3	3	3,3	87	94,6	2	2,2
São Paulo	508	78,8	137	21,2	0	0,0	97	15,0	547	84,8	1	0,2
Região Sul	820	69,2	318	26,8	47	4,0	201	16,9	939	79,0	49	4,1
Paraná	309	77,4	87	21,8	3	0,8	86	21,6	307	76,9	6	1,5
Santa Catarina	241	82,0	46	15,6	7	2,4	47	16,0	242	82,3	5	1,7
Rio Grande do Sul	270	54,9	185	37,6	37	7,5	68	13,7	390	78,6	38	7,7
Região Centro-Oeste	380	81,4	78	16,7	9	1,9	275	59,0	184	39,5	7	1,5
Mato Grosso do Sul	70	88,6	9	11,4	0	0,0	33	41,8	46	58,2	0	0,0
Mato Grosso	119	84,4	18	12,8	4	2,8	70	49,6	65	46,1	6	4,3
Goiás	191	77,6	50	20,3	5	2,0	172	70,2	72	29,4	1	0,4
Distrito Federal	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0

Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

DE OLHO NA QUALIDADE – BRASIL

A Meta 3 do movimento Todos Pela Educação prevê que, até 2022, pelo menos 70% dos estudantes estejam aprendendo o que é adequado para o seu ano. Na prática, significa saber se as crianças e jovens estão aprendendo o que se espera a cada etapa da trajetória escolar. Essa análise é feita com base nos resultados da Prova Brasil e do Saeb.

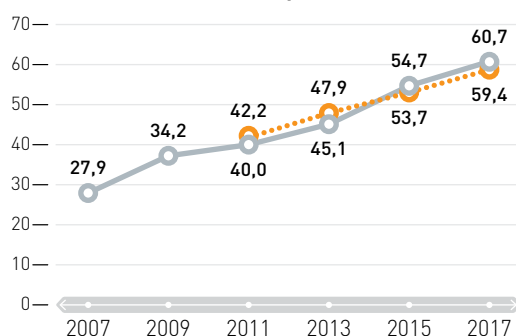
Alunos brasileiros com nível de proficiência esperado ou acima Por indicadores e Metas – 2007-2017 (Em %)

5º ano do Ensino Fundamental



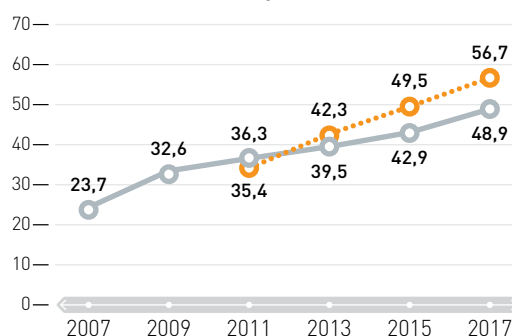
LÍNGUA PORTUGUESA

Alunos acima de 200 pontos no Saeb



MATEMÁTICA

Alunos acima de 225 pontos no Saeb

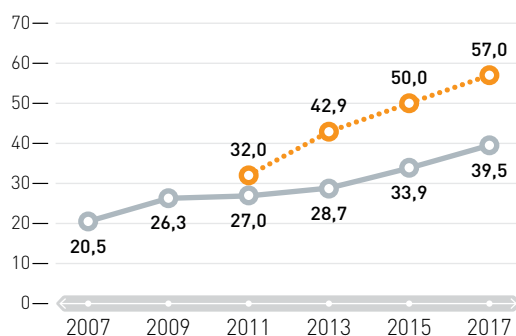


9º ano do Ensino Fundamental



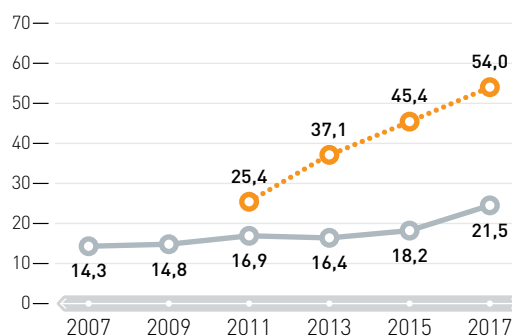
LÍNGUA PORTUGUESA

Alunos acima de 275 pontos no Saeb



MATEMÁTICA

Alunos acima de 300 pontos no Saeb

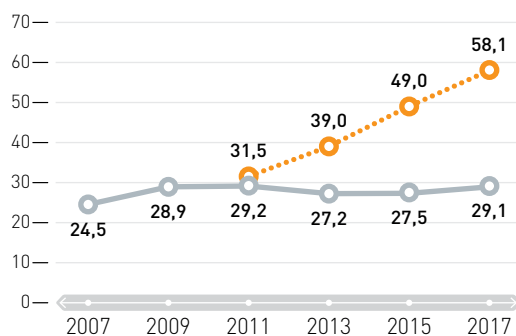


3ª série do Ensino Médio



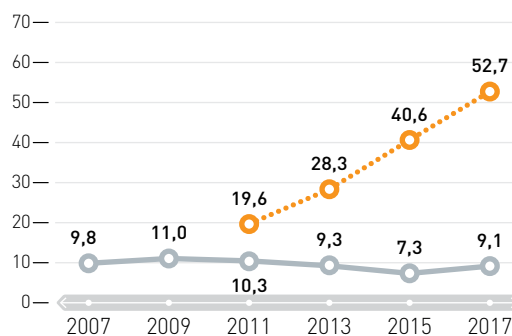
LÍNGUA PORTUGUESA

Alunos acima de 300 pontos no Saeb



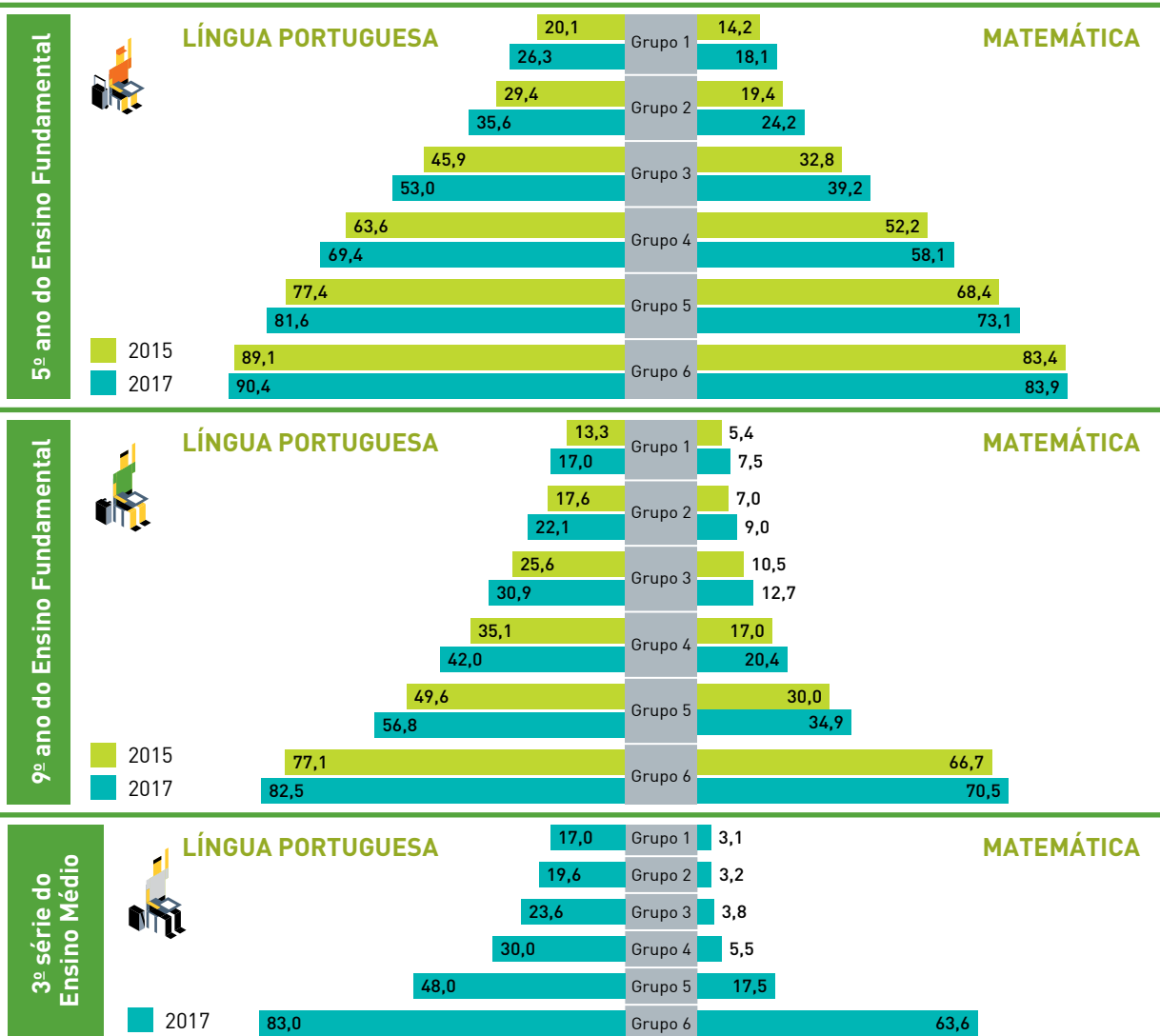
MATEMÁTICA

Alunos acima de 350 pontos no Saeb



Para monitorar essa meta, o movimento calcula, a cada divulgação dos resultados das avaliações, a porcentagem de estudantes que atinge ou supera o nível de proficiência considerado adequado no 5º ano do Ensino Fundamental, no 9º ano do Ensino Fundamental e na 3ª série do Ensino Médio. Os resultados obtidos a cada ano são comparados com a meta parcial para aquele período, como mostram os gráficos abaixo.

Estudantes de escolas públicas* com aprendizagem adequada Por Grupo de Nível Socioeconômico (NSE) da escola – 2015 e 2017 (Em %)



Fonte: Microdados do Saeb/Inep e Indicador de Nível Socioeconômico/Inep - Elaboração: Todos Pela Educação

* Somente têm informação de nível socioeconômico 95% dos 2,3 milhões de participantes da Prova Brasil 2015 para o 5º ano do Ensino Fundamental, e 96% dos 2,2 milhões do 9º do Ensino Fundamental. No caso do Ensino Médio, cuja avaliação é amostral, não há representatividade dos grupos de NSE Muito Baixo e Muito Alto.



DE OLHO NA EQUIDADE

Há uma relação direta entre o Grupo de Nível Socioeconômico das escolas e o percentual de estudantes com nível de proficiência esperado, comprovando o peso decisivo das desigualdades no aprendizado das crianças e dos jovens.

DE OLHO NA QUALIDADE – BRASIL

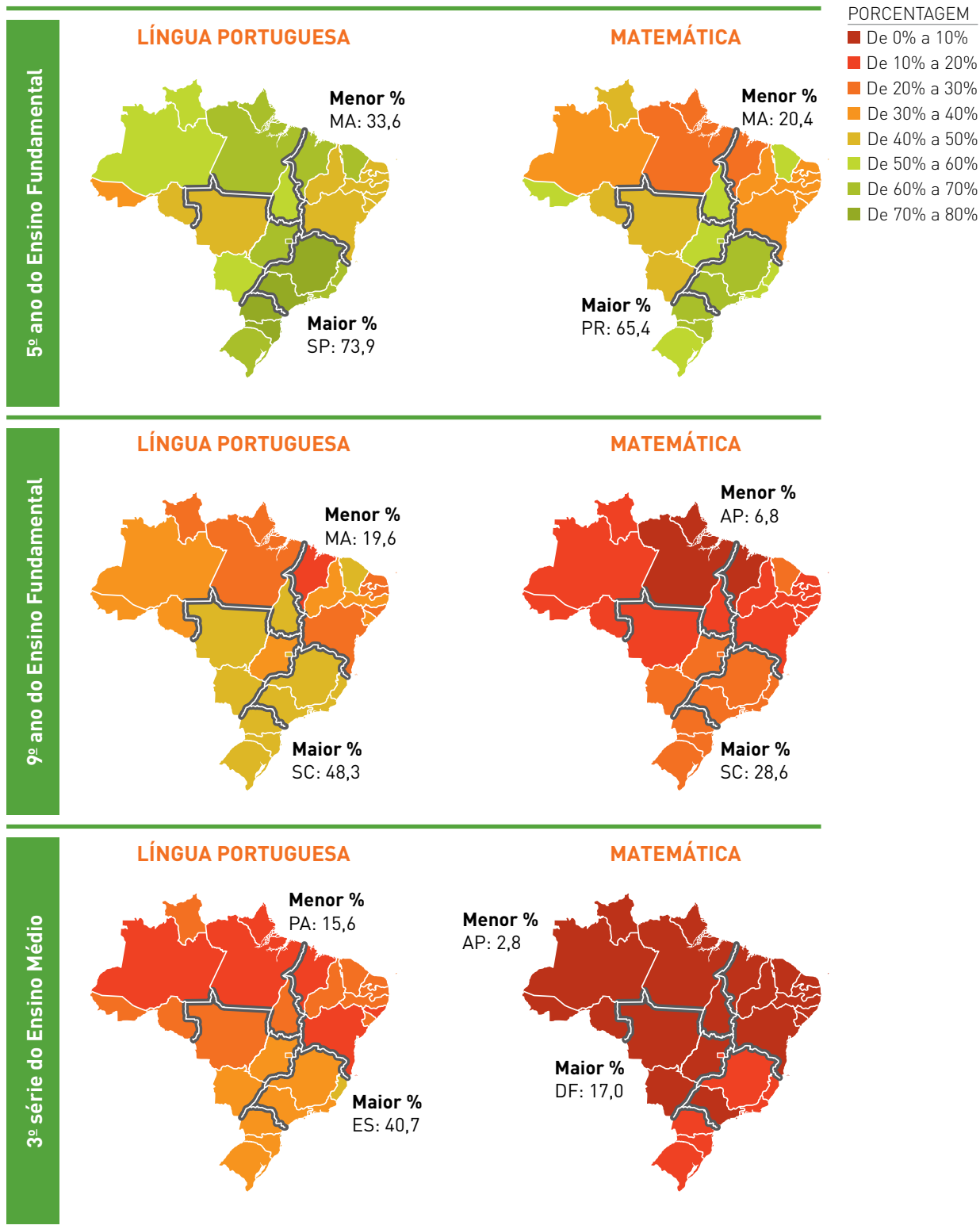
Nos gráficos destas duas páginas, é possível verificar a situação da proficiência dos alunos em Matemática e em Língua Portuguesa nas cinco regiões brasileiras. Também é possível comparar os resultados regionais com os dados totais do País.

**Porcentagem de alunos acima do nível considerado adequado pelo Todos Pela Educação
Brasil, regiões e Unidades Federativas – 2015 e 2017**

Total	Ensino Fundamental - Anos Iniciais (5º ano)				Ensino Fundamental - Anos Finais (9º ano)				Ensino Médio (3ª série)			
	Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa		Matemática	
	2015	2017	2015	2017	2015	2017	2015	2017	2015	2017	2015	2017
Brasil	54,7	60,7	42,9	48,9	33,9	39,5	18,2	21,5	27,5	29,1	7,3	9,1
Norte	39,0	44,9	26,1	31,5	23,9	28,8	9,4	11,8	19,6	17,6	3,3	3,9
Rondônia	50,8	59,0	37,8	46,4	31,2	39,6	14,7	19,6	24,0	26,3	4,7	5,7
Acre	53,3	61,9	40,5	51,1	25,5	33,9	10,5	14,5	20,6	22,9	2,5	4,1
Amazonas	46,2	50,5	32,0	37,3	28,3	33,1	12,2	12,8	20,9	16,6	4,0	3,0
Roraima	41,5	50,3	31,9	41,3	20,0	25,7	7,9	11,4	21,4	18,2	4,4	4,3
Pará	32,1	37,5	19,7	23,1	20,5	23,2	6,6	8,3	18,7	15,6	2,8	3,9
Amapá	31,0	35,6	17,8	21,0	17,2	21,5	5,5	6,8	16,8	17,0	2,3	2,8
Tocantins	42,9	51,5	29,8	40,0	25,6	34,7	13,3	19,1	17,4	22,1	3,4	5,8
Nordeste	41,2	47,8	28,2	34,1	25,8	30,4	12,2	14,8	19,9	22,2	4,6	6,2
Maranhão	29,2	33,6	15,8	20,4	18,0	19,6	6,1	7,0	13,9	16,4	1,4	3,2
Piauí	39,5	47,7	27,2	35,3	26,3	32,6	14,4	18,1	20,0	21,3	5,0	7,8
Ceará	59,4	65,7	43,1	50,2	36,0	43,6	18,7	22,7	21,1	27,4	6,0	8,1
Rio Grande do Norte	38,6	44,4	25,6	30,2	26,8	29,7	13,1	15,7	18,3	20,6	3,7	5,1
Paraíba	41,1	46,8	28,4	34,1	25,1	29,5	11,8	14,3	22,2	23,8	4,7	8,1
Pernambuco	44,1	49,7	31,5	35,7	27,0	32,1	13,4	15,4	27,8	28,6	7,5	8,5
Alagoas	35,2	45,3	24,6	33,9	20,7	29,2	9,7	15,7	16,0	19,1	3,1	4,5
Sergipe	36,5	42,6	25,8	30,9	26,3	30,5	11,5	14,1	22,2	27,2	5,3	8,7
Bahia	38,1	46,1	26,0	31,9	23,7	26,7	10,6	12,3	17,4	18,4	3,9	4,7
Sudeste	65,2	70,9	54,7	60,7	39,5	45,6	22,6	26,8	32,1	34,1	9,4	11,1
Minas Gerais	65,7	70,6	55,0	60,4	40,4	43,8	23,7	26,1	29,6	34,7	9,6	12,2
Espírito Santo	59,9	64,7	47,5	52,9	38,1	44,2	22,6	27,1	35,4	40,7	12,5	15,9
Rio de Janeiro	59,0	64,7	44,2	51,5	38,1	44,9	20,9	24,6	35,0	35,0	10,3	13,1
São Paulo	67,8	73,9	59,2	65,0	39,6	47,0	22,6	28,1	32,2	33,3	8,9	9,9
Sul	64,3	69,9	54,3	59,8	38,0	46,3	21,5	26,4	32,5	34,2	8,9	11,6
Paraná	67,3	73,6	58,8	65,4	35,4	45,4	20,1	26,0	32,7	32,8	8,9	10,8
Santa Catarina	68,4	72,8	58,3	62,2	45,5	48,3	28,2	28,6	32,5	33,9	9,2	13,3
Rio Grande do Sul	59,0	63,9	47,4	52,0	35,8	46,1	18,0	25,5	32,4	36,5	8,7	12,1
Centro-Oeste	59,2	64,7	44,4	51,1	37,6	43,1	20,3	23,3	30,6	32,3	7,7	10,2
Mato Grosso do Sul	58,1	62,5	43,3	48,4	41,1	42,3	21,6	21,9	33,4	30,4	8,1	8,2
Mato Grosso	53,2	57,8	39,8	44,7	27,3	34,5	13,4	17,4	22,7	23,7	4,5	5,7
Goiás	59,6	66,0	44,0	51,0	40,3	46,7	22,3	24,7	28,9	33,9	6,8	9,9
Distrito Federal	66,0	72,2	51,4	61,3	40,9	45,8	22,7	28,1	41,5	39,3	12,9	17,0

Fonte: Microdados do Saeb/Inep - Elaboração: Todos Pela Educação

Porcentagem de alunos acima do nível considerado adequado pelo Todos pela Educação
Regiões e Unidades Federativas - 2017



Fonte: Fonte: Microdados do Saeb/Inep - Elaboração: Todos Pela Educação



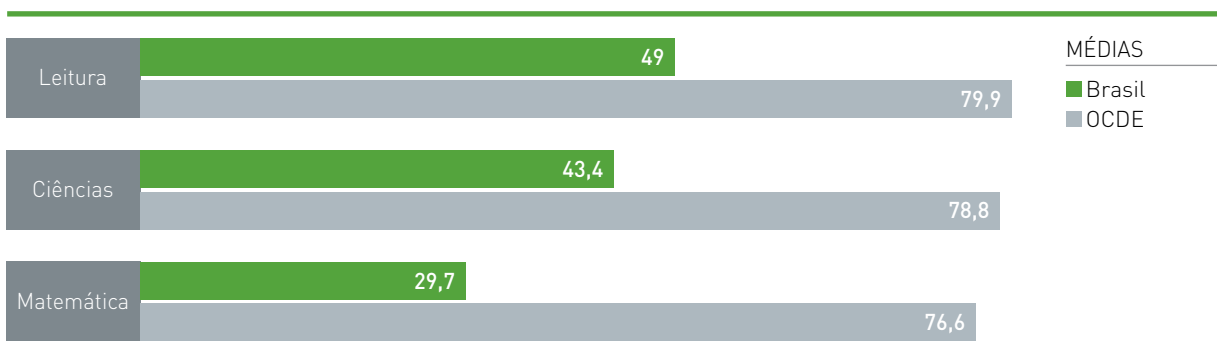
PISA - PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES

Menos da metade dos estudantes brasileiros alcançam um nível de proficiência adequado, de acordo com os parâmetros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Leitura e Ciências; menos de um terço está nesse patamar em Matemática.

Esse é o cenário que emerge da participação do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês). Trata-se de uma avaliação trienal aplicada a estudantes de 15 anos em cerca de 70 países e realizado pela OCDE em colaboração com as próprias nações envolvidas.

O Pisa passou a ser, no ano 2000, quando seus resultados foram divulgados pela primeira vez, a principal referência internacional em avaliação de qualidade em Educação. Nas três áreas avaliadas (Ciências, Matemática e Leitura), os estudantes brasileiros se mantiveram, em 2015, nas últimas posições entre os países participantes.

Porcentagem de estudantes acima do nível 2 Brasil e média dos países da OCDE - 2015 (Em %)



Fontes: Relatório Nacional Pisa 2015. Resultados Brasileiros.

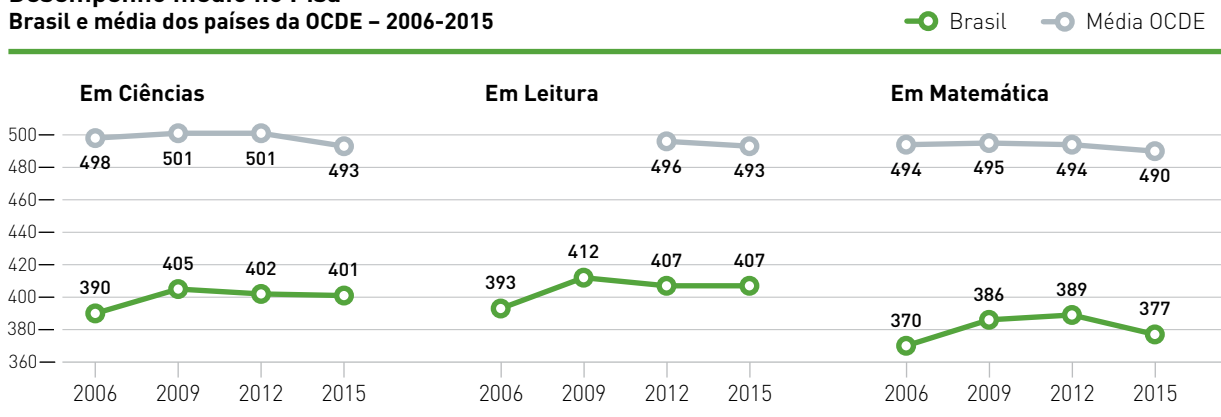
ENTENDA OS PARÂMETROS DE PROFICIÊNCIA

Os estudantes são distribuídos em níveis de proficiência em cada uma das áreas avaliadas. Os níveis mais elevados são o 5 e 6, onde se encontram os estudantes de melhor desempenho.

O nível 2 é considerado o de referência de proficiência, ou seja, o mínimo adequado, segundo a OCDE, para a plena participação na vida social, econômica e civil.

Estudantes que estão abaixo do nível 2 são considerados de baixo desempenho na avaliação. Eles podem ser capazes de usar conhecimentos científicos básicos ou cotidianos para reconhecer ou identificar aspectos de fenômenos científicos familiares ou simples. Porém, também costumam confundir características-chave de uma investigação científica, aplicar informações científicas incorretas e misturar crenças pessoais com fatos científicos no apoio à tomada de decisão.

Desempenho médio no Pisa Brasil e média dos países da OCDE – 2006-2015

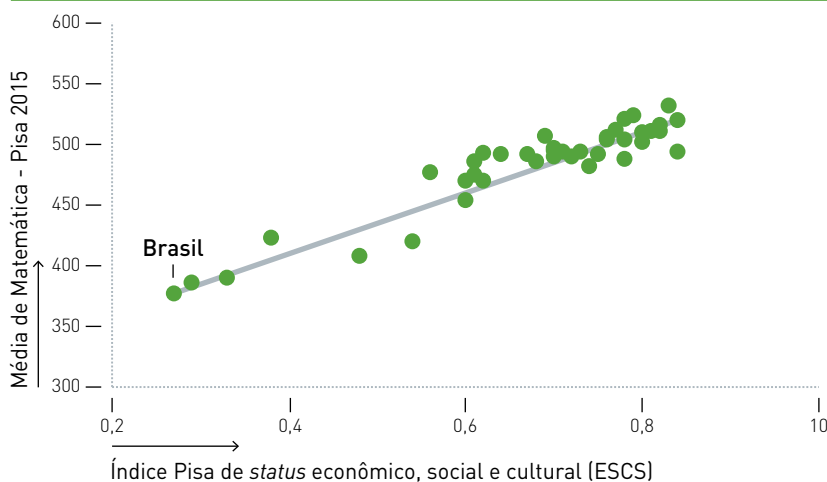


Fonte: MEC/Inep/DEED - PISA - OCDE.

O PISA E A SITUAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E CULTURAL

O índice Pisa de *status* econômico, social e cultural (ESCS) é uma forma de levar em consideração os efeitos do nível socioeconômico familiar e dos estudantes, assim como do contexto social de suas escolas. Essa medida tem três componentes: índice do nível educacional dos pais, índice do nível ocupacional dos pais e índice dos bens domésticos – recursos educacionais e culturais presentes no lar. O índice de paridade ESCS, por sua vez, refere-se à razão entre o valor do quartil inferior e o valor do quartil superior do índice ESCS.

Média de Matemática no Pisa 2015 e ESCS



BRASIL

0,27

OCDE

0,70

ÍNDICE DE PARIDADE ESCS

No Brasil, a proporção de crianças do quartil inferior do ESCS que alcançam, pelo menos, o nível 2 do Pisa em Matemática é 73% menor do que a das crianças do quartil superior do ESCS. Quanto maior o índice de paridade, maior tende a ser a pontuação nacional em Matemática.

Fonte: PISA 2015 Results (Volume I): Excellence and Equity in Education - 2016/OCDE.

A edição do Pisa 2015 envolveu 540 mil estudantes de 70 países. No Brasil, participaram 23,1 mil estudantes, de 841 escolas das 27 unidades federativas, e também 8.287 professores, respondendo a questionários contextuais. O exame internacional retratou o desempenho dos jovens de 15 anos no que diz respeito à proficiência nas três áreas, mas com foco em Ciências. Nessa área, os alunos foram testados nas seguintes competências: explicar fenômenos cientificamente, avaliar e planejar experimentos científicos e interpretar dados e evidências cientificamente.



ESCOLARIDADE

META DO PNE

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência do PNE, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

76

Acompanhar de perto a evolução da escolaridade da população é essencial, pois este é um importante indicador para avaliar o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade. Além disso, existe uma relação entre anos de escolaridade e renda.

Em 2017, a escolaridade média da população brasileira de 18 a 29 anos era de 11,3 anos. Há grandes diferenças regionais. Os cidadãos do Sudeste têm, em média, um ano a mais de escolaridade em comparação aos moradores do Norte e do Nordeste.

No Brasil, a renda média dos jovens de 18 a 29 anos que concluíram a Educação Superior é três vezes maior se comparada à renda dos que não completaram o Ensino Fundamental.

Vale destacar que as desigualdades que caracterizam o processo de escolarização e o desempenho dos alunos ao longo da trajetória escolar refletem, ao final, no nível de escolaridade.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso é essencial a análise de recortes por região, localidade, renda e raça/cor.

11,6 anos é a escolaridade média da população urbana – dois anos a mais do que a da população rural.

3,8 anos a mais de escolaridade: essa é a distância entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da sociedade brasileira.

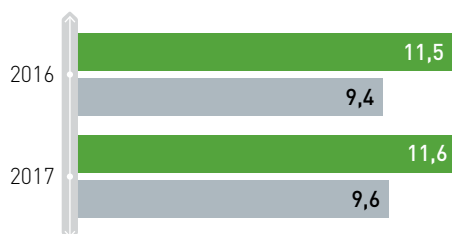
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos Brasil e regiões – 2012-2017 – Em anos de estudo

Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	9,7	9,9	10,0	10,1	11,2	11,3
Norte	8,9	9,1	9,1	9,3	10,4	10,7
Nordeste	8,8	8,9	9,1	9,3	10,4	10,6
Sudeste	10,4	10,5	10,6	10,6	11,7	11,8
Sul	10,2	10,3	10,4	10,4	11,5	11,6
Centro-Oeste	10,0	10,2	10,2	10,3	11,4	11,6

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (23) e (24).

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Por localidade Brasil - 2016 e 2017 - Em anos de estudo



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

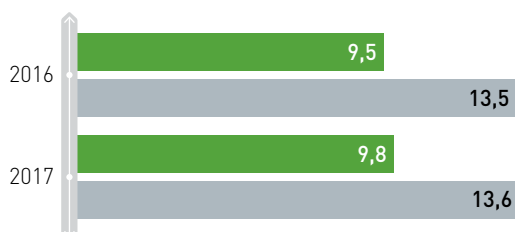
Notas: (23) e (24).



POPULAÇÃO

- Urbana
- Rural

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Por renda Brasil - 2016 e 2017 - Em anos de estudo



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

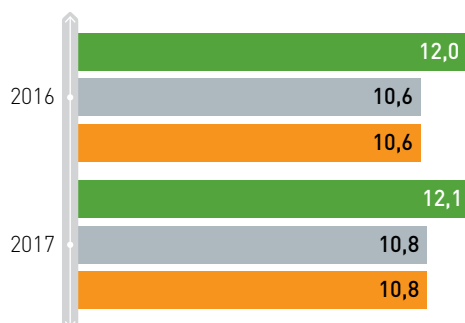
Notas: (9), (23) e (24).



RENDA

- 25% mais pobres
- 25% mais ricos

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Por raça/cor Brasil - 2016 e 2017 - Em anos de estudo



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (8), (23) e (24).



RAÇA/COR

- Brancos
- Pardos
- Pretos

Rendimento médio do trabalho das pessoas de 18 a 29 anos ocupadas Por raça/cor – Brasil – 2012-2018



Ano	Renda média Total	Renda média Brancos	Renda média Pretos	Renda média Pardos
2012	R\$ 1.495,08	R\$ 1.783,95	R\$ 1.230,69	R\$ 1.226,10
2013	R\$ 1.524,57	R\$ 1.821,65	R\$ 1.281,47	R\$ 1.252,65
2014	R\$ 1.548,13	R\$ 1.853,25	R\$ 1.270,36	R\$ 1.282,23
2015	R\$ 1.513,76	R\$ 1.799,30	R\$ 1.286,19	R\$ 1.258,82
2016	R\$ 1.458,90	R\$ 1.741,24	R\$ 1.233,70	R\$ 1.216,31
2017	R\$ 1.438,87	R\$ 1.721,12	R\$ 1.233,16	R\$ 1.202,64
2018	R\$ 1.434,02	R\$ 1.712,10	R\$ 1.244,41	R\$ 1.216,81

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (8), (24) e (25).

Rendimento médio do trabalho das pessoas de 18 a 29 anos ocupadas Por nível de instrução – Brasil – 2016 e 2017

Nível de instrução	2016	2017
Sem instrução	R\$ 1.060,50	R\$ 1.003,47
Fundamental incompleto ou equivalente	R\$ 885,18	R\$ 884,01
Fundamental completo ou equivalente	R\$ 1.112,62	R\$ 1.084,88
Médio incompleto ou equivalente	R\$ 1.066,66	R\$ 1.081,56
Médio completo ou equivalente	R\$ 1.267,11	R\$ 1.255,36
Superior incompleto ou equivalente	R\$ 1.439,45	R\$ 1.480,48
Superior completo	R\$ 2.837,09	R\$ 2.799,76

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (24) e (25).

Taxa de atendimento por idade e por faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* Brasil – 2017 (Em %)

	4 e 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Total	93,0	99,2	85,6	31,1	13,2
Sem rendimento e menos de ¼ salário mínimo	89,7	98,9	83,3	23,0	6,3
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	92,5	98,9	84,4	23,8	7,5
Mais de ½ até 1 salário mínimo	93,6	99,3	85,8	27,3	10,3
1 salário mínimo ou mais	96,1	99,8	88,7	41,9	19,3

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (7).

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 2012-2017
Por unidades da federação e regiões metropolitanas – Em anos de estudo

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	9,7	9,9	10,0	10,1	11,2	11,3
Região Norte	8,9	9,1	9,1	9,3	10,4	10,7
Rondônia	9,2	9,3	9,3	9,5	10,4	10,8
Acre	9,0	9,0	9,2	9,3	10,6	10,8
Amazonas	9,2	9,3	9,3	9,6	10,5	10,9
Roraima	10,4	10,3	10,3	10,4	11,0	11,5
Pará	8,4	8,7	8,8	9,0	10,2	10,4
Amapá	9,7	9,7	9,9	9,8	11,1	11,2
Tocantins	9,5	9,5	9,7	10,0	10,8	11,3
Região Nordeste	8,8	8,9	9,1	9,3	10,4	10,6
Maranhão	8,5	8,8	9,0	9,1	10,2	10,5
Piauí	8,9	9,2	9,2	9,3	10,5	10,7
Ceará	9,2	9,2	9,4	9,4	10,6	10,9
Rio Grande do Norte	8,8	8,9	9,2	9,5	10,8	10,9
Paraíba	8,7	8,7	9,0	9,3	10,4	10,6
Pernambuco	8,9	9,0	9,2	9,4	10,6	10,7
Alagoas	8,3	8,3	8,4	8,8	9,7	10,0
Sergipe	8,8	9,0	9,1	9,5	10,2	10,6
Bahia	8,8	8,9	9,0	9,4	10,4	10,4
Região Sudeste	10,4	10,5	10,6	10,6	11,7	11,8
Minas Gerais	9,8	9,9	10,2	10,2	11,4	11,4
Espírito Santo	9,9	9,9	10,2	10,2	11,4	11,6
Rio de Janeiro	10,2	10,3	10,3	10,5	11,4	11,5
São Paulo	10,7	10,8	10,9	11,0	12,0	12,1
Região Sul	10,2	10,3	10,4	10,4	11,5	11,6
Paraná	10,2	10,3	10,4	10,4	11,5	11,5
Santa Catarina	10,4	10,5	10,4	10,7	11,6	11,9
Rio Grande do Sul	10,0	10,2	10,3	10,3	11,4	11,5
Região Centro-Oeste	10,0	10,2	10,2	10,3	11,4	11,6
Mato Grosso do Sul	9,4	9,7	9,7	9,6	11,0	11,3
Mato Grosso	9,7	10,1	10,0	10,3	11,2	11,3
Goiás	10,0	10,0	10,2	10,4	11,4	11,6
Distrito Federal	10,8	11,0	10,9	11,0	11,9	12,3
Regiões Metropolitanas						
Belém	9,6	9,7	9,9	9,8	11,3	11,3
Fortaleza	9,9	9,9	9,9	9,8	11,1	11,4
Recife	10,0	10,1	10,2	10,3	11,2	11,6
Salvador	10,0	10,1	10,2	10,6	11,5	11,6
Belo Horizonte	10,6	10,6	10,6	10,7	11,7	11,9
Rio de Janeiro	10,3	10,4	10,4	10,6	11,5	11,6
São Paulo	11,0	11,0	11,1	11,2	12,2	12,3
Curitiba	10,5	10,7	10,7	10,8	11,7	11,7
Porto Alegre	10,3	10,4	10,4	10,3	11,5	11,5

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (23) e (24).

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 2016 e 2017

Por raça/cor – Em anos de estudo

Unidade da federação	Branços		Pretos		Pardos	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Brasil	12,0	12,1	10,6	10,8	10,6	10,8
Região Norte	11,2	11,5	10,2	10,3	10,3	10,5
Rondônia	11,0	11,2	9,9	10,0	10,2	10,8
Acre	11,4	11,5	10,9	10,8	10,4	10,7
Amazonas	11,2	11,9	10,3	9,9	10,4	10,7
Roraima	11,6	12,3	11,1	11,5	11,0	11,4
Pará	11,0	11,2	9,8	9,9	10,1	10,2
Amapá	11,9	11,5	11,8	11,6	10,9	11,1
Tocantins	11,4	11,8	10,8	11,2	10,6	11,2
Região Nordeste	11,2	11,2	10,4	10,5	10,2	10,3
Maranhão	10,8	11,1	10,1	10,5	10,0	10,3
Piauí	11,5	11,3	11,0	11,1	10,2	10,4
Ceará	11,3	11,5	10,2	10,7	10,4	10,6
Rio Grande do Norte	11,4	11,5	11,5	10,0	10,4	10,6
Paraíba	11,1	11,0	10,3	10,9	10,1	10,4
Pernambuco	11,4	11,4	10,1	10,7	10,2	10,4
Alagoas	10,7	10,6	8,6	9,2	9,5	9,8
Sergipe	10,6	11,3	10,2	11,0	10,2	10,3
Bahia	11,1	11,1	10,5	10,4	10,2	10,1
Região Sudeste	12,4	12,4	10,9	11,2	11,1	11,3
Minas Gerais	12,2	12,1	10,9	11,0	10,9	11,1
Espírito Santo	12,1	12,4	10,9	11,0	11,0	11,1
Rio de Janeiro	12,1	12,4	10,3	10,8	11,0	11,1
São Paulo	12,5	12,5	11,2	11,5	11,2	11,5
Região Sul	11,8	11,9	10,3	10,6	10,6	10,6
Paraná	11,9	11,9	10,7	11,2	10,6	10,7
Santa Catarina	11,9	12,1	11,1	10,7	10,3	10,7
Rio Grande do Sul	11,7	11,8	9,8	10,1	10,6	10,2
Região Centro-Oeste	12,1	12,3	10,8	11,0	11,1	11,3
Mato Grosso do Sul	11,7	12,0	10,5	10,4	10,5	10,8
Mato Grosso	12,2	12,1	10,7	10,5	10,9	11,0
Goiás	12,1	12,1	10,8	11,3	11,1	11,4
Distrito Federal	12,6	13,0	11,2	11,7	11,6	11,9
Regiões Metropolitanas						
Belém	12,1	12,2	10,8	10,9	11,2	11,2
Fortaleza	11,8	12,0	10,8	11,3	10,9	11,1
Recife	12,4	12,6	11,1	11,4	10,7	11,1
Salvador	12,9	12,9	11,0	11,0	11,5	11,6
Belo Horizonte	12,7	12,7	11,0	11,2	11,3	11,6
Rio de Janeiro	12,3	12,5	10,4	10,9	11,1	11,1
São Paulo	12,8	12,7	11,3	11,5	11,4	11,7
Curitiba	12,0	12,0	9,6	11,0	10,5	11,0
Porto Alegre	11,7	11,9	10,2	10,4	10,7	10,2

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (8) e (24).



ALFABETIZAÇÃO – 15 ANOS OU MAIS

META DO PNE

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

A persistência de brasileiros analfabetos em um contexto global em que o letramento digital se torna cada vez mais um critério básico de cidadania e inclusão social exemplifica a complexidade dos desafios da Educação no País.

A série histórica aponta para um decréscimo lento, mas constante: 8,6%, em 2012, para 6,8%, em 2018. Contudo, as desagregações dos dados por região, raça/cor e renda mostram que há muito a avançar.

Na zona rural, o analfabetismo ainda chega a 17,5%. Da mesma forma, a porcentagem de analfabetos é duas vezes maior para pretos e pardos do que para brancos.

Mesmo com números alarmantes, há a tendência de diminuição das desigualdades. A diferença da taxa de alfabetização entre a região Sudeste e Nordeste caiu de 12,3 pontos percentuais, em 2012, para 10,3 pontos percentuais, em 2018. Igualmente, para brancos e pretos, a distância reduziu de 7,2 pontos percentuais, em 2012, para 5,1 pontos percentuais, em 2018.

81

ALFABETIZAÇÃO – 15 ANOS OU MAIS



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso é essencial a análise de recortes por região, localidade, renda e raça/cor.

82,8% da população de 15 anos ou mais de Alagoas é considerada alfabetizada. O mesmo ocorre para 97,6% dos habitantes do estado do Rio de Janeiro.

8,8 pontos percentuais é a diferença das taxas de analfabetismo entre pretos e brancos no Ceará, a maior desigualdade apresentada entre os estados.

89% do quartil mais pobre da população com 15 anos ou mais é alfabetizado, enquanto o mesmo ocorre para 98,8% da população do quartil mais rico.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Brasil e regiões – 2012-2018 (Em %)

Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	91,4	91,7	92,1	92,3	92,8	93,1	93,2
Norte	90,4	90,6	91,1	90,9	91,5	92,0	92,0
Nordeste	82,9	83,4	83,9	84,3	85,2	85,5	86,2
Sudeste	95,2	95,5	95,7	95,9	96,2	96,5	96,5
Sul	95,2	95,6	96,0	96,1	96,4	96,5	96,4
Centro-Oeste	93,1	93,6	93,9	94,1	94,3	94,8	94,6

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (24) e (26).

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Urbana/Rural – 2012-2018 (Em %)

População	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Urbana	93,5	93,8	94,0	94,2	94,6	94,8	94,9
Rural	78,6	79,4	80,3	80,7	81,7	82,3	82,5

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (24) e (26).



Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Renda domiciliar *per capita* – 2016-2017 (Em %)

Renda	2016	2017
25% mais pobres	88,5	89,0
25% mais ricos	98,7	98,8

Faixas de renda domiciliar *per capita* em 2017*

25% mais pobres	R\$ 3,00 – R\$ 489,00
25% mais ricos	R\$ 1.619,00 – R\$ 500.000,00

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (9), (24) e (26).



Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Por raça/cor – 2012-2018 (Em %)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Branços	94,9	95,3	95,5	95,5	95,8	96,0	96,1
Pretos	87,7	89,0	88,7	89,6	90,3	90,9	91,0
Pardos	88,1	88,5	89,0	89,5	90,1	90,6	90,9

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (8), (24) e (26).



Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade
Por unidades da federação e regiões metropolitanas – 2012-2018 (Em %)

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	91,4	91,7	92,1	92,3	92,8	93,1	93,2
Região Norte	90,4	90,6	91,1	90,9	91,5	92,0	92,0
Rondônia	90,9	91,9	91,2	92,2	93,3	92,8	93,4
Acre	86,2	85,2	85,5	86,5	86,9	87,9	87,9
Amazonas	92,5	92,8	92,9	92,2	93,1	93,9	94,1
Roraima	93,1	93,3	93,3	93,4	93,4	94,0	94,0
Pará	89,8	90,0	91,0	90,3	90,7	91,4	91,2
Amapá	93,0	91,5	93,0	93,5	95,0	95,0	93,9
Tocantins	87,6	88,1	88,3	89,2	89,6	89,8	90,0
Região Nordeste	82,9	83,4	83,9	84,3	85,2	85,5	86,2
Maranhão	80,8	81,7	82,1	81,4	83,3	83,3	83,8
Piauí	79,6	79,9	80,7	80,3	82,8	83,4	83,5
Ceará	82,9	83,5	83,8	83,8	84,8	85,8	86,7
Rio Grande do Norte	83,4	84,3	84,4	85,1	85,3	86,5	87,1
Paraíba	81,1	80,3	81,5	82,2	83,7	83,5	84,0
Pernambuco	85,1	85,2	85,9	86,1	87,2	86,6	88,1
Alagoas	79,9	80,6	80,6	80,6	80,6	81,8	82,8
Sergipe	83,5	84,5	85,0	86,1	85,3	85,5	86,1
Bahia	83,9	84,7	85,3	86,5	87,0	87,3	87,3
Região Sudeste	95,2	95,5	95,7	95,9	96,2	96,5	96,5
Minas Gerais	91,9	92,2	93,0	93,2	93,8	94,0	94,2
Espírito Santo	92,6	92,9	93,5	93,4	93,8	94,5	94,5
Rio de Janeiro	96,7	96,8	96,5	97,1	97,3	97,5	97,6
São Paulo	96,4	96,7	96,8	96,9	97,2	97,4	97,4
Região Sul	95,2	95,6	96,0	96,1	96,4	96,5	96,4
Paraná	93,9	94,3	95,0	95,0	95,5	95,4	95,0
Santa Catarina	96,3	96,7	96,7	97,0	97,2	97,4	97,5
Rio Grande do Sul	95,8	96,2	96,4	96,6	96,8	97,0	97,0
Região Centro-Oeste	93,1	93,6	93,9	94,1	94,3	94,8	94,6
Mato Grosso do Sul	92,1	93,2	93,5	92,9	93,7	95,0	95,0
Mato Grosso	91,8	93,1	92,6	93,4	93,5	93,5	92,9
Goiás	92,7	92,5	93,3	93,5	93,5	94,1	94,3
Distrito Federal	96,5	97,3	96,9	97,2	97,4	97,5	96,9
Regiões Metropolitanas							
Belém	96,7	96,6	96,7	96,0	96,4	97,4	96,5
Fortaleza	91,0	92,1	91,7	92,3	92,2	92,9	93,8
Recife	93,6	94,1	93,3	94,1	94,4	93,9	95,0
Salvador	96,6	96,0	96,3	96,7	96,2	96,2	96,9
Belo Horizonte	96,3	96,6	97,2	96,8	97,1	97,2	97,3
Rio de Janeiro	97,2	97,4	97,1	97,8	98,1	98,2	98,1
São Paulo	97,1	97,2	97,4	97,5	97,8	98,0	98,1
Curitiba	96,7	97,1	97,0	97,5	97,6	97,5	97,4
Porto Alegre	97,6	97,6	97,9	97,8	97,9	97,9	98,2

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (24) e (26).

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade
Por raça/cor – 2013-2018 (Em %)

Unidade da federação	Brancos						Pretos						Pardos					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	95,3	95,5	95,5	95,8	96,0	96,1	89,0	88,7	89,6	90,3	90,9	91,0	88,5	89,0	89,5	90,1	90,6	90,9
Região Norte	94,1	93,9	93,3	94,2	93,7	94,1	87,7	87,2	87,8	87,9	88,8	88,2	89,8	90,8	90,6	91,2	91,9	91,9
Rondônia	93,6	92,0	93,8	94,2	93,9	94,2	86,5	83,6	91,6	91,2	84,6	90,3	91,6	91,4	91,5	93,2	93,4	93,4
Acre	91,7	91,7	90,5	90,6	91,6	91,6	82,2	77,2	86,3	83,6	86,4	89,1	83,7	84,5	85,7	86,6	87,2	87,0
Amazonas	96,1	96,0	94,7	95,1	94,9	96,1	93,1	87,8	86,6	90,9	89,9	89,0	92,2	92,6	92,1	92,9	93,9	94,1
Roraima	96,0	95,8	94,6	96,6	95,7	96,9	86,9	86,4	92,4	91,6	89,7	90,3	93,2	93,6	93,6	93,4	94,0	93,8
Pará	93,7	94,3	92,5	94,1	93,6	93,3	87,8	88,5	88,3	86,6	89,8	88,4	89,2	90,5	90,1	90,5	91,1	91,0
Amapá	96,4	94,5	95,0	96,9	95,4	96,1	91,4	90,4	91,9	95,8	97,1	91,9	90,5	93,3	93,5	94,5	94,7	93,5
Tocantins	92,3	91,7	93,1	92,6	91,6	92,7	83,5	83,2	81,8	86,3	85,5	84,0	87,4	88,0	89,0	89,2	90,1	90,1
Região Nordeste	87,4	87,8	87,8	88,4	88,7	89,3	81,8	81,7	83,6	84,2	84,4	85,6	82,1	82,8	83,2	84,2	84,6	85,0
Maranhão	86,2	86,6	84,9	87,6	86,6	87,3	73,5	74,7	76,5	79,3	79,2	80,5	81,8	82,0	81,3	82,7	83,1	83,5
Piauí	83,4	85,0	84,3	87,6	87,9	86,6	74,3	77,8	75,0	78,6	82,2	82,1	79,5	79,7	79,7	81,9	82,3	82,9
Ceará	88,1	88,2	87,4	88,9	90,1	90,3	77,0	80,6	77,9	77,9	83,2	81,5	82,1	82,2	82,7	83,7	84,3	85,7
Rio Grande do Norte	88,0	87,9	88,5	88,5	90,0	90,2	84,6	82,7	80,6	81,3	86,1	84,6	81,9	82,2	83,1	83,7	84,4	85,4
Paraíba	85,0	85,6	85,9	87,5	87,0	87,9	77,1	77,2	80,2	82,7	78,8	80,0	78,0	79,5	80,3	81,6	82,1	82,3
Pernambuco	89,3	90,0	88,8	89,3	89,9	91,1	79,4	80,8	82,0	81,4	81,5	85,4	83,6	84,4	85,5	86,7	85,6	86,8
Alagoas	83,5	85,5	85,8	85,1	84,8	87,5	68,2	74,1	71,4	73,5	72,5	80,0	80,2	79,4	79,5	79,7	81,5	81,4
Sergipe	87,7	87,6	88,7	86,7	87,6	87,4	82,1	84,8	85,8	85,9	81,9	84,6	83,5	84,2	85,4	84,7	85,3	85,7
Bahia	87,8	88,3	89,7	89,0	88,8	89,0	86,6	84,0	87,4	87,6	87,4	88,6	83,4	84,8	85,2	86,1	86,7	86,2
Região Sudeste	96,8	97,0	97,1	97,4	97,5	97,6	93,3	93,2	93,7	94,4	95,0	95,0	93,8	94,1	94,6	94,9	95,5	95,4
Minas Gerais	94,9	95,3	95,4	95,8	95,7	95,9	89,7	90,1	90,3	91,4	92,0	92,3	90,3	91,5	91,9	92,5	93,0	93,1
Espírito Santo	94,2	94,5	94,4	94,7	95,7	95,6	87,4	89,1	90,1	91,1	92,5	91,8	92,7	93,6	93,3	93,6	94,0	94,4
Rio de Janeiro	97,6	97,4	97,7	98,0	98,0	98,1	95,1	95,1	96,0	96,1	96,4	96,8	96,5	96,0	96,8	96,9	97,2	97,3
São Paulo	97,4	97,5	97,6	97,8	98,0	98,1	95,0	94,6	94,9	96,0	96,6	96,2	95,2	95,2	95,8	95,9	96,6	96,3
Região Sul	96,5	96,8	96,9	97,3	97,3	97,3	92,0	92,0	92,3	93,2	94,2	92,7	91,2	92,2	92,9	93,2	93,5	93,4
Paraná	95,7	96,4	96,3	96,9	96,6	96,4	89,4	88,0	88,8	90,9	91,7	87,8	90,9	91,9	92,4	92,4	92,9	92,7
Santa Catarina	97,2	97,2	97,4	97,6	97,8	98,0	93,1	93,6	94,2	94,8	96,9	95,5	92,4	92,3	93,3	93,8	94,6	95,4
Rio Grande do Sul	96,8	97,0	97,1	97,2	97,6	97,7	93,4	94,0	94,1	94,1	95,2	95,3	91,4	92,7	93,7	94,6	94,1	93,6
Região Centro-Oeste	95,6	95,9	95,7	95,8	96,2	96,4	89,2	89,3	89,4	91,7	92,2	91,5	92,8	93,0	93,5	93,6	94,2	93,9
Mato Grosso do Sul	94,7	95,1	94,5	95,4	96,2	96,4	90,0	90,9	86,9	93,1	90,7	92,3	92,2	92,3	92,3	92,3	94,3	94,1
Mato Grosso	95,3	95,4	95,8	95,3	95,8	95,5	89,1	88,0	90,2	90,4	91,1	90,1	92,3	91,6	92,5	93,1	92,5	92,0
Goiás	94,6	95,4	95,3	95,2	95,5	95,8	85,6	86,9	86,6	89,6	90,9	90,2	91,9	92,6	93,0	92,9	93,7	93,8
Distrito Federal	98,3	98,0	97,9	98,2	98,2	98,2	95,5	94,6	95,2	96,1	96,6	95,1	96,5	96,4	97,0	97,1	97,2	96,3
Regiões Metropolitanas																		
Belém	97,4	97,7	97,1	98,6	98,9	97,6	96,2	95,2	94,2	94,1	96,6	96,1	96,3	96,6	95,9	96,1	97,0	96,2
Fortaleza	94,7	94,7	95,0	95,5	95,5	95,8	86,7	91,0	86,2	89,2	89,2	88,7	91,4	90,4	91,7	91,0	92,1	93,4
Recife	95,7	95,1	96,3	96,4	96,2	97,0	89,7	91,2	90,8	89,7	93,3	91,7	93,7	92,6	93,5	94,0	93,0	94,5
Salvador	97,2	98,1	97,9	96,4	97,9	98,3	96,3	94,4	96,1	95,6	95,9	96,5	95,5	96,7	96,6	96,6	95,8	96,7
Belo Horizonte	97,7	98,4	97,7	98,1	97,8	98,0	95,7	95,3	95,4	95,4	95,8	97,2	96,0	96,8	96,4	96,8	97,2	96,8
Rio de Janeiro	98,2	98,0	98,3	98,7	98,8	98,5	95,9	95,9	97,1	97,4	97,7	97,6	97,0	96,6	97,4	97,7	97,7	97,8
São Paulo	97,8	98,1	98,2	98,5	98,4	98,6	96,3	95,3	96,4	96,9	96,4	96,7	96,1	96,3	96,3	96,6	97,5	97,4
Curitiba	97,6	97,8	98,0	98,4	97,8	97,9	95,2	94,1	90,0	95,4	96,7	93,0	95,5	94,4	97,0	94,6	96,3	96,4
Porto Alegre	98,1	98,2	97,9	98,1	98,2	98,5	94,5	97,5	97,9	96,3	96,7	97,7	95,1	95,0	96,1	97,3	96,2	96,7

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

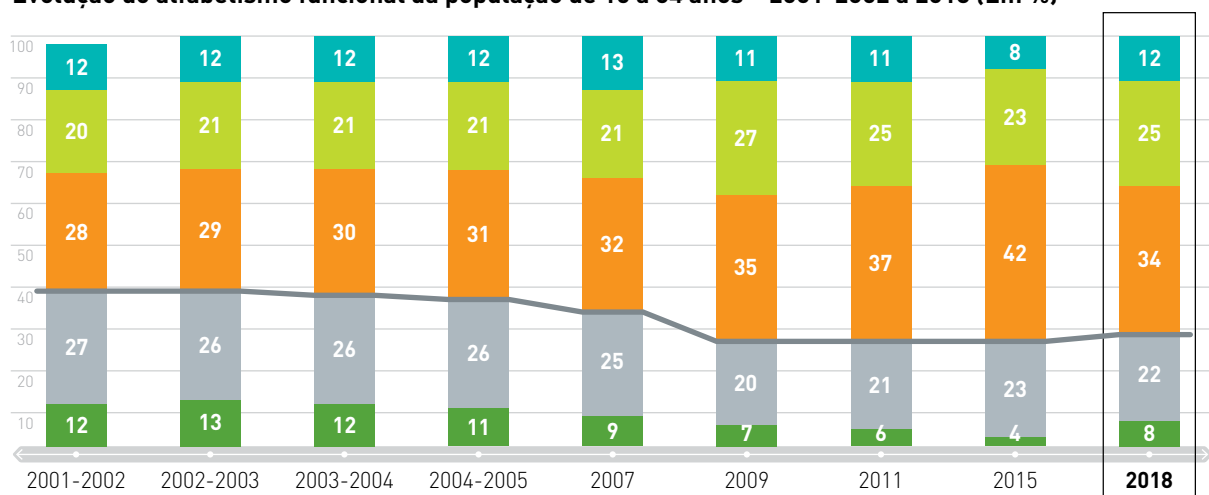
Notas: (8), (24) e (26).



INAF - INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) mostra que 71% da população brasileira pode ser considerada funcionalmente alfabetizada, dois pontos percentuais abaixo do índice registrado em 2015. Apesar desse recuo, vale destacar o crescimento, no mesmo período, das pessoas que estão no nível Proficiente (de 8% para 12%), o que significa que são capazes de elaborar textos de diferentes tipos e de interpretar tabelas e gráficos. No outro extremo, da parcela de analfabetos funcionais, observa-se o aumento de quatro pontos percentuais no nível mais baixo de alfabetismo.

Evolução do alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos – 2001-2002 a 2018 (Em %)

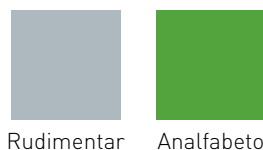


NÍVEIS

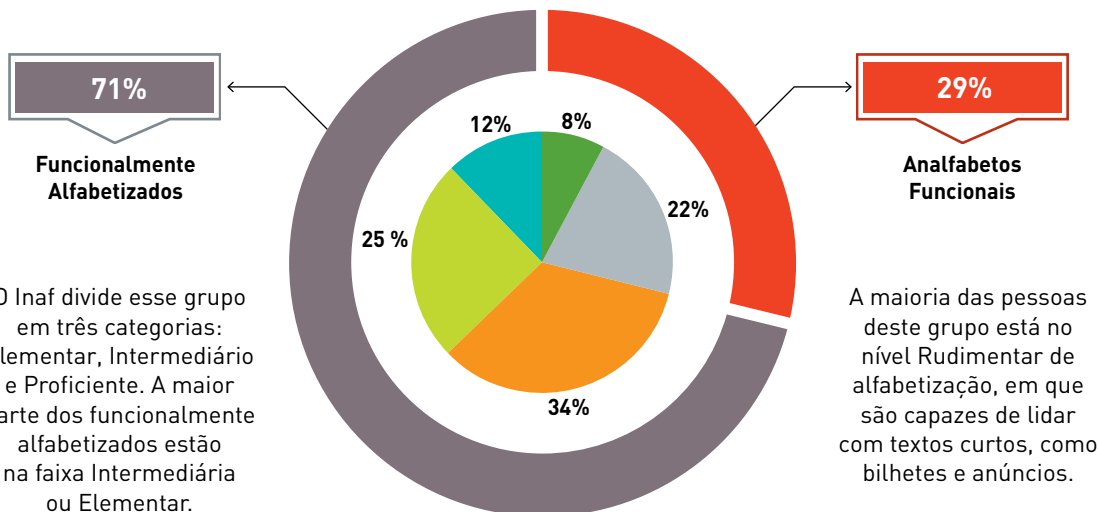
FUNCIONALMENTE ALFABETIZADOS



ANALFABETOS FUNCIONAIS



2018



Fontes: Inaf/Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro. Elaborado pelas/os autoras/es. Inaf Brasil 2001-2002, 2015 e 2018.

Notas: (45) O critério de arredondamento das frações dos resultados permite percentuais totais diferentes da soma dos números arredondados.



EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

META DO PNE

Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional, nos ensinos Fundamental e Médio.

O Brasil possui, hoje, 47,9 mil alunos na modalidade Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, sendo 5,7 mil em Nível Fundamental e 42,2 mil em Nível Médio.

Esse contingente ainda representa, no entanto, uma pequena parte das matrículas em EJA como um todo. No caso do Ensino Fundamental, a ênfase profissionalizante representa apenas 0,3% das matrículas, e no Médio, somente 2,9%, sendo que a meta do PNE aponta para 25% das matrículas.

O ano de 2018 registrou uma queda no número de matrículas na EJA de Ensino Fundamental, na modalidade integrada à Educação Profissional, se comparado a 2017: 51,3%. Trata-se do menor patamar desde 2009.

Na EJA de Ensino Médio integrada à Educação Profissional, a queda no número de matrículas nos últimos dois anos foi menor em comparação à EJA de Ensino Fundamental dessa modalidade: 1,4%.

86



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de recortes por região, localidade, renda e raça/cor.

40% das matrículas totais de EJA estão localizadas na região Nordeste. A região Centro-Oeste detém 7,1% das matrículas.

0,1% das matrículas de EJA de Ensino Médio no Acre pertencem à modalidade integrada à Educação Profissional, sendo que, na Bahia, essa proporção é de 14,9%.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)**Total de matrículas e matrículas na EJA integrada à Educação Profissional**

Ensinos Fundamental e Médio – Brasil e regiões – 2018

	Total EJA	Nível Fundamental			Nível Médio		
		Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas integradas à Educação Profissional	Total	Integrado à Educação profissional	% matrículas integradas à Educação Profissional
Brasil	3.545.988	2.108.155	5.695	0,3	1.437.833	42.175	2,9
Norte	392.908	260.899	668	0,3	132.009	2.771	2,1
Nordeste	1.419.273	1.014.763	3.914	0,4	404.510	32.040	7,9
Sudeste	1.073.221	485.953	711	0,1	587.268	2.998	0,5
Sul	409.059	225.522	281	0,1	183.537	1.899	1,0
Centro-Oeste	251.527	121.018	121	0,1	130.509	2.467	1,9

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar.

Nota: (3).

Educação de Jovens e Adultos (EJA)**Matrículas por etapa de ensino – Brasil – 2008-2018**

Ano	Total geral	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por etapa de ensino							
		Ensino Fundamental					Ensino Médio		
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Integrado à Educação Profissional	Projovem (Urbano)	Total	Médio	Integrado à Educação Profissional
2008	4.945.424	3.295.240	1.127.077	2.164.187	3.976	0	1.650.184	1.635.245	14.939
2009	4.661.332	3.094.524	1.035.610	2.055.286	3.628	0	1.566.808	1.547.275	19.533
2010	4.287.234	2.860.230	923.197	1.922.907	14.126	0	1.427.004	1.388.852	38.152
2011	4.046.169	2.681.776	935.084	1.722.697	23.995	0	1.364.393	1.322.422	41.971
2012	3.906.877	2.561.013	870.181	1.618.587	18.622	53.623	1.345.864	1.309.871	35.993
2013	3.772.670	2.447.792	832.754	1.551.438	20.194	43.406	1.324.878	1.283.609	41.269
2014	3.592.908	2.284.122	774.352	1.451.627	9.153	48.990	1.308.786	1.265.911	42.875
2015	3.491.869	2.182.611	736.763	1.378.454	16.821	50.573	1.309.258	1.270.198	39.060
2016	3.482.174	2.105.535	676.526	1.367.097	17.613	44.299	1.376.639	1.342.137	34.502
2017	3.598.716	2.172.904	778.272	1.382.896	10.469	1.267	1.425.812	1.383.046	42.766
2018	3.545.988	2.108.155	775.493	1.326.967	5.101	594	1.437.833	1.395.658	42.175
Δ % 2017/2018	-1,47%	-2,98%	-0,36%	-4,04%	-51,28%	-53,12%	0,84%	0,91%	-1,38%

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (27).

Educação de Jovens e Adultos (EJA)**Matrículas no Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2018**

	Total	Presencial	Semipresencial	Educação a Distância	Integrada presencial
Brasil	2.108.155	1.950.960	136.490	15.010	5.695
Norte	260.899	253.747	5.967	517	668
Nordeste	1.014.763	987.851	21.022	1.976	3.914
Sudeste	485.953	382.311	100.361	2.570	711
Sul	225.522	209.374	8.035	7.832	281
Centro-Oeste	121.018	117.677	1.105	2.115	121

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar

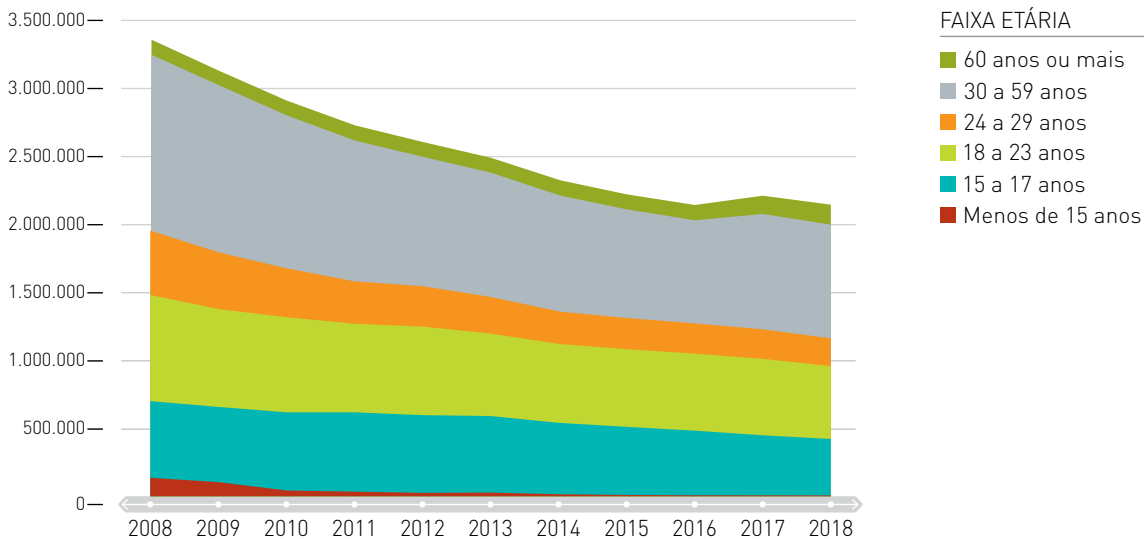
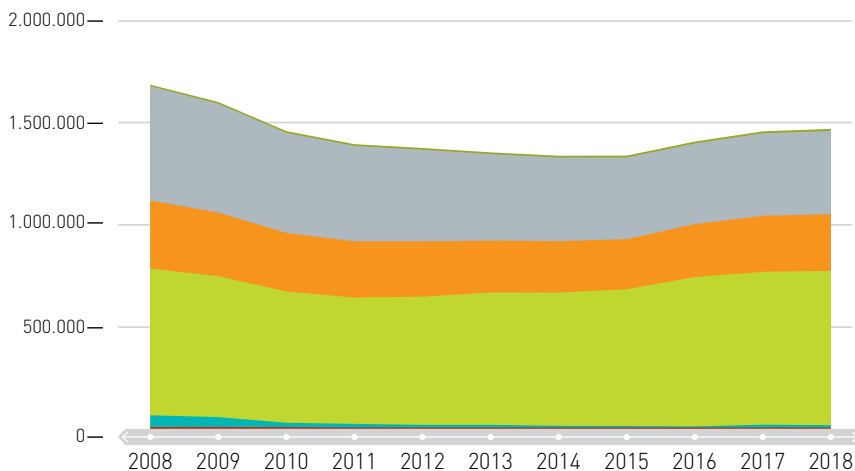
Notas: (3) e (28).

Educação de Jovens e Adultos**Matrículas no Ensino Médio – Brasil e regiões – 2018**

	Total	Presencial	Semipresencial	Educação a Distância	Integrada presencial	Integrada - Educação a Distância
Brasil	1.437.833	1.078.976	252.753	63.929	613	41.562
Norte	132.009	117.176	9.026	3.036	0	2.771
Nordeste	404.510	325.546	42.167	4.757	0	32.040
Sudeste	587.268	393.300	173.156	17.814	179	2.819
Sul	183.537	125.565	24.797	31.276	65	1.834
Centro-Oeste	130.509	117.389	3.607	7.046	369	2.098

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar

Nota: ③.

Educação de Jovens e Adultos**Matrículas na EJA por faixa etária – Todas as redes – Brasil – 2008-2018****Ensino Fundamental****Ensino Médio**

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ③.

Educação de Jovens e Adultos**Matrículas totais na EJA e na EJA integrada à Educação Profissional – Brasil e regiões – 2018**

Por unidades da federação

	Total EJA	Nível Fundamental			Nível Médio		
		Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas integradas à Educação Profissional	Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas integradas à Educação Profissional
Brasil	3.545.988	2.108.155	5.695	0,3	1.437.833	42.175	2,9
Região Norte	392.908	260.899	668	0,3	132.009	2.771	2,1
Rondônia	38.508	18.547	9	0,0	19.961	40	0,2
Acre	43.383	33.878	0	0,0	9.505	14	0,1
Amazonas	78.889	57.914	43	0,1	20.975	447	2,1
Roraima	8.047	3.035	0	0,0	5.012	217	4,3
Pará	183.826	126.175	594	0,5	57.651	1.685	2,9
Amapá	22.312	13.173	0	0,0	9.139	96	1,1
Tocantins	17.943	8.177	22	0,3	9.766	272	2,8
Região Nordeste	1.419.273	1.014.763	3.914	0,4	404.510	32.040	7,9
Maranhão	164.450	137.126	140	0,1	27.324	676	2,5
Piauí	184.671	146.604	25	0,0	38.067	5.031	13,2
Ceará	168.244	101.306	268	0,3	66.938	6.470	9,7
Rio Grande do Norte	65.822	47.833	206	0,4	17.989	382	2,1
Paraíba	123.182	90.209	60	0,1	32.973	462	1,4
Pernambuco	193.302	130.169	287	0,2	63.133	572	0,9
Alagoas	118.156	93.606	2.263	2,4	24.550	97	0,4
Sergipe	42.620	31.237	0	0,0	11.383	100	0,9
Bahia	358.826	236.673	665	0,3	122.153	18.250	14,9
Região Sudeste	1.073.221	485.953	711	0,1	587.268	2.998	0,5
Minas Gerais	311.815	137.106	14	0,0	174.709	335	0,2
Espírito Santo	63.659	32.351	0	0,0	31.308	842	2,7
Rio de Janeiro	243.803	125.343	5	0,0	118.460	1.219	1,0
São Paulo	453.944	191.153	692	0,4	262.791	602	0,2
Região Sul	409.059	225.522	281	0,1	183.537	1.899	1,0
Paraná	178.500	107.350	43	0,0	71.150	263	0,4
Santa Catarina	73.462	32.829	65	0,2	40.633	473	1,2
Rio Grande do Sul	157.097	85.343	173	0,2	71.754	1.163	1,6
Região Centro-Oeste	251.527	121.018	121	0,1	130.509	2.467	1,9
Mato Grosso do Sul	41.818	21.035	0	0,0	20.783	149	0,7
Mato Grosso	74.493	38.917	88	0,2	35.576	161	0,5
Goiás	84.790	34.055	14	0,0	50.735	1.338	2,6
Distrito Federal	50.426	27.011	19	0,1	23.415	819	3,5

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar

Nota: ③.



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META DO PNE

Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% de expansão no segmento público.

O desenvolvimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) é uma modalidade complementar à Educação Básica e Superior, introduzindo a possibilidade de escolha de diferentes trajetórias e expansão da jornada escolar.

A atual tendência é de crescimento da oferta na rede pública (5,7%, de 2017 a 2018). No período de 2009 a 2018, a proporção de alunos que cursaram a EPTNM em relação ao total de matrículas na Educação Básica de Ensino Médio cresceu 6,4 pontos percentuais. Hoje, são 1,87 milhão de matrículas (sendo 1,1 milhão na rede pública).

O crescimento mais recente da EPTNM foi estimulado pelo avanço na região Nordeste, onde o aumento registrado nas matrículas totais dessa modalidade foi de 7,7% em relação a 2017. No entanto, apesar do avanço, a proporção de alunos nessa modalidade em relação ao total da Educação Básica de Nível Médio ainda é baixa no Centro-Oeste (12,1%), se comparada ao que ocorre no Sul (22,7%), o que exemplifica as desigualdades regionais da Educação Brasileira.

Outro aspecto importante é a forma de articulação dessa modalidade com o Ensino Médio. Atualmente, quase metade das matrículas (47,9%) ainda acontece de forma não integrada ao currículo escolar, ou seja, de forma subsequente à última etapa da Educação Básica.



DE OLHO NA EQUIDADE

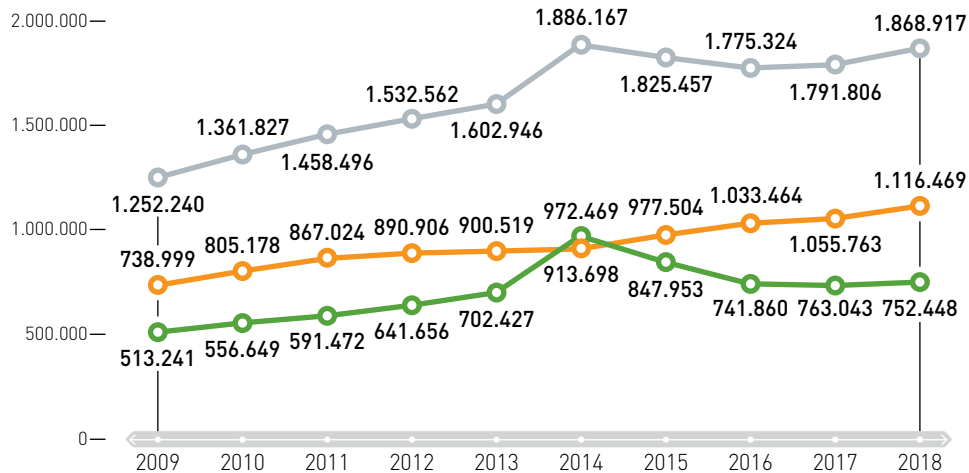
O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso é essencial a análise de recortes por região, localidade, renda e raça/cor.

9,6% das matrículas da Educação Básica de Nível Médio no Pará se referem à Educação Profissional Técnica. No Rio Grande do Norte, o mesmo vale para 25,8% das matrículas.

12,1% das matrículas da Educação Básica de Nível Médio no Centro-Oeste são da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. No Sul, a proporção salta para 22,7%.



Educação Profissional Técnica de Nível Médio Matrículas nas redes pública e privada – Brasil – 2009-2018



Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar - Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ③.

Educação Profissional Técnica de Nível Médio Matrículas nas redes pública e privada

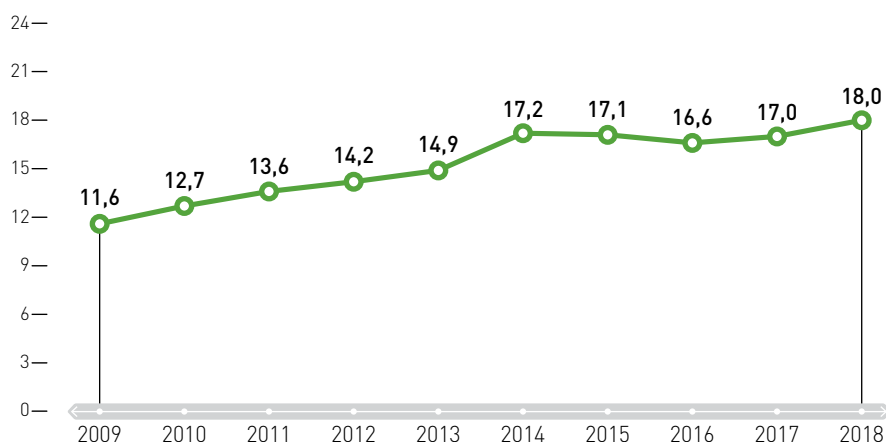
Brasil e regiões – 2016-2018

Região	2016			2017			2018		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Brasil	1.775.324	1.033.464	741.860	1.791.806	1.055.763	736.043	1.868.917	1.116.469	752.448
Norte	107.461	62.525	44.936	106.379	63.940	42.439	122.241	75.813	46.428
Nordeste	451.508	311.568	139.940	487.045	342.836	144.209	524.656	374.421	150.235
Sudeste	804.323	406.536	397.787	806.210	400.040	406.170	811.879	405.413	406.466
Sul	310.105	190.859	119.246	302.258	194.805	107.453	315.813	200.227	115.586
Centro-Oeste	101.927	61.976	39.951	89.914	54.142	35.772	94.328	60.595	33.733

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar - Elaboração: Todos Pela Educação

Nota: ③.

Matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio em relação ao total de matrículas do Ensino Médio – 2009-2018 (Em %)



BRASIL 18,0%

Norte	12,2%
Nordeste	18,3%
Sudeste	18,6%
Sul	22,7%
Centro-Oeste	12,1%

Fonte: MEC/Inep/DEED. Microdados do Censo Escolar - Elaboração: Todos Pela Educação.

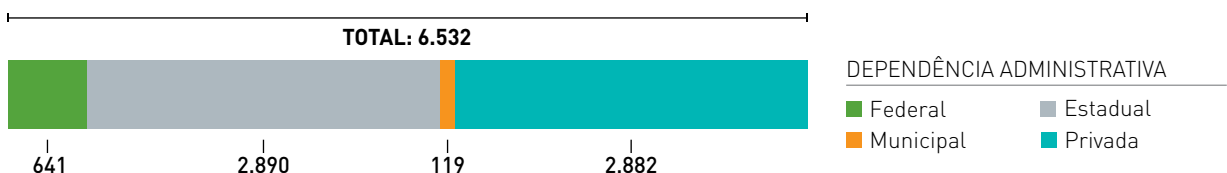
Nota: ③.

Educação Profissional Técnica de Nível Médio**Matrículas por região e formas de articulação com o Ensino Médio – 2018**

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Concomitante	354.346	21.590	60.666	202.618	48.340	21.132
Subsequente	894.862	66.002	211.542	420.098	155.377	41.843
Integrada	505.791	32.257	218.654	149.755	77.170	27.955
Normal/Magistério	78.773	353	7.400	36.866	33.195	959
Integrada à EJA	35.145	2.039	26.394	2.542	1.731	2.439
Total	1.868.917	122.241	524.656	811.879	315.813	94.328

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação

Nota: (3).

Educação Profissional Técnica de Nível Médio**Estabelecimentos por dependência administrativa – 2018**

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (29).

Educação Profissional Técnica de Nível Médio**Matrículas nas modalidades integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio e integrada à Educação de Jovens e Adultos de nível médio**

Por área do curso – Brasil – 2018

	Integrado	Concomitante	Subsequente	Integrado à EJA	Total
Ambiente e saúde	51.010	87.442	348.494	9.689	496.635
Desenvolvimento educacional e social	1.399	1.937	17.041	289	20.666
Controle e processos industriais	64.446	46.102	129.528	2.293	242.369
Gestão e negócios	111.032	127.493	178.607	10.728	427.860
Turismo, hospitalidade e lazer	10.244	3.504	11.575	1.349	26.672
Informação e comunicação	114.802	40.107	56.020	3.383	214.312
Infraestrutura	28.010	6.193	25.032	1.017	60.252
Militar	38	0	237	0	275
Produção alimentícia	13.279	1.939	7.707	1.057	23.982
Produção cultural e design	9.788	7.397	21.793	274	39.252
Produção industrial	24.856	8.166	24.053	359	57.434
Recursos naturais	69.820	11.666	28.336	2.083	111.905
Segurança	7.067	12.400	46.439	2.624	68.530
Total	505.791	354.346	894.862	35.145	1.790.144

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (3).

Educação Profissional Técnica de Nível Médio**Matrículas de Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**

Por regiões e unidades da federação – 2018

	Educação Profissional Técnica de Nível Médio	FIC integrado à EJA Nível Médio	Ensino Médio	Matrículas na EB de Nível Médio*	%
Brasil	1.868.917	7.030	8.521.023	10.396.970	18,0
Região Norte	122.241	732	880.373	1.003.346	12,2
Rondônia	13.601	0	74.497	88.098	15,4
Acre	7.830	0	46.078	53.908	14,5
Amazonas	28.316	100	220.853	249.269	11,4
Roraima	5.508	82	24.881	30.471	18,1
Pará	42.858	356	404.003	447.217	9,6
Amapá	9.141	0	42.387	51.528	17,7
Tocantins	14.987	194	67.674	82.855	18,1
Região Nordeste	524.656	5.646	2.330.234	2.860.536	18,3
Maranhão	38.773	19	322.195	360.987	10,7
Piauí	49.446	48	147.184	196.678	25,1
Ceará	87.336	5.289	371.855	464.480	18,8
Rio Grande do Norte	43.456	0	124.944	168.400	25,8
Paraíba	27.684	0	158.673	186.357	14,9
Pernambuco	103.806	290	377.345	481.441	21,6
Alagoas	24.327	0	132.752	157.079	15,5
Sergipe	12.635	0	86.931	99.566	12,7
Bahia	137.193	0	608.355	745.548	18,4
Região Sudeste	811.879	456	3.549.026	4.361.361	18,6
Minas Gerais	163.614	59	954.690	1.118.363	14,6
Espírito Santo	36.801	132	134.465	171.398	21,5
Rio de Janeiro	170.571	93	640.117	810.781	21,0
São Paulo	440.893	172	1.819.754	2.260.819	19,5
Região Sul	315.813	168	1.076.770	1.392.751	22,7
Paraná	125.032	65	443.902	568.999	22,0
Santa Catarina	66.366	103	260.904	327.373	20,3
Rio Grande do Sul	124.415	0	371.964	496.379	25,1
Região Centro-Oeste	94.328	28	684.620	778.976	12,1
Mato Grosso do Sul	18.413	0	114.556	132.969	13,9
Mato Grosso	21.239	0	164.898	186.137	11,4
Goiás	31.612	28	275.474	307.114	10,3
Distrito Federal	23.064	0	129.692	152.756	15,1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação

Notas: (3). *São consideradas matrículas na Educação Básica de Nível Médio as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, FIC integrado à EJA Nível Médio e as matrículas de Ensino Médio.

Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Matrículas nas modalidades integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio nas redes pública e privada

Por regiões e unidades da federação – 2018

Unidade da federação	Rede total					Rede pública <small>continua →</small>		
	Integrada	Concomitante	Subsequente	Integrada à EJA	Normal / Magistério	Integrada	Concomitante	
Brasil	505.791	354.346	894.862	35.145	78.773	486.569	124.195	
Região Norte	32.257	21.590	66.002	2.039	353	31.537	12.002	
Rondônia	4.997	4.889	3.675	40	0	4.516	3.675	
Acre	1.554	4.077	2.185	14	0	1.554	3.378	
Amazonas	5.340	3.775	18.821	347	33	5.340	992	
Roraima	2.105	541	2.727	135	0	2.081	261	
Pará	11.294	3.629	26.606	1.329	0	11.079	717	
Amapá	1.899	3.766	3.196	96	184	1.899	2.434	
Tocantins	5.068	913	8.792	78	136	5.068	545	
Região Nordeste	218.654	60.666	211.542	26.394	7.400	214.499	31.484	
Maranhão	14.464	6.809	15.024	657	1.819	13.570	1.718	
Piauí	20.977	15.460	8.026	4.983	0	20.853	14.453	
Ceará	56.196	6.381	23.380	1.181	198	56.099	2.201	
Rio Grande do Norte	17.054	9.540	16.279	382	201	17.054	4.499	
Paraíba	13.725	2.158	9.929	462	1.410	13.725	320	
Pernambuco	22.068	10.481	67.918	282	3.057	22.068	5.883	
Alagoas	10.032	3.114	11.022	97	62	10.032	242	
Sergipe	2.291	2.187	8.057	100	0	2.165	483	
Bahia	61.847	4.536	51.907	18.250	653	58.933	1.685	
Região Sudeste	149.755	202.618	420.098	2.542	36.866	136.721	65.896	
Minas Gerais	25.821	38.818	83.487	276	15.212	23.846	20.484	
Espírito Santo	12.960	9.638	13.493	710	0	12.122	5.115	
Rio de Janeiro	28.761	46.985	72.437	1.126	21.262	24.459	6.924	
São Paulo	82.213	107.177	250.681	430	392	76.294	33.373	
Região Sul	77.170	48.340	155.377	1.731	33.195	76.206	4.879	
Paraná	35.059	13.145	59.806	198	16.824	34.424	419	
Santa Catarina	17.092	9.641	34.565	370	4.698	16.895	3.085	
Rio Grande do Sul	25.019	25.554	61.006	1.163	11.673	24.887	1.375	
Região Centro-Oeste	7.284	2.455	7.608	149	917	7.208	1.341	
Mato Grosso do Sul	27.955	21.132	41.843	2.439	959	27.606	9.934	
Mato Grosso	10.502	5.013	5.529	161	34	10.502	2.775	
Goiás	7.335	8.675	14.292	1.310	0	7.187	4.002	
Distrito Federal	2.834	4.989	14.414	819	8	2.709	1.816	

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação

Nota: (3).

← continua	Rede pública			Rede privada				
	Subsequente	Integrada à EJA	Normal / Magistério	Integrada	Concomitante	Subsequente	Integrada à EJA	Normal / Magistério
	396.082	33.912	75.711	19.222	230.151	498.780	1.233	3.062
	30.210	1.837	227	720	9.588	35.792	202	126
	594	40	0	481	1.214	3.081	0	0
	1.659	14	0	0	699	526	0	0
	13.021	347	33	0	2.783	5.800	0	0
	1.099	135	0	24	280	1.628	0	0
	9.865	1.127	0	215	2.912	16.741	202	0
	2.331	96	184	0	1.332	865	0	0
	1.641	78	10	0	368	7.151	0	126
	96.372	25.745	6.321	4.155	29.182	115.170	649	1.079
	3.278	657	1.105	894	5.091	11.746	0	714
	4.715	4.981	0	124	1.007	3.311	2	0
	5.726	534	198	97	4.180	17.654	647	0
	7.573	382	201	0	5.041	8.706	0	0
	4.102	462	1.297	0	1.838	5.827	0	113
	33.260	282	3.057	0	4.598	34.658	0	0
	3.590	97	0	0	2.872	7.432	0	62
	3.909	100	0	126	1.704	4.148	0	0
	30.219	18.250	463	2.914	2.851	21.688	0	190
	164.923	2.215	35.658	13.034	136.722	255.175	327	1.208
	38.696	135	15.048	1.975	18.334	44.791	141	164
	5.545	710	0	838	4.523	7.948	0	0
	9.238	1.119	20.249	4.302	40.061	63.199	7	1.013
	111.444	251	361	5.919	73.804	139.237	179	31
	84.853	1.731	32.558	964	43.461	70.524	0	637
	40.038	198	16.624	635	12.726	19.768	0	200
	10.540	370	4.698	197	6.556	24.025	0	0
	34.275	1.163	11.236	132	24.179	26.731	0	437
	2.478	149	917	76	1.114	5.130	0	0
	19.724	2.384	947	349	11.198	22.119	55	12
	3.107	106	30	0	2.238	2.422	55	4
	3.277	1.310	0	148	4.673	11.015	0	0
	10.862	819	0	125	3.173	3.552	0	8



EDUCAÇÃO SUPERIOR

METAS DO PNE

Elevar a taxa bruta de matrículas na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, asseguradas a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores.

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

96

Em 2018, as taxas bruta e líquida de matrícula na Educação Superior voltaram a crescer após a queda que apresentou em 2017, embora a meta do PNE esteja ainda distante de ser cumprida.

No último ano da série apresentada, o Brasil possuía uma taxa bruta de matrículas de nível superior de 44,2%, acréscimo de 3,9 pontos percentuais em relação a 2017, e de 11,4 pontos percentuais em comparação a 2012. A taxa líquida de matrículas alcançou 21,8%, em 2018, o que representou avanços de 1,9 e 5,2 pontos percentuais, em relação a 2017 e 2012, respectivamente.

Vale notar que o crescimento mais recente reforçou a desigualdade. Enquanto três em cada dez brancos chegam às universidades, 1,5 brasileiro de cor preta a cada dez alcança o nível superior.

Segue em ascensão, também, a porcentagem de pós-graduados *stricto sensu* no quadro profissional docente da Educação Superior, com 80,4% de mestres e doutores. Isso representa um avanço de 24,8 pontos percentuais desde 2002. O percentual de doutores atuando nas Instituições de Ensino Superior praticamente dobrou no período, chegando a 41% do corpo docente.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa.

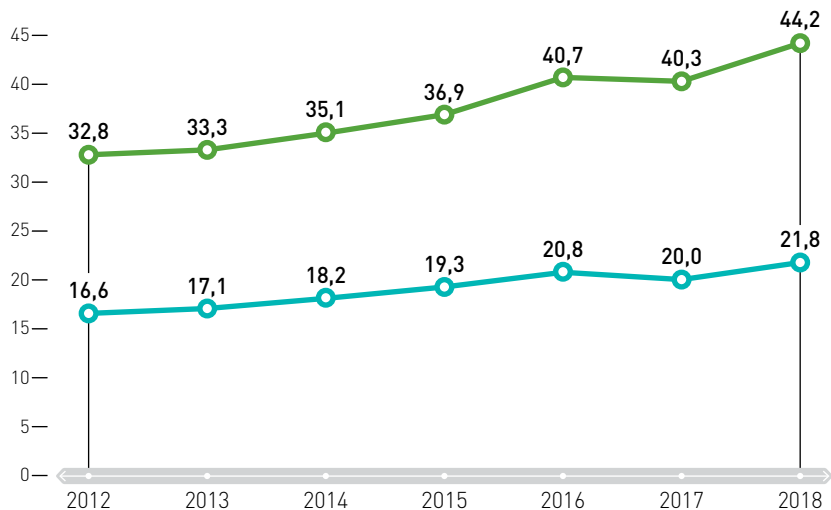
Por isso é essencial a análise de recortes por região, localidade, renda e raça/cor.

15,1% é a taxa de matrícula líquida na Educação Superior entre a população preta no Brasil, em comparação a 30,7% dos brancos.

8% dos jovens do campo de 18 a 24 anos estão na Educação Superior, proporção três vezes menor se comparada aos que residem nas regiões urbanas.

Educação Superior

Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos
Taxas bruta e líquida de matrícula – Brasil – 2012-2018



Proporção do número de matrículas na Educação Superior em relação ao total da população na faixa etária de 18 a 24 anos

Proporção do número de alunos de 18 a 24 anos na Educação Superior em relação ao total da população na faixa etária de 18 a 24 anos

● Taxa bruta
● Taxa líquida

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (7).

Educação Superior

Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos
Taxa líquida de matrículas por renda – Brasil – 2016-2017

	2016	2017
Total	20,8	20,0
25% mais pobres	7,4	7,2
25% a 50%	16,9	16,1
50% a 75%	27,7	27,3
25% mais ricos	48,4	48,0

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (7) e (9).

DE OLHO NA EQUIDADE

Taxa líquida de matrículas por raça/cor – Brasil – 2012-2018

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	16,6	17,1	18,2	19,3	20,8	20,0	21,8
Branco	24,1	25,0	25,7	27,1	28,4	27,9	30,7
Pretos	9,4	9,2	10,6	12,3	13,8	14,3	15,1
Pardos	10,6	11,3	12,6	13,7	15,2	14,6	16,3

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (7) e (8).

DE OLHO NA EQUIDADE

Taxa líquida de matrículas por localidade – Brasil – 2012-2018

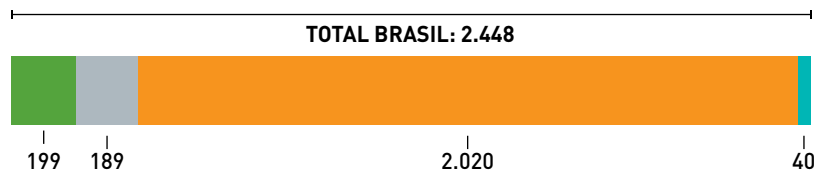
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	16,6	17,1	18,2	19,3	20,8	20,0	21,8
Urbana	18,4	19,1	20,1	21,4	23,0	21,9	24,0
Rural	5,1	5,3	6,4	6,7	6,8	7,2	8,0

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (7).

DE OLHO NA EQUIDADE

Educação Superior Número de instituições – Brasil – 2017*



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

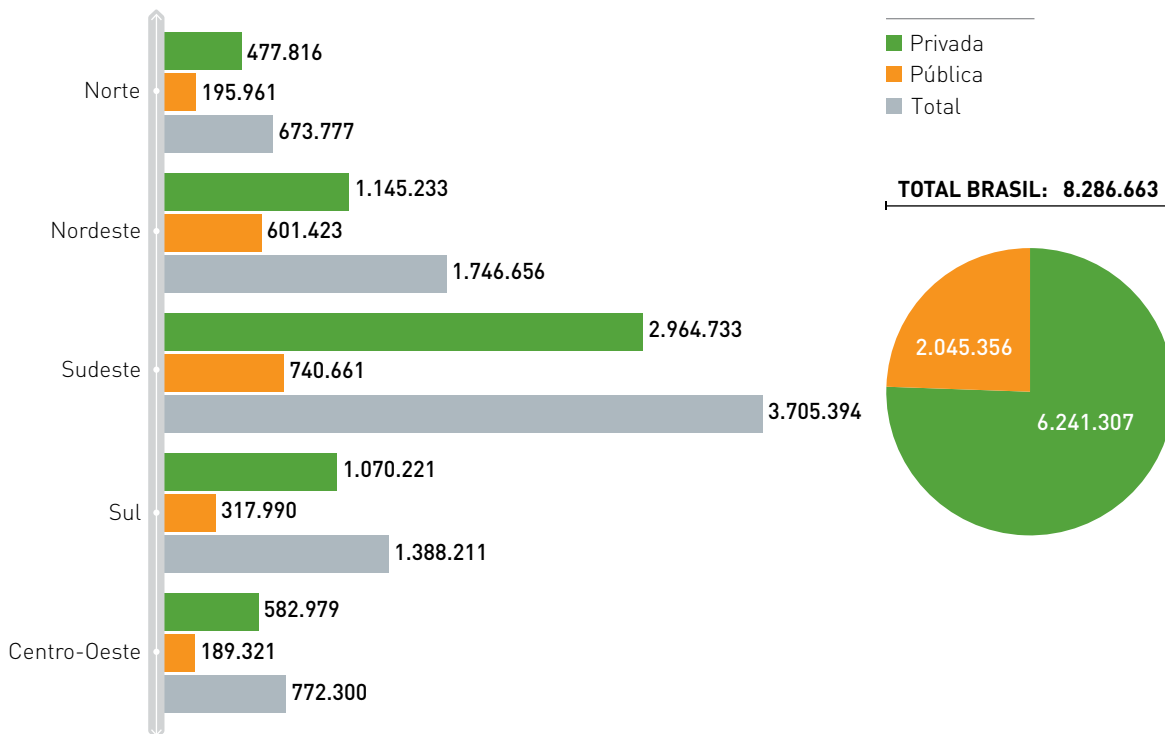
- Universidades
- Centros Universitários
- Faculdades
- Institutos Federais (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)

Educação Superior Número de instituições por região – 2017*

Região	Total geral	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IF e Cefet
Brasil	2.448	199	189	2.020	40
Norte	165	17	11	130	7
Nordeste	517	39	27	440	11
Sudeste	1.121	80	101	929	11
Sul	405	49	34	316	6
Centro-Oeste	240	14	16	205	5

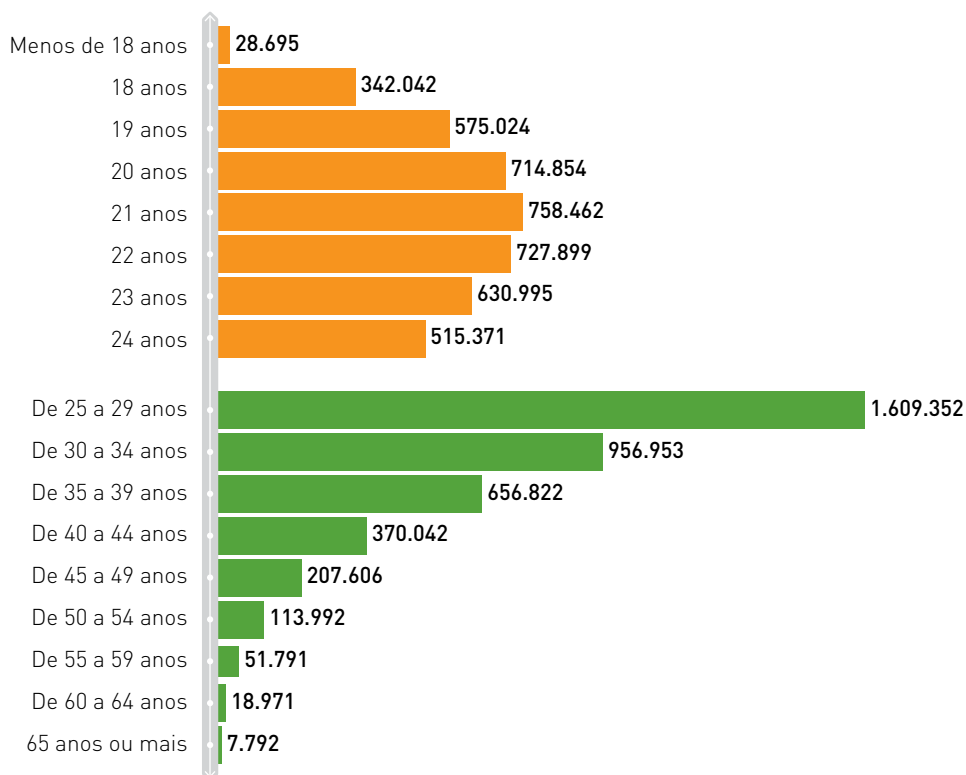
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Educação Superior Matrículas por dependência administrativa – Brasil e regiões – 2017*



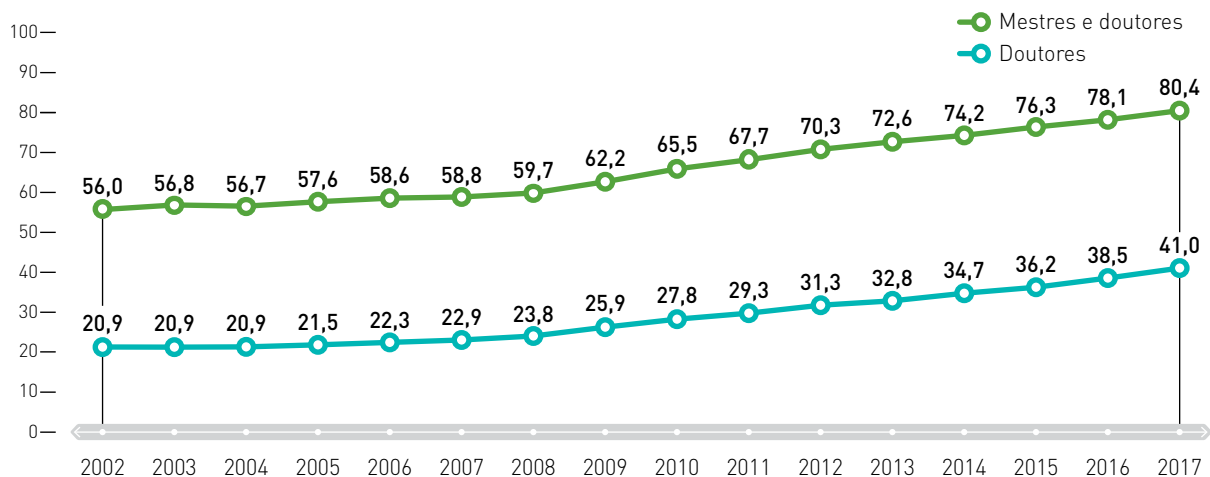
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Educação Superior Matrículas por faixa etária - Brasil - 2017*



Fonte: MEC/Inep/DEED - Sinopse Estatística da Educação Superior.

Educação Superior Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente da Educação Superior - Brasil - 2002-2017*



Fonte: MEC/Inep/DEED - Sinopse Estatística da Educação Superior.

Nota: (31).

Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior
Taxa líquida de matrícula – 2012-2018 – Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	16,6	17,1	18,2	19,3	20,7	19,9	21,8
Região Norte	11,6	12,7	13,3	14,4	15,1	15,3	17,8
Rondônia	14,4	15,1	16,1	16,9	17,6	17,1	21,6
Acre	14,0	16,4	17,6	18,1	20,1	19,9	19,8
Amazonas	13,6	14,1	14,7	15,6	18,1	15,6	18,1
Roraima	22,4	19,2	19,3	25,4	19,0	22,5	23,7
Pará	8,6	9,9	10,6	11,3	11,4	12,7	14,6
Amapá	16,9	14,9	15,4	18,4	19,3	21,4	26,8
Tocantins	12,5	15,9	15,9	18,4	19,7	18,7	21,9
Região Nordeste	11,6	12,3	13,7	14,5	16,0	15,2	17,3
Maranhão	7,7	8,5	8,1	10,2	11,7	12,5	15,2
Piauí	14,3	15,8	16,2	16,7	19,0	19,8	21,2
Ceará	12,8	14,1	15,5	15,5	15,8	16,7	17,7
Rio Grande do Norte	12,6	14,4	17,2	19,5	17,6	18,5	22,5
Paraíba	16,3	15,4	17,5	17,8	19,9	20,5	21,0
Pernambuco	11,7	12,5	14,3	14,3	18,0	14,0	17,9
Alagoas	11,3	10,7	13,2	13,6	15,0	13,0	17,8
Sergipe	15,8	17,9	17,5	18,1	17,0	17,9	16,6
Bahia	9,8	10,1	12,1	13,2	14,8	13,3	14,8
Região Sudeste	18,5	19,3	20,1	21,6	23,7	21,4	23,3
Minas Gerais	16,5	18,3	18,6	20,8	23,3	19,4	21,2
Espírito Santo	18,3	16,5	17,9	19,3	21,5	20,3	21,1
Rio de Janeiro	17,5	17,7	18,7	20,2	22,0	21,0	24,8
São Paulo	19,9	20,6	21,5	22,8	24,7	22,8	24,1
Região Sul	21,5	21,4	22,3	22,8	23,9	25,2	26,7
Paraná	21,7	19,7	22,0	22,3	22,3	24,7	26,1
Santa Catarina	21,6	21,9	23,8	23,9	25,2	26,2	27,0
Rio Grande do Sul	21,2	22,9	21,7	22,7	24,8	25,2	27,1
Região Centro-Oeste	21,9	21,8	23,2	24,2	24,2	25,3	27,0
Mato Grosso do Sul	19,9	18,6	20,3	20,6	23,0	23,7	21,4
Mato Grosso	19,3	20,6	19,9	21,4	23,0	22,1	23,8
Goiás	19,9	19,3	22,2	23,6	21,2	23,7	26,0
Distrito Federal	31,4	31,3	31,3	31,5	33,0	32,8	36,5
Regiões Metropolitanas							
Belém	14,7	14,2	17,3	18,0	20,0	22,5	24,3
Fortaleza	16,0	18,9	20,6	19,7	19,3	20,6	21,0
Recife	16,8	18,7	19,8	19,1	22,4	16,5	24,2
Salvador	18,9	18,9	18,9	22,9	27,1	24,1	25,4
Belo Horizonte	21,2	21,6	23,5	21,4	27,8	23,4	22,5
Rio de Janeiro	18,6	17,8	19,6	21,8	22,6	21,1	26,1
São Paulo	21,6	21,9	23,7	23,4	27,3	24,0	25,7
Curitiba	22,0	19,0	23,4	26,8	24,3	28,4	27,0
Porto Alegre	21,2	25,3	21,4	21,9	24,6	26,5	27,7

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (7).

Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente da Educação Superior – 2017
Por unidades da federação

Unidade da federação	Mestres e doutores	Doutores
Brasil	80,4	41,0
Região Norte	73,3	31,4
Rondônia	62,9	20,9
Acre	65,8	30,6
Amazonas	77,5	30,7
Roraima	78,9	33,2
Pará	81,3	39,2
Amapá	57,0	17,7
Tocantins	65,0	28,5
Região Nordeste	79,9	39,0
Maranhão	69,7	28,6
Piauí	75,0	32,7
Ceará	83,5	38,6
Rio Grande do Norte	81,9	46,6
Paraíba	86,2	48,1
Pernambuco	80,8	40,4
Alagoas	74,6	33,5
Sergipe	83,2	44,1
Bahia	79,0	37,1
Região Sudeste	81,8	44,0
Minas Gerais	80,4	40,7
Espírito Santo	79,6	36,5
Rio de Janeiro	85,7	50,8
São Paulo	81,2	43,7
Região Sul	82,7	42,3
Paraná	80,9	41,3
Santa Catarina	76,8	34,2
Rio Grande do Sul	89,3	49,7
Região Centro-Oeste	75,1	36,5
Mato Grosso do Sul	79,9	42,1
Mato Grosso	66,8	30,3
Goiás	74,5	32,5
Distrito Federal	80,0	43,8

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Superior*.

Nota: (31).

Número de mestres e doutores titulados – 2017
Por unidades da federação

Unidade da federação	Mestres titulados	Doutores titulados
Brasil	61.147	21.591
Região Norte	2.887	526
Rondônia	181	16
Acre	109	10
Amazonas	679	154
Roraima	103	5
Pará	1.501	301
Amapá	64	6
Tocantins	250	34
Região Nordeste	11.328	3.248
Maranhão	450	77
Piauí	478	86
Ceará	1.862	567
Rio Grande do Norte	1.382	389
Paraíba	1.594	429
Pernambuco	2.288	836
Alagoas	414	68
Sergipe	633	131
Bahia	2.227	665
Região Sudeste	28.874	12.273
Minas Gerais	6.797	2.082
Espírito Santo	1.142	176
Rio de Janeiro	7.176	2.696
São Paulo	13.759	7.319
Região Sul	13.312	4.339
Paraná	4.707	1.283
Santa Catarina	2.582	884
Rio Grande do Sul	6.023	2.172
Região Centro-Oeste	4.746	1.205
Mato Grosso do Sul	827	180
Mato Grosso	696	80
Goiás	1.446	333
Distrito Federal	1.777	612

Fonte: GeoCapes.

Nota: (32).



PROFESSORES – FORMAÇÃO

METAS DO PNE

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

A formação de professores é uma das principais medidas para garantir uma Educação de qualidade. Houve avanços importantes: em uma década, o número de professores da Educação Básica com Educação Superior cresceu 12,9 pontos percentuais.

Apesar disso, ainda há desafios relevantes: no Brasil, 37,8% dos docentes não possuíam titulação em grau superior compatível com as disciplinas que lecionavam nos Anos Finais do Ensino Fundamental, em 2018. O mesmo ocorreu com 29,2% dos educadores do Ensino Médio.

Os dados apontam, também, para o predomínio da participação da rede privada: em 2018, 70,4% dos concluintes de cursos de graduação da área de Educação se formaram fora do sistema de universidades públicas.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso é essencial a análise de recortes por região, localidade, renda e raça/cor.

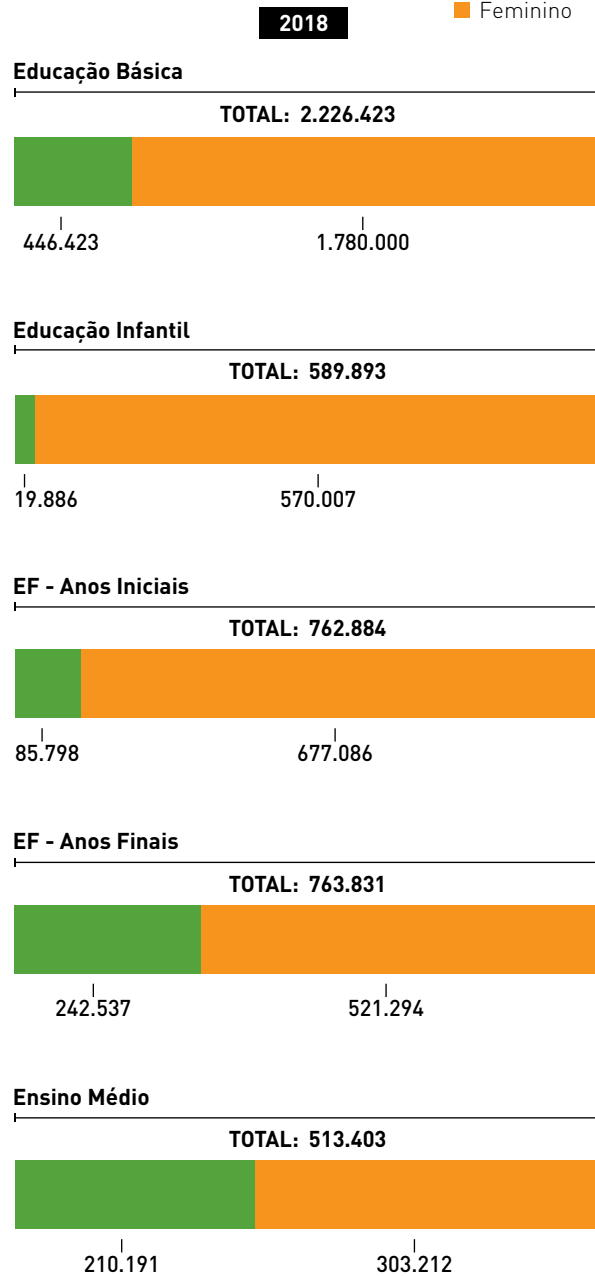
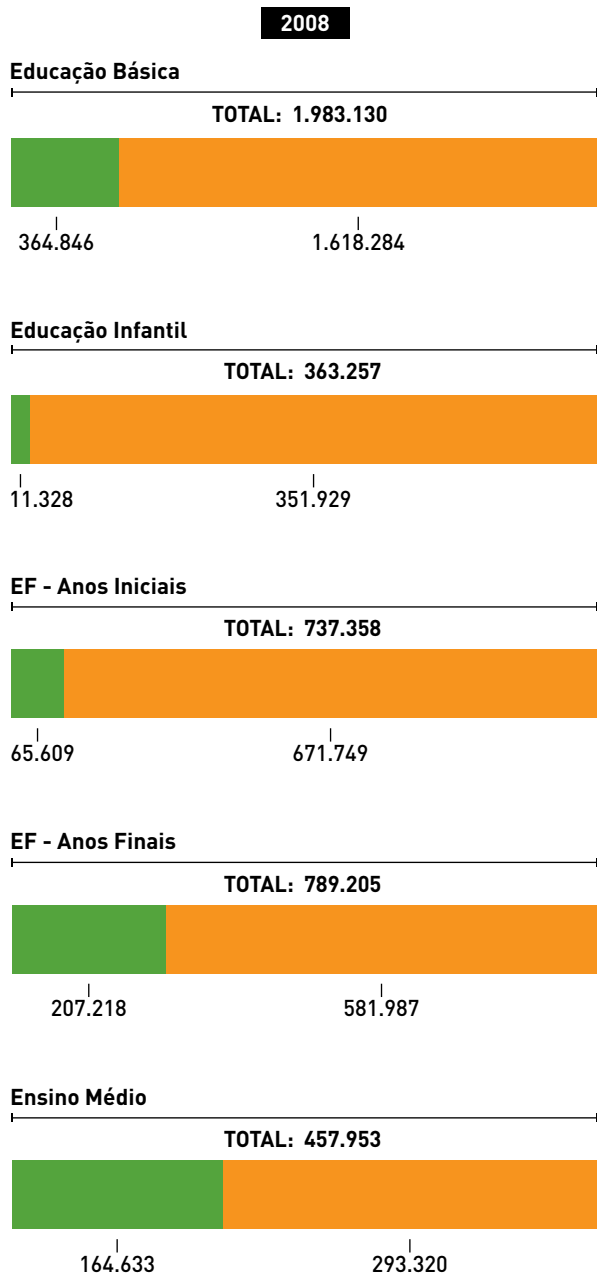
16,5% dos professores do Nordeste só possuem formação em nível médio, enquanto o mesmo ocorre a 6,4% dos docentes do Sudeste, segundo dados de 2018.

57% dos docentes do Maranhão têm diploma de Educação Superior, já no Espírito Santo, essa porcentagem é de 94,3%.

Professores na Educação Básica
Por etapa e sexo - Brasil - 2008 e 2018

SEXO

■ Masculino
■ Feminino

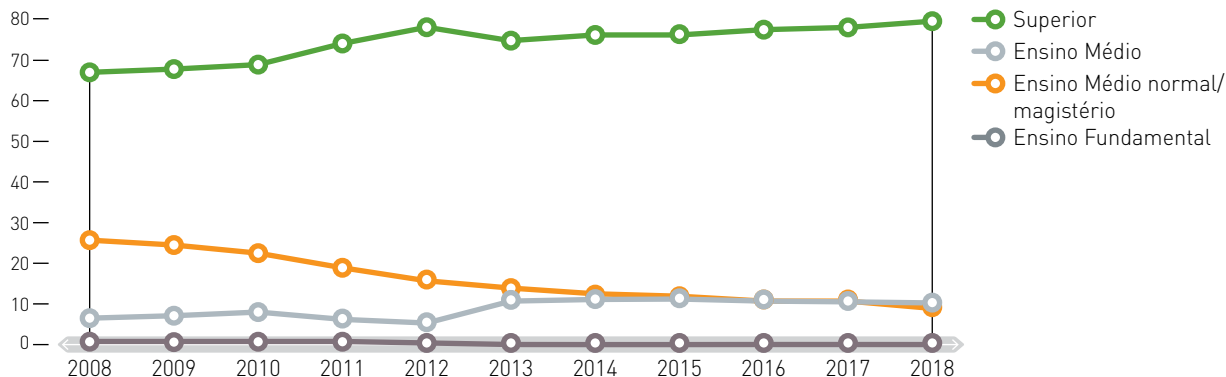


Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar.

Nota: (33).

Professores na Educação Básica
Por nível de escolaridade – 2008-2018

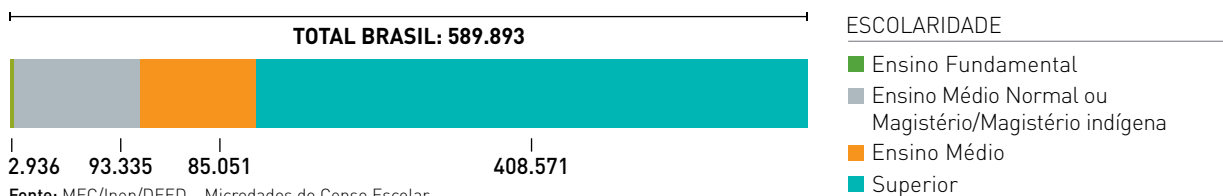
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Superior	67,0	67,8	68,9	74,0	78,1	74,8	76,2	76,4	77,5	78,4	79,9
Ensino Médio	6,5	7,1	8	6,4	5,5	11	11,2	11,4	11,1	11,0	10,7
Ensino Médio Normal/Magistério	25,7	24,5	22,5	19,0	16	13,9	12,3	11,9	11,1	10,4	9,2
Ensino Fundamental	0,7	0,6	0,6	0,6	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar.

Nota: (33).

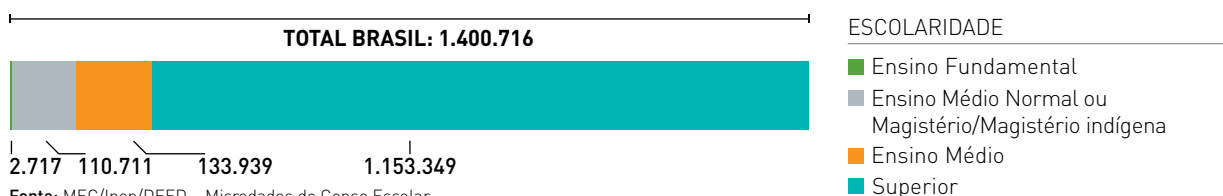
Professores
Número de professores da Educação Infantil por escolaridade – 2018



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar.

Nota: (33).

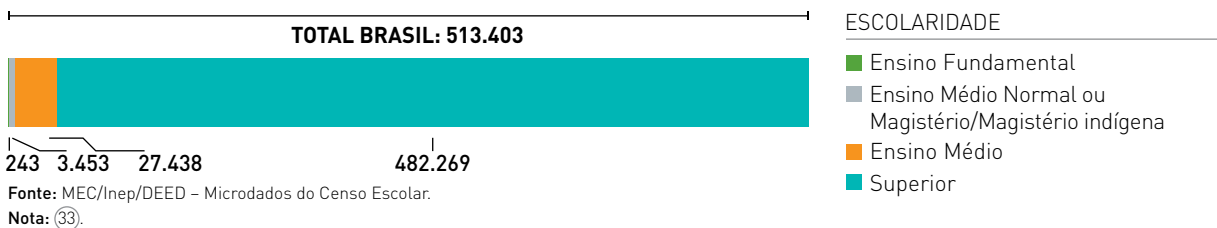
Professores
Número de professores do Ensino Fundamental por escolaridade – 2018



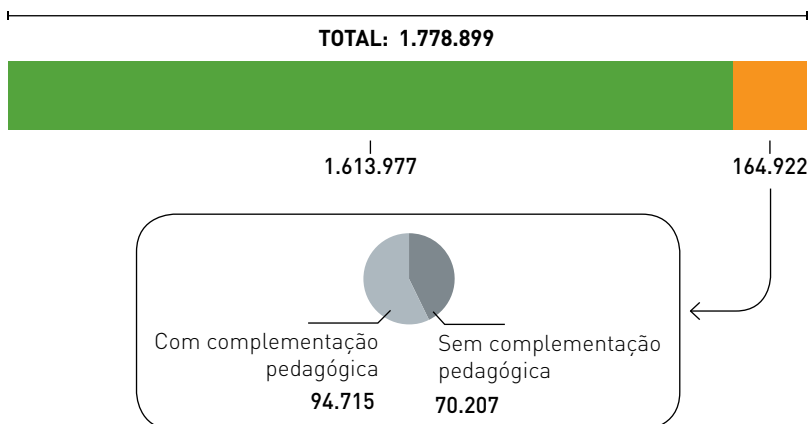
Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar.

Nota: (33).

Professores
Número de professores do Ensino Médio por escolaridade – 2018



Professores com formação superior
Professores da Educação Básica com licenciatura, sem licenciatura e com complementação pedagógica – 2018



Professores
Porcentagem de professores da Educação Básica com pós-graduação Brasil – 2012-2018

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Todas as redes	28,3	30,0	31,1	32,7	34,4	36,0	36,9
Federal	68,6	69,7	70,1	70,6	72,9	76,2	78,5
Estadual	35,1	37,1	38,0	40,3	41,8	43,1	43,5
Municipal	27,3	29,5	31,3	33,4	36,2	38,5	40,6
Privada	22,9	23,0	23,4	23,6	23,8	24,1	23,4

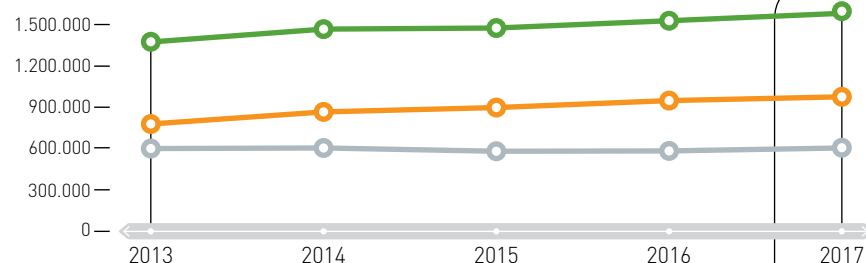
Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.
Notas: (33) e (34).

70,4% dos concluintes da área de Educação se formaram em cursos privados.

Número de matrículas, concluintes e ingressantes em cursos de graduação da área de Educação – Brasil – 2013-2017

	Matrículas			Concluintes			Ingressantes		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
2013	1.371.767	596.719	775.048	201.011	71.086	129.925	468.747	152.397	316.350
2014	1.463.548	600.891	862.657	216.587	83.352	133.235	567.567	163.322	404.245
2015	1.471.477	577.188	894.289	237.855	78.991	158.864	528.357	150.271	378.086
2016	1.524.329	579.581	944.748	239.548	78.572	160.976	597.970	144.408	453.562
2017	1.593.453	602.639	990.814	253.378	74.988	178.390	651.796	186.874	464.922

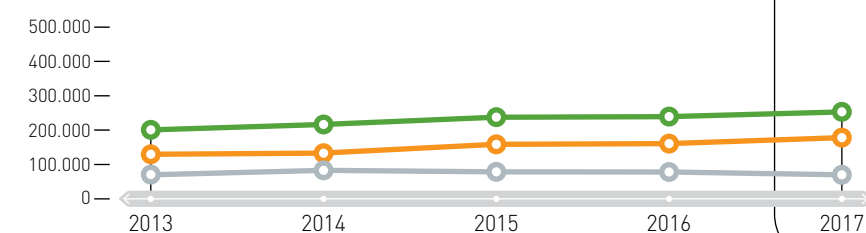
Matrículas



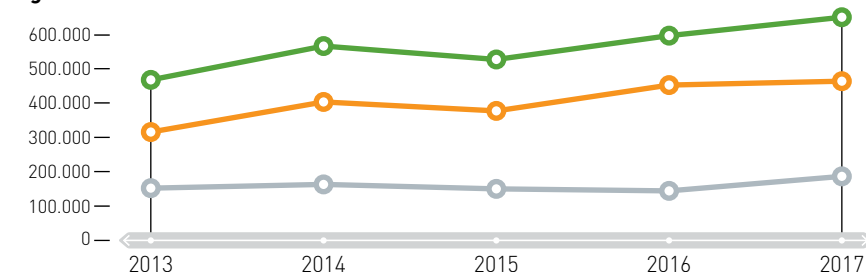
Proporção entre concluintes e matrículas em cursos de graduação na área de Educação Brasil – 2017

- Total: 15,9
- Privada: 18,0
- Pública: 12,4

Concluintes

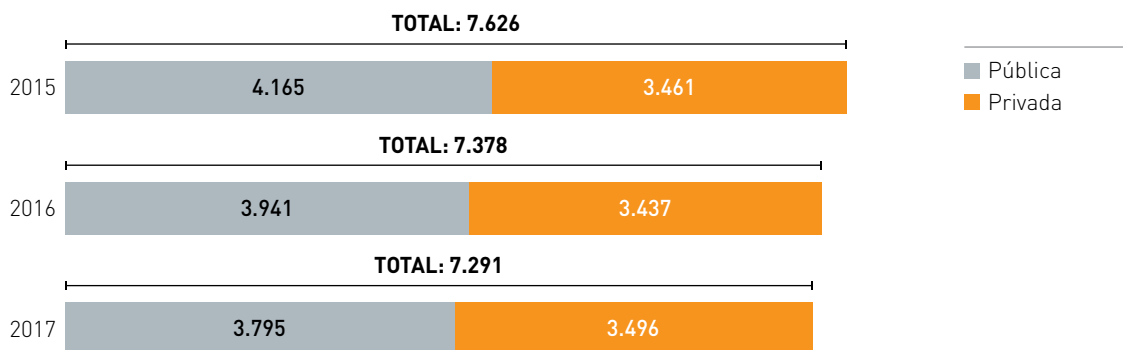


Ingressantes



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Cursos de graduação da área de Educação – Brasil – 2015-2017



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

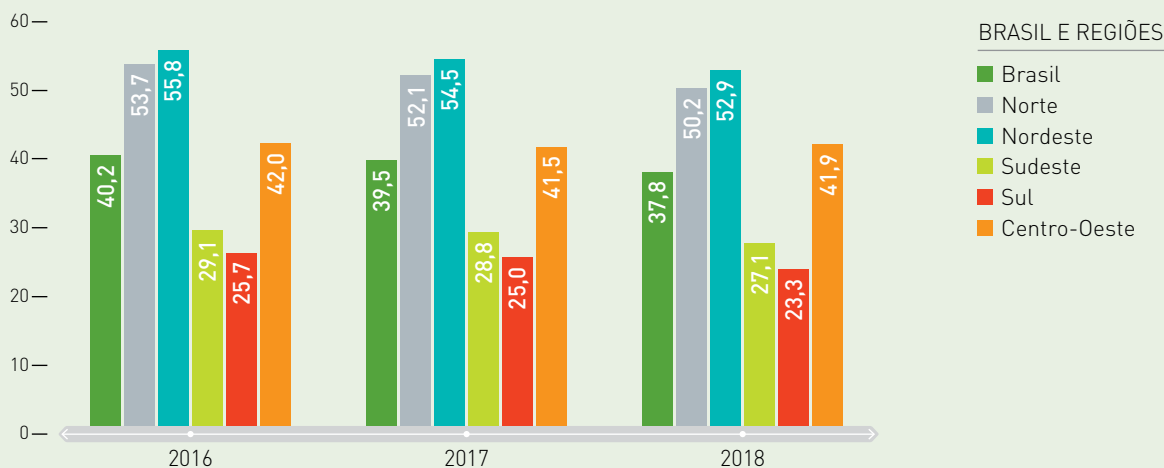
Porcentagem de professores da Educação Básica por escolaridade Por regiões e unidades da federação – 2018 (Em %)

Unidade da federação	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Médio Normal/ Magistério	Superior			
				Total	Com licenciatura	Sem licenciatura	Com pós-graduação
Brasil	0,3	10,7	9,2	79,9	76,8	3,2	36,9
Região Norte	0,5	16,4	8,0	75,2	72,4	2,8	27,7
Rondônia	0,2	4,9	4,1	90,8	87,0	3,8	53,5
Acre	2,4	29,5	5,1	62,9	60,1	2,8	23,9
Amazonas	0,5	17,9	6,0	75,6	72,2	3,4	25,6
Roraima	1,3	22,1	8,3	68,3	65,6	2,8	33,3
Pará	0,2	17,4	9,1	73,3	71,1	2,2	23,8
Amapá	0,1	10,6	14,6	74,7	71,8	3,0	29,1
Tocantins	0,3	10,5	9,0	80,3	77,1	3,2	27,8
Região Nordeste	0,4	16,5	15,1	68,2	65,4	2,7	33,6
Maranhão	0,2	14,7	28,1	57,0	55,4	1,6	26,6
Piauí	0,4	15,4	12,9	71,4	68,7	2,7	35,5
Ceará	0,1	18,5	6,2	75,3	71,9	3,3	32,4
Rio Grande do Norte	0,3	15,7	6,3	77,7	73,1	4,7	36,7
Paraíba	0,2	15,7	12,0	72,1	68,1	4,1	37,8
Pernambuco	0,4	14,4	18,2	67,0	63,8	3,2	31,8
Alagoas	0,4	22,6	14,5	62,5	59,7	2,8	31,1
Sergipe	0,2	9,6	8,6	81,6	78,4	3,2	36,5
Bahia	0,6	17,5	14,7	67,2	65,3	1,9	38,0
Região Sudeste	0,2	6,4	7,9	85,5	83,0	2,5	32,9
Minas Gerais	0,2	6,9	7,3	85,6	80,2	5,4	36,3
Espírito Santo	0,0	4,3	1,4	94,3	90,0	4,3	78,4
Rio de Janeiro	0,3	7,0	22,9	69,9	66,0	3,9	23,8
São Paulo	0,1	6,2	3,7	90,0	89,4	0,6	30,4
Região Sul	0,2	8,8	5,7	85,3	81,4	3,9	57,5
Paraná	0,1	6,4	4,6	88,9	85,3	3,6	69,8
Santa Catarina	0,2	12,6	3,3	83,9	79,0	4,9	54,5
Rio Grande do Sul	0,4	8,7	8,8	82,1	78,6	3,5	45,7
Região Centro-Oeste	0,2	9,1	2,2	88,5	81,4	7,1	40,4
Mato Grosso do Sul	0,1	7,0	2,1	90,8	87,4	3,4	41,3
Mato Grosso	0,4	7,7	1,1	90,8	73,3	17,4	45,6
Goiás	0,2	13,1	2,9	83,8	80,0	3,8	35,9
Distrito Federal	0,1	4,8	2,2	92,9	88,9	4,1	42,2

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar.

Notas: (33) e (35).

Proporção de docentes sem formação superior compatível com quaisquer das disciplinas que lecionam Anos Finais do Ensino Fundamental - Brasil e regiões - 2016-2018



Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar - Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (33), (36) e (37).

Proporção de docentes que possuem formação superior compatível com todas as disciplinas que lecionam Anos Finais do Ensino Fundamental - Brasil e regiões - 2012-2018

Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	43,6	44,8	46,0	45,9	46,9	47,3	48,7
Norte	29,4	32,4	33,6	33,0	34,3	34,2	35,9
Nordeste	23,5	24,2	24,4	24,7	25,6	25,6	26,9
Sudeste	59,7	61,4	63,4	63,1	64,1	64,8	65,9
Sul	54,5	54,9	56,1	56,7	58,1	59,0	60,5
Centro-Oeste	42,9	42,2	43,1	43,7	44,4	45,2	45,7

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar - Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (33), (36) e (37).

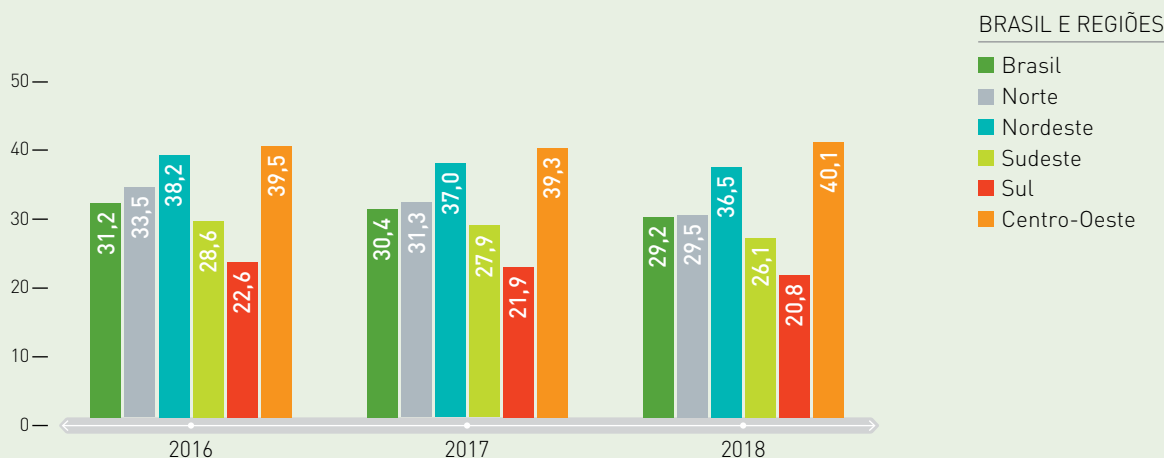
Proporção de docentes que possuem formação superior compatível com pelo menos uma (mas não todas) as disciplinas que lecionam Anos Finais do Ensino Fundamental - Brasil e regiões - 2012-2018

Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	12,5	12,5	12,6	13,0	12,9	13,2	13,5
Norte	12,1	11,3	11,2	11,6	12,0	13,8	14,0
Nordeste	16,0	16,9	17,7	18,4	18,7	19,9	20,2
Sudeste	7,6	7,3	7,2	7,7	6,8	6,4	7,0
Sul	16,5	16,4	16,2	16,2	16,2	16,0	16,2
Centro-Oeste	15,2	15,4	14,4	13,6	13,6	13,4	12,4

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar - Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (33), (36) e (37).

Proporção de docentes sem formação superior compatível com quaisquer das disciplinas que lecionam Ensino Médio - Brasil e regiões - 2016-2018



Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar - Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (33), (36) e (38).

Proporção de docentes que possuem formação superior compatível com todas as disciplinas que lecionam Ensino Médio - Brasil e regiões - 2012-2018

Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	50,9	52,3	53,9	53,8	54,9	55,6	56,3
Norte	48,0	52,0	51,6	49,0	50,2	51,3	53,3
Nordeste	37,6	38,6	39,9	39,7	41,0	41,9	42,8
Sudeste	57,6	59,2	61,2	61,1	61,9	62,4	63,0
Sul	57,9	58,3	60,9	62,5	63,7	64,5	65,8
Centro-Oeste	43,2	43,0	43,6	43,1	44,7	46,4	46,5

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar - Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (33), (36) e (38).

Proporção de docentes que possuem formação superior compatível com pelo menos uma (mas não todas) as disciplinas que lecionam Ensino Médio - Brasil e regiões - 2012-2018

Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	14,2	14,0	13,7	14,0	13,9	14,1	14,4
Norte	19,3	17,4	15,8	16,2	16,3	17,4	17,2
Nordeste	18,9	19,8	19,8	20,2	20,8	21,2	20,7
Sudeste	9,6	9,2	9,7	10,0	9,5	9,7	11,0
Sul	15,1	15,0	13,2	13,1	13,7	13,6	13,5
Centro-Oeste	19,0	18,5	17,3	16,4	15,8	14,2	13,4

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar - Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (33), (36) e (38).



EDUCAÇÃO JÁ!

Profissão Professor: profissionalização e valorização da carreira docente

Barbara Bruns, pesquisadora do Centro de Desenvolvimento Global, esteve no Brasil, em fevereiro de 2018, para falar sobre políticas docentes e o seu diagnóstico sobre o cenário brasileiro foi claro: estamos ficando para trás. Enquanto países da América Latina, até mais pobres que nós, têm avançado em mudanças que visam ao aprimoramento da carreira e à valorização dos professores – acarretando melhora nos resultados educacionais –, nós ficamos para trás.

O que mais assusta no diagnóstico de Barbara Bruns, contudo, é que ele reforça a falta de senso de urgência com que o Brasil tem lidado com o tema: ainda não conseguimos atrair os alunos do Ensino Médio com o melhor desempenho para a docência; nossos cursos de formação inicial não preparam o futuro professor para os desafios que ele encontrará em sua carreira; não existe uma linguagem comum do que se espera dos professores brasileiros; a carreira docente não está estruturada para incentivar o desenvolvimento de competências essenciais; e os programas de formação continuada são pouco ou nada efetivos.

Para clarificar o que se espera de políticas docentes bem estruturadas, ela trouxe experiências de nossos vizinhos, como o Chile, que há mais de 20 anos pensa a carreira de maneira coordenada, desde a atração desses profissionais até o desenho de suas carreiras. Lá existem políticas para atrair os alunos de Ensino Médio com melhor desempenho; foi estabelecida uma nota mínima no Enem chileno para ingresso; os programas de formação inicial foram redesenhados com foco na prática; a carreira dos professores foi reestruturada para garantir maiores salários e responsabilidades. No México, políticas de atratividade e de reestruturação semelhantes também avançam, assim como no Peru.

Para Bruns e para outros pesquisadores, o professor é o elemento mais importante para a melhoria da Educação de um país e, por isso, repensar as políticas docentes é urgente e deve ser prioridade. Algumas redes públicas brasileiras já avançam no sentido de garantir uma nova carreira para os professores e o suporte necessário durante o estágio probatório e a formação continuada. É possível encontrar também, no Brasil, instituições de Educação Superior que inovam na maneira de formar esses profissionais. Infelizmente, essas iniciativas são ainda sem escala e sem o suporte necessário para a melhoria contínua.

As medidas desenhadas pelo Educação Já, uma iniciativa suprapartidária que aponta estratégias para implementar mudanças estruturantes no ensino brasileiro, se pautam nas experiências internacionais e nacionais para garantir que consigamos encarar o enorme desafio que temos. Resta dar o caráter de urgência necessário ao tema.

Carolina Tavares

Líder do movimento Profissão Professor.



PROFESSORES – REMUNERAÇÃO E CARREIRA

METAS DO PNE

Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência do PNE.

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Um dos mecanismos de atratividade da carreira docente é a remuneração compatível a de outras profissões que demandam formação de nível equivalente.

Em 2018, por exemplo, o rendimento médio dos professores da Educação Básica correspondia a 69,8% do salário médio dos profissionais com curso superior. Enquanto a média salarial dos docentes é de R\$ 3.823,00, a do conjunto dos trabalhadores brasileiros graduados é de R\$ 5.477,05. Ao se comparar o salário médio dos profissionais de áreas de Exatas ou Saúde, a defasagem é de 50%.

A média salarial dos professores da rede pública vem crescendo. Nos últimos 7 anos, o crescimento foi de 6,4%. Mas os desafios de melhor remuneração persistem e se expressam por outros indicadores. Cerca de 10% dos municípios, por exemplo, ainda não têm plano de carreira para seus professores.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso é essencial a análise de recortes por região, localidade, renda e raça/cor.

19,6% dos municípios da região Norte ainda não oferecem planos de carreira docente. No Sul, o mesmo vale para 3,9% dos municípios.

28,6% dos professores do Rio de Janeiro e Espírito Santo lecionam em mais de um estabelecimento de ensino. No Tocantins, essa proporção é de 7,4%.

Rendimento médio dos professores da Educação Básica e de profissionais de outras áreas com curso superior – Setores público e privado – Brasil – 2012-2018 (Em R\$ – valores de dezembro de 2018, corrigidos pelo INPC)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Professores da Educação Básica - rede pública	3.576,18	3.887,99	3.814,60	3.902,00	3.584,94	3.775,72	3.823,00
Profissionais da área de Exatas	8.086,89	7.290,37	7.879,07	7.400,37	7.060,55	7.187,92	7.542,11
Profissionais da área de Humanas	6.583,21	6.522,88	5.910,68	6.351,38	5.779,99	5.526,84	6.070,59
Profissionais da área de Saúde	7.423,52	7.196,21	7.005,60	7.305,87	7.076,00	7.168,15	7.718,36
Média de rendimento dos profissionais com curso superior	5.882,03	5.957,88	5.737,00	5.804,72	5.467,72	5.591,29	5.477,05
Proporção da média salarial dos professores em relação à média dos profissionais com curso superior (em %)	60,8	65,3	66,5	67,2	65,6	67,5	69,8

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Municípios com ações de regulamentação e de valorização da carreira do magistério – 2014 (Em %)

Região	Possui Plano de Carreira para o Magistério?		
	Sim	Não	Sem resposta
Brasil	89,6	10,3	0,1
Norte	80,4	19,6	0,0
Nordeste	92,4	7,4	0,2
Sudeste	84,1	15,9	0,0
Sul	96,1	3,9	0,1
Centro-Oeste	91,0	9,0	0,0

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Elaboração: Todos Pela Educação.

Docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam Por etapa de ensino – Brasil – 2018

	Quantidade de estabelecimentos						
	Total	1		2		3 ou mais	
		Total	%	Total	%	Total	%
Educação Básica	2.226.423	1.751.405	78,7	383.487	17,2	91.531	4,1
Creche	300.136	260.873	86,9	35.616	11,9	3.647	1,2
Pré-Escola	316.905	251.263	79,3	57.225	18,1	8.417	2,7
EF - Anos Iniciais	745.893	573.389	76,9	147.968	19,8	24.536	3,3
EF - Anos Finais	697.026	423.904	60,8	204.519	29,3	68.603	9,8
Ensino Médio	513.403	301.245	58,7	151.467	29,5	60.691	11,8
Educação Profissional	129.396	101.464	78,4	19.542	15,1	8.390	6,5
Educação Especial	26.263	19.689	75,0	5.454	20,8	1.120	4,3
EJA	244.799	134.423	54,9	77.546	31,7	32.830	13,4

Fonte: MEC/Inep/Deed – Microdados do Censo da Educação Básica.

Docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam – 2018

Por unidades da federação

Unidade da federação	Quantidade de estabelecimentos						
	Total	1		2		3 ou mais	
		Total	%	Total	%	Total	%
Brasil	2.226.423	1.751.405	78,7	383.487	17,2	91.531	4,1
Região Norte	196.831	161.872	82,2	27.457	13,9	7.502	3,8
Rondônia	16.221	13.798	85,1	2.041	12,6	382	2,4
Acre	12.600	10.609	84,2	1.826	14,5	165	1,3
Amazonas	45.216	36.775	81,3	7.320	16,2	1.121	2,5
Roraima	7.635	6.442	84,4	1.075	14,1	118	1,5
Pará	84.664	66.338	78,4	12.872	15,2	5.454	6,4
Amapá	10.947	9.954	90,9	917	8,4	76	0,7
Tocantins	19.710	18.243	92,6	1.312	6,7	155	0,8
Região Nordeste	624.787	508.517	81,4	96.908	15,5	19.362	3,1
Maranhão	100.586	82.055	81,6	15.764	15,7	2.767	2,8
Piauí	46.844	35.630	76,1	8.563	18,3	2.651	5,7
Ceará	97.080	80.780	83,2	13.529	13,9	2.771	2,9
Rio Grande do Norte	34.506	27.417	79,5	5.683	16,5	1.406	4,1
Paraíba	47.111	37.934	80,5	7.676	16,3	1.501	3,2
Pernambuco	87.184	72.007	82,6	13.267	15,2	1.910	2,2
Alagoas	34.330	27.661	80,6	5.277	15,4	1.392	4,1
Sergipe	22.823	17.561	76,9	4.151	18,2	1.111	4,9
Bahia	157.784	133.185	84,4	21.594	13,7	3.005	1,9
Região Sudeste	903.549	693.501	76,8	169.256	18,7	40.792	4,5
Minas Gerais	228.813	179.418	78,4	44.277	19,4	5.118	2,2
Espírito Santo	41.486	29.626	71,4	9.502	22,9	2.358	5,7
Rio de Janeiro	159.536	113.983	71,4	33.553	21,0	12.000	7,5
São Paulo	475.027	372.668	78,5	81.319	17,1	21.040	4,4
Região Sul	335.994	250.947	74,7	65.673	19,5	19.374	5,8
Paraná	135.417	99.586	73,5	25.132	18,6	10.699	7,9
Santa Catarina	83.517	63.700	76,3	15.413	18,5	4.404	5,3
Rio Grande do Sul	117.520	88.362	75,2	25.020	21,3	4.138	3,5
Região Centro-Oeste	166.146	138.057	83,1	23.774	14,3	4.315	2,6
Mato Grosso do Sul	32.476	23.323	71,8	7.368	22,7	1.785	5,5
Mato Grosso	40.710	34.264	84,2	5.585	13,7	861	2,1
Goiás	63.601	54.259	85,3	8.117	12,8	1.225	1,9
Distrito Federal	29.835	27.075	90,7	2.387	8,0	373	1,3

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar.

Nota: (33).



GESTÃO DEMOCRÁTICA

META DO PNE

Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

A participação efetiva da comunidade na escola, de forma a acompanhar o trabalho pedagógico e exercer o controle social, é o objeto desta meta do Plano Nacional de Educação. A gestão democrática está presente em mais de um artigo da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e tem amparo na Constituição Federal.

Um dos indicadores que permitem avaliar o desenvolvimento da gestão democrática se refere às instâncias participativas. Em 2014, não havia Conselhos Municipais de Educação em 12,4% dos municípios brasileiros, conforme os últimos dados disponíveis.

Em 2017, 7,8% dos estabelecimentos públicos de ensino não apresentavam Conselho Escolar. Em 61,8% dos conselhos, há participação de todos os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (professores, funcionários, alunos e pais). Nos demais, a representação é menor, especialmente pela ausência do corpo discente.

Municípios com Conselho Municipal de Educação

Brasil e regiões – 2006, 2009, 2011 e 2014 (Em %)

Região	2006	2009	2011	2014
Brasil	67,6	79,1	84,8	87,6
Norte	41,6	58,4	65,0	71,1
Nordeste	59,0	75,8	84,0	87,5
Sudeste	80,9	87,2	90,0	91,6
Sul	72,4	81,9	88,0	91,1
Centro-Oeste	65,5	76,0	79,8	80,1

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009/2011/2014.

Municípios com alguns conselhos relacionados à política de Educação Brasil e regiões – 2014 (Em %)

Região	Conselho de Controle do Fundeb	Conselho de Alimentação Escolar	Conselho de Transporte Escolar
Brasil	99,7	97,6	12,5
Norte	96,0	95,6	10,7
Nordeste	98,9	96,9	7,3
Sudeste	98,9	98,6	9,6
Sul	99,2	98,6	20,3
Centro-Oeste	97,2	96,1	24,6

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

Forma de eleição do diretor, conforme respostas aos questionários para diretores na Prova Brasil – 2017

Forma de eleição	%
Concurso público apenas	5,2
Eleição apenas	21,8
Indicação apenas	46,0
Processo seletivo apenas	4,3
Processo seletivo e eleição	11,8
Processo seletivo e indicação	5,3
Outra forma	5,3
Sem resposta/anulada	0,4

Fonte: MEC/Inep/Prova Brasil – Elaboração: Todos Pela Educação.

Composição do Conselho Escolar – 2017

Composição	%
Não existe conselho escolar	7,8
Professores, funcionários, alunos e pais/responsáveis	61,8
Professores, funcionários e pais/responsáveis	22,7
Professores, alunos e pais/responsáveis	2,8
Professores, funcionários e alunos	1,4
Professores e pais/responsáveis	2,2
Outros	1,0
Sem resposta/anulada	0,4

Fonte: MEC/Inep/Prova Brasil – Elaboração: Todos Pela Educação.

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local

**Municípios com secretaria municipal exclusiva para a Educação
Brasil, regiões e municípios por faixas de população
2006, 2009, 2011 e 2014 (Em %)**

Região	2006	2009	2011	2014
Brasil	26,3	43,1	52,0	59,2
Norte	28,3	53,9	59,5	70,2
Nordeste	22,3	44,2	56,4	65,4
Sudeste	37,2	51,2	61,6	68,5
Sul	19,5	29,4	32,1	34,5
Centro-Oeste	17,8	34,3	44,8	55,2
População				
Até 5 mil habitantes	16,3	28,6	38,3	44,5
De 5.001 a 10 mil habitantes	17,1	34,1	43,7	52,1
De 10.001 a 20 mil habitantes	23,6	42,8	51,8	58,9
De 20.001 a 50 mil habitantes	36,4	53,7	65,7	69,6
De 50.001 a 100 mil habitantes	52,7	70,6	74,4	81,3
De 100.001 a 500 mil habitantes	64,9	79,4	82,4	87,0
Mais de 500 mil habitantes	66,7	87,5	89,5	94,9

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009/2011/2014.

**Forma de nomeação dos diretores das escolas da rede municipal
Brasil – 2014**

Forma de nomeação dos diretores	Número absoluto de Municípios	% do Total de Municípios
Só Concurso	200	3,6
Só Indicação	4.146	74,4
Só Eleição	693	12,4
Só Outra forma	168	3,0
Concurso e indicação	59	1,1
Concurso e eleição	15	0,3
Concurso e outra forma	9	0,2
Indicação e eleição	204	3,7
Indicação e outra forma	53	1,0
Eleição e outra forma	11	0,2
Concurso, indicação, eleição	2	0,0
Concurso, indicação e outra forma	3	0,1
Concurso, eleição e outra forma	0	0,0
Indicação, eleição e outra forma	2	0,0
Recusa	1	0,0
Não informado	3	0,1
Todas as formas	0	0,0
Nenhuma forma	1	0,0

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.



EDUCAÇÃO JÁ!

Organizando a Educação: por que criar um Sistema Nacional de Educação?

Somos o quinto país do mundo em dimensões territoriais e populacionais, com um desenho federativo complexo, composto pela União, 26 estados, Distrito Federal e 5.570 municípios - entes autônomos e com atribuições múltiplas. Ao definir o pacto federativo na Constituição de 1988, optamos, como país, por um sistema no qual cada esfera administrativa se responsabiliza pela oferta de uma etapa educacional, mas com colaboração entre si e com coordenação e apoio do Governo Federal.

Apesar de contarmos com regras de governança federativa já estabelecidas, descumprimos previsão constitucional de regulamentar o regime de colaboração e, assim, organizar de maneira adequada e suficiente um Sistema Nacional de Educação (SNE).

A lei complementar que irá instituí-lo deverá ser elaborada e aprovada para enfrentar estes quatro desafios:

- A fragilidade e a falta de clareza na regulamentação das atribuições e responsabilidades dos entes;
- A ausência de espaços instituídos para a pactuação entre eles;
- A grave fragilidade técnica dos municípios, principalmente dos menores, que tendem a ter menor capacidade fiscal e de gestão técnica;
- Pouca colaboração e articulação entre estados e municípios.

Para enfrentar esses desafios, devemos tratar de duas questões:

1. Regulamentação das atribuições e responsabilidades dos entes.

É preciso reforçar que a União exerça seu papel de complementar e redistribuir os recursos, além de coordenar nacionalmente a Educação, a fim de garantir condições técnicas e financeiras para que os entes executem a política educacional. Além disso, estabelecer os estados como supervisores da Educação de seus territórios, fortalecendo sua responsabilidade pela assistência técnica e coordenação junto aos municípios.

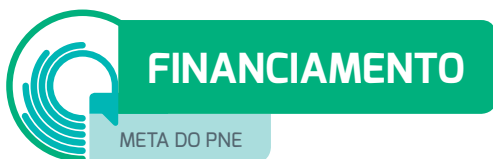
2. Criação de instâncias para negociação e acordos entre os entes.

A pactuação da oferta da Educação em sua complexidade e transversalidade deve ser feita à base de diálogo constante, observando questões como formação docente, parâmetros mínimos de qualidade, repartição de matrículas, calendário, oferta do transporte escolar e material didático, reduzindo-se, assim, desigualdades e ações isoladas.

Regulamentar o SNE é urgente e necessário. Os atuais problemas estruturais e críticos têm reflexos no trabalho feito em sala de aula. Carecemos de estrutura que valorize as nossas diferenças, abrace as diversidades territoriais e garanta a aprendizagem do aluno, independentemente de região, etapa ou rede escolar.

Guilherme Lacerda e Fernanda Castro

Secretário-executivo e Analista do movimento Colabora Educação, respectivamente.



Ampliar o investimento governamental em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Os dados mais recentes sobre o financiamento do ensino público no Brasil evidenciam a estagnação dos investimentos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) na Educação Básica desde 2012. O quadro é marcado por um recuo em todo o Ensino Fundamental.

Já os investimentos em Educação Superior apresentaram aumento de 0,2 ponto percentual do PIB entre 2014 e 2015, contribuindo para que o gasto público total passasse de 6,0% para 6,2% do PIB nesse período – ainda com uma distância relevante em relação às metas estabelecidas pelo PNE (7%, em 2019, e 10%, em 2024). Também merece destaque o recuo real do investimento *per capita* na Educação Básica, em todas as etapas, mas especialmente no Ensino Fundamental.

Com isso, a distância do que é gasto anualmente por estudante no Brasil e na média dos países da OCDE aumentou de US\$ 5,1 mil, em 2014 (US\$ 5,6 mil contra US\$ 10,7 mil), para US\$ 6,1 mil, em 2015 (US\$ 4,4 mil contra US\$ 10,5 mil), considerando no cálculo todas as etapas do Ensino Fundamental ao Superior.

Estimativa do percentual do investimento público total em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)

Por nível de ensino – Brasil – 2008-2015

Investimento público total em relação ao PIB (Em %)							
Ano	Todos os Níveis de Ensino	Níveis de ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				Anos Iniciais	Anos Finais		
2008	5,3	4,4	0,4	1,7	1,6	0,7	0,9
2009	5,6	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2010	5,6	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2011	5,8	4,8	0,5	1,7	1,6	1,0	1,0
2012	5,9	4,9	0,6	1,7	1,5	1,1	1,0
2013	5,9	4,8	0,6	1,6	1,5	1,1	1,1
2014	6,0	4,9	0,7	1,6	1,5	1,1	1,1
2015	6,1	4,8	0,7	1,6	1,4	1,1	1,3

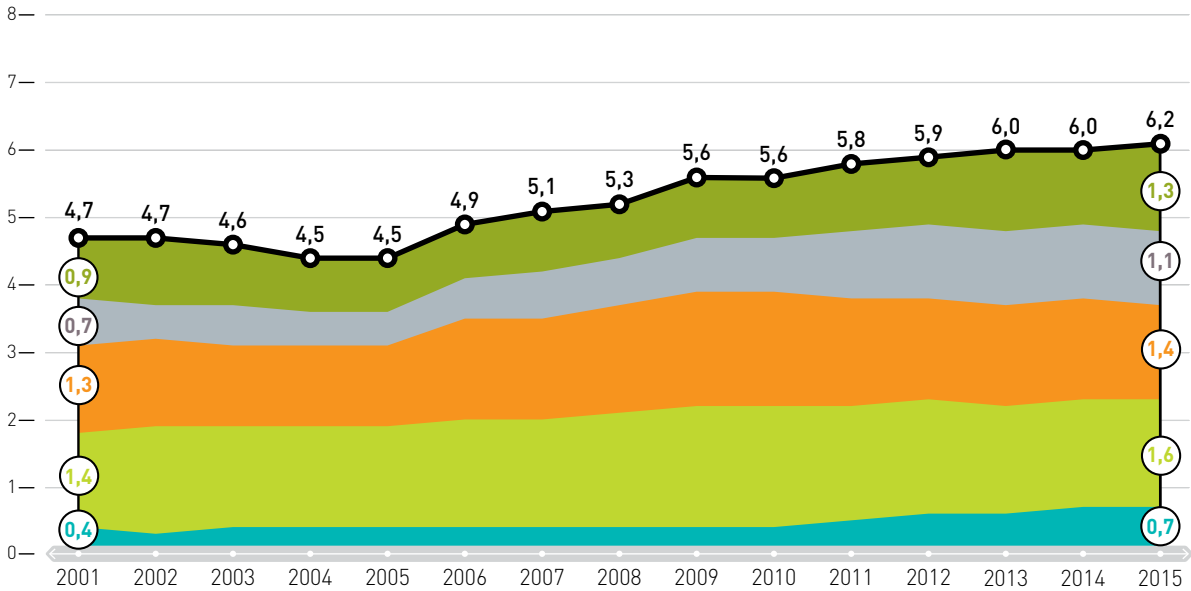
Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep.

Nota: (39).

Estimativa do percentual do investimento público total em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)
Por nível de ensino – Brasil – 2001-2015

NÍVEIS DE ENSINO

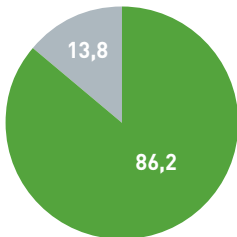
- Educação Infantil
- Anos Iniciais do Ensino Fundamental
- Anos Finais do Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Educação Superior



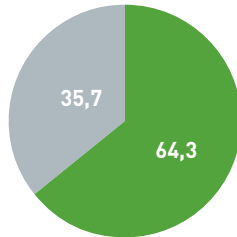
Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep.
 Nota: (39).

Estimativa do percentual de investimento direto em relação ao investimento público total em Educação, em 2015

Educação Básica



Educação Superior



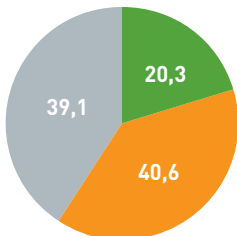
INVESTIMENTO

- Direto
- Indireto

Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep.
 Nota: (40).

Percentual do investimento público total em Educação (todos os níveis de ensino), por esfera de governo, em 2012

Educação Básica



ESFERA DE GOVERNO

- União
- Estados
- Municípios

Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep.
 Nota: (40).

Estimativa do investimento público direto em Educação por estudante

Por nível de ensino – Brasil – 2007-2015

(Em R\$ – valores atualizados para 2015 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA)

Investimento público direto por estudante (Em R\$)							
Ano	Todos os níveis de Ensino	Níveis de ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				Anos Iniciais	Anos Finais		
2007	4.090	3.562	3.208	3.724	3.931	2.851	21.075
2008	4.629	4.089	3.427	4.291	4.575	3.298	19.480
2009	5.092	4.477	3.432	4.841	5.054	3.477	21.878
2010	5.859	5.151	4.214	5.533	5.545	4.381	23.255
2011	6.408	5.583	4.987	5.727	5.742	5.429	24.778
2012	6.826	6.056	5.880	6.167	5.924	6.178	22.505
2013	7.305	6.471	6.400	6.500	6.429	6.531	25.181
2014	7.380	6.569	6.506	6.542	6.559	6.664	24.209
2015	7.273	6.381	6.443	6.287	6.271	6.637	23.215

Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep.

SAIBA MAIS

OS DADOS QUE TEMOS E OS DADOS QUE PRECISAMOS

A meta de financiamento educacional faz parte do conjunto de metas do PNE que ainda não têm indicadores oficiais definidos para o adequado monitoramento. O texto da meta 20 é explícito ao indicar que deve ser considerado o investimento público em Educação pública, ou seja, o investimento público direto.

Contudo, o parágrafo 4º do Art. 5º da Lei do PNE determina que o investimento público em Educação a que se refere a meta 20 engloba também os recursos aplicados nos programas e subsídios de expansão da Educação Profissional e Superior, bolsas de estudos no Brasil e no exterior e o financiamento de creches, pré-escolas e escolas de Educação Especial privadas (conveniadas com o poder público). Esse conjunto de despesas é apenas parcialmente coberto pela estimativa do investimento público total em Educação, apresentada na pág. 118.

O Inep/MEC tem recentemente envidado esforços para construir indicadores precisos, atualizados e afinados com as disposições do PNE, mas ainda não há previsão de conclusão dos estudos nessa linha.

Algumas instituições têm tentado driblar a falta de dados atualizados explorando diretamente a base de dados do SIOPE, para o qual municípios e

governos de Estado reportam as suas despesas em Educação para fins de cumprimento da vinculação mínima de impostos¹ para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). As despesas com MDE, contudo, não representam a totalidade de gastos com Educação².

Há um problema adicional: muitos municípios deixam de informar as suas despesas ao SIOPE. A Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, por exemplo, logrou construir uma base estatística com informações de despesa educacional de 5.166 municípios (93% do total)³. Essa base de dados, embora não seja suficiente para o monitoramento total da meta 20 do PNE, traz um conjunto inédito de evidências sobre a distribuição das condições de financiamento educacional no território brasileiro.

A desagregação geográfica dos indicadores de financiamento é fundamental para que se identifique com precisão onde é mais urgente ampliar o investimento em Educação no Brasil. Os indicadores oficiais hoje disponíveis, além de desatualizados, têm seus resultados apenas na forma agregada para o Brasil.

1 Artigo 212 da Constituição Federal.

2 Estão excluídos, por exemplo, os gastos com merenda escolar.

3 Estudo Técnico nº 24/2017, da Conof/CD.

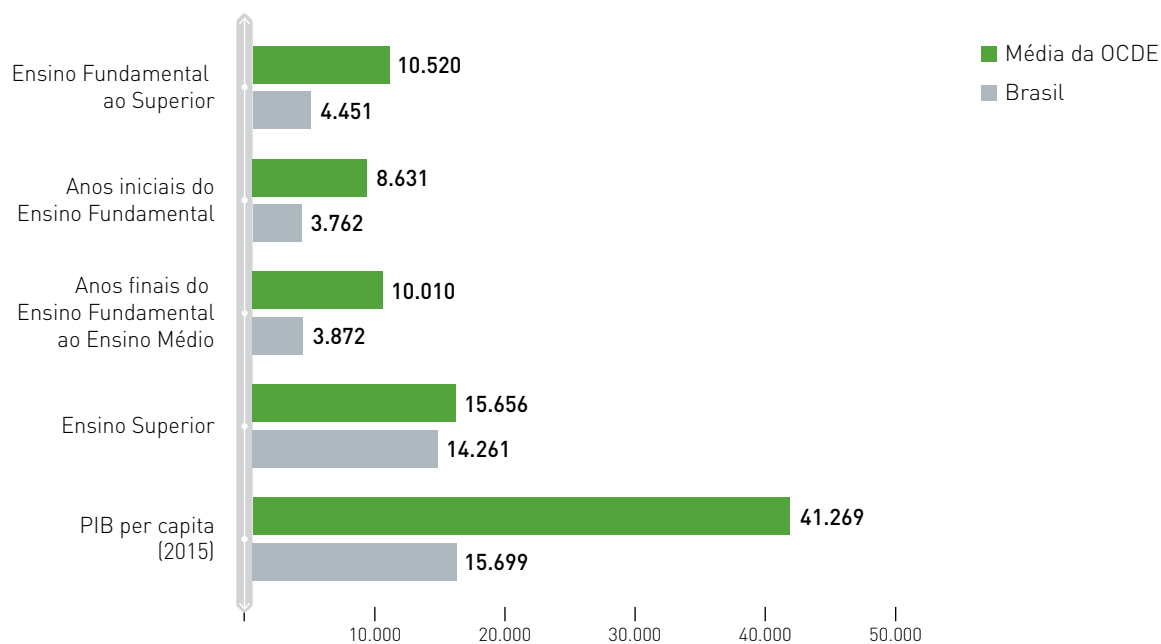
Gasto anual por estudante, por etapa – 2015 – Países selecionados

Em dólares convertidos pela paridade do poder de compra

	Ensino Fundamental ao Superior	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio	Ensino Superior	PIB per capita (2015)
Luxemburgo	22.430	20.892	20.413	48.907	103.727
Estados Unidos	16.518	11.727	13.084	30.003	56.711
Reino Unido	13.355	11.630	10.569	26.320	41.742
Alemanha	12.139	8.619	11.791	17.036	48.099
Japão	12.120	9.105	11.147	19.289	40.736
Finlândia	11.518	9.305	10.482	17.591	42.131
Austrália	12.829	9.546	12.303	20.344	47.454
Média da OCDE	10.520	8.631	10.010	15.656	41.269
Itália	9.308	8.426	9.079	11.257	36.601
Portugal	9.153	7.380	9.518	11.766	29.485
Coreia do Sul	11.143	11.047	12.202	10.109	35.204
Polônia	7.400	6.757	6.806	9.687	26.581
Rússia	5.409	-	-	8.369	24.715
Chile ¹	5.986	5.064	4.930	8.406	22.834
Turquia	4.652	4.134	3.511	8.901	25.029
Brasil	4.451	3.762	3.872	14.261	15.699
México	3.611	2.874	3.129	8.170	18.129
Colômbia ¹	3.683	3.178	2.817	6.369	13.833

121

FINANCIAMENTO



Fonte: Education at a Glance 2018/OCDE e OCDE Stats.

Nota: (41).

**Receitas vinculadas à Educação (disponibilidade mínima de recursos)
Por aluno/ano por Unidade da Federação – 2015 (R\$)**

Receitas vinculadas à Educação						
Unidade da Federação	Média ponderada do Valor aluno/ano	Mediana do Valor aluno/ano	Maior Valor aluno/ano	Menor Valor aluno/ano	Maior Valor / Menor Valor	Valor aluno/ano do Fundeb
Rondônia	4.234,0	3.844,5	6.143,8	3.509,6	1,8	2.794,02
Acre	4.149,0	3.398,5	5.091,7	3.203,0	1,6	2.862,39
Amazonas	3.771,8	3.228,5	4.321,4	3.058,8	1,4	2.619,95
Roraima	5.765,3	4.719,7	6.019,9	4.502,3	1,3	4.089,99
Pará	3.709,7	3.186,4	7.696,1	2.979,3	2,6	2.619,95
Amapá	4.750,7	4.021,8	4.848,0	3.916,4	1,2	3.460,91
Tocantins	4.764,2	4.304,3	6.501,7	3.680,9	1,8	3.186,35
Maranhão	3.428,4	3.051,1	4.691,0	2.936,8	1,6	2.619,95
Piauí	3.697,8	3.241,6	4.515,1	2.994,9	1,5	2.619,95
Ceará	3.800,9	3.232,5	5.847,0	3.099,0	1,9	2.619,95
Rio Grande do Norte	4.140,1	3.517,7	5.841,0	3.159,1	1,8	2.619,95
Paraíba	3.829,8	3.379,3	5.668,4	3.082,2	1,8	2.619,95
Pernambuco	3.988,7	3.338,0	7.333,4	3.148,2	2,3	2.619,95
Alagoas	3.737,0	3.165,3	5.387,6	3.033,6	1,8	2.619,95
Sergipe	4.631,5	3.810,8	7.685,6	3.497,2	2,2	3.010,28
Bahia	3.899,4	3.273,3	6.608,7	3.035,1	2,2	2.619,95
Minas Gerais	4.430,1	4.231,3	17.593,3	3.444,6	5,1	2.673,30
Espírito Santo	4.818,9	4.140,6	6.743,2	3.797,2	1,8	2.930,21
Rio de Janeiro	6.115,5	4.770,4	10.097,1	3.972,8	2,5	2.925,48
São Paulo	6.478,9	5.699,7	12.529,6	4.325,9	2,9	3.390,50
Paraná	4.857,9	4.641,9	12.320,2	3.867,0	3,2	2.793,87
Santa Catarina	5.370,4	5.182,1	9.060,9	4.167,6	2,2	3.193,02
Rio Grande do Sul	5.609,5	5.666,4	19.511,4	4.399,6	4,4	3.402,92
Mato Grosso do Sul	4.980,4	4.827,8	7.178,7	3.731,0	1,9	3.058,05
Mato Grosso	4.431,6	4.407,2	13.194,9	3.430,3	3,8	2.707,61
Goiás	5.019,3	4.875,1	16.458,4	3.793,9	4,3	3.048,75
Distrito Federal	11.500,7	11.500,7	11.500,7	11.500,7	-	3.354,22

Fonte: Estudo Técnico nº 24/2017 da Conof/CD e FNDE/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (42) e (43).

Enquanto, em média, os municípios maranhenses dispõem de R\$ 3,4 mil por aluno/ano, em São Paulo, essa média é de R\$ 6,5 mil

Receitas vinculadas à Educação

Média ponderada do Valor aluno/ano, por Unidade da Federação



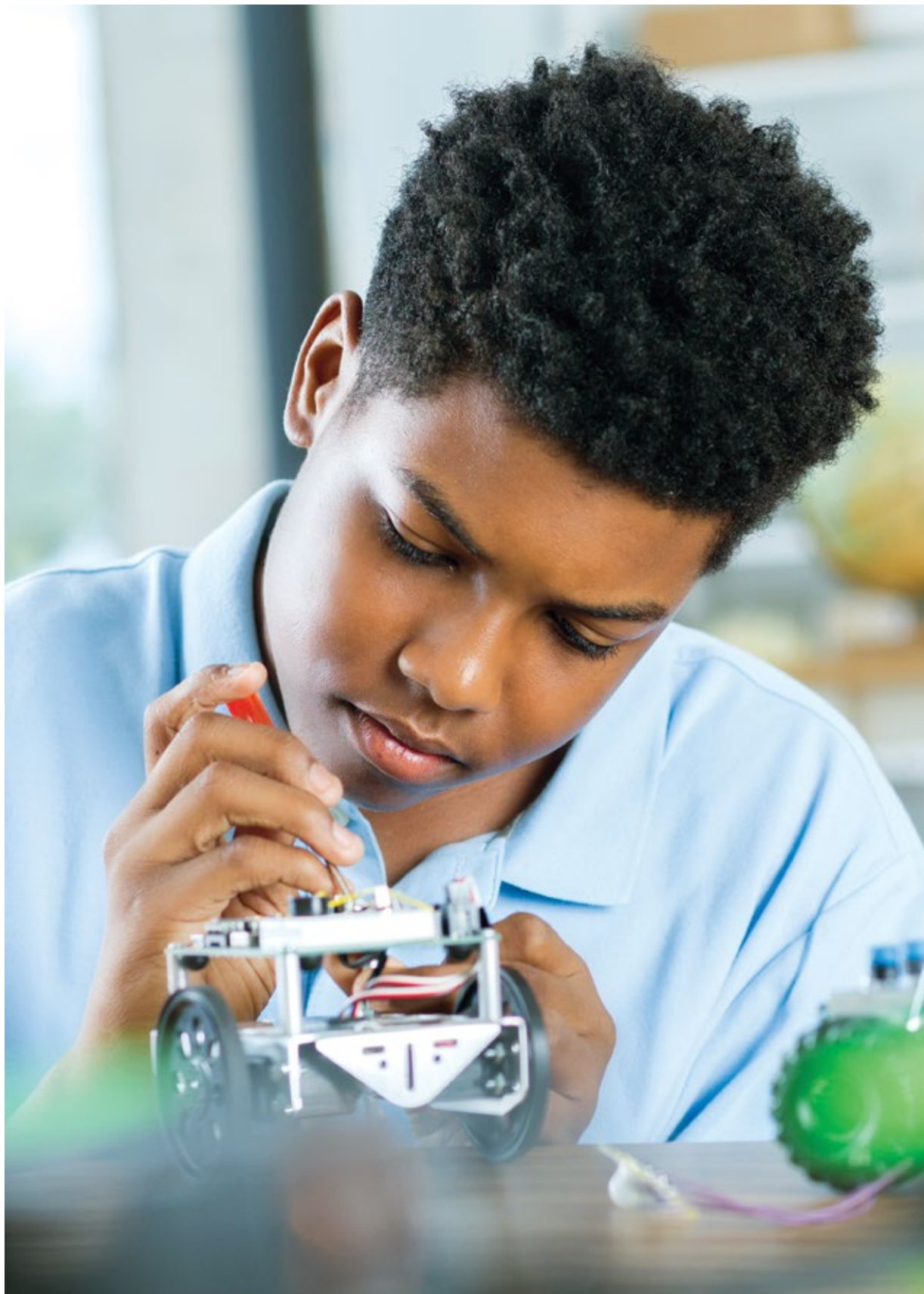
MÉDIA PONDERADA DO VALOR ALUNO/ANO

- Até 4.000
- De 4.001 a 5.000
- De 5.001 a 6.000
- Acima de 6.000

Menor Valor / Maior Valor

	Menor Valor aluno/ano (A)	B/A	Maior Valor aluno/ano (B)
Rondônia	3.509,6	1,8	6.143,8
Acre	3.203,0	1,6	5.091,7
Amazonas	3.058,8	1,4	4.321,4
Roraima	4.502,3	1,3	6.019,9
Pará	2.979,3	2,6	7.696,1
Amapá	3.916,4	1,2	4.848,0
Tocantins	3.680,9	1,8	6.501,7
Maranhão	2.936,8	1,6	4.691,0
Piauí	2.994,9	1,5	4.515,1
Ceará	3.099,0	1,9	5.847,0
Rio Grande do Norte	3.159,1	1,8	5.841,0
Paraíba	3.082,2	1,8	5.668,4
Pernambuco	3.148,2	2,3	7.333,4
Alagoas	3.033,6	1,8	5.387,6
Sergipe	3.497,2	2,2	7.685,6
Bahia	3.035,1	2,2	6.608,7
Minas Gerais	3.444,6	5,1	17.593,3
Espírito Santo	3.797,2	1,8	6.743,2
Rio de Janeiro	3.972,8	2,5	10.097,1
São Paulo	4.325,9	2,9	12.529,6
Paraná	3.867,0	3,2	12.320,2
Santa Catarina	4.167,6	2,2	9.060,9
Rio Grande do Sul	4.399,6	4,4	19.511,4
Mato Grosso do Sul	3.731,0	1,9	7.178,7
Mato Grosso	3.430,3	3,8	13.194,9
Goiás	3.793,9	4,3	16.458,4
Distrito Federal	11.500,7	-	11.500,7

Fonte: Estudo Técnico nº 24/2017 da Conof/CD e FNDE/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.



As escolas públicas precisam aprimorar a infraestrutura, inclusive ▲ para que os alunos possam ter acesso a mais recursos tecnológicos.



EDUCAÇÃO JÁ!

Hora de recalibrar a balança do Fundeb para uma maior justiça educacional

Os primeiros meses de 2019 têm sido marcados por novos debates sobre “quanto” e “como” investimos nas nossas crianças e jovens. Um dos principais temas de discussão é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sistema que é responsável por distribuir cerca da metade do investimento público na Educação Básica do País.

O fundo é uma política bem avaliada que existe desde 2006, mas que, por lei, expirará em 2020. É preciso discutir sua continuidade, ao mesmo tempo em que temos a oportunidade de aprimorá-la. A reflexão central é: como fazer a redistribuição do fundo ainda mais justa, com os municípios mais pobres ampliando de maneira satisfatória o pouco que investem por aluno?

A proposta do *Fundeb Equidade*, elaborada por um grupo suprapartidário de especialistas no escopo da iniciativa Educação Já!, visa à resposta desse desafio.

A questão-chave é que o Fundeb atual só redistribui uma parte dos impostos vinculados à Educação. A concentração dos recursos não redistribuídos leva a uma enorme desigualdade de investimentos nas redes públicas do País. É como se houvesse um pesado prato na balança equalizadora que deixamos de considerar e que contribui para manter o alto patamar de desigualdade educacional.

O *Fundeb Equidade* apresenta uma nova fórmula distributiva que destina mais recursos para os entes que têm menos dinheiro fora do fundo, mudando, ao mesmo tempo, o mecanismo de repartição dentro dos estados e a complementação da União. Ao lado desse aprimoramento, é preciso também que a União amplie sua participação financeira na política, o que permitirá que o auxílio federal chegue a mais localidades e que se eleve a barra de investimento educacional.

As simulações de impacto mostram a força do *Fundeb Equidade* para transformar a Educação Básica brasileira. Em primeiro lugar, o investimento por aluno nos municípios mais carentes crescerá cerca de 50%. Mais da metade dos municípios do País – os mais pobres – seria altamente beneficiada. E isso sem pesar no bolso do 1% de municípios mais ricos que cederiam uma pequena parcela de seus recursos. É uma eficiente equalização, socialmente justa, que respeita nosso pacto federativo.

Ao aperfeiçoar os mecanismos do Fundeb, o resultado será um considerável impulso ao desenvolvimento educacional em todo o Brasil, principalmente para os estudantes em situações mais desafiadoras. É, portanto, um debate de máxima importância para uma nação que ainda tem muito para avançar na garantia de uma Educação de qualidade para todos. Aprimorar o Fundeb é um dos maiores movimentos que podemos fazer para fortalecer nossa cidadania.

Caio Callegari

Coordenador de Projetos do Todos Pela Educação.

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Estratégia que auxilia alunos e alunas com dificuldades e demandas específicas de aprendizagem. O atendimento e o planejamento individualizados possibilitam identificar as rotas de aprendizagem de cada criança ou jovem. Deve incluir o envolvimento da família.

ALFABETISMO FUNCIONAL

Criado nos Estados Unidos, na década de 1930, o conceito de alfabetismo funcional originalmente indicava a capacidade de entendimento de instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares. Modernamente, o termo designa a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos cotidianos. Segundo o Instituto Paulo Montenegro, que calcula o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), é considerada alfabetizada funcionalmente a pessoa capaz de utilizar a leitura, a escrita e habilidades matemáticas para fazer frente às demandas do contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.

INAF – O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) revela os níveis de alfabetismo funcional da população adulta brasileira. O principal objetivo do Inaf é oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade.

ALFABETIZAÇÃO

O processo pelo qual se realizam o ensino e a aprendizagem das noções elementares de escrita, leitura e cálculo, assim como a habilidade de ler e de escrever, com compreensão de uma declaração simples relacionada à vida cotidiana, e de fazer cálculos elementares (ver também Taxa de Alfabetização).

ANALFABETISMO – Estado ou condição de analfabeto. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e com o Censo Demográfico decenal, são consideradas analfabetas as pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples; aquelas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram; as que apenas assinam o próprio nome.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades de livre escolha de cada escola que se enquadram como complementares ao currículo obrigatório, tais como atividades recreativas, artesanais, artísticas, de esporte, lazer, culturais, de acompanhamento e reforço ao conteúdo escolar, aulas de informática, línguas estrangeiras, Educação para a cidadania e direitos humanos.

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Avaliação de sistemas de ensino, das instituições escolares e/ou do rendimento dos estudantes, levando em conta as necessidades e ritmos de aprendizagem de cada um. Também pode ser aplicada a um programa ou a um curso de formação, por exemplo, para determinar os resultados obtidos, assim como a qualidade e a eficácia dos métodos adotados.

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) é uma avaliação censitária que objetiva aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (Leitura e Escrita) e Matemática dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas. As provas aplicadas aos alunos fornecem três resultados: desempenho em Leitura, desempenho em Matemática e desempenho em Escrita.

BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família tem como foco de atuação milhões de brasileiros e está baseado na garantia de renda, na inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

Para recebimento do benefício, é exigida frequência escolar mínima das crianças e jovens da família: para estudantes de 6 a 15 anos, a regra é de comparecimento em pelo menos 85% das aulas, enquanto para alunos de 16 e 17 anos é de 75%.

CALENDÁRIO ESCOLAR

Estabelece, dentro do ano letivo, os períodos de aula, as férias, os períodos de recesso e outros eventos.

DIAS LETIVOS – Dias do calendário escolar dedicados a atividades pedagógicas. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as escolas devem oferecer um mínimo de 200 dias letivos durante um ano.

CAQI – CUSTO ALUNO-QUALIDADE INICIAL

Índice que referencia o investimento público em Educação com base em critérios que assegurem condições iniciais para uma Educação de qualidade, tais como número e remuneração de professores, corpo técnico, infraestrutura e outros. De acordo com estratégia proposta na meta 20 do PNE, o CAQi, quando implantado, deverá ter seu valor ajustado progressivamente até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade.

CEFET – CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Instituição educacional autárquica federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar. Oferece cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, subsequentes, tecnológicos, de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu (mestrado e doutorado).

CENSO DEMOGRÁFICO

Pesquisa realizada pelo IBGE a cada dez anos com o objetivo de reunir informações sobre a totalidade da população brasileira (por exemplo: número de habitantes de determinado local, onde e como vivem, tipo de trabalho que realizam, além de dados sobre sexo, idade, escolaridade e estado civil). Para isso, os pesquisadores visitam todos os domicílios do País e aplicam um questionário-padrão. O censo mais recente foi o de 2010.

Pirâmide etária – A distribuição da população pelas diversas faixas etárias gera um gráfico conhecido como pirâmide etária ou pirâmide populacional. A comparação entre as pirâmides populacionais dos diferentes censos mostra a evolução da distribuição etária da população.

CENSO DO ENSINO SUPERIOR

Apura dados referentes ao número de matrículas e de concluintes, inscrições nos vestibulares, ingresso por

curso e área de conhecimento, dados sobre os professores – por titulação e regime de trabalho – e sobre os funcionários técnico-administrativos, entre outros.

CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Pesquisa educacional, de caráter censitário, que levanta informações estatístico-educacionais sobre a Educação Básica brasileira. Realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com as secretarias de Educação estaduais e municipais, coleta dados sobre infraestrutura da escola, pessoal docente, matrículas, jornada escolar, rendimento e movimento escolar, por nível, etapa e modalidade de ensino, e é aplicado diretamente em todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados do País por meio de questionário padronizado. As informações coletadas pelo Censo Escolar servem de base para a formulação de políticas públicas e para a distribuição de recursos públicos (merenda e transporte escolar, livros didáticos e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, programa Dinheiro Direto na Escola e Fundeb, entre outros).

CICLOS

Organização das turmas por faixa etária ou desenvolvimento biopsicossocial dos alunos, com maior flexibilidade quanto ao tempo necessário à aprendizagem. Cada ciclo é constituído por mais de um ano letivo.

CLASSE DE ACELERAÇÃO

Faz parte do programa de aceleração de aprendizagem instituído em 1997 pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de corrigir a distorção do fluxo escolar, ou seja, a defasagem entre a idade e a série que os alunos deveriam estar cursando. Constituem salas idealizadas para ter mais recursos pedagógicos e professores especialmente capacitados, com ensino intensivo e voltado para a recuperação dos alunos.

CLASSE ESPECIAL

Classe que, em escolas regulares, é reservada a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com professores especializados e atividades curriculares adaptadas.

CLASSE MULTISSERIADA

Classe composta por alunos de diferentes séries e ciclos. Existem principalmente nas escolas do meio rural, visando diminuir a evasão escolar, ou em projetos específicos que buscam atrair crianças e adolescentes em situação de rua ou defasados em seus estudos, para que possam aprender e ser motivados a dar continuidade à trajetória escolar.

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Órgão colegiado com atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao ministro da Educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de Educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da Educação brasileira. A estrutura se desdobra nas outras esferas administrativas, com os conselhos estaduais e os conselhos municipais de Educação.

COMPOSIÇÃO DO CNE – O Conselho Nacional de Educação é composto por duas câmaras, uma de Educação Básica (CEB) e uma de Educação Superior (CES). Os assuntos de interesse comum, tanto da Educação Básica quanto da Educação Superior, são tratados no âmbito do Conselho Pleno (CP).

CONSED – CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO

Entidade nacional que representa as secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal.

CONSELHO ESCOLAR

Órgão colegiado composto por representantes das comunidades escolar e local (professores, pais, especialistas, entre outros), que tem como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito da escola. Cabe ao conselho, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola.

CURRÍCULO ESCOLAR

Forma de organização dos conteúdos a serem abordados no processo de ensino. Segundo a LDB, “os currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

DEFICIÊNCIA

Diminuição de capacidades funcionais e estruturas corporais, limitando a realização de atividades e impondo restrições à participação social. Uma deficiência pode ser física, motora, mental, sensorial ou múltipla.

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM – Vale a pena fazer a distinção entre esses dois conceitos.

A dificuldade de aprendizagem se refere a um grupo heterogêneo de desordens relacionadas à aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio.

A criança com dificuldades de aprendizagem necessita aprender de uma forma diferente da tradicional. Exemplo: a distlexia.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Instância administrativa à qual a escola está subordinada, na esfera federal, estadual, municipal ou privada. O agrupamento das escolas de uma mesma esfera denomina-se rede. O agrupamento das dependências administrativas das esferas federais, estaduais e municipais denomina-se rede pública.

DOCENTES COM FORMAÇÃO SUPERIOR

Indicador que expressa o percentual de docentes em exercício com escolaridade em nível superior.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Primeiro nível da Educação escolar regular no Brasil (o outro é a Educação Superior). Compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e tem por finalidade oferecer a crianças e jovens formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo os meios para que possam progredir no trabalho e em estudos posteriores.

EDUCAÇÃO – Processo formativo que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho. Segundo a Constituição, a Educação é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Processo de ensino em que formadores e alunos, fisicamente separados, mas mediados por tecnologias, desenvolvem atividades educativas. Entre as tecnologias mais frequentemente utilizadas estão, atualmente, a internet e a televisão. Contudo, a EAD tem uma longa história, da qual fazem parte, por exemplo, o correio e o rádio.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Modalidade de Educação escolar oferecida para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino ou em classes, escolas ou serviços especializados.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Atendimento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no sistema educacional regular, com base no reconhecimento das diferenças e da reestruturação da cultura, práticas pedagógicas e metodologias de ensino, de forma a atender às necessidades de todas as crianças e jovens. Por exemplo: na concepção da Educação Inclusiva para surdos, espera-se que os professores e as outras crianças aprendam a língua de sinais.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – A Convenção da ONU consagrou o conceito de Educação Inclusiva. Segundo o texto, um dos objetivos da Educação é a participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre, o que exige a construção de escolas capazes de garantir o desenvolvimento integral de todos.

EDUCAÇÃO INDÍGENA

Programas integrados de ensino e pesquisa para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades; e a valorização de suas línguas e ciências; além de garantir aos povos indígenas o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Primeira etapa da Educação Básica regular, oferecida em Creche e Pré-Escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

Mudança legal – Originalmente, a Educação Infantil atendia crianças de até seis anos de idade, mas, com a instituição do Ensino Fundamental de nove anos, por meio da Lei no 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, a Educação Infantil passou a atender crianças de até cinco anos de idade.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Modalidade de Educação escolar para aqueles que não

tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na idade própria. Habilita o aluno a prosseguir os estudos regulares. Atualmente, a idade mínima para ingresso na EJA é 15 anos completos para os cursos de Ensino Fundamental e 18 anos completos para os cursos de Ensino Médio.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas seguintes formas:

I – articulada com o Ensino Médio, sob duas formas:

- a) integrada, na mesma instituição; ou
- b) concomitante, na mesma ou em distintas instituições;

II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

INTEGRADA - Os cursos articulados com o Ensino Médio, organizados na forma integrada, são cursos de matrícula única, que conduzem os educandos à habilitação profissional técnica de nível médio, ao mesmo tempo em que concluem a última etapa da Educação Básica.

CONCOMITANTE - O estudante pode fazer, ao mesmo tempo, o Ensino Médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos serem realizados na mesma instituição (concomitância interna) ou em diferentes instituições (concomitância externa).

SUBSEQUENTE - São cursos oferecidos para conduzir o aluno à habilitação profissional técnica, com carga horária variável em cada módulo. Para ingresso nesses cursos, é necessário que o candidato tenha concluído o Ensino Médio.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Abrange a graduação e a pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros.

ENSINO DE TEMPO INTEGRAL

Ensino Fundamental ou Médio regular ministrado em turmas com jornada escolar igual ou superior a sete horas diárias, incluídas nessa jornada tanto as atividades relativas ao currículo obrigatório, como aquelas referentes aos temas transversais e a outras atividades complementares.

EDUCAÇÃO INTEGRAL – O conceito de Educação Integral, por sua vez, remete à formação completa

do ser humano, que vai além da assimilação de conhecimentos e informações. Incorpora e valoriza na formação do aluno aspectos relacionados à cultura, aos esportes, às artes, aos direitos humanos, à cultura de paz, entre outros.

ENSINO FUNDAMENTAL

Segunda etapa da Educação Básica regular. Obrigatório e gratuito na escola pública, tem por objetivo a formação básica do cidadão. O Ensino Fundamental de oito anos esteve em vigor até 2010, quando era ofertado para a faixa etária de 7 a 14 anos de idade. Em 2006, a Lei no 11.274 ampliou a duração do Ensino Fundamental para nove anos, e ele passou a ser ofertado para a faixa etária de 6 a 14 anos de idade.

ENSINO MÉDIO

Etapa final da Educação Básica regular, com duração mínima de três anos. Tem por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do aluno, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento como pessoa, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

ENSINO PRESENCIAL

Pressupõe a presença física do professor e dos alunos no mesmo ambiente. O conceito de ensino presencial passou a ser utilizado a partir do surgimento de novas tecnologias que permitiram o desenvolvimento da Educação a distância (ensino não presencial).

ENSINO SEMIPRESENCIAL – Ensino realizado em parte de forma presencial e em parte de forma virtual ou a distância, por meio de tecnologias de comunicação.

ENSINO REGULAR

Modalidade da Educação Básica oferecida sistematicamente e conforme a legislação vigente pelos sistemas de ensino nos diferentes níveis/ etapas (Infantil, Fundamental e Médio), não abarcando as modalidades que requerem um tratamento pedagógico específico (Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos).

EQUIDADE

Pode ser definida como uma adaptação das regras e/ ou políticas a situações específicas, a fim de deixá-las mais justas. Também pode ser definida como a oferta de oportunidades iguais por meio de ações que reconhecem a diversidade entre os grupos políticos e indivíduos.

ESCOLARIDADE

Níveis de Educação escolar que uma pessoa concluiu. Por exemplo: se um aluno finaliza o Ensino Médio, isso significa que o seu grau de escolaridade é a Educação Básica, uma vez que ele passou por Pré-Escola, Ensino Fundamental e, finalmente, Ensino Médio.

ESCOLARIDADE MÉDIA EM ANOS DE ESTUDO

– Escolaridade média (em anos) da população com mais de dez anos de idade. É calculada com base apenas nos anos e níveis concluídos com aprovação, desconsiderando-se as reprovações.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Unidade organizacional que, sob uma única dependência administrativa e uma única direção, ministra ensino coletivo sistematicamente, podendo ocupar um ou mais prédios e funcionar em um ou mais turnos. O mesmo que “escola”, “estabelecimento escolar”, “unidade de ensino” e “unidade escolar”.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

Conjunto de normas que define os direitos e deveres de crianças e adolescentes, assim como os direitos, deveres e obrigações do Estado, da família e da sociedade em relação a eles. Adota a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente.

EVASÃO

Configura-se quando o aluno, após ter sido matriculado em determinado ano letivo, não se matricula na escola no ano seguinte, independentemente de sua condição de rendimento escolar ter sido de aprovado ou de reprovado.

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

Criado em 1998, é uma avaliação do desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica e dos que concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. Utilizado como critério de seleção à bolsa do Prouni e por universidades como critério de seleção para o ingresso na Educação Superior, complementando ou substituindo o vestibular. Em 2009, foi reformulado pelo MEC e passou a ser utilizado como prova de seleção unificada nos processos seletivos das instituições públicas de Educação Superior.

FLUXO ESCOLAR

Progressão dos alunos entre anos letivos consecutivos, em determinado nível de ensino. O fluxo escolar considera a aprovação do aluno, a reprovação do aluno ou a situação em que ele abandona a escola.

CORREÇÃO DE FLUXO – Medidas, estratégias ou programas que objetivam a recuperação dos atrasos escolares, decorrentes, em geral, da repetência e da evasão, tendo em vista a adequação do aluno ao ano/série recomendado à sua idade.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

É o aperfeiçoamento profissional do professor, que ocorre dentro da escola, preferencialmente por meio de reuniões de trabalho pedagógico coletivo do corpo docente, sob orientação do coordenador pedagógico. Na formação continuada, além de estudar as didáticas específicas de cada disciplina, coordenador pedagógico e professores devem utilizar instrumentos como a observação de sala de aula, a tematização da prática e a dupla conceitualização, sempre tendo o trabalho de sala de aula como objeto de análise e avaliação, com o objetivo de garantir a aprendizagem das crianças.

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Autarquia federal vinculada ao MEC, responsável pela gestão do Fundeb e dos programas de apoio à Educação Básica.

LIVRO DIDÁTICO – O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma das principais ações do FNDE. O PNLD é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino: Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O Fundeb, criado em 2006, substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e se tornou um dos mais importantes mecanismos de distribuição dos recursos destinados à Educação Básica no Brasil. Enquanto o Fundef se restringia ao financiamento do Ensino Fundamental, o Fundeb contempla toda a Educação Básica. O mecanismo de financiamento é composto pela arrecadação estadual de impostos, complementada pelo governo federal. A distribuição dos recursos é

feita com base no número total de alunos matriculados, o que contribui para a redução das desigualdades.

GASTO ANUAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA

Investimento público direto em Educação Básica, expresso como porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB).

PÚBLICO E PRIVADO – O investimento público direto considera apenas o que se destina à Educação pública, enquanto o investimento público total inclui os sistemas público e privado.

GASTO MÉDIO POR ALUNO

Investimento médio em Educação por aluno no sistema educacional, em determinado nível de ensino.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Caracterizada pela participação dos profissionais da Educação e da comunidade na elaboração do projeto político-pedagógico da escola. Essa participação se dá por meio de conselhos, fóruns, associações de pais e mestres, grêmios, assembleias, entre outros.

GESTÃO ESCOLAR

Organização, mobilização e articulação dos recursos materiais e humanos necessários para assegurar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, assim como a efetiva aprendizagem dos alunos. Conceito bem mais amplo que o de administração escolar. A gestão escolar se dá em oito dimensões – infraestrutura, desempenho, administração, finanças, comunidade, pessoal, secretaria, pedagógico – que devem convergir, de forma integrada, para garantir a aprendizagem dos alunos.

GRADUAÇÃO

Curso da Educação Superior destinado a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo. Busca a formação acadêmica e/ou a habilitação para o exercício profissional em determinada área do conhecimento. Os cursos de graduação são oferecidos por faculdades e universidades, com duração média de quatro anos.

IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Criado em 2007, é calculado com base nos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e nas médias de desempenho nas avaliações do Saeb, para as unidades da federação e para o País, e da Prova Brasil, para os municípios. Com base no Ideb, o MEC estabeleceu metas para o País e para todas as unidades da federação, a serem alcançadas até 2021.

IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Índice que sintetiza informações de renda (PIB per capita), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e Educação (índice de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

POSIÇÃO DO BRASIL – O IDH do Brasil melhorou em 2014, passando de 0,752, em 2013, para 0,755. Ainda assim, o País caiu uma posição no ranking mundial de desenvolvimento humano e ocupa atualmente a 75ª posição entre 188 países avaliados. Assim, fica atrás de países latino-americanos como a Argentina (40º), o Chile (42º), Uruguai (52º), Cuba (67º) e a Venezuela (71º). O primeiro lugar é da Noruega, seguido pela Austrália e a Suíça.

IDH-M – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

O IDH-M baseia-se nas mesmas três dimensões do IDH e adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora avaliem as mesmas questões, os indicadores levados em conta no IDH-M são mais adequados ao desenvolvimento dos municípios brasileiros.

IDI – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Indicador desenvolvido pelo Unicef que incorpora variáveis como oferta de serviços de saúde, oferta de serviços de Educação e cuidado e proteção que a família deve proporcionar à criança nos primeiros anos. O índice é calculado com base nos seguintes indicadores: escolaridade da mãe e do pai, matrícula de crianças de 4 a 6 anos na Pré-Escola e acesso a serviços de saúde (pré-natal e vacinação).

INFRAESTRUTURA

Inclui o perfil físico (número de salas e capacidade de atendimento, existência ou não de biblioteca, laboratórios, salas com TV/vídeo, microcomputadores, conexão à internet, quadras de esportes etc.), além de itens como abastecimento de água, energia elétrica, esgoto sanitário, entre outros. O mesmo que “infraestrutura da escola”. A infraestrutura é determinante para a capacidade de um estabelecimento de ensino de acolher os alunos, em termos de instalações, material e pessoal, por isso, são essenciais também os recursos de acessibilidade.

INTERDISCIPLINARIDADE

Articulação entre diferentes disciplinas por meio de relações dialógicas entre os conteúdos. A integração entre as disciplinas neutraliza a fragmentação do conhecimento.

INTERVALO DE CONFIANÇA

Nos levantamentos estatísticos, as amostras não representam perfeitamente toda a população estudada. Por isso, os indicadores baseados em amostras apresentam erro. É possível, porém, obter um intervalo dentro do qual o verdadeiro valor do indicador se encontra. Normalmente calcula-se esse intervalo de modo que a probabilidade de que ele contenha o verdadeiro valor (o de toda a população desejada) seja de 95%.

AMOSTRA ESTATÍSTICA – Conjunto de elementos extraídos de um universo maior (a “população”). Esse conjunto é formado pelos indivíduos, acontecimentos ou outros objetos de estudo que se pretende descrever ou para os quais se busca generalizar conclusões ou resultados.

ITEM

Denominação adotada para as questões que compõem as provas das avaliações educacionais no País. Essa nomenclatura deve-se ao entendimento de que o termo item refere-se a questões que abordam com preponderância uma única dimensão do conhecimento.

JORNADA ESCOLAR

Tempo diário de permanência do aluno na escola.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Principal legislação educacional brasileira, define e regulariza o ensino no País. A LDB vigente foi sancionada em 1996.

MATRÍCULA

Registro formal de inscrição do aluno em um estabelecimento de ensino em determinado nível ou etapa de uma modalidade de ensino.

MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE NÍVEL MÉDIO

Considera-se Educação Básica de Nível Médio as matrículas de Ensino Profissionalizante de Nível Médio, Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) integrada a EJA de Nível Médio, Ensino Médio Regular e EJA de Nível Médio.

MATRÍCULA INICIAL

Total de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola, em uma dada série de um determinado ano letivo, no Dia Nacional do Censo Escolar.

MATRÍCULA POR IDADE

Total de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola segundo a idade.

MATRÍCULA TOTAL

Balanço do total de alunos matriculados ao fim de um determinado ano letivo, considerando-se os movimentos escolares ocorridos no decorrer do ano, em função de transferências, admissões, reclassificações, abandonos e falecimentos.

MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO

Média que expressa a escolaridade média, em anos, da população com mais de 10 anos de idade, podendo ser calculada por grupos etários.

ANOS DE ESTUDO – Classificação estabelecida em função da série e do grau mais elevado alcançado por uma determinada pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a um ano de estudo.

MÉDIA DIÁRIA DE HORAS-AULA

Tempo médio diário de permanência dos alunos na escola, por ano ou etapa de ensino.

HORA-AULA – Parâmetro de duração de uma aula, geralmente inferior a 60 minutos. Também serve para o cálculo de salários. Para a Educação Básica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê 800 horas em 200 dias de ano letivo, em que podem ser realizadas também atividades educacionais fora da sala de aula. A LDB, porém, refere-se à chamada hora-relógio e não à hora-aula.

NÍVEL SOCIOECONÔMICO (NSE)

Situa em sete estratos socioeconômicos os alunos que compõem o universo das avaliações realizadas pelo Inep, permitindo comparar resultados educacionais de acordo com esse critério.

NÍVEIS DE ENSINO

A LDB estabelece dois níveis principais de Educação escolar: a Educação Básica (que compreende as etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a Educação Superior. Há ainda as modalidades, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que podem abarcar diferentes níveis e etapas.

NÚMERO MÉDIO ESPERADO DE ANOS CONCLUÍDOS

Número médio de anos que um aluno conclui com aprovação, considerando as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)

Compromisso assumido em 2012 pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNADC)

No âmbito de uma reformulação visando a maior eficiência, coerência e comparabilidade entre suas pesquisas domiciliares, além da produção mais frequente de indicadores, o IBGE iniciou a implementação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares. Isso se deu com a aplicação da Pnad Contínua, em 2012 – de forma que, entre esse ano e 2015, tanto a Pnad quanto a PnadC foram realizadas. A diferença mais clara entre a Pnad Contínua e a Pnad está na periodicidade: enquanto a pesquisa antiga era feita uma vez ao ano, a sua sucessora está em constante realização, organizando-se em ciclos trimestrais.

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Ministério da Educação em 2007, colocou à disposição dos estados, municípios e Distrito Federal instrumentos de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da Educação, como o Plano de Ações Articuladas (PAR). Trata-se de um diagnóstico da situação educacional local acompanhado de um planejamento de investimentos em melhorias.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE) – Conjunto de ações, programas e metas lançados pelo governo federal em 2007, com o objetivo de melhorar a qualidade da Educação no Brasil. Suas ações se baseiam em diagnósticos detalhados e compromissos firmados entre as três esferas de governo.

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

Total de crianças e jovens, com idade entre 4 a 17 anos, matriculadas ou não em um estabelecimento de ensino.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

A soma de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região ou país.

PROFESSOR LEIGO

Aquele que leciona sem ter a escolaridade que o habilita ao exercício do magistério no nível de ensino em que atua.

PROFICIÊNCIA

Conjunto de habilidades demonstradas efetivamente pelo desempenho dos alunos (por exemplo: o que sabem, compreendem e são capazes de fazer).

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)

Criado em 1995, é o programa que coordena o repasse de recursos financeiros às escolas públicas da Educação Básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, e às escolas privadas de Educação Especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

O objetivo é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da Educação Básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, conforme o Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES (PISA)

Programa internacional de avaliação comparada, desenvolvido e coordenado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e aplicado a estudantes de 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países (veja página 74).

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Criado em 1995, garante merenda aos alunos das escolas públicas e filantrópicas.

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)

Promove a transferência de recursos financeiros para despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes dos veículos utilizados para o transporte escolar. Inclui o pagamento de serviços contratados.

PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA (PNBE)

Criado em 1997, promove o acesso à cultura e o incentivo à leitura por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência.

PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROINFÂNCIA)

Foi criado em 2007 para transferir recursos financeiros, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e

aos municípios, visando à construção e à aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas.

PRÉ-ESCOLA – Etapa da Educação Infantil que presta atendimento a crianças de 4 e 5 anos de idade, segundo a Lei nº 11.274, de 6/2/2006, que altera a LDB. Antes, o atendimento na Pré-Escola ocorria na faixa etária de 4 a 6 anos.

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL (PROINFO INTEGRADO)

Voltado ao uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)

Visa desenvolver atividades de Educação e saúde em territórios definidos segundo a área de abrangência da Estratégia Saúde da Família (Ministério da Saúde), por meio da articulação entre escola e Unidade Básica de Saúde, com ações de avaliação das condições de saúde dos alunos da escola pública, de prevenção e promoção da saúde e capacitação dos profissionais da Educação e da saúde.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

Oferece bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de Educação Superior. Contempla estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública ou particular com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, com base nas notas obtidas no Enem.

PROGRESSÃO CONTINUADA

Forma de organização aplicada, em geral, à etapa do Ensino Fundamental. Nesse caso, o ensino é dividido em ciclos com duração superior a um ano. Durante esses ciclos, não é prevista a repetência dos alunos, mas, sim, a recuperação dos conteúdos por meio de aulas de reforço. A outra maneira de organizar o ensino é por séries e, nesse caso, pode haver a reprovação dos alunos que não atingiram as habilidades esperadas ao final de cada ano letivo.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Documento por meio do qual a escola define que cidadão quer formar, que conteúdos e valores preten-

de trabalhar e como vai ser organizar para isso. Deve ser elaborado com base na realidade local e com a participação da comunidade. E deve ser revisto e atualizado periodicamente.

PROVA ABC (AVALIAÇÃO BRASILEIRA DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO)

Avaliação da alfabetização de crianças concluintes do 3º ano do Ensino Fundamental em Leitura, Escrita e Matemática, realizada pelo Todos Pela Educação, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro/Ibope, Fundação Cesgranrio e Inep. Foi aplicada pela primeira vez no primeiro semestre de 2011 a cerca de 6 mil alunos de escolas municipais, estaduais e particulares de todas as capitais do País. A última edição foi realizada em 2012 e não está prevista nenhuma nova edição. Serviu de base para a criação da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

PROVA BRASIL

Ver Saeb

RAÇA/COR

Para o IBGE, trata-se da característica declarada pelas pessoas de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena.

REDE

Termo utilizado para designar o agrupamento das dependências administrativas em pública (federal, estadual e municipal) ou privada.

REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Diferentemente do que o senso comum pode imaginar, comunidades quilombolas não significam apenas antigos redutos de escravos foragidos. Segundo a antropologia, designam contemporaneamente todos os grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, tal como ocorre nas comunidades de descendentes dos escravos.

RENDA DOMICILIAR PER CAPITA

Resultado da divisão entre a soma de todos os rendimentos recebidos no mês por aqueles que moram no domicílio (renda domiciliar bruta) e o número de pessoas no domicílio.

SALÁRIO EDUCAÇÃO

Contribuição social criada em 1964 e atualmente destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a Educação Básica. Correspon-

de a 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas pelas empresas aos seus empregados. Uma parte do montante arrecadado fica com a União (cerca de 40%) e o restante é distribuído igualmente entre estados e municípios, de forma proporcional ao número de alunos matriculados na Educação Básica nas respectivas redes públicas de ensino.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala, incluindo a Prova Brasil, que permitem realizar um diagnóstico da Educação Básica brasileira e de alguns fatores que podem interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino.

Por meio de testes e questionários, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelo conjunto de estudantes avaliados e contextualiza esses resultados a partir de uma série de informações coletadas. Língua Portuguesa (foco em Leitura) e Matemática (foco em resolução de problemas) são as áreas de conhecimento avaliadas.

O público-alvo das avaliações, até 2017, eram estudantes de escolas públicas localizadas em zonas urbanas e rurais que tinham dez ou mais alunos matriculados em cada uma das etapas: 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio. Uma amostra de escolas privadas (ou aquelas que solicitaram adesão) também participaram do Saeb.

SISTEMA DE ENSINO

Conjunto de órgãos, instituições e atividades de Educação e ensino organizado de acordo com normas legalmente estabelecidas.

SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Sistema integrado pelos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, com normas comuns fixadas na Constituição Federal, leis federais e atos normativos do CNE, cabendo à União a coordenação da política nacional de Educação, a articulação dos níveis e sistemas de ensino e as funções normativas, redistributiva e supletiva.

TAXA DE ABANDONO

Percentual de alunos da matrícula total que, num dado ano, deixam de frequentar a escola durante o ano letivo.

TAXA DE ANALFABETISMO

Relação entre a população alfabetizada e a população total. Usualmente, o analfabetismo é avaliado considerando-se a faixa etária de 15 anos ou mais, ou seja, contada a partir do término da idade de obrigatoriedade escolar.

FONTE – A taxa de analfabetismo é levantada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e pelo Censo Demográfico. Sobre os moradores de um domicílio, pergunta-se se sabem ler e escrever, além de outros itens relativos à Educação. Ou seja, a alfabetização é declaratória: o entrevistado fala de si próprio e das demais pessoas da casa.

TAXA DE APROVAÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total que, ao fim do ano letivo, concluíram, com sucesso, determinado ano, apresentando os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para cursar, no ano seguinte, o ano imediatamente posterior.

TAXA DE ATENDIMENTO

Indicador que permite avaliar o acesso da população ao sistema educacional. Mostra o percentual da população que se encontra matriculada na escola, em determinada idade ou faixa etária. É calculada para as faixas etárias de 0 a 3, 4 e 5, 6 a 14, 15 a 17 e 18 a 24 anos, assim como de 4 a 17 anos, compreendendo a escolaridade obrigatória.

TAXA BRUTA DE MATRÍCULA

Número de crianças matriculadas em cada nível de ensino independentemente da idade, dividido pela população da faixa etária que oficialmente corresponde ao mesmo nível.

TAXA DE CONCLUSÃO

Percentual de alunos que ingressam no ano inicial de determinado nível de ensino e que, independentemente do tempo despendido para a conclusão, conseguem finalizá-lo, estando aptos ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-CONCLUSÃO – Esse indicador, por sua vez, mostra o percentual de alunos que concluem determinado nível de ensino com idade superior à recomendada, considerando-se, no sistema educacional brasileiro, a idade de 15 anos para a conclusão do Ensino Fundamental e a de 18 anos para a conclusão do Ensino Médio.

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Percentual de alunos, em cada nível de ensino, que apresentam defasagem de dois anos ou mais em relação à idade recomendada para a série/ano que estão cursando. No sistema educacional brasileiro, a criança deve ingressar aos 6 anos no 1o ano do Ensino Fundamental e concluir a etapa aos 14 anos. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no Ensino Médio.

DEFASAGEM – Ocorre entre alunos que estão atrasados na escola, ou seja, que estão acima da faixa etária prevista para a série/ano em que estudam.

TAXA DE EVASÃO

Percentual de alunos da matrícula total de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, não se matriculam na escola.

TAXAS DE FLUXO ESCOLAR

Grupo de taxas que avaliam a progressão dos alunos entre anos letivos consecutivos; é constituído pelas taxas de promoção, de repetência e de evasão.

TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA

Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino recomendado a essa faixa etária. Essa taxa pode ser calculada para Creche (0 a 3 anos), Pré-Escola (4 e 5 anos), Ensino Fundamental (6 a 14 anos) e Ensino Médio (15 a 17 anos).

TAXA DE PROMOÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total, de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, se matriculam no ano posterior.

TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR

Grupo de taxas que avaliam, ao final do ano letivo, os alunos quanto ao preenchimento dos requisitos de aproveitamento e frequência, podendo ser considerado aprovado, reprovado ou afastado por abandono.

TAXA DE REPETÊNCIA

Percentual de alunos da matrícula total, de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, se matriculam no mesmo ano do ano anterior.

TAXA DE REPROVAÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total que, em um dado ano, ao fim do ano letivo, não apresentam os re-

quisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para serem promovidos ao ano posterior.

TEMPO MÉDIO ESPERADO DE PERMANÊNCIA NO SISTEMA

É o tempo médio esperado que um aluno permaneça no sistema educacional, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

TEMPO MÉDIO ESPERADO PARA A CONCLUSÃO

Tempo médio esperado que um aluno deve levar para concluir um nível de ensino, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

TEORIA DE RESPOSTA AO ITEM (TRI)

Utilizada no Enem e em outras avaliações em larga escala, a Teoria de Resposta ao Item engloba um conjunto de modelos matemáticos utilizados para o cálculo das proficiências dos alunos em um teste. Tomando como unidade básica de análise cada item isoladamente, a TRI relaciona a probabilidade de acerto do item com a competência do aluno. Essa relação tem sempre um caráter crescente. Dessa forma, quanto maior a competência do respondente, maior a sua probabilidade de acertar o item. Os principais benefícios trazidos por essa teoria são a garantia de comparabilidade dos resultados entre os anos de aplicação da avaliação (condição obrigatória para a verificação dos movimentos de melhoria ou de queda de rendimento do sistema educacional) e o auxílio ao desenvolvimento de uma interpretação pedagógica dos resultados, isto é, um diagnóstico dos conhecimentos e habilidades que os alunos demonstraram conhecer e realizar, e também daqueles que ainda precisam ser reforçados.

NA EDUCAÇÃO – A TRI é utilizada nos sistemas de avaliação educacional no Brasil, como a Prova Brasil. É reconhecida internacionalmente.

TURMA

Grupo de alunos reunidos em uma sala de aula, que podem receber um mesmo conteúdo (turma comum a um ano, ciclo ou disciplina) ou conteúdos distintos (turma multisseriada).

TURMA MULTISSERIADA

Turma que reúne alunos de diferentes etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com alunos da Pré-Escola e do Ensino Fundamental.

TURNO

Cada uma das divisões do horário de funcionamento da jornada escolar, que podem ser agrupadas por horário de início de funcionamento: turno diurno (início antes das 17h); turno noturno (início a partir das 17h); turno matutino (início antes das 12h) e turno vespertino (início a partir das 12h). Eventualmente, a escola oferece turnos intermediários entre os turnos usuais.

UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Significa, na prática, assegurar a todos igualdade de oportunidades educacionais.

UNDIME – UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Entidade nacional que congrega os dirigentes municipais de Educação, com seções nos estados.

VAGA

Disponibilidade de matrícula em um estabelecimento de ensino para ingresso de aluno.



METODOLOGIA

Fruto da parceria da Editora Moderna com o movimento Todos Pela Educação, o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019 busca oferecer um panorama amplo do cenário educacional do País.

O ponto de partida do trabalho que realiza, de reunião, elaboração, organização, apresentação e, em alguns casos, “tradução” de números da Educação brasileira, são os dados oficiais mais recentes disponíveis, de fontes primárias amplamente reconhecidas, entre elas o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Censo Escolar e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), sob responsabilidade do Ministério da Educação.

Com os microdados dessas fontes em mãos, são realizados cruzamentos e tabulações e geradas séries históricas que possibilitam uma leitura analítica das informações estatísticas e uma compreensão detalhada do quadro educacional.

Busca-se, portanto, aliar rigor técnico a um formato de apresentação acessível, de maneira que os gráficos e tabelas do Anuário sejam de utilidade para diferentes públicos.

Para o melhor entendimento dos números reunidos neste Anuário, algumas observações são importantes:

- Com base nos microdados disponíveis da Pnad Contínua, são realizadas novas leituras e organizadas séries históricas a partir de 2012.
- Isso se traduz, por exemplo, em desagregações por raça, quartis de renda e localidade para indicadores como taxa de atendimento e taxa líquida de matrícula para diferentes grupos de idade ou, ainda, para a escolaridade média da população de 18 a 29 anos.
- Alguns desses cálculos foram ajustados desde a edição de 2016, passando a levar em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar, de acordo com parecer do Conselho Nacional de Educação. Com isso, em alguns gráficos e tabelas, há diferenças em relação a edições anteriores.
- Desde a edição de 2016, as séries históricas da taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental e no Ensino Médio foram alteradas para incluir entre os matriculados os alunos que frequentam essas etapas na Educação de Jovens e Adultos.
- Nos gráficos e tabelas que usam informações do formato antigo da Pnad, não há dados para 2010, pois ela deu lugar à realização do Censo Demográfico.
- O Anuário Brasileiro da Educação Básica dá um destaque especial à questão da equidade no sistema educacional.
- As notas técnicas estão reunidas nas páginas a seguir e são indicadas pelo número correspondente nos gráficos e tabelas do Anuário.



NOTAS TÉCNICAS

- ① São excluídos os estabelecimentos que não estão em atividade no ano ou que não têm turmas de escolarização.
- ② O mesmo estabelecimento pode ter mais de uma etapa/modalidade de ensino. As seguintes etapas são consideradas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.
- ③ O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
- ④ Apenas são consideradas as turmas de escolarização, excluindo turmas de atendimento complementar e Atendimento Educacional Especializado. As seguintes etapas são consideradas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Ensino Fundamental inclui matrículas das turmas do Ensino Fundamental de 8 e 9 anos. Educação de Jovens e Adultos inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e integrada à Educação Profissional.
- ⑤ As matrículas de Educação Profissional integrada ao Ensino Médio são incluídas no Ensino Médio.
- ⑥ São considerados apenas os docentes em atividade que atuam em turmas de escolarização. Os professores são contados uma única vez em cada etapa/modalidade de ensino e em cada Unidade da Federação (UF), região e no País, porém podem atuar em mais de uma etapa/modalidade de ensino e em mais de uma UF ou região. As seguintes etapas são consideradas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Ensino Fundamental inclui matrículas das turmas do Ensino Fundamental de 8 e 9 anos. Educação de Jovens e Adultos inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e integrada à Educação Profissional.
- ⑦ As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.
- ⑧ As categorias raça/cor, conforme auto-declaração do respondente - Brancos, Pretos e Pardos -, não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE. As estatísticas Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não ter observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística.
- ⑨ Renda domiciliar *per capita* calculada a partir de todos os rendimentos de todos os moradores do domicílio exclusivo o rendimento das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas menores de 10 anos.
- ⑩ Inclui matrículas de turma unificada na etapa correspondente.
- ⑪ O mesmo estabelecimento pode possuir mais de um tipo de abastecimento de água ou esgoto sanitário.
- ⑫ A série histórica da taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental inclui entre os matriculados nesta etapa os alunos que frequentam o Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos.
- ⑬ A série histórica da taxa líquida de matrícula no Ensino Médio inclui entre os matriculados nesta etapa os alunos que frequentam o Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos. São excluídos os jovens que já concluíram o Ensino Médio e os que estão cursando Pré-vestibular.
- ⑭ Intervalo do turno matutino: das 6h às 12h59. Intervalo do turno vespertino: das 13h às 16h59. Intervalo do turno noturno: das 17h às 22h59 e de 0h às 5h59.
- ⑮ Somente são consideradas as escolas da Educação Básica em funcionamento com turmas de escolarização com pelo menos uma matrícula de estudante com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.
- ⑯ Conforme informado pelo Inep, nos testes de Escrita, houve mudanças metodológicas entre as edições de 2014 e 2016, o que impossibilita a comparabilidade dos dados de Escrita.
- ⑰ O MEC considera que possuem nível suficiente de proficiência em Leitura os alunos que se encontram nos níveis 3 e 4.
- ⑱ O MEC considera que possuem nível suficiente de proficiência em Escrita os alunos que se encontram nos níveis 4 e 5.
- ⑲ O MEC considera que possuem nível suficiente de proficiência em matemática os alunos que se encontram nos níveis 3 e 4.
- ⑳ Foram considerados apenas os alunos cuja matrícula na turma de escolarização é na rede pública e que a soma do tempo de permanência na turma de escolarização e na turma de atividade complementar atinja pelo menos 7 horas diárias.
- ㉑ O Ideb da rede total não corresponde à média simples do Ideb das redes pública e privada, mas a média ponderada pelo número de alunos.
- ㉒ Nos anos iniciais, as médias das escolas privadas do Saeb 2009 e do Ideb 2009, calculados somente com as escolas urbanas.
- ㉓ Para 2016 e anos posteriores, o 1º ano do Ensino Fundamental é incluído no cálculo da escolaridade, refletindo a crescente participação de alunos do Ensino Fundamental de 9 anos na faixa etária considerada para o cálculo.
- ㉔ As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data da entrevista.
- ㉕ Rendimento total do trabalho (todos os trabalhos) corrigido pelo INPC, de dezembro de 2018, para pessoas cuja condição de ocupação na semana de referência era ocupado e com rendimento diferente de zero.

- 26 Os dados de alfabetização da população são autodeclarados. Considera-se como alfabetização a autodeclaração de saber ler e escrever.
- 27 Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).
Educação de Jovens e Adultos: inclui matrículas de EJA presencial e semipresencial. O Projovem passou a ser coletado em 2012.
- 28 A modalidade integrada à Educação Profissional inclui as matrículas do Projovem Urbano.
- 29 O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino. Inclui estabelecimentos que oferecem Educação Profissional concomitante, subsequente e integrada.
- 30 Não foi considerada a modalidade de Ensino Médio Normal/Magistério.
- 31 Número total de docentes (em exercício e afastados).
- 32 Inclui titulados no Mestrado Profissional.
- 33 Os docentes são calculados uma única vez, independentemente de atuarem em mais de uma região geográfica, unidade da federação, município, localização ou dependência administrativa.
- 34 Não são contabilizados docentes de turmas de AEE e atividades complementares. É considerada pós-graduação os níveis de escolaridade mestrado, doutorado ou especialização.
- 35 São considerados níveis de pós-graduação de escolaridade o mestrado, o doutorado e a especialização.
- 36 Formação superior compatível é aquela em que o docente possui licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica na área de conhecimento em que leciona. São considerados docentes de matemática, língua portuguesa, história, geografia, ciências, biologia, física, química, filosofia, sociologia, ensino religioso, educação física, artes e língua estrangeira.
- 37 Apesar de as disciplinas Biologia, Física e Química não constarem como obrigatórias no Ensino Fundamental segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação (MEC), algumas instituições de ensino oferecem tais disciplinas separadamente para suas turmas de escolarização no Ensino Fundamental, sem aglutiná-las em Ciências da Natureza.
- 38 Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de Atendimento Educacional Especializado.
- 39 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais (inclusive, a estimativa para complemento da aposentadoria futura do pessoal ativo), outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras;
2 - Estão computados nos cálculos os recursos para bolsa de estudo, financiamento estudantil e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;
3 - Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões,

juros e encargos da dívida, e amortizações da dívida da área educacional;

4 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado);

5 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (Presencial e a distância) (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações *Lato Sensu*);

6 - Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios;

7 - Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional, os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa-Escola;

8 - Nos dados enviados para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nos anos anteriores a 2004, não estão alocados os valores do complemento para a aposentadoria futura do pessoal ativo;

9 - Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizada como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente;

10 - A partir de 2006, utilizaram-se como fontes de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação - Siope -, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

11 - Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi/STN - para todos os anos;

12 - Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC; - Secretaria do Tesouro Nacional (STN); - FNDE; - Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); - Caixa Econômica Federal (CEF); - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

40 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras;

2 - Não se incluem nas informações de Investimento Direto as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;

- 3 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado);
- 4 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (presencial e a distância, exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações *Lato Sensu*);
- 5 - Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios;
- 6 - Utilizaram-se como fontes de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação - Siope -, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- 7 - Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi/STN - para todos os anos;
- 8 - Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários:
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC; - Secretaria do Tesouro Nacional (STN); - FNDE; - Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); - Caixa Econômica Federal (CEF); - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- 41) 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras;
- 2 - Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;
- 3 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado);
- 4 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (Presencial e a distância) (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações *Lato Sensu*);
- 5 - Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios;
- 6 - Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional, os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa-Escola;
- 7 - Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizada como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente;
- 8 - A partir de 2006, utilizaram-se como fontes de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação - Siope -, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- 9 - Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi/STN - para todos os anos;
- 10 - Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários:
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC; - Secretaria do Tesouro Nacional (STN); - FNDE; - Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); - Caixa Econômica Federal (CEF); - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- 42) A análise realizada pelo consultor legislativo Claudio Tanno considera a divisão das receitas vinculadas à Educação pelo número de matrículas dos municípios (ponderadas pelos pesos do Fundeb 2015). Agregam-se aos valores recebidos do Fundeb: 5% das receitas integrantes do Fundeb (totalizando os 25% constitucionais dos impostos que compõem o Fundeb), 25% das receitas não integrantes, cota-parte da contribuição do salário-educação, FCDF e transferências dos programas federais universais. Os dados foram levantados a partir das bases de FNDE/MEC e STN/MF, totalizando informações de 5.166 redes municipais e 27 redes estaduais e do DF.
- 43) Referência de peso 1 do Fundeb (Anos Iniciais do Ensino Fundamental, localidade urbana).
- 44) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ensino Médio: inclui matrículas no Ensino Médio integrado à Educação Profissional e no Ensino Médio Normal/Magistério. Educação Especial classes comuns: as matrículas já estão distribuídas nas modalidades de ensino regular e/ou Educação de Jovens e Adultos. Educação de Jovens e Adultos: inclui matrículas de Educação de Jovens e Adultos presencial, semipresencial e integrada à Educação Profissional.
- 45) O Inaf, realizado pelo Instituto Paulo Montenegro, a cada edição, entrevista 2.002 pessoas com idade entre 15 e 64 anos, das zonas urbana e rural, de todas as regiões do País.

Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) - Níveis de proficiência

NÍVEL	ESCALA DE LEITURA
NÍVEL 1 (até 425 pontos)	Neste nível, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> • Ler palavras com estrutura silábica canônica, não canônica e ainda que alternem sílabas canônicas e não canônicas.
NÍVEL 2 (maior que 425 até 525 pontos)	Além das habilidades descritas no nível anterior, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> • Localizar informações explícitas em textos curtos como piada, parlenda, poema, quadrinho, fragmentos de narrativas e de curiosidade científica; em textos de maior extensão, quando a informação está localizada na primeira linha do texto. • Reconhecer a finalidade de texto como convite, cartaz, receita, bilhete, anúncio com ou sem apoio de imagem. • Identificar assunto de um cartaz apresentado em sua forma original e ainda em textos cujo assunto pode ser identificado no título ou na primeira linha. • Inferir sentido em piada e em história em quadrinhos que articula linguagem verbal e não verbal.
NÍVEL 3 (maior que 525 até 625 pontos)	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> • Localizar informação explícita em textos de maior extensão como fragmento de literatura infantil, lenda, cantiga folclórica e poema, quando a informação está localizada no meio ou ao final do texto. • Identificar o referente de um pronome pessoal do caso reto em textos como tirinha e poema narrativo. • Inferir relação de causa e consequência em textos exclusivamente verbais – piada, fábula, fragmentos de textos de literatura infantil e texto de curiosidade científica – com base na progressão textual; e em textos que articulam a linguagem verbal e não verbal – tirinha; sentido em história em quadrinhos que articula linguagem verbal e não verbal com vocabulário específico de textos de divulgação científica ou que exige conhecimento intertextual de narrativas infantis; o assunto de texto de extensão média de divulgação científica para crianças, com base nos elementos que aparecem no início do texto; o significado de expressão de linguagem figurada em textos como poema narrativo, fragmentos de literatura infantil, de curiosidade científica e tirinha.
NÍVEL 4 (maior que 625 pontos)	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer relação de tempo em texto verbal e os participantes de um diálogo em uma entrevista ficcional. • Identificar o referente de pronome possessivo em poema; o referente de advérbio de lugar em reportagem; o referente de expressão formada por pronome demonstrativo em fragmento de texto de divulgação científica para o público infantil. • Inferir sentido em fragmento de conto; sentido de palavra em fragmento de texto de literatura infantil; assunto em texto de extensão média ou longa, considerando elementos que aparecem ao longo do texto, em gêneros como divulgação científica, curiosidade histórica para criança e biografia.
NÍVEL	ESCALA DE ESCRITA
NÍVEL 1 (menor que 350 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem as palavras ou estabelecem algumas correspondências entre as letras grafadas e a pauta sonora, porém ainda não escrevem palavras alfabeticamente. Em relação à produção de textos, os estudantes provavelmente não escrevem o texto ou produzem textos ilegíveis.
NÍVEL 2 (maior ou igual a 350 e menor que 450 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem alfabeticamente palavras com trocas ou omissão de letras, alterações na ordem das letras e outros desvios ortográficos. Em relação à produção de textos, os estudantes provavelmente não escrevem o texto ou produzem textos ilegíveis.
NÍVEL 3 (maior ou igual a 450 e menor que 500 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com estrutura silábica consoante-vogal, apresentando alguns desvios ortográficos em palavras com estruturas silábicas mais complexas. Em relação à produção de textos, provavelmente escrevem de forma incipiente ou inadequada ao que foi proposto ou produzem fragmentos sem conectivos e/ou recursos de substituição lexical e/ou pontuação para estabelecer articulações entre partes do texto. Apresentam ainda grande quantidade de desvios ortográficos e de segmentação ao longo do texto.
NÍVEL 4 (maior ou igual a 500 e menor que 600 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, embora possam não contemplar todos os elementos da narrativa e/ou partes da história a ser contada. Articulam as partes do texto com a utilização de conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores, mas ainda cometem desvios que comprometem parcialmente o sentido da narrativa, inclusive por não utilizar a pontuação ou utilizar os sinais de modo inadequado. Além disso, o texto pode apresentar alguns desvios ortográficos e de segmentação que não comprometem a compreensão.
NÍVEL 5 (maior ou igual a 600 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, evidenciando uma situação central e final. Articulam as partes do texto com conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores textuais. Segmentam e escrevem as palavras corretamente, embora o texto possa apresentar alguns desvios ortográficos e de pontuação que não comprometem a compreensão.

Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) - Níveis de proficiência

NÍVEL	ESCALA DE MATEMÁTICA
NÍVEL 1 (até 425 pontos)	<p>Neste nível, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ler horas e minutos em relógio digital; medida em instrumento (termômetro, régua) com valor procurado explícito. • Associar figura geométrica espacial ou plana a imagem de um objeto; contagem de até 20 objetos dispostos em forma organizada ou desorganizada à sua representação por algarismos. • Reconhecer planificação de figura geométrica espacial (paralelepípedo). • Identificar maior frequência em gráfico de colunas, ordenadas da maior para a menor. • Comparar comprimento de imagens de objetos; quantidades pela contagem, identificando a maior quantidade, em grupos de até 20 objetos organizados.
NÍVEL 2 (maior que 425 até 525 pontos)	<p>Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ler medida em instrumento (balança analógica) identificando o intervalo em que se encontra a medida. • Associar a escrita por extenso de números naturais com até três ordens à sua representação por algarismos. • Reconhecer figura geométrica plana a partir de sua nomenclatura; valor monetário de cédulas ou de agrupamento de cédulas e moedas. • Identificar registro de tempo em calendário; uma figura geométrica plana em uma composição com várias outras; identificar frequência associada a uma categoria em gráfico de colunas ou de barras; identificar frequência associada a uma categoria em tabela simples ou de dupla entrada (com o máximo de 3 linhas e 4 colunas, ou 4 linhas e 3 colunas). • Comparar quantidades pela contagem, identificando a maior quantidade, em grupos de até 20 objetos desorganizados; quantidades pela contagem, identificando quantidades iguais; números naturais não ordenados com até três algarismos. • Completar sequências numéricas crescentes de números naturais, de 2 em 2, de 5 em 5 ou de 10 em 10. • Compor número de dois algarismos a partir de suas ordens. • Calcular adição (até 3 algarismos) ou subtração (até 2 algarismos) sem reagrupamento. • Resolver problema com as ideias de acrescentar, retirar ou completar com números até 20; problema com a ideia de metade, com dividendo até 10.
NÍVEL 3 (maior que 525 até 575 pontos)	<p>Além das habilidades descritas no nível anterior, o estudante provavelmente é capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associar um agrupamento de cédulas e/ou moedas, com apoio de imagem ou dado por meio de um texto, a outro com mesmo valor monetário. • Identificar frequências iguais em gráfico de colunas; identificar gráfico que representa um conjunto de informações dadas em um texto; identificar frequência associada a uma categoria em tabela de dupla entrada (com mais de 4 colunas, ou mais de 4 linhas). • Completar sequência numérica decrescente de números naturais não consecutivos. • Calcular adição de duas parcelas de até 03 algarismos com apenas um reagrupamento (na unidade ou na dezena); subtração sem reagrupamento envolvendo pelo menos um valor com 3 algarismos. • Resolver problema, com números naturais maiores do que 20, com a ideia de retirar; problema de divisão com ideia de repartir em partes iguais, com apoio de imagem, envolvendo algarismos até 20.
NÍVEL 4 (maior que 575 pontos)	<p>Além das habilidades descritas no nível anterior, o estudante provavelmente é capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ler medida em instrumento (termômetro) com valor procurado não explícito; horas e minutos em relógios analógicos, identificando marcações de 10, 30 e 45 minutos, além de horas exatas. • Reconhecer decomposição canônica (mais usual) de números naturais com três algarismos; composição ou decomposição não canônica (pouco usual) aditiva de números naturais com até três algarismos. • Identificar uma categoria associada a uma frequência específica em gráfico de barra. • Calcular adição de duas parcelas de até 03 algarismos com mais de um reagrupamento (na unidade e na dezena); subtração de números naturais com até três algarismos com reagrupamento. • Resolver problema, com números naturais de até três algarismos, com as ideias de comparar, não envolvendo reagrupamento; com números naturais de até três algarismos, com as ideias de comparar ou completar, envolvendo reagrupamento; de subtração como operação inversa da adição, com números naturais; de multiplicação com a ideia de adição de parcelas iguais, de dobro ou triplo, de combinação ou com a ideia de proporcionalidade, envolvendo fatores de 1 algarismo ou fatores de 1 e 2 algarismos; de divisão com ideia de repartir em partes iguais, de medida ou de proporcionalidade (terça e quarta parte), sem apoio de imagem, envolvendo números de até 2 algarismos.



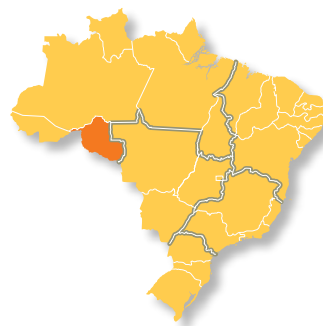


ESTADOS

Nesta seção do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019, reunimos um conjunto de dados que fornecem um retrato abrangente da Educação em cada unidade da federação. As informações incluem formação de professores e aprendizagem dos estudantes, de acordo com as principais avaliações oficiais realizadas no País.

RONDÔNIA

Em Rondônia, 63% dos jovens concluem o Ensino Médio até os 19 anos. Quando se observam os dados de aprendizagem, ficam evidentes os desafios desta etapa de ensino. Apenas 5,7% dos estudantes alcançam o nível adequado em Matemática na 3ª série do Ensino Médio, segundo o Saeb.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 1.264



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 428.929



População:

1.717.911

Renda média:

R\$ 1.913,69

90,8%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,8**

EF Anos Finais: **4,9**

Ensino Médio: **4,0**

AValiação Nacional da Alfabetização (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



TAXA DE APRENDIZAGEM ADEQUADA SAEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70

Língua Portuguesa:



Matemática:



5º ano do Ensino Fundamental



9º ano do Ensino Fundamental



3ª série do Ensino Médio

DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

93

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

68

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

63

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

ACRE



Pouco mais da metade dos estudantes do Acre apresenta aprendizado adequado em Matemática no 5º ano do Ensino Fundamental, de acordo com os dados de 2017 do Saeb. Ao final do Ensino Médio, esse percentual cai para apenas 4,1%. Em Língua Portuguesa, os desafios também são significativos.

ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 1.588



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 284.061



População:

844.137

Renda média:

R\$ 1.357,51

62,9%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

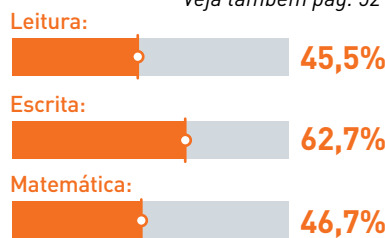
EF Anos Iniciais: **5,8**

EF Anos Finais: **4,7**

Ensino Médio: **3,8**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

85

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

73

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

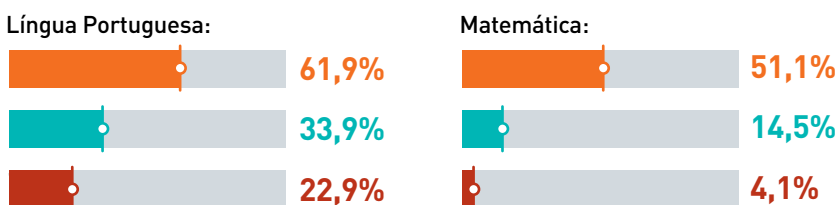
53

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

TAXA DE APRENDIZAGEM ADEQUADA SAEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70



5º ano do Ensino Fundamental



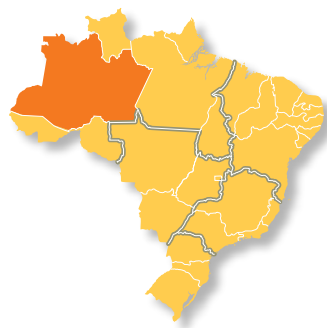
9º ano do Ensino Fundamental



3ª série do Ensino Médio

AMAZONAS

Com um Ideb de 3,5 no Ensino Médio, em 2017, o estado do Amazonas apresenta defasagem significativa de aprendizado nesta etapa de ensino: apenas 16,6% dos estudantes apresentaram aprendizado adequado em Língua Portuguesa e somente 3% em Matemática, de acordo com os dados do Saeb.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 5.360



População:

3.952.171

Renda média:

R\$ 1.876,97

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 1.165.354



75,6%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

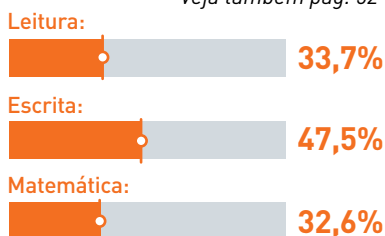
EF Anos Iniciais: **5,4**

EF Anos Finais: **4,5**

Ensino Médio: **3,5**

AValiação Nacional da Alfabetização (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

84

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

68

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

55

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70

Língua Portuguesa:



Matemática:



5º ano do Ensino Fundamental



9º ano do Ensino Fundamental



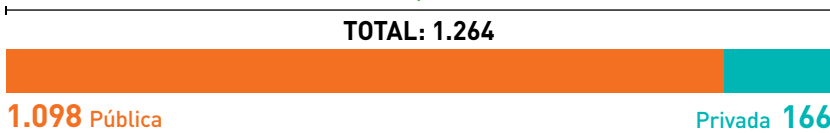
3ª série do Ensino Médio

RORAIMA

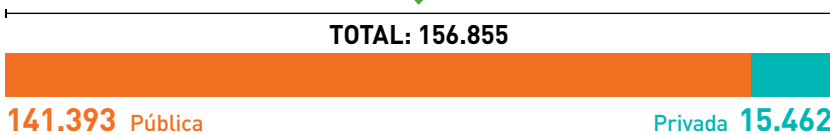


Na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) de 2016, 29% dos alunos de Roraima apresentaram proficiência suficiente em Leitura, 48,4%, em Escrita, e 29,2%, em Matemática. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o percentual de estudantes com nível de aprendizado adequado aumenta.

ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA



População:

525.967

Renda média:

R\$ 1.744,64

68,3%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,5**

EF Anos Finais: **4,1**

Ensino Médio: **3,5**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

84

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

81

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

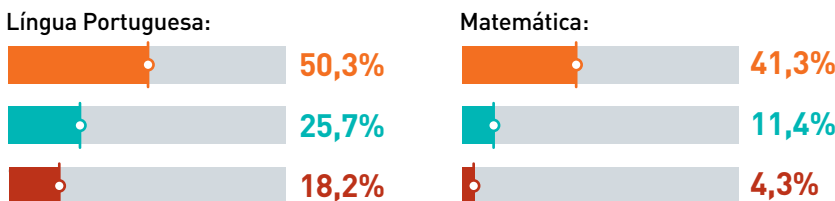
68

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70



5º ano do Ensino Fundamental

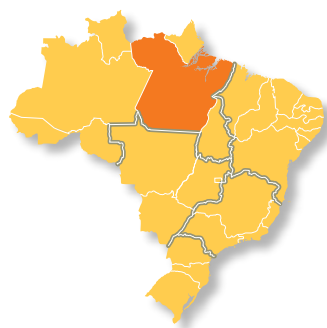


9º ano do Ensino Fundamental



3ª série do Ensino Médio

PARÁ



No Pará, 65% dos estudantes concluem o Ensino Fundamental até os 16 anos. No entanto, esse percentual cai bastante no Ensino Médio: apenas 51% concluem esta etapa até os 19 anos. Dos Anos Finais do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, também se verifica uma redução importante no Ideb.

ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 10.800



População:

8.334.346

Renda média:

R\$ 1.380,51

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 2.328.439



73,3%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **4,7**

EF Anos Finais: **3,8**

Ensino Médio: **3,1**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

77

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

65

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

51

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

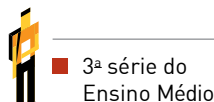
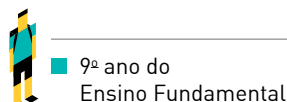
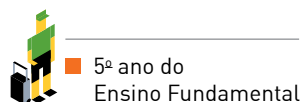
Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70

Língua Portuguesa:

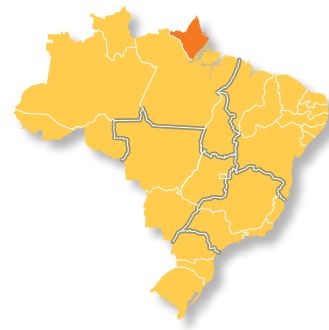


Matemática:

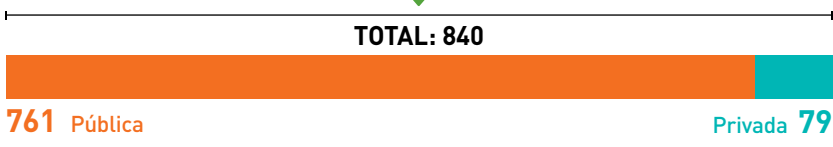


AMAPÁ

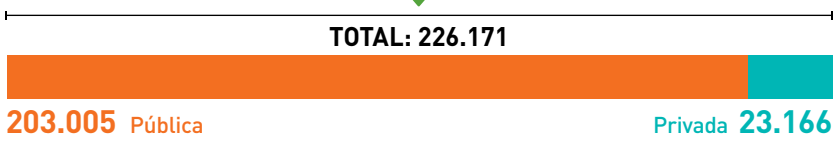
O estado do Amapá enfrenta desafios significativos de aprendizagem ao longo da trajetória escolar, que se acentuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, quando apenas 17% dos estudantes aprendem o esperado em Língua Portuguesa e, 2,8%, em Matemática.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA



População:
796.419

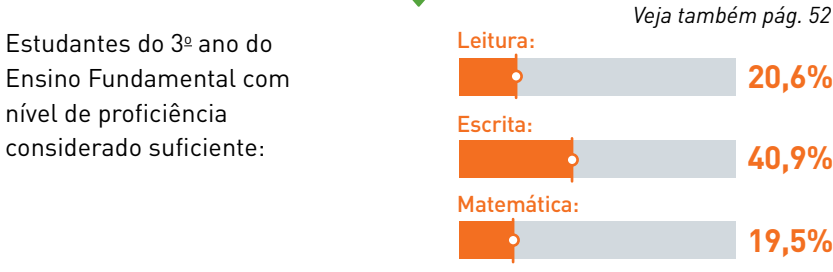
Renda média:
R\$ 1.500,34

74,7%
dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

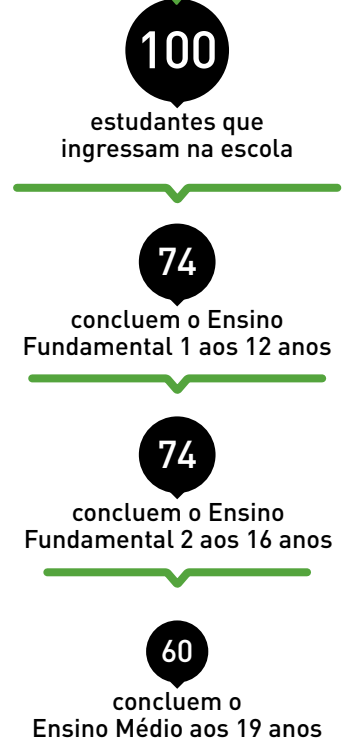
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **4,6** | EF Anos Finais: **3,8** | Ensino Médio: **3,2**

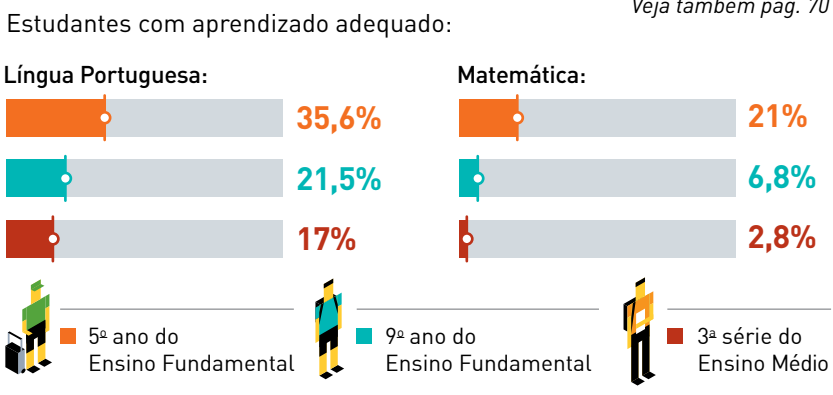
AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)



DE CADA

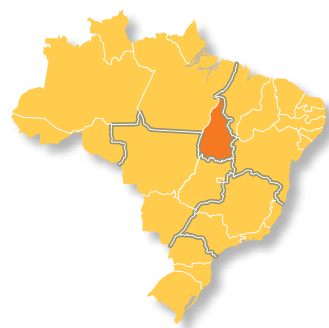


PROVA BRASIL E ANEB



TOCANTINS

Um percentual bastante elevado de crianças conclui a primeira etapa do Ensino Fundamental aos 12 anos (93%), mas os números caem de forma substancial nos Anos Finais do Ensino Fundamental (79%) e no Ensino Médio (62%). O nível de aprendizagem também cai ao longo da trajetória escolar.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 1.649



População:

1.520.448

Renda média:

R\$ 1.730,62

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 402.681



80,3%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,6**

EF Anos Finais: **4,6**

Ensino Médio: **3,8**

AValiação Nacional da Alfabetização (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

93

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

79

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

62

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70

Língua Portuguesa:



Matemática:



5º ano do Ensino Fundamental



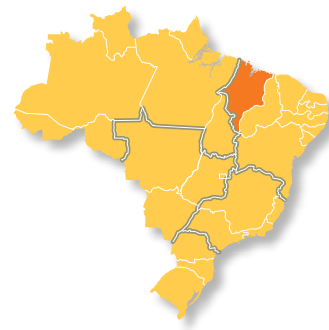
9º ano do Ensino Fundamental



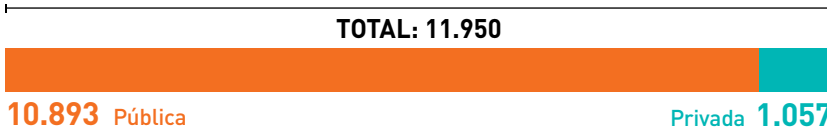
3ª série do Ensino Médio

MARANHÃO

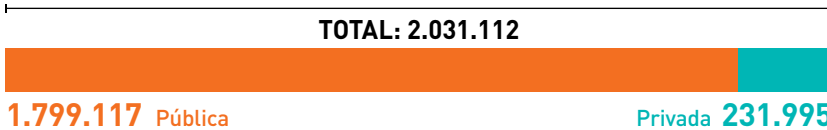
No Maranhão, 52% dos jovens concluem o Ensino Médio até os 19 anos. A qualidade de ensino é um desafio urgente, principalmente nessa etapa: apenas 3,2% dos alunos apresentam aprendizagem adequada em Matemática na 3ª série do Ensino Médio. Em Língua Portuguesa, 83,6% não atingiram o patamar esperado.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA



População:
6.955.099

Renda média:
R\$ 1.021,87

57%
dos professores da
Educação Básica têm
Ensino Superior completo

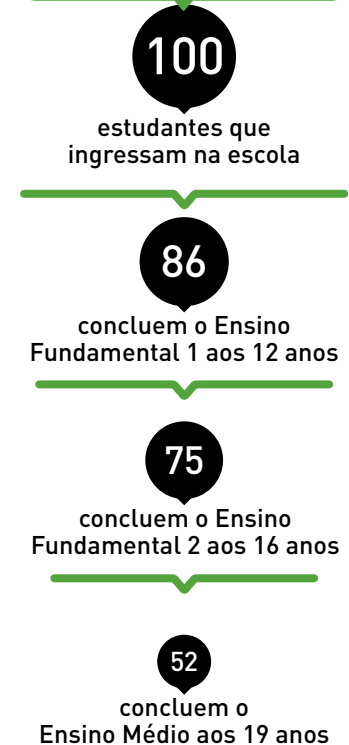


AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



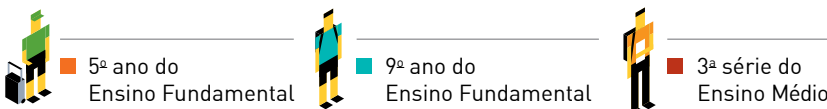
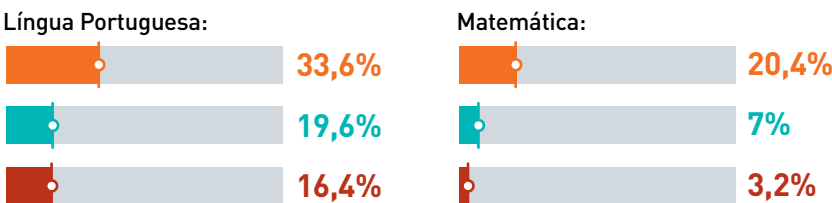
DE CADA



PROVA BRASIL E ANEB

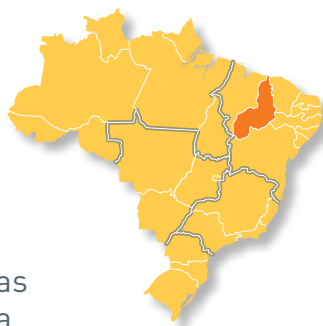
Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70



PIAUÍ

Na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) de 2016, 29,1% dos alunos do Piauí apresentaram aprendizagem suficiente em Leitura, e 28% mostraram proficiência adequada em Matemática. As dificuldades nos anos iniciais se aprofundam ao longo da trajetória escolar. No final do Ensino Médio, apenas 7,8% dos alunos têm aprendizagem adequada em Matemática.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 4.651



População:

3.246.228

Renda média:

R\$ 1.062,92

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 966.925



71,4%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: 5,3

EF Anos Finais: 4,5

Ensino Médio: 3,6

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

83

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

69

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

55

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70

Língua Portuguesa:



Matemática:



5º ano do Ensino Fundamental



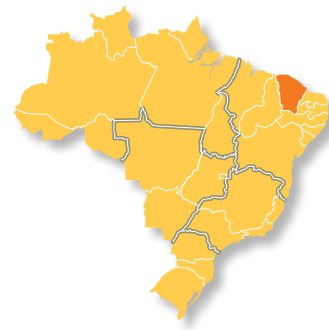
9º ano do Ensino Fundamental



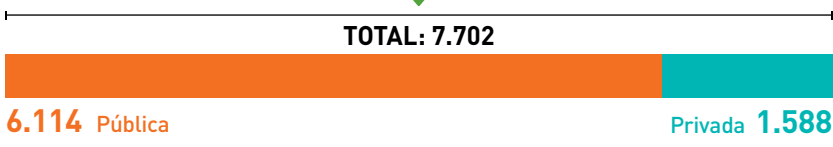
3ª série do Ensino Médio

CEARÁ

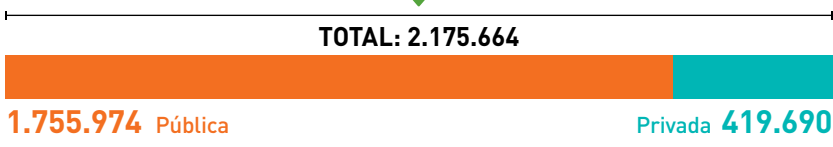
Os resultados do estado do Ceará no Ideb chamam a atenção, em todas as etapas da escolarização: 6,2, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 5,1, nos Anos Finais do Ensino Fundamental; e 4,1, no Ensino Médio. Destacam-se, também, os níveis de aprendizado em Língua Portuguesa.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA



População:
8.962.834

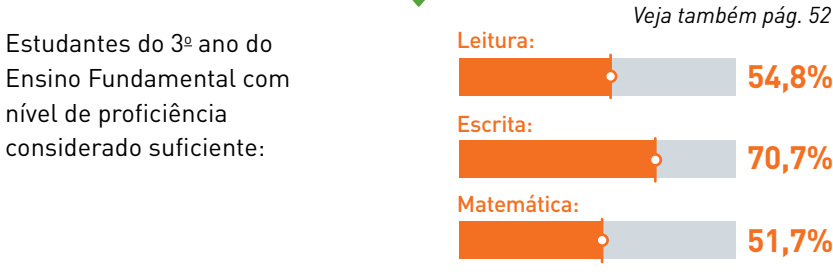
Renda média:
R\$ 1.286,60

75,3%
dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

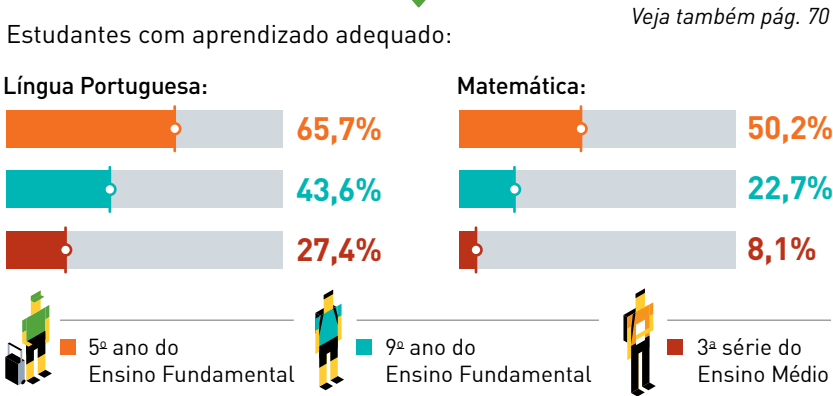
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **6,2** | EF Anos Finais: **5,1** | Ensino Médio: **4,1**

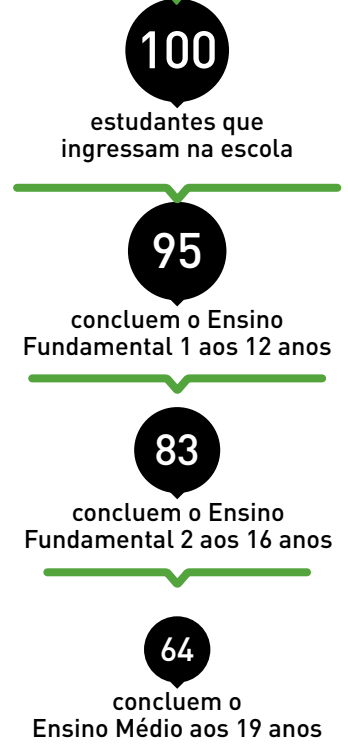
AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)



PROVA BRASIL E ANEB



DE CADA



RIO GRANDE DO NORTE

De cada 100 estudantes que ingressam na escola no Rio Grande do Norte, apenas 50 conseguem concluir o Ensino Médio aos 19 anos. Além disso, nesta etapa de ensino, somente 20,6% apresentam aprendizado adequado em Língua Portuguesa e, 5,1%, em Matemática.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 3.522



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 829.463



População:

3.422.843

Renda média:

R\$ 1.452,52

77,7%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,0**

EF Anos Finais: **3,8**

Ensino Médio: **3,2**

AValiação Nacional da Alfabetização (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70

Língua Portuguesa:



Matemática:



5º ano do Ensino Fundamental



9º ano do Ensino Fundamental



3ª série do Ensino Médio

DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

87

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

60

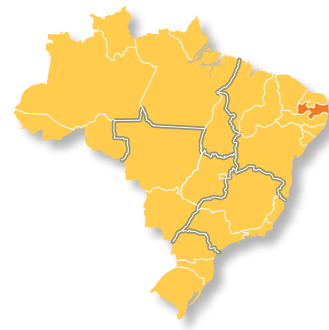
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

50

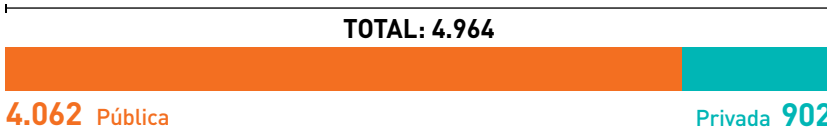
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PARAÍBA

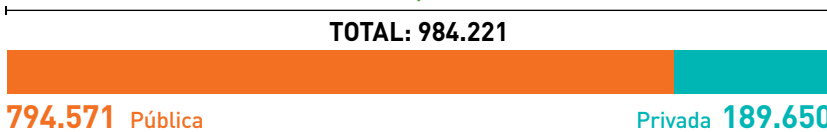
O estado ultrapassou a meta estabelecida (4,7) no Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em 2017. Contudo, há uma queda importante nos Anos Finais e no Ensino Médio. Além disso, apenas 8,1% dos alunos chegam ao final do Ensino Médio com aprendizagem adequada em Matemática, por exemplo.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA



População:
3.953.693

Renda média:
R\$ 1.245,44

72,1%
dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,1** | EF Anos Finais: **3,9** | Ensino Médio: **3,5**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

88

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

62

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

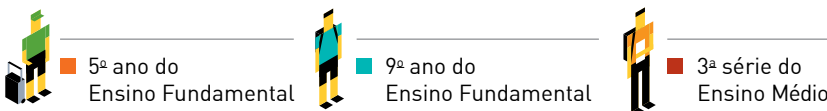
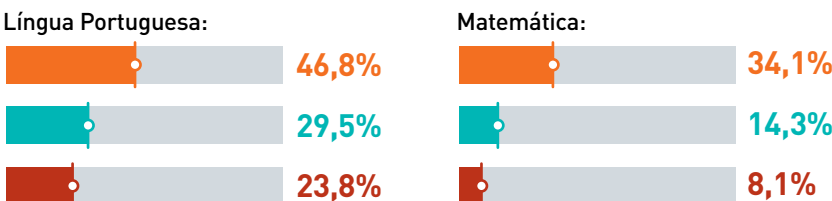
53

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70



PERNAMBUCO

Os dados de aprendizagem das crianças e jovens do estado se destacam e isso se reflete nos resultados obtidos no Ideb. Além disso, 71% concluem a segunda etapa do Ensino Fundamental aos 16 anos, e 68% concluem o Ensino Médio aos 19 anos.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 8.660



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 2.251.952



População:

9.377.368

Renda média:

R\$ 1.486,65

67%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,2**

EF Anos Finais: **4,4**

Ensino Médio: **4,1**

AValiação Nacional da Alfabetização (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

83

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

71

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

68

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70

Língua Portuguesa:



Matemática:



5º ano do Ensino Fundamental



9º ano do Ensino Fundamental



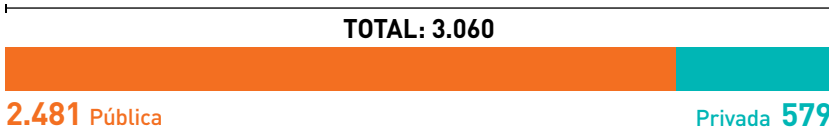
3ª série do Ensino Médio

ALAGOAS



Cerca de um terço dos alunos de Alagoas tem aprendizagem adequada em Matemática e menos da metade em Língua Portuguesa, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Já nos Anos Finais, 15,7% dos alunos aprenderam o esperado em Matemática. O mesmo vale para 4,5% dos jovens do Ensino Médio.

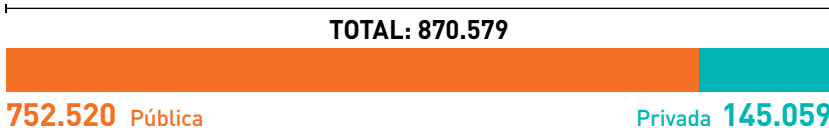
ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



População:
3.293.629

Renda média:
R\$ 1.251,31

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA



62,5%
dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,2** | EF Anos Finais: **4,2** | Ensino Médio: **3,5**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

84

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

64

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

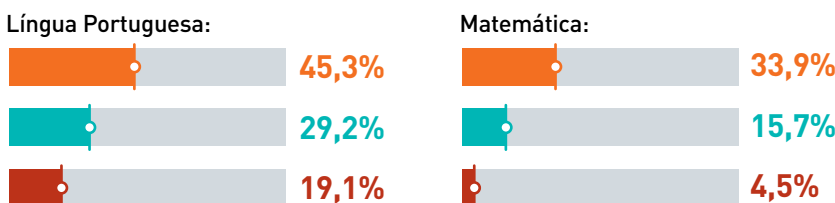
52

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70



5º ano do Ensino Fundamental



9º ano do Ensino Fundamental



3ª série do Ensino Médio

SERGIPE

As taxas de aprendizagem no estado de Sergipe estão abaixo da média nacional em todas as etapas de ensino, tanto em Matemática como em Língua Portuguesa. Apenas 14,1% dos alunos no Ensino Fundamental – Anos Finais e 8,7% no Ensino Médio aprendem o esperado em Matemática.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 2.121



População:

2.237.132

Renda média:

R\$ 1.447,80

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 544.393



81,6%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: 4,9

EF Anos Finais: 3,9

Ensino Médio: 3,7

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

79

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

54

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

46

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70

Língua Portuguesa:



Matemática:



5º ano do Ensino Fundamental



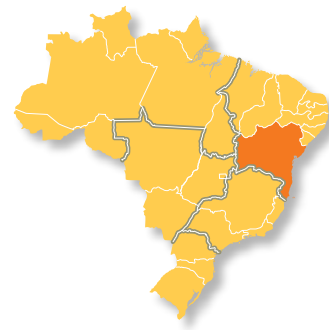
9º ano do Ensino Fundamental



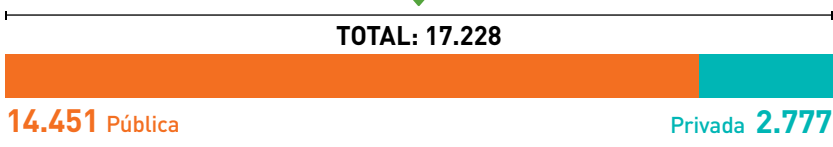
3ª série do Ensino Médio

BAHIA

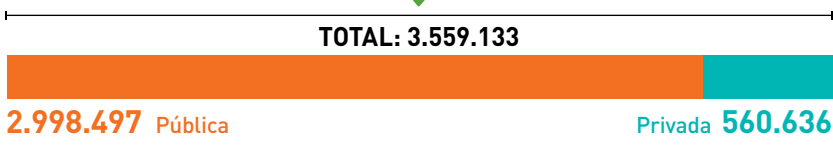
Na Bahia, 43,3% dos alunos concluem o Ensino Médio até os 19 anos. O Ideb do estado no Ensino Fundamental alcançou um patamar relevante, mas, no Ensino Médio, há estagnação. Apenas 4,7% dos alunos atingiram o nível adequado em Matemática, no final da Educação Básica.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA



População:
14.689.684

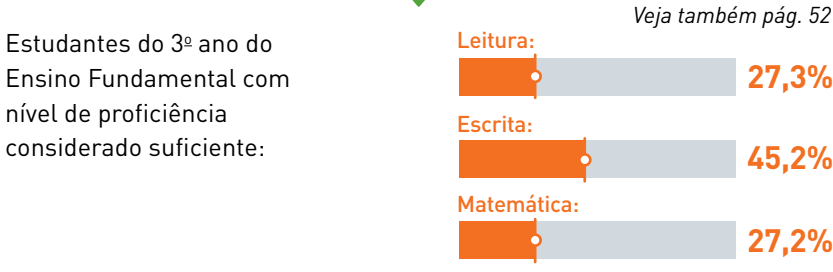
Renda média:
R\$ 1.467,29

67,2%
dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

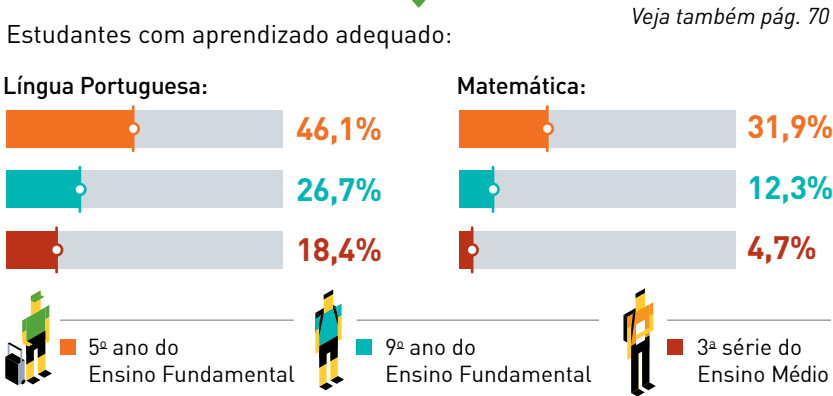
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,1** | EF Anos Finais: **3,7** | Ensino Médio: **3,0**

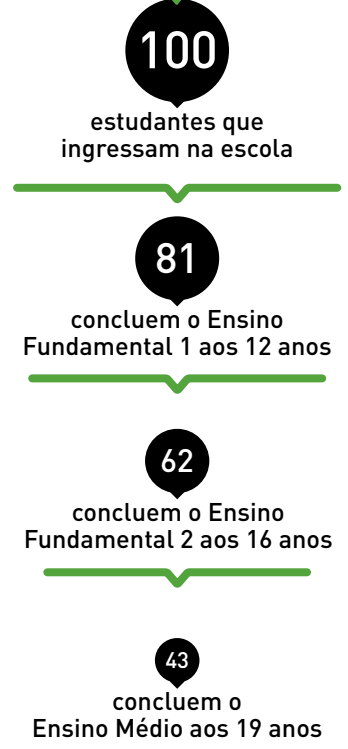
AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)



PROVA BRASIL E ANEB

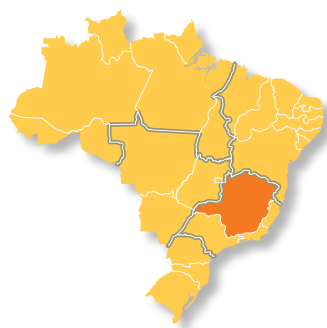


DE CADA



MINAS GERAIS

É nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que Minas Gerais registra seus resultados mais expressivos, seja com um Ideb superior à média nacional, seja por conta do percentual elevado de estudantes com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 16.176



População:

20.780.264

Renda média:

R\$ 2.184,10

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 4.576.150



85,6%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **6,5**

EF Anos Finais: **4,7**

Ensino Médio: **3,9**

AValiação Nacional da Alfabetização (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:

Leitura: *Veja também pág. 52*



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

97

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

82

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

62

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70

Língua Portuguesa:



Matemática:



5º ano do Ensino Fundamental



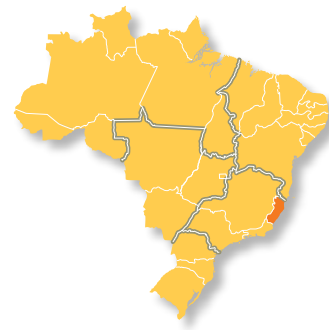
9º ano do Ensino Fundamental



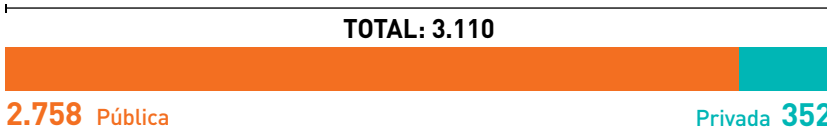
3ª série do Ensino Médio

ESPÍRITO SANTO

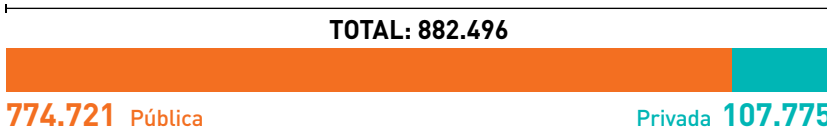
Na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) de 2016, 52,6% dos alunos do Espírito Santo apresentaram proficiência suficiente em Leitura; 74,9%, em Escrita; e 53,6%, em Matemática. Também se destaca o percentual de estudantes com aprendizado adequado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA



População:
3.879.376

Renda média:
R\$ 2.346,31

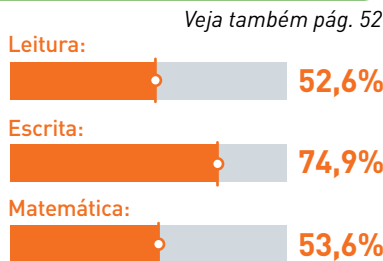
94,3%
dos professores da
Educação Básica têm
Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **6,0** | EF Anos Finais: **4,7** | Ensino Médio: **4,4**

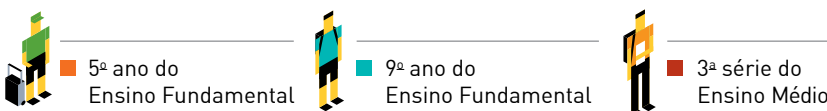
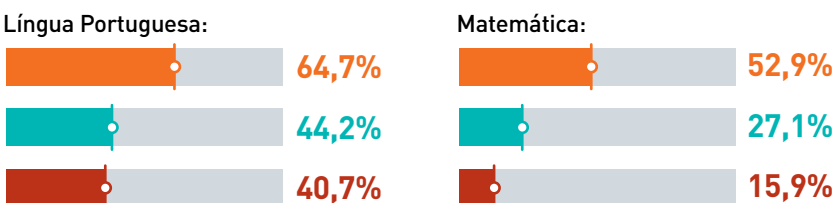
AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

89

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

68

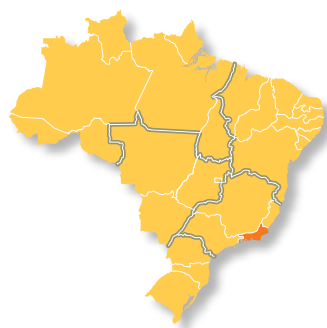
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

60

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

RIO DE JANEIRO

Apesar dos resultados do Ideb nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o índice registrado no Ensino Médio é destaque negativo do estado do Rio de Janeiro. Além disso, de acordo com os dados do Saeb, apenas 13,1% dos jovens apresentam aprendizado adequado em Matemática, na 3ª série desta etapa.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 11.242



População:

16.947.738

Renda média:

R\$ 3.147,84

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 3.558.698



69,9%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,8**

EF Anos Finais: **4,7**

Ensino Médio: **3,9**

AValiação Nacional da Alfabetização (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

90

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

74

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

63

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70

Língua Portuguesa:



Matemática:



5º ano do Ensino Fundamental



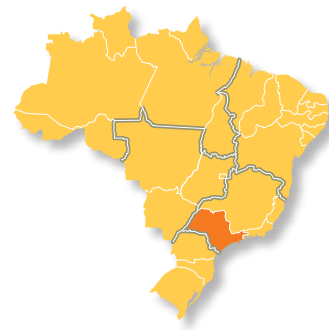
9º ano do Ensino Fundamental



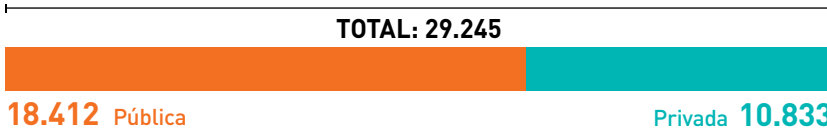
3ª série do Ensino Médio

SÃO PAULO

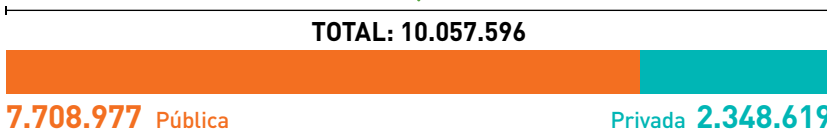
No Ensino Médio, estão os maiores desafios do estado de São Paulo: apenas 33,3% dos alunos alcançaram uma taxa adequada de aprendizagem em Língua Portuguesa na 3ª série, e 9,9% atingiram esse patamar em Matemática, de acordo com os dados do Saeb de 2017.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA



População:
44.760.305

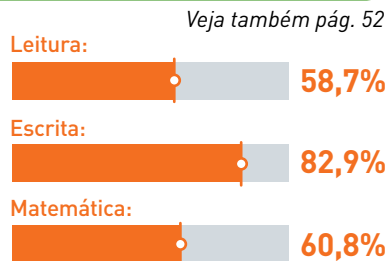
Renda média:
R\$ 3.794,29

90%
dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

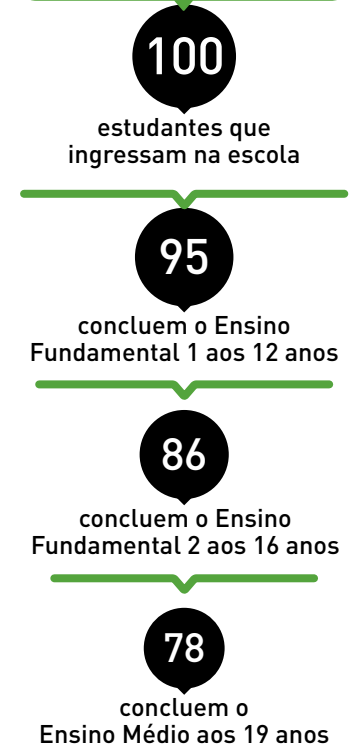


AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



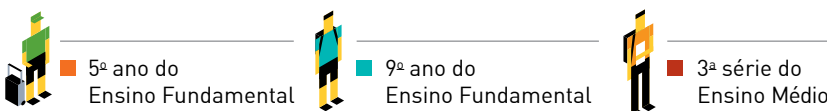
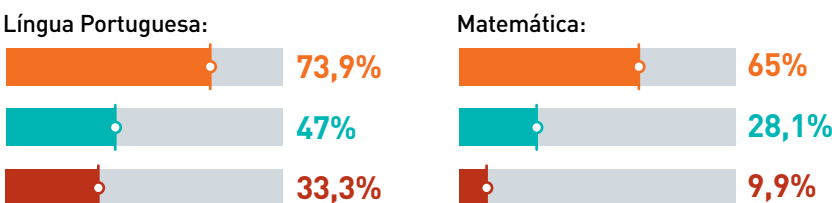
DE CADA



PROVA BRASIL E ANEB

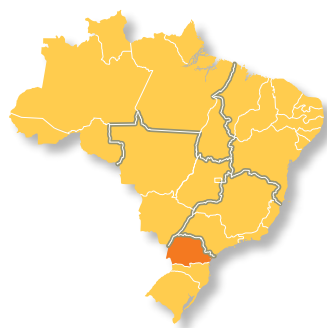
Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70



PARANÁ

Os resultados do estado se destacam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nessa etapa de ensino, o Ideb do Paraná é de 6,5, e 73,6% dos estudantes apresentam aprendizado adequado, como mostram os dados do Saeb de 2017. Em Matemática, o percentual com nível adequado é de 65,4%.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 9.449



População:

11.176.203

Renda média:

R\$ 2.994,92

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 2.601.677



88,9%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **6,5**

EF Anos Finais: **4,9**

Ensino Médio: **4,0**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:

Leitura: **55,3%**

Escrita: **85,6%**

Matemática: **55,6%**

Veja também pág. 52

DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

94

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

82

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

65

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70

Língua Portuguesa:

73,6%

45,4%

32,8%

Matemática:

65,4%

26%

10,8%



5º ano do Ensino Fundamental



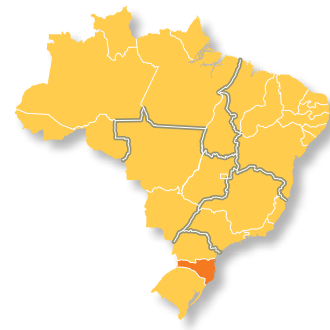
9º ano do Ensino Fundamental



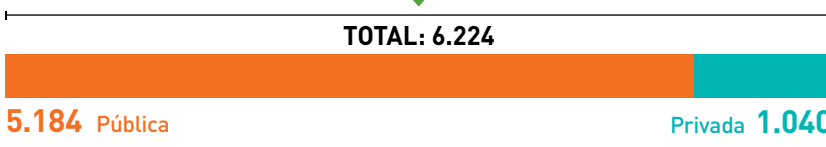
3ª série do Ensino Médio

SANTA CATARINA

O estado manteve, em 2017, resultados acima da média no Ideb das três etapas de ensino retratadas pelo índice. Destacam-se, também, os elevados índices na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), com mais de 60% de estudantes com proficiência suficiente em Leitura e Matemática.



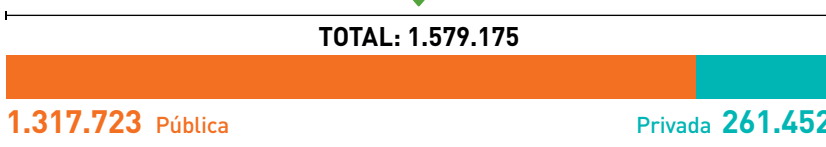
ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



População:
6.894.058

Renda média:
R\$ 3.102,44

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

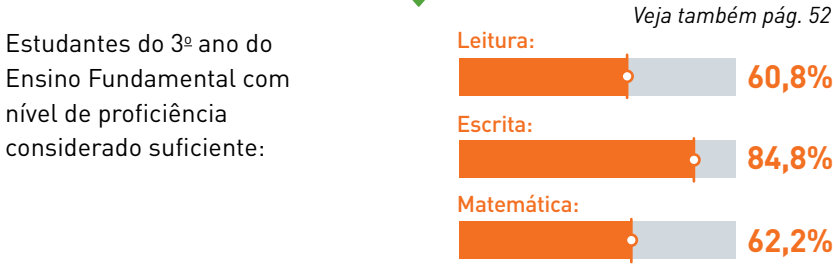


83,9%
dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

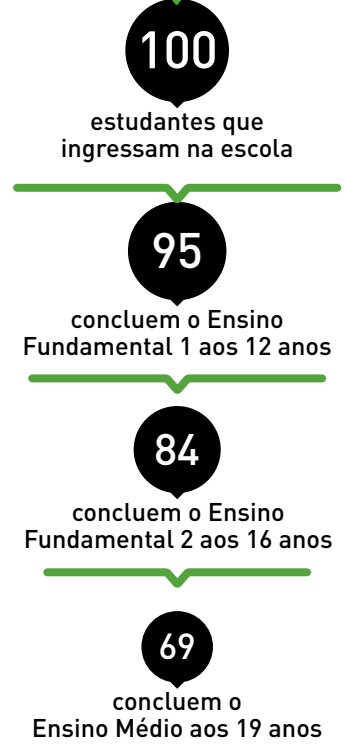
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **6,5** | EF Anos Finais: **5,2** | Ensino Médio: **4,1**

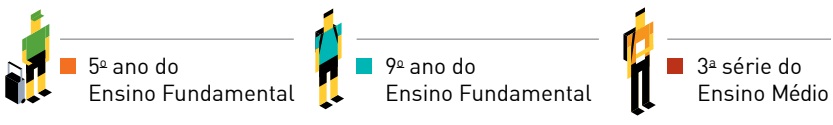
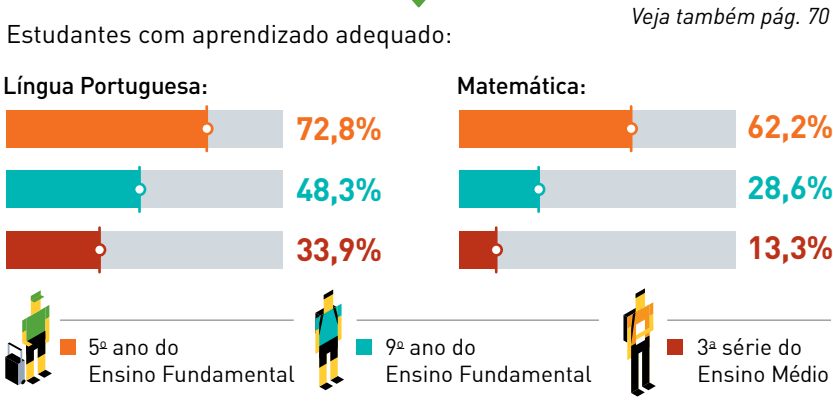
AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)



DE CADA



PROVA BRASIL E ANEB



RIO GRANDE DO SUL

No estado, 66% dos jovens conseguem concluir o Ensino Médio aos 19 anos. As dificuldades nesta etapa de ensino se refletem também no Ideb (3,7) e no nível ainda baixo de estudantes que apresentam aprendizado adequado em Matemática na 3ª série: apenas 12,1%, de acordo com o Saeb.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 9.981



População:

11.229.947

Renda média:

R\$ 3.032,41

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 2.323.211



82,1%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,8**

EF Anos Finais: **4,6**

Ensino Médio: **3,7**

AValiação Nacional da Alfabetização (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:

Leitura: **51,1%**

Escrita: **71%**

Matemática: **51,2%**

Veja também pág. 52

DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

90

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

73

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

66

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70

Língua Portuguesa:

63,9%

46,1%

36,5%

Matemática:

52%

25,5%

12,1%



5º ano do Ensino Fundamental



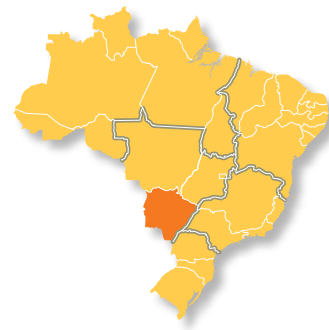
9º ano do Ensino Fundamental



3ª série do Ensino Médio

MATO GROSSO DO SUL

Os indicadores do estado com relação à aprendizagem revelam diferenças entre os resultados em Língua Portuguesa e em Matemática. Na 3ª série do Ensino Médio, por exemplo, 30,4% dos estudantes apresentam aprendizado adequado em Língua Portuguesa e, apenas 8,2%, em Matemática.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 1.729

1.316 Pública

Privada 413

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 688.017

599.069 Pública

Privada 88.948

População:

2.685.454

Renda média:

R\$ 2.850,72

90,8%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,7**

EF Anos Finais: **4,8**

Ensino Médio: **3,8**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:

Leitura: **43,9%**

Escrita: **66,7%**

Matemática: **42,3%**

Veja também pág. 52

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70

Língua Portuguesa: **62,5%**

Matemática: **48,4%**

42,3%

21,9%

30,4%

8,2%



5º ano do Ensino Fundamental



9º ano do Ensino Fundamental



3ª série do Ensino Médio

DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

89

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

77

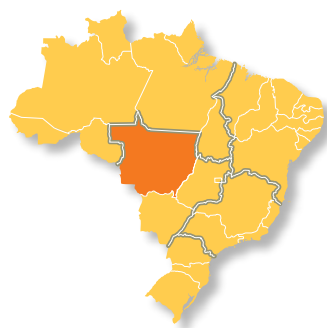
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

63

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

MATO GROSSO

De acordo com os dados do Saeb de 2017, o estado apresenta um quadro educacional em que apenas 5,7% registram aprendizado adequado em Matemática ao final do Ensino Médio. Em Língua Portuguesa, também ao final do Ensino Médio, esse número é de 23,7%.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 2.713



População:

3.356.979

Renda média:

R\$ 3.074,05

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 864.631



90,8%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,9**

EF Anos Finais: **4,9**

Ensino Médio: **3,5**

AValiação Nacional da Alfabetização (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

96

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

87

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

66

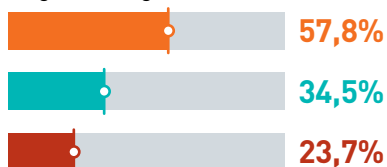
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70

Língua Portuguesa:



Matemática:



5ª ano do Ensino Fundamental



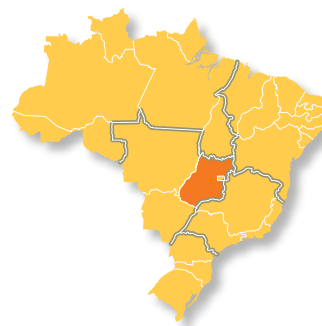
9ª ano do Ensino Fundamental



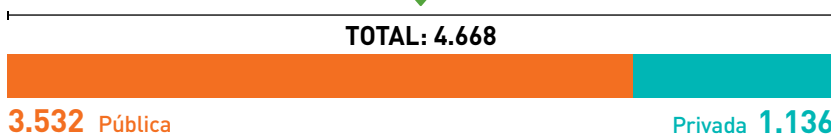
3ª série do Ensino Médio

GOIÁS

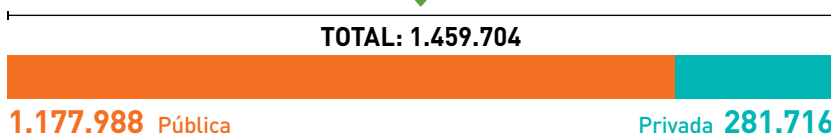
O estado de Goiás se destaca por ter obtido um Ideb superior a 6 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em 2017. No Ensino Médio, porém, 33,9% dos estudantes possuem aprendizado adequado em Língua Portuguesa e apenas 9,9% em Matemática, segundo o Saeb de 2017.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA



População:
6.726.130

Renda média:
R\$ 2.251,08

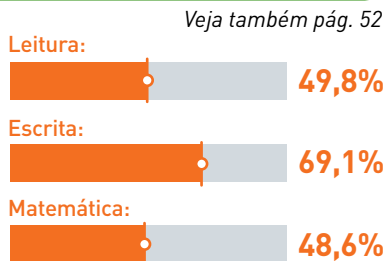
83,8%
dos professores da
Educação Básica têm
Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **6,1** | EF Anos Finais: **5,3** | Ensino Médio: **4,3**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

94

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

79

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

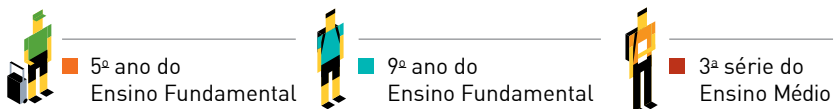
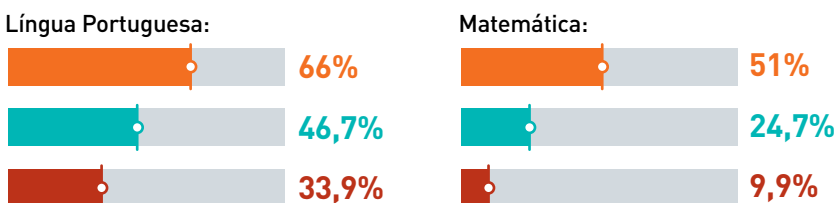
70

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

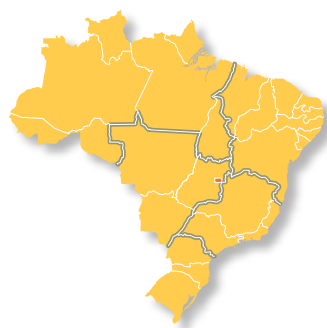
Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70



DISTRITO FEDERAL

Com 92,9% dos professores da Educação Básica com Ensino Superior completo, o Distrito Federal enfrenta desafios importantes em relação ao nível de aprendizagem das crianças e jovens. Por exemplo, apenas 17% dos estudantes alcançam o aprendizado adequado em Matemática no Ensino Médio.



ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 1.204



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TOTAL: 658.580



População:

2.890.224

Renda média:

R\$ 6.790,05

92,9%

dos professores da Educação Básica têm Ensino Superior completo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

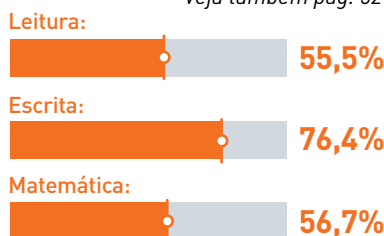
EF Anos Iniciais: **6,3**

EF Anos Finais: **4,9**

Ensino Médio: **4,1**

AValiação Nacional da Alfabetização (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

90

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

82

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

77

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 70

Língua Portuguesa:



Matemática:



5º ano do Ensino Fundamental



9º ano do Ensino Fundamental



3ª série do Ensino Médio



ÍNDICE REMISSIVO

A**Abandono, taxa de** 13, 66, 130, 133, 135, 136**Acesso** 4, 11, 22, 26, 29, 30, 33, 40, 46, 52,
124, 126, 129, 132, 134, 136*Veja também Atendimento***Acre** 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 68,
69, 72, 79, 80, 83, 84, 86, 89, 94, 95,
100, 101, 107, 113, 122, 123, 147**Alagoas** 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62,
68, 69, 72, 79, 80, 81, 83, 84, 89, 94, 95,
100, 101, 107, 113, 122, 123, 159**Alfabetismo funcional** 85**Alfabetização** 12, 17, 19, 38, 52-57, 81-85**Alunos com deficiência** 33, 40, 46,
48, 49, 51, 127-129, 139**Amapá** 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 58,
61-63, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94,
95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 151**Amazonas** 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61,
62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95,
100, 101, 107, 113, 122, 123, 148**Anos****de estudo** 14, 44, 76, 77, 79, 80, 130, 133**Iniciais do Ensino Fundamental** 12, 17,
30, 32, 33, 58, 59, 62-65, 67-69, 72, 76, 87,
103, 112, 118-121, 131, 139-141, 146-172**Finais do Ensino Fundamental** 12, 17, 30,
32, 33, 58, 59, 62-65, 67-69, 72, 87, 102, 103,
108, 112, 118-121, 131, 140, 141, 146-172**Aprovação, taxa de** 63, 66, 136**Atendimento, taxa de** 31, 37, 47, 48, 78, 136, 138**Atividades complementares** 126, 129, 139, 140**Atraso escolar** 131**Avaliação****Nacional da Alfabetização (ANA)** 17,
52-54, 55, 56, 126, 135, 142, 143, 146-172**Educacional** 126, 137**B****Bahia** 27, 28, 34, 36, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62,
68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 86, 89, 94, 95,
100, 101, 107, 113, 122, 123, 161**Biblioteca** 15, 33, 40, 60, 127, 132, 134*Veja também Infraestrutura***C****Carreira docente** 13, 110-113**Ceará** 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56-58, 61,
62, 68, 69, 72, 79-81, 83, 84, 89, 94, 95,
100, 101, 107, 113, 122, 123, 155**Censo Escolar da Educação Básica** 8-10, 25, 26,
32, 33, 39, 40, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 59-62,
68, 69, 87-89, 91, 92, 94, 95, 103-105, 107,
108, 109, 113, 127, 131, 132, 134, 138**Centro-Oeste** 26-28, 32-34, 39, 41, 42, 45, 47, 48, 50,
51, 56, 59, 61, 62, 65, 67-69, 72, 77, 79, 80, 82-84,
86-92, 94, 95, 98, 100, 101, 107-109, 112-116**Classes****comuns** 46, 48-51, 141**especiais** 8, 9, 48-50**multisseriadas** 128, 137**Concluintes** 102, 105, 106, 127, 135**Conclusão** 10, 120, 132, 136, 137**Conselho****Escolar** 114, 115, 128**Municipal de Educação** 114**Nacional de Educação** 128, 138-141**Creche** 10, 22-27, 29, 112, 120, 129, 134, 136**Crianças****de 0 a 3 anos** 22-24, 27, 29, 129, 133**de 4 e 5 anos** 15, 22-24, 28, 29, 129, 133, 134**de 6 a 14 anos** 14, 15, 19, 29, 31, 133**de 7 a 14 anos** 133**Currículo** 35, 57, 90, 126, 128, 129**Custo Aluno-Qualidade** 127

D

Deficiência 33, 40, 46, 48, 49, 51, 127-129, 139
 caminhar 47
 enxergar 47
 mental/intelectual 48, 128
 ouvir 47
Veja também Alunos com deficiência

Dependência administrativa 25, 32, 39, 64, 65, 92, 98, 104, 128, 130, 140

Desempenho 63, 74-76, 110, 114, 126, 130, 131, 134, 135

Desigualdade. *Ver Equidade*

Diretores 19, 115, 116

Distorção idade-série, taxa de 36, 67, 136, 161

Distrito Federal 14, 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100-102, 107, 113, 117, 122, 123, 128, 133, 134, 140, 141, 172

Docentes 9, 12, 102, 104, 108-113, 128, 139, 140
 Com formação superior 102, 104, 108-112, 128

Doutores 96, 99, 101

E**Educação**

a distância 87, 88, 128, 130, 140, 141
Básica 8-10, 13-15, 17, 19, 35, 45, 46, 48, 58, 59, 61-65, 68, 90, 102-105, 107, 111-113, 118-120, 125, 127-135, 139, 146-172
de Jovens e Adultos (EJA) 38, 86-89, 92, 94, 112, 129, 130, 132, 133, 138-141
em áreas remanescentes de quilombos 14, 44, 45, 135
em tempo integral 43, 58-62, 112, 120, 129, 130, 134, 139, 140, 141
Especial/Inclusiva 46-51, 129
Infantil 8, 9, 22, 23, 25-27, 35, 46, 49, 58, 59, 62, 103, 104, 118-120, 128, 129, 133, 134, 137, 139-141
Indígena 14, 45, 129, 140, 141
no campo 9, 14, 44, 76, 96
por nível socioeconômico (NSE) 5, 10-12, 17, 52, 54, 71, 75, 133
Profissional 8, 9, 11, 39, 86, 87, 89-95, 112, 120, 129, 139, 140, 141
Superior 12, 13, 15, 38, 76, 96-102, 106, 110, 118, 119, 121, 127-131, 133, 134, 140, 141, 146-172

Enem 43, 110, 130, 134, 137

Ensino

Fundamental 8-12, 16, 17, 30, 31-35, 38, 46, 49, 52-54, 56-59, 62-73, 76, 86-88, 102, 104, 105, 107, 108, 118-121, 126, 128-131, 133-141, 146-172
Médio 8-12, 16-19, 36-43, 46, 49, 58, 59, 62-68, 70-73, 86-92, 94, 95, 102-105, 107, 109, 110, 112, 118-121, 127-136, 138-141, 146-172
Superior. *Ver Educação Superior*

Equidade 5, 57, 125, 130, 138

De Olho na Equidade 5, 18, 22, 24, 30-33, 36, 38, 46, 48, 52, 58, 63, 71, 76-78, 81, 82, 86, 90, 91, 96, 97, 102, 111

Escolaridade 11, 14, 44, 76, 77, 79, 80, 104, 105, 107, 111, 127, 128, 130, 132-134, 136, 138, 140

Escrita 12, 17, 52-56, 126, 128, 135, 139, 142, 143, 146-172

Espírito Santo 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100-102, 107, 111, 113, 122, 123, 163

Estabelecimentos 9, 10, 14, 25, 26, 32, 33, 35, 39, 40, 45, 46, 92, 112-114, 127, 131, 139, 140, 146-172

F

Financiamento da Educação 4, 19, 118-124

Fluxo escolar 63, 127, 131, 133, 136, 137

Fundeb 115, 122, 125, 127, 131, 141

G

Gestão democrática 4, 114, 115, 131

Gasto anual por estudante 118, 121

Goiás 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 171

Graduação. *Ver Ensino Superior*

I

Ideb 12, 17, 63-65, 68, 69, 131, 139, 146-172

Infraestrutura 14, 15, 26, 33, 40, 92, 124, 127, 131, 132, 134, 145

Informática, laboratório de 33, 40, 60

Integral, tempo. *Ver Tempo integral*

Internet, acesso à 11, 33, 40, 128, 132

Investimento em Educação 120

Veja também Financiamento da Educação

J

Jornada escolar 43, 90, 127, 129, 132, 137

Jovens

de 15 a 17 anos 10, 15, 36, 37, 38, 44, 78, 88, 136

L

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 114, 127, 128, 132, 133, 134

Leitura 12, 15, 17, 26, 33, 40, 52-56, 60, 74, 75, 126, 128, 134, 135, 138, 139, 142, 146-172

Língua portuguesa 17, 70-73, 126, 135, 146-172

Livro didático 35, 43, 131

M

Maranhão 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61-63, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100-102, 107, 113, 122, 123, 153

Matemática 12, 16, 17, 52-56, 70-75, 126, 135, 139, 143, 146-172

Mato Grosso 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 170

Mato Grosso do Sul 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 169

Matrícula 8, 10-12, 14, 22, 25, 26, 30-34, 36-39, 41, 44-46, 48-51, 58-62, 86-92, 94-100, 106, 117, 127, 129-133, 135-141, 146-172

Média de anos de estudo 133

Mestres e doutores 96, 99, 101

Minas Gerais 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 57, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 162

Mobilidade reduzida 33, 40, 46, 48

N

Nível Socioeconômico (NSE) 5, 10-12, 17, 52, 54, 71, 75, 133

Nordeste 26-28, 32-34, 39, 41, 42, 45, 47, 48, 50, 51, 56, 59, 61, 62, 65, 67-69, 72, 76, 77, 79, 80-84, 86-89, 91, 92, 94, 95, 98, 100-102, 107, 108, 109, 112-116

Norte 26-28, 30, 32-34, 39, 41, 42, 45, 47, 48, 50, 51, 56, 58, 59, 61, 62, 65, 67, 68, 69, 72, 76, 77, 79, 80, 82-84, 87-92, 94, 95, 98, 100, 101, 107-109, 111-116, 122, 123, 126, 156

P

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) 133

Pará 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61-63, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 90, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 150

Paraíba 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 157

Paraná 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 166

Pernambuco 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 158

Piauí 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 154

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes 74, 75, 134

Pré-Escola 10, 22-26, 28, 112, 129, 130, 132, 134, 136

Produto Interno Bruto (PIB) 118, 119, 121, 131-133

Professores

Formação 12, 14, 22, 102, 103, 105, 107-111, 117, 128, 131, 145

Remuneração 111, 113, 127

Prova ABC 135

Prova Brasil 64, 72-75, 132, 135

Q

Qualidade 4, 12, 15, 18, 19, 29, 35, 52, 57, 63, 65, 67, 69, 70, 72, 74, 90, 96, 102, 117, 125-128, 133, 135, 153

Quilombos. *Ver Educação em áreas remanescentes de quilombos*

R

Raça/cor 3, 24, 30, 31, 36, 38, 46, 52, 58, 63, 76-78, 80-82, 84, 86, 90, 96, 97, 102, 111, 135, 139

Recursos disponíveis nas escolas 33, 40

Rede pública 8-10, 15, 26, 30, 33, 40, 55, 56, 60, 65, 69, 90, 95, 112, 128, 134, 139

Rede privada 8-10, 30, 65, 95, 102

Reprovação 43, 66, 131, 134, 136 e **progressão continuada** 134

Rio de Janeiro 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 63, 68, 69, 72, 79, 80, 81, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 111, 113, 122, 123, 164

Rio Grande do Norte 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 90, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 156

Rio Grande do Sul 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 168

Rondônia 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 146

Roraima 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 63, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 149

S

Saeb - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica 17, 35, 43, 68-73, 131, 135, 138, 139, 146-172

Santa Catarina 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 167

São Paulo 27, 28, 34, 36, 41, 42, 50, 51, 56, 57, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 165

Sergipe 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 63, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 113, 122, 123, 160

Sudeste 26-28, 30, 32-34, 39, 41, 42, 45, 47, 48, 50, 51, 56, 58, 59, 61, 62, 65, 67-69, 72, 76, 77, 79-84, 87-89, 91, 92, 94, 95, 98, 100-102, 107-109, 112-116

Sul 26-28, 32-34, 39, 41, 42, 45, 47, 48, 50, 51, 56, 59, 61, 62, 65, 67-69, 72, 77, 79-80, 82-84, 87-90, 91, 92, 94, 95, 98, 100, 101, 107-109, 111-116, 121-123, 168, 169

Superdotação 46, 48, 49, 51, 127, 129, 139

T

Taxa

de abandono. *Ver Abandono*

de aprovação. *Ver Aprovação*

de atendimento. *Ver Atendimento*

de matrícula. *Ver Matrícula*

de reprovação. *Ver Reprovação*

líquida de matrícula 30, 31, 34, 36-38, 41, 96, 97, 100, 136, 138, 139

bruta de matrícula 136

Tempo integral 43, 58-62, 129

Tocantins 27, 28, 34, 41, 42, 50, 51, 56, 61, 62, 68, 69, 72, 79, 80, 83, 84, 89, 94, 95, 100, 101, 107, 111, 113, 122, 123, 152

CRÉDITOS DAS FOTOS

Pág. 6 Steve Debenport/Istock Photo/Getty Images

Pág. 20 Nikada/Istock Photo/Getty Images

Pág. 40 Halfpoint/Shutterstock

Pág. 60 MB Images/Shutterstock

Pág. 124 Asiseeit/Istock Photo/Getty Images

FONTES IMPORTANTES DE CONSULTA


Inep: <http://www.inep.gov.br>

MEC: <http://www.mec.gov.br>

IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

Todos Pela Educação: <http://www.todospelaeducacao.org.br>

Observatório do PNE: <http://www.observatoriodopne.org.br>



Na certeza de que dados e informações objetivas são uma base essencial para o debate sobre o futuro do ensino no País, o **Anuário Brasileiro da Educação Básica** reafirma seu papel como referência de consulta para jornalistas, pesquisadores e gestores públicos. Nesta oitava edição, estamos felizes de continuar mantendo esse compromisso e disponibilizar, na maior parte de nossos gráficos e tabelas, indicadores de 2018, muitos deles divulgados nos primeiros meses deste ano. A partir das 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE), oferecemos um quadro abrangente, incluindo as várias etapas e modalidades de ensino, assim como a valorização dos professores e o financiamento da Educação.



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO

www.todospelaeducacao.org.br



MODERNA

www.moderna.com.br